



Susana Valente da Silva Pereira

LUGARES DE MEMÓRIA.

Património cultural como elemento estruturante dos territórios urbanos.

Guimarães, da cidade ao território.

Orientador: Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

2008



Susana Valente da Silva Pereira

LUGARES DE MEMÓRIA.

Património cultural como elemento estruturante dos territórios urbanos.

Guimarães, da cidade ao território.



169 260

Orientador: Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

2008

Susana Valente da Silva Pereira

LUGARES DE MEMÓRIA.

Património cultural como elemento estruturante dos territórios urbanos.

Guimarães, da cidade ao território.

Orientador: Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Recuperação de Património
Arquitectónico e Paisagístico

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

2008

Fail, fail again. Fail better.
Samuel Beckett

LUGARES DE MEMÓRIA

Património cultural como elemento estruturante dos territórios urbanos.

Guimarães, da cidade ao território.

RESUMO

A cidade histórica foi outrora a cidade a abater. Pela oposição ao crescimento urbano, a conservação patrimonial ganhou contornos disciplinares, incompatibilizando-se com os modelos urbanísticos, agudizando o hiato entre tempos, em espaços. Espaços velhos e novos, que Giovannoni incluiu num mesmo organismo urbano. Cheio de contradições, paradoxalmente repleto de potencialidades. A Guimarães do passado formou-se nas suas muitas dimensões, resultado de diferentes tensões. Ganhando posteriormente reconhecimento pelo seu valor patrimonial, culminar de um percurso coerente de conservação urbana, momento propulsor de novas dinâmicas espaciais. Analisando um percurso no território, procurámos demonstrar que o património edificado e paisagístico quando requalificado à luz das novas políticas patrimoniais e urbanas, é um factor indutor de qualidade territorial sustentável. Aferindo a observação, apontamos alguns modelos de valorização espacial impulsionadores de novas formas urbanas, concluindo que os lugares de memória compõem um sistema estruturante de valor intrínseco, paisagem urbano/cultural do território, imagem identitária desta região.

PLACES OF MEMORY

Cultural heritage: a structural element in urban areas

Guimarães, from city to territory

ABSTRACT

A historical centre was once part of a town to be demolished. In opposition to urban growth, heritage conservation developed a disciplinary profile, becoming incompatible with urban models, highlighting the gap between times in spaces. Giovannoni included such areas in the same urban organism; fraught with contradictions, yet paradoxically full of potential. Guimarães, in its multiple dimensions, was formed as the result of conflicting tendencies. However, the measure of the success of a coherent policy of urban conservation lies in the recognition attributed to its heritage, pivotal moment creator of new dynamics. Analysing a path in the territory, we try to demonstrate that cultural heritage, rehabilitated in the light of new urban heritage policies, can be an instigating factor for sustainable urban quality. Then, we pinpoint some new valid urban models, concluding that this spaces of memory are structural systems of intrinsic value, the urban/cultural landscape, the region's visual identity.

SIGLAS

ACIG	Associação Comercial e Industrial de Guimarães
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
AMAVE	Associação de Municípios do Vale do Ave
AMU	Áreas Mediamente Urbanas
APR	Áreas Predominantemente Rurais
APU	Áreas Predominantemente Urbanas
CASTRENOR	Cultura Castreja do Noroeste Peninsular
CMG	Câmara Municipal de Guimarães
CHG	Centro Histórico de Guimarães
COE	Conselho da Europa
CEU	Concelho Europeu dos Urbanistas
DGERU	Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSU	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
DGPU	Direcção Geral do Planeamento Urbanístico
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
DGOTDU	Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
GTL	Gabinete Técnico Local
ICOM	Conselho Internacional dos Museus
ICOMOS	Concelho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IIP	Imóvel de Interesse Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTELI	Centro de Investigação e Análise de Políticas Públicas
IPA	Inventário do Património

IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
LEADER	Ligação Entre as Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos
OIM	l'Office International des Musées
PAGUS	Programa de Assistência e Gestão Urbana Sustentável
PDM	Plano Director Municipal
POLIS	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PROCOM	Programa de Apoio à Modernização do Comércio
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
REN	Reserva Ecológica Nacional
RICUH	Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães
SDN	Sociedade das Nações
SOL do AVE	Associação pelo Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS.....	9
AGRADECIMENTOS	12
INTRODUÇÃO	13
I – CONSERVAÇÃO E URBANISMO: DO PASSADO AO FUTURO DOS TERRITÓRIOS.....	21
1. Da cidade, da conservação e do urbanismo.....	21
1.1. Conservação e Restauro	26
1.2. O culto dos monumentos: história, emoção e memória	28
1.3. Urbanismo: ciência e arte.....	30
2. Património urbano como elemento de uma doutrina original da urbanização.....	33
2.1. O futuro das “velhas cidades”	36
2.2. Novos vocabulários para as velhas cidades: <i>diradamento</i> ; <i>innesto</i> ; “ <i>re</i> ”	39
2.3. Sobre a protecção das belezas naturais e o papel dos planos reguladores paisagísticos.....	40
3. Das cartas de Atenas à actualidade. Crise, incerteza e sobrevalorização.....	43
3.1. A inflação patrimonial e o fim dos modelos urbanísticos.....	50
3.2. Respostas temporárias para territórios em movimento	52
II – GUIMARÃES, DA CIDADE AO TERRITÓRIO. UM OBJECTO DE ESTUDO ALARGADO	55
1. História, morfologia e memória.....	55
1.1. Do medievo à alvorada do século XIX	56
1.2. Do romantismo português à consagração patrimonial de 2001	65
2. Caracterização do organismo patrimonial, urbano e territorial actual	81
2.1. Organismo estético: Paisagem.....	84
2.2. Organismo estético: Património edificado disperso.....	86
2.3. Organismo estético: Centro Histórico	87
2.4. Organismo cinético: Rede viária e território em crescimento	90

2.5. Organismo social: Demografia.....	91
2.6. Organismo social: Economia.....	92
2.7. Organismo social: Educação e Cultura	94
2.8. Organismo social: Políticas	96
3. O resultado de um percurso coerente	98

III – PERCURSO (S). DAS DIFERENTES CONDIÇÕES DO PATRIMÓNIO NO TERRITÓRIO

1. Estratégia de observação.....	101
1.1. Conheço a cidade porque a percorro	103
1.2. De entre tantos percursos, porquê este?	105
1.3. Das diferentes escalas de observação	107
2. Os elementos que compõem a paisagem patrimonial do território vimaranense.....	109
2.1. Símbolos: monumentos simbólicos e monumentos invisíveis	110
2.2. As fronteiras e envolventes patrimoniais	114
2.3. Conjuntos edificados que importa valorizar.....	123
2.4. Espaços intersticiais. Sobre o “verde” público e privado.....	126

IV – QUATRO MOMENTOS NA PAISAGEM. CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NOS TERRITÓRIOS CONTEMPORÂNEOS. EXEMPLOS, ESTRATÉGIAS E CONSEQUÊNCIAS.....

1. Do “centro histórico” à “cidade histórica”	131
1.1. Do desenho e importância dos espaços públicos e seus materiais	134
1.2. <i>Mixed-use</i> , o novo modelo inspirado na cidade de sempre	138
1.3. Paisagem rural/ Paisagem patrimonial	141
1.4. Património ecológico/ Património cultural.....	145
2. O património como factor de estruturação: económica, ambiental, social, e cultural.....	149

CONCLUSÃO.....

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1.1 – Plano de Nova York, Stubben.....	160
Figura 1.2 – Plano de Barcelona, Cerdà	160
Figura 1.3 – Plan Voisin para Paris (1922-25), Le Corbusier	161
Figura 1.4 – Esquema geral dos <i>grands travaux</i> de Paris, Haussman.....	162
Figura 1.5 – Publicação do <i>Der Stadtebau</i> , Goecke e Sitte.....	163
Figura 1.6 – Estudos morfológicos, Sitte	163
Figura 1.7 – O <i>Ringstrasse</i> e o sistema viário de Viena (1859-1872).....	164
Figura 1.8 – Tipos de praças medievais	165
Figura 1.9 – Tipos de <i>innesto</i> e <i>pracetas</i>	165
Figura 1.10 – Sistematização interna de um grupo de edifícios em Roma, antes e depois do <i>diradamento</i>	165
Figura 1.11 – Quarteirão S. Croce em Roma, projecto de <i>diradamento</i> , Fagnoni.....	166
Figura 1.12 – Projecto de <i>diradamento</i> do quarteirão do renascimento em Roma	166
Figura 1.13 – Rede viária de uma cidade tradicional confrontada com a da <i>ville radieuse</i> , Le Corbusier	167
Figura 1.14 – Esquema planimétrico das vias de comunicação de Roma, Giovannoni	167
Figura 1.15 – Plano de Karlsruhe	168
Figura 1.16 – Plano esquemática das novas frentes de evolução e vias previstas de Nápoles	168
Figura 2.1 – Planta de Guimarães (950 – 1279), Bernardo Ferrão.....	169
Figura 2.2 – Planta de Guimarães (1279 – 1498), Bernardo Ferrão.....	169
Figura 2.3 – Planta de Guimarães (1498 – 1750), Bernardo Ferrão.....	170
Figura 2.4 – Planta de Guimarães (1750 – 1863), Bernardo Ferrão.....	170
Figura 2.5 – Planta de Guimarães (1863 – 1867), Manuel de Almeida Ribeiro	171
Figura 2.6 – Planta de Guimarães (1863 – 1924), Bernardo Ferrão.....	171
Figura 2.7 – Contributos para o processo de formação da “pata de ganso” de 1867, 1869, 1916 e 1924	172
Figura 2.8 – Planta do Projecto Geral de Melhoramentos 1925, Luís de Pina.....	173
Figura 2.9 – Planta de Guimarães (1926 – 1974), Bernardo Ferrão.....	173

Figura 2.10 – Guimarães 1976 – 2000	174
Figura 2.11 – Largo Cónego José Maria Gomes antes e depois da intervenção	175
Figura 2.12 – Centro histórico e zona tampão.....	176
Figura 2.13 – Sistema urbano do Vale do Ave.....	181
Figura 2.14 – Ortofotomapa do centro-cidade em 2005.....	183
Figura 3.1 – Esquisso do território e fotografia.....	188
Figura 3.2 – Hipótese de localização das vias de fundação da cidade	189
Figura 3.3 – Monumentos simbólicos	198
Figura 3.4 – Monumentos invisíveis	199
Figura 3.5 – Vista do convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca.....	201
Figura 3.6 – Vista do terreno existente entre os imóveis – convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca – e a Penha	202
Figura 3.7 – Vista do terreno existente entre os imóveis – convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca – e a Penha.	203
Figura 3.8 – Vista da zona de couros. Espaços públicos, imóveis por recuperar e pousada da juventude.....	205
Figura 3.9 – Vista da zona de couros	206
Figura 3.10 – Equipamentos existentes na zona de couros, auditório, centro de dia e cybercentro	207
Figura 3.11 – Ponte sobre o rio Ave nas Taipas, 2005, envolvente	208
Figura 3.12 – Ponte sobre o rio Ave nas Taipas, caminho de acesso, edifício em construção e paisagem próxima, 2005.....	209
Figura 3.13 – Ponte do Arco, 2005, envolvente	210
Figura 3.14 – Ponte do Arco e envolvente, vista de Guimarães e Felgueiras	211
Figura 3.15 – Bairros económicos.....	212
Figura 3.16 – Património da vila de S. Torcato.....	214
Figura 3.17 – Características da paisagem da vila de S. Torcato	215
Figura 3.18 – Vestígios de caminhos antigos na encosta sudeste da Penha.....	216
Figura 3.19 – Vestígios de caminhos e paisagem agrícola na freguesia de Pinheiro	217

Figura 4.1 – Largo dos Laranjais e Praça de S. Tiago.....	218
Figura 4.2 – Praça de S. Tiago.....	219
Figura 4.3 – Materiais de pavimentação dos espaços públicos.....	220
Figura 4.4 – Desenho e nome das antigas portas da muralha em pavimento.....	221
Figura 4.5 – Praça da Oliveira.....	222
Figura 4.6 – O <i>mixed-use</i>	223
Figura 4.7 – Casos de Estudo Internacionais, Centro de Dublin e Singapura.....	224

MAPAS

Mapa 1.1 – Planta do concelho de Guimarães, 2005.....	182
Mapa 1.2 – Planta de ordenamento, 1994.....	185
Mapa 1.3 – Planta de condicionantes, 1994.....	186
Mapa 1.4 – Zonas de protecção no concelho de Guimarães.....	187
Mapa 1.5 – Percurso.....	190
Mapa 1.6 – Património arquitectónico, arqueológico e paisagístico.....	191
Mapa 1.7 – Santos Passos, Vila Pouca e Capuchinhas.....	200
Mapa 1.8 – Zona de Couros.....	204
Mapa 1.9 – Património edificado e paisagístico, freguesia de S. Torcato.....	213

TABELAS

Tabela 1.1 – Construções objecto de intervenção 1985 – 1999.....	177
Tabela 1.2 – Cronologia das intervenções nos espaços públicos 1985 – 1998.....	178
Tabela 1.3 – Actividades instaladas no CH até 1999.....	179
Tabela 1.4 – Construções objecto de intervenção de 2000 – 2005.....	180
Tabela 1.5 – População residente e variações de população.....	184
Tabela 2.1 – Imóveis do concelho de Guimarães que constam do IPA.....	192

AGRADECIMENTOS

Devo esta dissertação, em parte, à Câmara Municipal de Guimarães, tanto, pelo apoio financeiro prestado, através da bolsa de investigação que me foi concedida, e sem a qual, a conclusão deste trabalho não teria sido possível, como também, e ainda, por me ter permitido o acesso a informações municipais, sem as quais o trabalho não teria tido prossecução possível. Agradeço ainda a amabilidade de todos os técnicos e funcionários da Câmara Municipal de Guimarães, que ao longo deste período se cruzaram comigo, em especial aos técnicos do DPGU, DSIG, GTL e DCD, que se mostraram sempre disponíveis para ajudar. Um agradecimento sincero à arquitecta Rosa Maria Ferreira.

Agradeço a todo o corpo docente do mestrado em Recuperação de Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora, que através dos seus ensinamentos, críticas e dedicação à causa do património, reconduziram o meu olhar na direcção de um enorme passado. Devo agradecer ainda a todos os que se cruzaram comigo, tanto no meu percurso académico como profissional, que ajudaram a orientar a minha postura perante a arquitectura, o urbanismo e o património, em especial ao professor Bernardo Secchi.

Aos meus amigos por todas as palavras de estímulo, em particular ao Rui, uma pessoa constante na minha vida.

À minha mãe por estar sempre presente, dedicando-me tantas horas dos seus dias. À minha irmã por acreditar. Dedico ainda este pequeno trabalho ao meu pai por me ter ensinado a amar a sua terra.

Por último resta-me agradecer ao professor Luís Boavida-Portugal pela sua permanente disponibilidade, rigorosa crítica e orientação, bem como pelas inúmeras palavras de incentivo imprescindíveis na realização, prossecução e conclusão desta dissertação.

INTRODUÇÃO

Depois da nomeação do Centro Histórico de Guimarães a Património da Humanidade¹, o processo de requalificação que conduziu a este resultado foi objecto de vários estudos. No entanto, existe todo um vasto conjunto de elementos de valor patrimonial² dispersos no território vimaranense que não foram objecto do mesmo interesse. Inseridos num contexto urbano complexo, caracterizado por um centro de pequenas dimensões e assentamento urbano difuso com vasta rede viária, trata-se de um importante número de elementos de diferentes épocas, que albergaram as mais variadas funções, e que interessa requalificar. A falta de certezas quanto ao futuro do território, associada à observação de um vasto conjunto de vestígios do passado, fazia prever que o destino daquele estava intimamente ligado à preservação dos segundos. Sendo assim, é objectivo deste estudo perceber se os elementos de valor patrimonial dispersos no território, quando inscritos novamente nas dinâmicas evolutivas deste, podem contribuir para a sua reestruturação. Perceber qual o papel que estes conjuntos, entendidos aqui como lugares de memória, desempenham actualmente na hierarquia urbana, e que estratégias devem ser seguidas para que estes façam novamente parte integrante no sistema evolutivo do território onde estão inseridos. Assim foi na tentativa de chegar a um novo entendimento do papel do património na estruturação, passada, presente e futura dos territórios urbanos, através do estudo das teorias do património urbano e das novas formas urbanas, da cidade difusa, à metapolis, que o nosso estudo procurou não só aplicar ao centro histórico de Guimarães mas também à sua envolvente um modelo experimental que contribua para dar coerência a um território alargado de elementos

¹ Em 2001 a zona do intra muros do centro histórico de Guimarães recebe o título de Património da Humanidade concedido pela UNESCO. Foi assim o culminar de um processo iniciado pela CMG em 1985 e 1987 com a reabilitação do Largo Cónego José Maria Gomes e a Praça de S. Tiago, com a colaboração do Arquitecto Fernando Távora.

² No contexto deste trabalho consideramos que o “património” do concelho é constituído por todo um vasto conjunto de elementos arquitectónicos, arqueológicos e paisagísticos de valor intrínseco. O “património arquitectónico e arqueológico”, é constituído por elementos de diferentes tipologias e épocas, uns classificados como monumentos nacionais, outros como imóveis de interesse público ou de valor concelhio, outros ainda em vias de classificação, e outros que não se enquadram na categorização do património cultural actualmente existente mas que no seu conjunto perfazem a “memória do lugar.” Estes elementos arquitectónicos e arqueológicos de valor patrimonial, encontram-se integrados na estrutura ecológica – constituída pela RAN, REN e rede hidrográfica – que tem um potencial valor e interesse a que chamamos aqui “património paisagístico.” Não nos referindo neste trabalho ao património imaterial que para nós está subjacente ao espírito do lugar.

patrimoniais dispersos. O nosso estudo parte da observação dos percursos que compõem o território, caracterizando os elementos patrimoniais nele encontrados quanto ao papel que estes desempenham na sua estruturação. Escolhendo o percurso mais significativo para o desenvolvimento do nosso estudo, nele são ancorados elementos patrimoniais na procura de um modelo experimental que, a partir destes, articule o passado com o futuro do território. Partindo da consciencialização de que sempre existiu um hiato entre duas disciplinas fundamentais para o correcto desenvolvimento dos territórios, o urbanismo e a conservação, encontrar-nos-emos com as obras de alguns teóricos, que de esta problemática cedo se aperceberam, conduzindo os seus trabalhos para longe de radicalismos e utopias. Dirigir-nos-emos ao encontro de conceitos como o de metapolis, procurando no seu vocabulário, os novos lugares de memória. Fazendo o levantamento dos elementos identitários do território de estudo, procuraremos analisar o lugar, olhá-lo e lê-lo à escala dos seus “materiais”, sejam eles patrimónios classificados, à “pouca luz” do quadro actual, ou não. A reflexão aqui apresentada é sobre o futuro dos patrimónios, por isso da identidade de toda uma região, que é pertença de uma comunidade, sempre e cada vez mais alargada.

Foi na passagem do séc. XIX para o séc. XX que se acentuaram as diferenças entre duas disciplinas, a conservação patrimonial e o urbanismo, que se instituíram nesse tempo como disciplinas autónomas, erradamente promovendo a separação entre o passado, o presente e o futuro do património e do desenvolvimento urbano. Com o começo da modernidade o monumento adquire um estatuto diferente do que lhe era atribuído anteriormente. Não aprofundaremos neste estudo, o quando e o porquê, do começo das preocupações relativamente “aos patrimónios”, apenas serão referidas como complemento teórico, ao longo do nosso “percurso”. No séc. XIX dois documentos – momentos – foram fundamentais para a atribuição de um novo estatuto aos monumentos: foram eles o relatório de 1830 para fazer instituir um inspector dos monumentos históricos em França, feito por Guizot; e o panfleto de 1854 feito por John Ruskin sobre a abertura do Palácio de Cristal. A primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos realizou-se em Atenas em 1931³, surgindo em consequência desta a “Carta de Atenas” só com a participação de países europeus,

³ Essa conferência, chamada de Atenas, foi organizada pela Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual da SDN (Sociedade das Nações) com a cooperação do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), sendo que desta se destacam três comunicações notáveis, a de V. Horta, G. Giovannoni e G. Nicodemi. *Vide*, Françoise Choay, *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 154.

sucedendo-se em 1933 a conferência dos CIAM⁴, que elaborou a também “Carta de Atenas”⁵. Foi nesse momento que adquiriu maior relevância a problemática das relações entre os monumentos antigos e a cidade. As teorias do Movimento Moderno adquirem um maior impacto após a 2ª Guerra Mundial, com as reconstruções do pós-guerra e a necessidade de realojamento dos deslocados, ideias que serão, no entanto, aplicadas um pouco por todo o mundo e de forma indiscriminada até ao final dos anos 60 do séc. XX. Em 1954 realiza-se a “Convenção de Haia”⁶; seguindo-se-lhe em 1962 a “Recomendação de Paris”⁷; o primeiro congresso internacional dos arquitectos e dos técnicos de monumentos históricos realiza-se em 1957 em Paris seguindo-se-lhe o segundo realizado em Veneza⁸ em 1964 sendo editada como consequência deste a “Carta internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios”, assinada pelos países europeus e 3 países que não o eram. Seguem-se ao longo dos anos outras convenções e conferências, das quais destacamos a “Recomendação de Nairobi”⁹ de 1976, que permanece em muitos aspectos actual, apesar das cartas e convenções que se lhe seguiram. Esta defende um tratamento não museológico dos tecidos urbanos antigos, alertando para os perigos que essa atitude poderá aportar à cidade. O valor social atribuído à malha urbana antiga é medido em função dos riscos prediais e turísticos. Assim, a Europa foi o palco do nascimento das preocupações com o património edificado enquanto os Americanos foram os pioneiros na defesa do património natural. Em 1979, oitenta países assinaram a convenção do Património Mundial sendo a valorização destes conjuntos vista como um meio de lutar, não apenas, pela protecção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de penalização e de normalização das sociedades e do seu ambiente¹⁰. Desde então variadas conclusões, e futuros se apontaram, em consequência de experiências mais ou menos bem sucedidas. As primeiras preocupações patrimoniais partiram dos britânicos sendo o seu lugar substituído posteriormente pelos italianos. Como o primeiro passo da nossa pesquisa, é tentar compreender o porquê do divórcio, ainda

⁴ CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna. Criados em 1928 colocaram o urbanismo no primeiro plano das suas preocupações a partir do congresso de 1930.

⁵ *Carta de Atenas*, ou *Town Planning Chart*, datada de 1933 é elaborada durante o 4º congresso dos CIAM.

⁶ UNESCO 1954, *Convenção Sobre a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*.

⁷ UNESCO 1962, *Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Sítios*.

⁸ Surge em consequência do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos.

⁹ UNESCO 1976, *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*.

¹⁰ Françoise Choay, *op. cit.* p.195.

hoje existente entre duas disciplinas, a conservação e o urbanismo, o nosso trabalho não poderia partir senão dos inventores do conceito de património urbano. Foi, em tempos, a separação entre estas duas formas de olhar os elementos constituintes dos territórios, que puseram em causa, por diversos momentos, a sobrevivência, tanto, por um lado, da qualidade urbana, como, por outro, da continuidade da preservação da sua identidade histórica. Partindo dos percussores da ciência do restauro na Itália do séc. XIX e início do séc. XX Camillo Boito (1835-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1943). Começando com Camillo Boito que confrontando duas doutrinas opostas, as de Viollet e Ruskin, recolhe o melhor de cada uma, para formular um conjunto de directivas para a conservação e restauro. Falando da importância do pensamento do vienense Alois Riegl (1858-1905) para quem a resolução do conflito entre o passado e o futuro depende, de compromissos negociáveis em cada caso particular, em função do dito estado e do contexto social e cultural no qual o objecto patrimonial se insere¹¹. Riegl vê o património como problema social, como uma chave para a interrogação do futuro das sociedades modernas, antecipando as análises mais tarde feitas por Freud sobre as doenças das sociedades futuras. Observando a consciencialização do problema urbanístico, de Camillo Sitte (1843-1903), que apoiando-se nas descrições das cidades do passado, explica como estas diferentes configurações espaciais não deixaram de irradiar beleza, questionando-se sobre se as metrópoles contemporâneas estarão condenadas a um grau zero da beleza urbana, e se será possível a perseguição de uma arte urbana em conformidade com o futuro da sociedade industrial.¹²

Apesar de fazermos referência aos trabalhos dos teóricos, que Choay designou como os inventores do património urbano, aprofundaremos a obra que considerámos como ponto de partida fundamental da nossa investigação, o livro *Vecchie città ed edilizia nuova* de Gustavo Giovannoni. Os seus conceitos foram pioneiros podendo historicamente colocar-se no primeiro momento de tentativa de combater o divórcio entre conservação e o urbanismo. Giovannoni procurará conciliar a “velha cidade” com a “cidade nova”, estabelecendo um conjunto de estratégias de intervenção que permanecem ainda hoje como os preceitos da conservação urbana. Em 1913 é publicado um artigo de sua autoria com o mesmo título do livro, que sairá quase 20 anos depois. *Vecchie città ed edilizia nuova* aparece como uma procura atenta sobre as transformações da cidade, que de pré-industrial se vai tornando moderna nos seus novos

¹¹ Françoise Choay, *op. cit.* p.173.

¹² *Ibidem*, pp.161-162.

eixos, formas e imagens. No entanto, pelas ligações que estabeleceu com o regime de Mussolini, a sua obra foi durante anos relegada ao esquecimento, sendo em 1995 reeditada pela primeira vez no seu país. Francesco Ventura, responsável pela reedição da obra, considera o livro de Giovannoni, como o primeiro texto urbanístico italiano, sem dúvida tardio – uma vez que por toda a Europa surgiram várias outras obras não menos importantes – mas que integrava a experiência milenar de um país europeu que beneficiou da mais numerosa e sólida rede de fundações urbanas, herdadas em maioria do Império Romano.¹³ Com uma formação multidisciplinar, tal como Sitte e Riegl, este engenheiro, arquitecto e historiador de arte foi ao mesmo tempo teórico e prático do urbanismo e da conservação dos monumentos. Quando confrontado com as ideias dos “conservadores” e dos “progressistas”, uns defensores dos “objectos” do passado acima de qualquer custo, outros predispostos a quebrar radicalmente com ele – personificado pelas ideias de Le Corbusier¹⁴ – Giovannoni observa estas duas visões opostas da cidade e tenta reconciliá-las. Essa bipolarização dilui-se assim na sua obra, em parte, devido à sua formação multidisciplinar, consequência da sua experiência enquanto profissional, do amor que nutria pelas cidades do seu país e do fascínio que para ele o futuro exercia. Giovannoni reunia assim todas as características de um pensador, para quem os extremismos eram sinal de uma visão redutora. Em *Vecchie città ed edilizia nuova*, Giovannoni, faz uma reflexão sistemática sobre as tipologias antigas restitui-lhes qualidade através da observação crítica de casos exemplares, enaltecendo assim as suas características e delas retirando lições. Como dirá Mario Cusmano¹⁵, europeizando a cultura da cidade de então, considerando também as fontes e os precedentes aos quais faz referência, semeando e transmitido ensinamentos, métodos de leitura e vivas interpretações originais às gerações coetâneas e sucessivas que disso se apropriarão. Giovannoni fala-nos do carácter cinético das sociedades, ilustrado na expressão de Cerdà¹⁶ “o homem dorme, o homem movimenta-se”. Pensa o território como uma composição de diferentes escalas apoiadas em redes de infra-estruturas. Pressagia para o futuro dos territórios uma urbanização generalizada em detrimento da cidade como era

¹³ Françoise Choay sobre o pensamento de Francesco Ventura, *in* introdução à segunda edição italiana do livro de Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, pp.VII-VIII.

¹⁴ Le Corbusier foi considerado um dos mais radicais defensores do Movimento Moderno, levando ao extremo da abstracção as teorias do urbanismo dos CIAM, aplicando o mesmo plano de cidade a diversas regiões, independentemente das relações que se estabelecessem com o local.

¹⁵ Mario G. Cusmano, *in* Gustavo Giovannoni, *op. cit.*, p.X.

¹⁶ Ildefons Cerdà escreve a *Teoría general de la Urbanización* publicada 1867, onde é usada pela primeira vez a palavra urbanismo, neologismo que dá nome a uma nova disciplina emergente.

conhecida então, apontando para o futuro mais provável desta, conceitos como os de “cidade difusa” e “anti-urbanização”¹⁷. Ele visiona a nova era do *post-city age* de que nos falará Melvin Weber e do *cyberspace* de Mark Slouka, onde a condição urbana se encaminha para a constituição de comunidades libertas de qualquer enraizamento, fruto da negação da dimensão corporal da condição humana e do papel do corpo na constituição das relações sociais¹⁸. A revolução nas novas tecnologias de comunicação conduz à crise da organização do espaço e da cidade.¹⁹ O impacto exercido por estas sobre os assentamentos urbanos reflecte-se no urbanismo de redes.

Apoiando-se na observação das metrópoles, Archer²⁰, defende no entanto, que as relações sociais nunca funcionarão, pelo menos num primeiro momento, baseadas apenas em contactos que não os físicos. Preconiza, no entanto, uma expansão metastisada dos territórios, pois as redes permitem a libertação, a urbanização difusa e a formação de áreas metropolitanas indistintas. As dinâmicas dos territórios de redes distinguem-se e opõem-se às do edificado local, que se formou e foi consolidando em estreita relação com a paisagem envolvente²¹. Cada caso tem as suas singularidades e por isso é único e insubstituível, nunca se repetindo. Das grandes às pequenas cidades, das economicamente prósperas às em crise, daquelas em que o património não passa de um elemento de prestígio, ou é um último recurso. A cidade histórica, tanto é produto de consumo cultural, como pode ser reinvestida com fins económicos, que beneficiam simbolicamente do seu estatuto histórico e patrimonial, mas sem lhe estar subordinado.²² A modernização do tecido urbano deve ser construída na contiguidade, pela diferença. Os elementos da arquitectura moderna, mais valias para a cidade, são-no efectivamente com a condição de respeitar a articulação e as suas regras morfológicas.²³ Dentro do contexto de cidade difusa, característica cada vez mais forte dos nossos territórios, a atenção deverá ser conduzida, para a procura de equilíbrio entre micro-escala – dos tecidos históricos “protegidos” por áreas de protecção, de limites questionáveis – e a macro-escala do território sempre em expansão, e sem “fronteiras”. Do monumento à cidade e ao território, as formas são o resultado da materialização das

¹⁷ Françoise Choay, *op. cit.* pp.168-174.

¹⁸ *Ibidem*, p.214.

¹⁹ Cerdà será o primeiro a disto se aperceber, anunciando que estas “vão transformar completamente as formas de urbanização, tornar anacrónicas as cidades antigas, permitir modos de agrupamentos dispersos – a que chama sugestivamente uma urbanização ruralizada.”

²⁰ *Cit.* François Ascher, *Metapolis. Acerca do futuro das cidades*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

²¹ Françoise Choay, *ibidem*, p.195.

²² *Ibidem*, p.195.

²³ *Ibidem*, p.196.

características geográficas, históricas, das acções políticas, da intervenção dos seus agentes e da atitude participativa das populações locais. Em tudo das dinâmicas sociais contemporâneas. As atitudes a ter perante as diversas escalas de actuação que envolvem todos os actores do território propõe-se como tema de debate pertinente. Das cidades médias às conurbações não metropolitanas, das conurbações metropolitanas às relações transfronteiriças, das inter comunitárias às europeias.

E é quando nos referimos às metodologias, de Giovannoni, de reinterpretação do problema do património no contexto de uma sociedade em evolução, que a problemática do território vimaranense se nos apresenta como uma forte potencialidade de estudo. Enquanto a inflação do património era combatida e denunciada pelos seus custos de manutenção, inadaptação às necessidades actuais, acção paralisante sobre os grandes projectos de ordenamento do território, tendo do seu lado opositores intransigentes invocando o seu direito em marcar o espaço urbano, não sendo relegados para os arrabaldes, ou ao “pastiche” quando projectavam na cidade histórica²⁴, a conservação do centro histórico Património da Humanidade era considerada exemplo internacional de reabilitação bem sucedida.

Num território de elementos patrimoniais dispersos com um valor inestimável inseridos num contexto territorial complexo, a sua sobrevivência é dependente da sua integração a usos adequados, na defesa do seu carácter, mas acompanhando o ritmo de mudança das sociedades, sempre, e acima de tudo, na defesa da qualidade de vida das populações. Não resulta a sedução de algumas cidades da diversidade das suas arquitecturas e dos seus espaços, e território, que não devem ser travados por uma conservação intransigente, mas continuada?²⁵ No entanto a uma escala mais alargada devem-se-nos levantar outras questões: Que escala é esta que não podemos abarcar? Os objectos destes novos territórios de que serão feitos? Serão apenas físicos? As continuidades, como as percebemos hoje, são possíveis, e desejáveis? Estando a mutação já em curso, não existirá outra via, como a defendida por Giovannoni, quando afirmava, a compatibilidade de uma conservação viva dos tecidos antigos e da sua lógica de articulação com uma organização a outra escala?

Sendo a nossa tese baseada na defesa de que os vestígio e fragmentos que no passado foram o resultado do assentamento no território das populações – hoje constituído por um vasto conjunto de elementos de valor patrimonial que se encontram

²⁴ Cit. Françoise Choay, *op. cit.*

²⁵ Cit. Françoise Choay, *ibidem.*

descontextualizados – só terão lugar na cidade contemporânea, se reinseridos, através de um conjunto de iniciativas de carácter cultural, social, económico, etc., nas dinâmicas do desenvolvimento actual da cidade-território – dentro dos conceitos de Conservação Integrada e de Cidade Coerente – contribuindo assim uma vez mais para o ressurgir dos lugares que no passado foram o pano de fundo expressivo do modo de vida destas populações. O quebrar da fronteira entre o “novo” e o “velho”, permitirá o restabelecimento de contiguidades espaciais, ajudando à sobrevivência do que, do território foi vetado ao esquecimento e, assim, voltar a reinseri-lo nas dinâmicas vivenciais presentes. Esses lugares de memória, esses sítios repletos de história, têm por isso de fazer parte integrante das estratégias para um território sustentável. Do território a nós legado e pejado de imagens do passado deverá surgir o espaço de elementos identitários, palco do actual viver das populações. Estes fragmentos, que são o vestígio do passado da vida das populações neste território, tornam-se, assim, elementos estruturantes na procura de territórios significantes na cidade actual.

I – CONSERVAÇÃO E URBANISMO: DO PASSADO AO FUTURO DOS TERRITÓRIOS.

1. Da cidade, da conservação e do urbanismo.

No passado “a cidade mudava tão lentamente que podia a qualquer momento considerar-se imutável por tempo indefinido, conceber uma praça, um quarteirão, ou uma cidade inteira significava aplicar a uma realidade em movimento lentíssimo a maior aproximação possível de uma imagem de facto invariável, mas esta aproximação torna-se cada vez mais difícil à medida que aumenta a velocidade das transformações”¹. Essas transformações são o prenúncio de uma nova era onde diminuirá, “a capacidade de actuar duradouramente no tecido da cidade”², a Revolução Industrial transformará definitivamente o carácter dos assentamentos urbanos, a partir de então as relações da cidade com o núcleo antiga e o ambiente natural não mais serão pacíficas.

O modelo urbano que se forma a partir do séc. XIX apresenta-se incompatível com a cidade que lhe é precedente. Enquanto a urgência em pensar o novo de alguns, acompanhava as transformações tecnológicas, a defesa dos valores culturais do passado surgia como apanágio de uma elite retrógrada. A procura de um novo modelo que se aplicaria ao futuro foi perseguido por autores de várias áreas, e reflectia a necessidade de aquietação em relação às angústias trazidas pela mudança. Essas preocupações foram expressas em modelos, mais ou menos, extremistas e/ou utópicos. A partir do séc. XIX a teoria do urbanismo é “objecto de opções, de receitas, de escolhas sociais e “ideológicas,” que Françoise Choay agrupou em dois grandes ramos: o urbanismo culturalista que privilegia os valores culturais tradicionais, e o urbanismo progressista, que põe a tónica no progresso, na eficácia e na técnica.”³

O urbanismo, enquanto disciplina, surge assim num primeiro momento, fruto da consequente observação da desadequação do desenvolvimento da sociedade pré-industrial aos modelos tradicionais de cidade existente. Como afirmou Bill Hillier: “*Town planning began as an attempt not to understand cities but to replace them with*

¹ Leonardo Benevolo, *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p.24.

² *Ibidem*, p.24.

³ François Ascher, *Metapolis. Acerca do Futuro das Cidades*. Oeiras: Celta Editora, 1998, p.136.

something better.”⁴ A revolução urbana iniciada na Europa, e que foi promissora em modelos utópicos, conhecerá nos Estados Unidos um terreno ideal para a experimentação (Figura 1.1). Como escreverá Emerson em 1840: “Aqui estamos nós um pouco malucos com os inúmeros projectos de reforma social. Qualquer homem, por menos letrado que seja, tem o esboço de uma nova comunidade no bolso do colete.”⁵ A oposição ao avanço sobre a natureza das imensas periferias das cidades americanas constituir-se-á mais tarde como a principal razão para o aparecimento das preocupações com o património natural. A génese do urbanismo enquanto campo disciplinar acontece no período anterior à 1ª Guerra Mundial. Esse período é profícuo em projectos que tentaram lidar com os novos problemas da cidade, nesta altura surgem modelos para cidades totalmente novas mas a grande parte dos planos tem que lidar com a cidade existente. São exemplo das diferentes posições perante a cidade: o Plano de Haussman (1851-1870), que projectando um conjunto de vias propõe-se abrir caminho dentro do tecido medieval de Paris; o plano de Cerdà para Barcelona (1859) onde este propõe um traçado que envolve todo o casco antigo mantendo-o praticamente intacto (Figura 1.2); ou o plano Voisin de Le Corbusier (1925), que numa atitude mais agressiva propõe a destruição de todo o centro medieval de Paris e a construção de um centro comercial e de negócios por torres isoladas (Figura 1.3). Aqueles que se insurgiram contra um urbanismo de “ponta de faca”⁶ vêm por exemplo, no caso de Paris, “ a “haussmanização”, conduzida de 1853 a 1869 e prosseguida na segunda metade do oitocentos, abrir em todo o corpo da cidade uma série de estradas rectilíneas”⁷ poupando apenas alguns monumentos antigos e estações ferroviárias que servirão de fundo para os novos boulevards (Figura 1.4). Satiricamente Flaubert escreve então, – fazendo referência às demolições que ocorriam em Paris – e usando a voz de uma das suas personagens que balbuciando dizia: “Haussman não me deixa dormir.”⁸ Mesmo assim, as vozes que se levantam, contra o avanço dos planos sobre a cidade antiga restringem-se apenas à defesa dos edifícios mais significativos do passado, sendo que o objecto cidade não é ainda visto como um todo a ser preservado. Por oposição a esta forma de

⁴ Cit. Bill Hillier in, Philip Ball, *Science can be used to design cities according to rational laws*, 2004. Disponível online no site: <http://education.guardian.co.uk/higher/research/story/0,,1300562,00.html>, a 31 de Março de 2008.

⁵ Ralph Waldo Emerson in, Joseph Rykwert, *A Sedução do Lugar. A História e o Futuro da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.92.

⁶ Françoise Choay, *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p.23.

⁷ Leonardo Benevolo, *La Catura del Infinito*. Roma: Editori Laterza, 1991, p.94.

⁸ Gustave Flaubert, *Bouvard e Pécuchet*. Porto: Colecção Mil Folhas – Público, 2003, p.276.

encarar o avanço sobre a cidade antiga, Sitte apresenta na sua obra, o *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* de 1889, os princípios que se destinavam a polemizar contra aqueles de Haussman que regeram as transformações de Viena e o planeamento do seu *Ringstrasse*.⁹ Sitte apresentará um conjunto de princípios que devem reger o plano de uma cidade, produzindo, através destes, um efeito artístico, como se de uma obra de arte se tratasse, e não um simples conjunto de construções e vias.¹⁰

Apesar da larga difusão, no norte da Europa, da obra de Sitte, em Paris os adversários de Haussman “não sabem contrapor-lhe outra coisa que não seja uma nostalgia literária por um passado não recuperável”¹¹, as preocupações, que até então continuavam a circunscrever-se ao campo dos edifícios monumentais e igrejas, ganharão progressivamente mais relevo com a elevação da conservação e do restauro a um estatuto disciplinar.¹² Para tal muito contribuíram o trabalho de alguns fundadores. As duas correntes mais paradigmáticas são personificadas por John Ruskin e Viollet-le-Duc. A teoria de Ruskin baseia-se na “recusa [...] de qualquer restauro que viesse perturbar a «poesia» romântica” dos monumentos, e assim opõe-se à “vontade de Viollet-le-Duc de restituir à sua primitiva forma, e também de completar, e até de “inventar”, com adequações estilísticas, os elementos a restaurar”¹³. As ideias destes dois pensadores são aprofundadas e defendidas por ambos nas suas obras literárias. Ruskin, por exemplo, é um dos impulsionadores dos movimentos literários desenvolvidos em Inglaterra nos meados do século XIX e que consideravam que as obras do passado se deveriam manter intactas.¹⁴ “Em Inglaterra vivia-se o período neogótico, caracterizado pelo avivar das formas góticas [...] Os seus seguidores consideravam o gótico um estilo puro e rigoroso, visto mais como uma religião do que um estilo arquitectónico.”¹⁵ Como afirmava Pugin: “o único estilo em que se podia

⁹ Françoise Choay, *op. cit.* p.205.

¹⁰ *Ibidem* p.216.

¹¹ Leonardo Benevolo, *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.28.

¹² Conservação e Restauro são dois conceitos distintos, embora possam ser encarados como pertencentes ao mesmo âmbito disciplinar. São-lhes atribuídos conceitos e definições que sofreram evoluções ao longo do tempo. Ver por exemplo: - Conservação: do artigo 4º ao 8º da Carta de Veneza 1964; do artigo 1º ao 10º da Carta de Burra 1980; a alínea e) da Carta de Cracóvia 2000. - Restauro: do artigo 9º ao 13º da Carta de Veneza 1964; artigo 1º e do 13º ao 16º da Carta de Burra 1980; a alínea f) da Carta de Cracóvia 2000.

¹³ Gillo Dorfles, *Elogio da Desarmonia*. Lisboa: Edições 70, 1986, p.134.

¹⁴ Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço e Manuela Almeida, *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. Artigo no nº20 de Engenharia Civil – UM. Guimarães: Universidade do Minho, 2004, p.37.

¹⁵ *Ibidem* p.37.

projectar os edifícios religiosos era o gótico”.¹⁶ Ruskin defendia o trabalho dos construtores e artífices como um valor a respeitar, dizendo dos acrescentos de novas eras, que eram “mentiras arquitectónicas”, considerando a produção industrial uma falsidade. Para si, “A arquitectura seria tanto mais nobre quanto mais evitasse todos estes procedimentos falsos” embora aceita-se que, “o restauro pode ser uma necessidade, mas só estruturalmente e sem preocupação nos meios usados, pois “mais vale uma mula, do que um membro perdido.”¹⁷ No confronto do trabalho destes dois pensadores o italiano Camillo Boito retira o que de melhor uma e outra aportam à teoria da conservação, para formular os fundamentos críticos do restauro.

Para tal muito contribuiu a obra de Alois Riegl. Este historiador de arte vienense escreve em 1903 *Der moderne Denkmalkultus* ou “O Culto Moderno dos Monumentos,” obra que se irá revelar da maior importância pois promoverá o debate das questões relativas à tutela e conservação dos monumentos históricos. Este livro foi a base teórica para a reorganização da legislação da conservação dos monumentos na Áustria. Riegl apresenta através dos diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos, os distintos meios para sua preservação, impondo aos que por esta eram responsáveis a necessidade de fazer escolhas que obrigatoriamente deveriam ser baseadas em juízos críticos.¹⁸ Dessa forma, o pensamento de Riegl insere definitivamente a prática do restauro no debate cultural, antecipando-se às propostas defendidas pelo chamado “restauro crítico” que, como já referimos, terá em Boito um impulsionador. Ao mesmo tempo que o restauro e a conservação consolidavam os seus princípios científicos na preservação dos monumentos, o urbanismo ganhava uma importância crescente na defesa do organismo da cidade. Em defesa dos monumentos são criadas as sociedades de protecção dos edifícios antigos, enquanto, os “instrumentos administrativos, económicos e técnicos procuravam o controlo das transformações urbanas”¹⁹. A questão urbana é debatida, primeiro, nas exposições universais e congressos internacionais, sendo também significativo o número de obras publicado sobre esta temática. O *Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* de 1889, do vienense Camillo Sitte, não sendo caso único, gozara no entanto de uma enorme e

¹⁶ Cit. Pugin, *Ibidem* p.37.

¹⁷ Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço e Manuela Almeida, *op. cit.*, p.37.

¹⁸ Cláudia dos Reis e Cunha, *Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos*, 2007. Resenha do livro, Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução de Daniel Wieczorek. Paris, Seuil, 1984. Disponível online no site: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>, a 31 de Março de 2008.

¹⁹ Leonardo Benevolo, *La Catura del Infinito*, p.79.

paradoxal popularidade, uma vez que se insurge contra a prática urbanística de então. Esta será traduzida para francês em 1902, russo em 1925, e espanhol em 1926, a “oposição, beirando o desprezo, de Sitte aos engenheiros sanitaristas e de tráfego, que então detinham o controle do planeamento da cidade, teve sucesso imediato, o excessivo tecnicismo dos engenheiros e a ganância dos empreendedores já eram tão impopulares quanto hoje.”²⁰ Em 1904 Camillo Sitte será juntamente com Theodor Goecke, o responsável pelo lançamento simultaneamente em Viena e em Berlim, da primeira revista sobre urbanismo com repercussão internacional.²¹ *Der Städtebau* (Figura 1.5) ou “A Construção Urbana”, que tinha o mesmo título do livro de 1890 de Joseph Stubbenfiel admirador de Sitte, foi talvez uma das mais populares publicações da época. Sitte nas suas obras denunciava a tendência dos urbanistas da época de destruir os espaços públicos centrais “espetando-os” com monumentos, critica as avenidas rectas e uniformes e acima de tudo o aproveitamento exaustivo dos quarteirões pelos especuladores²². Ele louvava a beleza das cidades do passado, entendendo-as como obras de arte colectivas²³ (Figura 1.6). Assim, é na Áustria de Sitte e Riegl que se confirma a importância do conceito de património urbano, surgido em Inglaterra com a obra de Ruskin, será no entanto na Itália de Boito e Gustavo Giovannoni que este ganhará maior expressão. Gustavo Giovannoni distinguir-se-á pela originalidade das suas teorias, conhecedor das obras de Sitte e Boito a estas aderirá sem reservas, todavia em resultado do fascínio que nutria pelos avanços tecnológicos da modernidade vai procurar conciliar o passado e o futuro da cidade num único organismo, ele vai prever para o futuro não mais um “novo modelo” de cidade, mas o chegar da época da não cidade. Giovannoni interpreta todos os participantes, objectos, agentes, patrimónios, paisagens e sistemas de produtividade, como os elementos a conciliar no futuro, sabendo no entanto da mutabilidade e fragilidade destes, alertará para a sua conseqüente perda. O futuro do passado, ou se quisermos a possibilidade de esse passado sobreviver no futuro estava nas teorias por ele defendidas²⁴, tendo a sua obra um carácter indiscutivelmente visionário.

²⁰ Joseph Rykwert, *op. cit.*, pp.166-167.

²¹ Cit. José Geraldo Simões Junior, *O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República*, 2007. Disponível online no site: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq090/arq090_03.asp, a 31 de Março de 2008.

²² Joseph Rykwert, *ibidem*, p.167.

²³ *Ibidem*, p.169.

²⁴ Françoise Choay, introdução à segunda edição italiana in, Gustavo Giovannoni. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, pp.VII-VIII.

Se o séc. XIX foi promissor no aparecimento de teorias antagónicas que defenderam, por um lado, o organismo da cidade antiga, e por outro, o organismo da cidade moderna, nos séculos subsequente procurar-se-á encontrar soluções de contiguidade e de compromisso para atenuar os conflitos que vinham sendo “desenhados” nos territórios. Procuraremos, nas próximas linhas, observar o carácter inaugural das ideias de alguns autores e revelar a influência que estes tiveram na consciencialização da complexidade dos territórios urbanos.

1.1. Conservação e Restauro.

A conservação e o restauro tiveram uma influência preponderante na constituição da importância da valorização da cultura do passado, e como tal constituíram-se como teorias de base na defesa dos monumentos e posteriormente dos núcleos antigos das cidades. Os expoentes máximos cujas obras deram forma às duas teorias opostas da conservação foram, Viollet-le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1818-1900), seguidos em Inglaterra, – uma vez que era neste país que se observava um maior desenvolvimento do neogótico – respectivamente por, Gilbert Scott (1811-1878) e William Morris (1834-1896). As suas obras pautaram-se por um conjunto de regras que definiam as suas posições perante os monumentos. Viollet-le-Duc afirmará que “restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado de plenitude que não poderá ter existido em nenhum momento”²⁵, ao que Ruskin contrapõe que é “impossível restaurar qualquer coisa que foi grande e bela na arquitectura, como é impossível ressuscitar dos mortos [...] aquele espírito que se comunica através da mão do artífice que não pode jamais voltar à vida”.²⁶

Viollet-le-Duc formula a primeira teoria do restauro estilístico, que se baseia na concepção de que o valor do monumento radica nas suas formas e seu estilo. O restauro deve assim procurar recuperar essas formas através do estudo comparativo e analógico, e pela história da arte classificar o monumento por diferentes épocas, na persecução da sua unidade estilística e formal. Viollet-le-Duc na prática defendia:

²⁵ Cit. Viollet-le-Duc, *Dicionário da Arquitectura Francesa in*, Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço e Manuela Almeida, *op. cit.* p.36.

²⁶ John Ruskin, *Le sette Lampade dell' Architettura*. Milão: Editorial Jaca Book, 1981, pág. 227.

“a destruição de todos os acrescentos de épocas anteriores de modo a restituir cientificamente o original. Era necessário conduzir o monumento ao estado mais puro [...] o que implicava que o arquitecto restaurador tivesse que se colocar na pele do projectista da obra original e perceber quais seriam as suas ideias [...] mediante documentos e desenhos, ou na sua falta, através de regras de estilo ou edifícios circundantes, sem acrescentar contributos pessoais. O arquitecto deveria optar pela reconstrução do monumento melhorando os defeitos e procurando um ideal do seu estilo.”²⁷

O restauro estilístico de Viollet-le-Duc que sendo à época a corrente dominante, contava com a forte oposição dos britânicos Ruskin e Morris.

Ruskin lidera o movimento do restauro romântico conhecido também como o “anti-restauro”, a posição que assumiam perante o monumento era a de um respeito quase religioso que impedia qualquer tipo de intervenção. Propunha uma atitude contemplativa que via na manutenção e conservação a sua melhor expressão, para ele a intervenção deveria reduzir-se ao mínimo. Morris contribuirá para o desenvolvimento das teorias de Ruskin, sendo responsável pela fundação da Sociedade de Protecção de Edifícios Antigos, batendo-se, mais tarde, pela instituição do conceito de Património da Humanidade.

“Desde o último quartel do séc. XIX que a hegemonia da doutrina de Viollet-le-Duc começa a ser abalada por um método mais questionante, mais moderado e também mais bem informado, graças aos progressos da arqueologia e da história da arte.”²⁸ Esta orientação aparece sobretudo em Itália tendo em Camillo Boito (1835-1914) um importante precursor a quem sucederá Giovannoni. A importância da obra de Boito, reside acima de tudo, na sua capacidade de no confronto das duas mais importantes, e antagónicas doutrinas sobre os monumentos, fundar uma outra que sintetiza o que de melhor existia em cada uma. Ele parte do princípio que o monumento é um documento histórico e como tal a sua conservação deve respeitar a forma como este chegou ao presente, assim é exigido perante o monumento um respeito que impede a sua falsificação. Boito estabelece a classificação dos monumentos em função de critérios cronológicos, defendendo que conservação e restauro não são uma e a mesma coisa, e que o primeiro deve anteceder o segundo que deverá ser reduzido ao mínimo. Para ele a intervenção nos objectos arquitectónicos é mais complexa do que no campo da pintura ou da escultura, indo contra a posição dos seus predecessores, não aceitando nem a

²⁷ Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço, Manuela Almeida, *op. cit.*, p.35.

²⁸ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999, p.136.

morte do monumento, nem conduzir pelo restauro o monumento a um estado que pode nunca ter existido.²⁹ Defende a importância dos acréscimos que se iam configurando ao longo de todas as fases da história, aceitando intervenções mínimas, exigindo que se assinalasse qualquer intervenção moderna. Reconhece a beleza das ruínas e a importância da sua valorização mas não pretende conduzi-las nem ao seu estado original, nem completa-las com elementos novos.

As suas proposições definirão os preceitos defendidos em 1931 pela Carta de Atenas,³⁰ que influenciou os regulamentos da Carta de Restauro Italiana, transcrita por Giovannoni e aprovada pelo *Consiglio Superiore Per Le Antichità e Belle Arti*, que se sucedeu à Conferência de Atenas, sendo publicada no “Boletim de Arte” do Ministério da Educação Nacional em 1932. Os seus princípios baseiam-se na primeira, mas acrescenta à noção de património não só as obras de arte, mas também as da ciência e tecnologia, considerando a elaboração de desenhos, fotografias e o estudo de todas as fases de intervenção, tanto para edifícios como para escavações arqueológicas, mas a grande mudança que introduz diz respeito à importância que atribui ao espaço envolvente e à funcionalidade adequada a dar a cada objecto a restaurar.³¹

O seu discurso representa uma evolução da teoria do restauro, sendo só a partir do pensamento Boito que é feita a separação entre restauro e conservação.³² A teoria do restauro definida por Boito no final do séc. XIX e início do séc. XX, e que está presente na legislação Italiana de então, continua próxima das actuais, e é em parte apoiado na obra do autor da chamada “terceira via” que Giovannoni desenvolverá o seu trabalho.

1.2. O culto dos monumentos: história, emoção e memória.

O pensamento de Alois Riegl (1858-1905) leva em consideração o pensamento dos anteriores, Ruskin e Viollet-le-Duc, mas a visão que tem dos monumentos é mais rica e complexa. Na obra “O culto dos monumentos modernos” – *Der moderne*

²⁹ Denise Puertas de Araújo, *O pensamento de Camillo Boito*, 2007. Resenha de livro. Disponível online no site: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha125.asp>, a 31 de Março de 2008.

³⁰ Carta de Atenas do Restauro. Surge do 1º Congresso Internacional de arquitectos e técnicos de monumentos históricos.

³¹ Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço e Manuela Almeida, *op. cit.* p.40.

³² *Cit.* Denise Puertas de Araújo, *ibidem*.

Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung – de 1903, Riegl fala da evolução histórica dos diferentes valores atribuídos aos monumentos, identificando os valores de rememoração destes e a relação que se estabelece com o seu culto, abordando a relação desse culto com os valores da contemporaneidade.³³

Para Riegl, o monumento é uma obra que foi criada com o objectivo de lembrar ao homem um acontecimento ou época, o seu objectivo primeiro é alimentar a memória colectiva de uma sociedade. Ele diferencia os monumentos intencionais daqueles que o não são, dizendo, que é a estes últimos que o sujeito moderno se refere quando utiliza o termo de monumento histórico e artístico.³⁴ Adianta que nos séculos anteriores ao XV só eram conhecidos os monumentos intencionais, a partir desta data as obras da antiguidade começarão a ser reconhecidas pelo seu valor simbólico e memorial, surgindo um novo valor, o de rememoração. O valor que é atribuído ao monumento está intimamente relacionado com outro conceito, o do pensamento da vontade artística de cada época. Se até ao séc. XVIII os monumentos tinham que corresponder a determinados padrões para serem considerados como tal, a partir do séc. XIX a aceitação de qualquer manifestação artística ampliará consideravelmente o culto patrimonial.³⁵ Riegl dividirá os valores de rememoração, em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. O valor de antiguidade surge ao indivíduo de imediato, resultado da observação do contraste, pela diferença, e é percebida por todos. Esta influência sobre todos os indivíduos do valor de antiguidade fará com que Riegl preveja o advento de uma cultura de massas para a alvorada do séc. XX. Este valor determinará, como atitude conservativa, a não intervenção, assemelhando-se à visão romântica, pois a sua eficácia reside precisamente no aspecto que o passar do tempo lhe imprimiu. Paralelamente ao aparecimento do valor de antiguidade, a protecção dos elementos da natureza denominados monumentos naturais vai, no seu entender, estabelecer-se como uma característica da cultura da sociedade moderna. Para Riegl o monumento passa a ser um documento histórico que deverá ser mantido o mais próximo possível do original. O valor de rememoração intencional é para Riegl o que mais se aproxima dos valores de contemporaneidade. Esses valores dividem-se, em

³³ Cit. Cláudia dos Reis e Cunha, *Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos*, 2007. Resenha do livro, Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução de Daniel Wiczorek. Paris, Seuil, 1984. Disponível online no site: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>, a 31 de Março de 2008.

³⁴ Vide, Alois Riegl, *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

³⁵ Cit. Cláudia dos Reis e Cunha, *ibidem*.

valor de uso, e valor de arte, sendo que este último é dividido em valor de arte relativo e valor de novidade.

A singularidade da sua teoria reside no facto de que “ao avaliar o peso semântico do monumento histórico, ele torna-o num problema social, numa chave para a interrogação do futuro das sociedades modernas.”³⁶ É “a partir de pistas sintomáticas abertas por ele com a obra *Der Moderne Denkmalkultus* que se pode procurar hoje pensar o património histórico.”³⁷ O estudo de Riegl promove o debate sobre a razão de conservar, constituindo-se juntamente com a obra de alguns dos seus contemporâneos como a base de uma nova disciplina, com efeito:

“A obra de Boito e, mais largamente, a de Riegl, mostram que na charneira do século XIX e do século XX a conservação dos monumentos históricos tinha conquistado o estatuto disciplinar que só uma interrogação acerca dos seus conceitos e procedimentos lhe podia conferir.” [...] Esta aproximação crítica concluía uma delimitação do campo espaço-temporal dos monumentos históricos que, desde finais dos anos 1860, apresentava, pelo menos em teoria e virtualmente, quase os mesmos contornos da actualidade.”³⁸

A sua contribuição será fundamental para compreender a transição produzida no início do séc. XX em Itália, no entanto as suas teoria não terão uma grande repercussão aquando da publicação da sua obra maior, “com efeito quase até aos anos sessenta do séc. XX, a conservação dos monumentos históricos continua a resumir-se, essencialmente, aos grandes edifícios [...] e o restauro permanece quase sempre fiel aos princípios de Viollet-le-Duc.”³⁹

1.3. Urbanismo: ciência e arte.

Se as obras de Boito e Riegl serviram de base às teorias giovannonianas sobre a conservação e restauro dos monumentos, a pesquisa urbanística desenvolvida por Camillo Sitte (1843-1903) afirmar-se-á como o ponto de partida para a sua posição relativamente à cidade histórica.

A obra de Sitte inscreve-se na corrente culturalista, tal como as de Ruskin e

³⁶ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, p.141.

³⁷ *Ibidem*, p.141.

³⁸ *Ibidem*, p.141.

³⁹ *Ibidem*, p.142.

Morris, “frequentemente citado [...] pelo carácter humano das soluções que preconiza, Sitte representa pelo contrário, para Le Corbusier e os progressistas, a encarnação de uma vocação retrógrada para o passado.”⁴⁰ O seu livro *Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*⁴¹ de 1889, surge como a primeira teoria do urbanismo publicada a seguir ao texto inaugural de Cerdà – a *Teoría general de la Urbanización* – à qual este se opôs pois para si ela esquecia os problemas da comodidade abordando unicamente os aspectos estéticos.⁴² As suas observações resultam da oposição ao planeamento haussmaniano de Viena cujas “receitas” rejeita, reconhecendo no entanto a importância de algumas das premissas do urbanismo moderno nomeadamente no domínio da higiene, “porém a primeira urgência, aos seus olhos, é fazer integrar pela nova disciplina o registo supremo do prazer e da beleza”.⁴³

No seu livro Sitte descreve e explica os princípios artísticos que devem orientar o acto de projectar as cidades. Criticando as soluções de planeamento usadas na sua época, afirma que dos três grandes métodos existentes – e algumas híbridas variações destes – nenhum tem qualquer interesse, pois nas suas veias não pulsa uma única gota de sangue artístico:

“We have at our disposal three major methods of city planning, and several subsidiary types. The major ones are the gridiron system, the radial system, and the triangular system. The sub-types are mostly hybrids of these three. Artistically speaking, not one of them is of any interest, for in their veins pulses not a single drop of artistic blood. All three are concerned exclusively with the arrangement of street patterns, and hence their intention is from the very start a purely technical one. A network of streets always serves only the purposes of communication, never of art [...] They are of no concern artistically, because they are inapprehensible in their entirety. Only that which a spectator can hold in view, what can be seen, is of artistic importance, for instance, the single street or the individual plaza.”⁴⁴

Afirma ainda que a arte e a técnica podem coexistir pacificamente dentro da cidade como aconteceu sempre nas cidades antigas. É na observação da irregularidade espontânea das cidades medievais, e da grandiosidade das cidades antigas, renascentistas e barrocas, que falando sobre a beleza das suas vias, praças e edificado,

⁴⁰ Françoise Choay, *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*, p.205.

⁴¹ Em português: A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.

⁴² Françoise Choay, *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p.274.

⁴³ *Ibidem*, pp.275-276.

⁴⁴ *Cit.* Camillo Sitte, *City Planning According to Artistic Principles*. Disponível online no site: <http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/sitte.htm>, a 31 de Março de 2008.

irá propor uma nova forma de planeamento.

Assim, a sua obra pode ser encarada como o primeiro estudo completo sobre morfologia urbana. Será na análise comparativa de diferentes conjuntos urbanos de várias épocas que encontrará as constantes e variáveis das quais poderá extrapolar as premissas que defende para o planeamento das cidades. “A ideia artística de base de Sitte participa da mesma problemática [...] de Riegl”⁴⁵, pois na sua obra ele apercebe-se do corte, entre a cidade do presente e do passado, trazido pela modernidade. Mas, ao contrário do que dirão os seus opositores, a sua postura não é de todo nostálgica, pois apercebendo-se da crise de valores estéticos da sociedade do seu tempo não cai no passadismo de querer reviver outras épocas. Para Sitte a construção das cidades deverá assim obedecer a três condições principais: “livrar-nos do sistema moderno dos conjuntos de casas regularmente alinhadas; salvar, na medida do possível, o que resta das cidades antigas; e aproximar sempre mais nossas actuais do ideal dos modelos antigos.”⁴⁶ Dizendo das novas formas de planeamento – como o Ring e os novos traçados das avenidas (Figura 1.7) – que vinham sendo aplicadas em algumas cidades de França, Alemanha, Áustria e mesmo de Itália, que:

*“This remarkable reorganization, carried out on a large scale, became almost a fad [...] These are forms in modern city planning that are still artistically effective and are truly in the spirit of the Baroque. However, as soon as the geometric pattern and the building block became dominant, art was forced into silence.”*⁴⁷

Insurge-se contra a regularidade dos traçados das cidades modernas, afirmando que “os técnicos modernos [...] armados de esquadros e compassos, pretenderam resolver as delicadas questões de gosto com a grosseira geometria”⁴⁸ assim, para recuperar a liberdade de invenção dos antigos, é necessário através da reflexão recuperar os caminhos trilhados por instinto por estes nas épocas em que o respeito pela arte era uma tradição.⁴⁹ Assim dirá sobre o desenho das vias projectados pelos engenheiros que, servem unicamente o propósito da comunicação e nunca o da arte, acrescentando que algumas vias e praças deveriam ser reservadas aos artistas, para que estes as pudessem vestir com “roupas de domingo” enquanto as outras tantas vias que constituíam o restante espaço da cidade “usariam as suas roupas de trabalho.”

⁴⁵ Françoise Choay, *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, p.277.

⁴⁶ Françoise Choay, *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*, p.206.

⁴⁷ *Cit. Camillo Sitte, op. cit.*

⁴⁸ Françoise Choay, *ibidem*, p.208.

⁴⁹ *Ibidem*, p.208.

Sitte opõe-se ainda ao isolamento dos monumentos, notando que quase todas as construções monumentais que ocupam quase sem exceção, o centro das praças, outrora nunca ficavam nesse lugar. Dando o exemplo de Itália, onde as igrejas estão sempre apoiadas, de um ou de vários lados, em outros prédios formando com estes, grupos de praças. Não bastando ao gosto de cada época, dispor apenas de suas próprias criações do modo mais favorável possível, devendo também melhorar as obras dos antigos mestres.⁵⁰ Atribui assim ênfase aos acrescentos trazidos pelas épocas precedentes, alargando ao campo da cidade o conceito que se começa a desenhar na obra de Ruskin e que tem continuidade nas posições defendidas pela ciência do restauro.

Os seus ensinamentos tornaram-se aceites na Áustria, Alemanha e na Escandinávia e em menos de uma década o estilo de desenho urbano por ele defendido tornou-se aceite como norma nesses países. Existiram, no entanto, fortes críticas em relação à sua postura perante a cidade. Embora o seu trabalho tenha sido em parte, resultado da sua oposição ao planeamento urbanístico de Viena, ninguém marcará tanto esta cidade quanto Otto Wagner. Apesar das muitas críticas dos seus opositores, a partir de 1890 e até ao romper da Primeira Guerra Mundial, a maioria dos muitos planos de expansão das cidades alemãs incorporaram todos ou alguns dos postulados defendidos por Sitte e seus seguidores,⁵¹ como Patrick Geddes e Lewis Mumford. Em *Der Stadtebau* “não só Sitte se comporta como um cientista, como também contribui, no seu domínio próprio, o da arte urbana, com a sua participação numa disciplina em curso de elaboração: a ciência da arte.”⁵²

2. Património urbano como elemento de uma doutrina original da urbanização.

Para o nosso estudo importa destacar o que das teorias, obras e posicionamentos acima descritos, se constituiu como factor impulsionador do aparecimento do conceito de património urbano. Enquanto a defesa da importância do valor do passado e das posições a adoptar perante este, atingiam já uma importância relevante consolidando-se

⁵⁰ Françoise Choay, *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*, p.209.

⁵¹ *Cit.* George R. Collins, Christiane Crasemann Collins introdução ao livro de, Camillo Sitte, *op. cit.*

⁵² Françoise Choay, *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, p.277.

no restauro enquanto disciplina, a importância da defesa do carácter e singularidade dos tecidos urbanos antigos dentro de uma perspectiva urbanística, permanecia por identificar. Tudo se devia à forma como a cidade se “oferecia” enquanto objecto de apropriação, como aponta Choay:

“Numerosos factores contribuíram para retardar, simultaneamente, a objectivação e a historização do espaço urbano: por um lado, a escala, a sua complexidade, a longa duração da mentalidade que identificava a cidade com um nome, uma comunidade, uma genealogia e uma história, de qualquer forma pessoal, mas que não se interessava pelo seu espaço. Por outro lado, a ausência de cadastros e de documentos cartográficos fiáveis antes dos começos do séc. XIX, a par da dificuldade em descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo dos tempos. [...] Por seu lado, a história da arquitectura ignora a cidade.”⁵³

A conversão da cidade em objecto de estudo resulta da percepção do contraste que após a revolução industrial se verificará entre esta, enquanto objecto antigo, e os novos projectos para a cidade moderna. No entanto, a percepção do contraste entre as duas diferentes realidades não implicava que a conservação do organismo antigo fosse entendida como necessária. Os arquitectos e engenheiros fundadores do urbanismo serão os primeiros a estudar estas duas diferentes realidades separadas pela modernidade.

Os tecidos urbanos antigos adquiriram identidade conceptual no momento em que se apresentaram como obstáculos ao avanço das propostas urbanas progressistas. Ruskin será o primeiro a sonhar com a preservação de uma continuidade do tecido urbano constituído pelas suas mais humildes habitações. Procurará, juntamente com Morris, a inclusão dos conjuntos urbanos na mesma categoria dos edifícios históricos a conservar e restaurar. Morris inclui como elemento importante na conservação viva do passado a arquitectura doméstica, sendo o primeiro a alertar para o facto de que a contiguidade e continuidade desta tornavam as cidades irredutíveis à soma dos seus edifícios monumentais, fazendo dos conjuntos urbanos entidades específicas. Ao querer viver a cidade histórica no presente Ruskin encerra-a no entanto, para sempre no passado, dizendo das cidades novas que estas tinham espaço apenas no único lugar sem passado, o Novo Mundo.⁵⁴

A obra de Giovannoni alia à visão de Ruskin sobre a importância dos conjuntos

⁵³ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, p.157.

⁵⁴ *Ibidem*, pp.157-166.

urbanos antigos os princípios boitianos do restauro. Defenderá a aplicação destes na abordagem que fará dos conjuntos edificados antigos e seus vazios, procurando a manutenção do seu ambiente original ou melhorando-o. Para isso escolhe, de forma fundamentada pela pesquisa histórica, o que deve ou não ser mantido, recuperado ou restaurado. A abordagem científica que faz é complementada pelo conhecimento que tinha dos estudos de Sitte, encontrando nesta o complemento de uma nova estética urbana (Figura 1.8).

Ao longo da história, a cidade representou o papel de monumento, nela estando contido o poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo. Enquanto para uns a defesa da cidade enquanto figura museológica residia na sua conservação à parte da cidade que continuava a crescer ao seu lado, privando os seus habitantes da sua utilização, ou fazendo-os nela viver como se de outro tempo se tratasse, Giovannoni, de uma forma mais complexa, elaborará a partir de 1913 o conceito de arquitectura menor, ultrapassando o preconceito moral e englobando-o num conceito mais alargado de monumento vivo. Assim como Boito partiu de duas correntes opostas para sinteticamente apresentar a nova teoria do restauro, Giovannoni propõe-se confrontar as duas correntes do urbanismo – a progressista e a culturalista – para perspectivar o futuro da cidade moderna. Tal como Sitte, foi identificado como conservador; deve-se, no entanto, ao seu pensamento algumas das inovações mais significativas trazidas ao campo do urbanismo.

Giovannoni recolhe destes seus antecessores as premissas para a defesa e recuperação dos valores do passado mas incorpora-os numa visão urbanística mais alargada, muito para além da postura de Sitte, trazendo assim para o campo do urbanismo um elemento inédito, o conceito de património urbano. Na sua obra, “o património urbano é tratado de acordo com as abordagens de Riegl e Boito, ou seja como um campo de forças opostas, entre as quais há que criar um estado de equilíbrio, sempre singular.”⁵⁵

As suas teorias serão, no início do séc. XX, uma das mais importantes e inovadoras contribuições na tentativa de resolução do conflito iniciado pela Revolução Industrial, entre a cidade do passado e do futuro. Ele irá promover, entre estas duas diferentes realidades, o diálogo necessário à criação de um “novo organismo”. A obra de Giovannoni reflecte o pensamento que se começa a formar na alvorada do séc. XX, e

⁵⁵ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, p.168.

que espelha o que Riegl define como sendo característico dos tempos de mudança – como os das passagens de século – em que os princípios do passado se confrontam com aqueles do futuro, encerrando-se o debate iniciado no tempo, apenas quando aos primeiros se sobrepõem os últimos.

2.1. O futuro das “velhas cidades”.

Gustavo Giovannoni (1873-1943) será responsável por inúmeras publicações, das quais, se destacou *Vecchie città ed edilizia nuova*. Publicada em 1931 como o primeiro de muitos volumes dedicados à cidade – acabando depois, no entanto, por ser o único – sobre a alçada do então recente formado *Instituto Nazionale di Urbanística* de Itália, tem o mesmo título do seu artigo saído em 1913 na revista *Nuova Antologia* e que comporá o primeiro capítulo desta obra. A sua mais importante obra será considerada como o primeiro texto urbanístico italiano, e apesar de não ter tido a repercussão desejada – por razões historico-políticas – as problemáticas nela abordadas continuam a ser consideradas de grande actualidade, perfazendo os fundamentos da intervenção contemporânea nos núcleos históricos. A par de *Der Stadtebau nach seinen Kunstlerischen Grundsätzen* do austríaco Camilo Sitte, do *Qu'est-ce que l'Urbanisme?* do francês Pierre Lavedan, e da *Teoría general de la Urbanización* do espanhol Cerdà, esta dará forma, a partir de então e de modo mais completo, à cultura urbanística italiana.

No clima cultural da época, Giovannoni aspira à integração da ciência e da técnica da arte e da economia modernas na construção da urbanística, que, como dirá, era ainda ignorada como ciência. No seu tratado, define a cidade moderna como “organismo” pluridimensional: “social”; “cinemático” (Figura 1.13 e 1.14) e “estético”. Não sendo exactamente nem a tríade vitruviana, nem aquela de Alberti, respeita-lhes no entanto o número, pela forma como estes três princípios são apresentados podem-se considerar como os geradores da urbanística moderna.⁵⁶

A sua formação multidisciplinar permitir-lhe-á abordar várias temáticas, que interessarão a técnicos de diferentes áreas, e chegar a um consenso sobre a forma de

⁵⁶ Francesco Ventura, introdução à segunda edição do livro de Gustavo Giovannoni, *op. cit.* pp.XVIII-XIX.

melhor intervir nos assentamentos urbanos. O carácter inovador da sua obra reside no facto de conceptualmente ter conseguido estabelecer uma continuidade histórica entre cidade antiga e cidade moderna, quando se propõe traçar as grandes linhas estratégicas para aí intervir.

No seu livro são abordados vários temas nomeadamente: as relações entre os monumentos e as construções que lhe são adjacentes; as diferentes escalas da cidade; o traçado das vias; o desenho das praças; as relações entre cidade e espaços abertos, e também, a recuperação dos centros históricos.

Giovannoni começa por descrever as divergentes posições dos inovadores e dos conservadores em relação às problemáticas das cidades do seu tempo, desenvolvendo uma terceira via reconciliadora. Dizendo que, as suas divergências de critérios, têm toda a aparência de um contraste irreduzível entre duas concepções opostas, a da vida e a da história; onde de um lado existem todas as exigências positivas do desenvolvimento moderno e do moderno modo de vida, e do outro, o respeito pelas recordações históricas e artísticas e pelas condições do ambiente no qual se “desenvolve” a velha cidade. Notando que, para os primeiros, as cidades não são nem museus ou arquivos mas devem ser feitas para que nelas se viva o melhor possível, enquanto que para os segundos a vida não pode ser movida somente por um conceito utilitário, sem um ideal, sem uma procura de beleza, e muito menos do que a vida do indivíduo, pode sê-lo a vida colectiva da cidade.

Uma das soluções que fazem parte da sua terceira via de pensamento é a do *diradamento*, considerada por muitos como a sua mais importante contribuição; este é definido como o acto de “escolher” de entre os elementos da cidade o que deve ser considerado essencial ou não, marcante ou não, autêntico ou não⁵⁷, para assim “libertar” a cidade histórica (Figura 1.10 e 1.11).

De seguida, Giovannoni divide a sua análise, em dois tempos, o das “cidades velhas” ou da cidade herdada e o das “cidades novas” ou em expansão. Devolve a dignidade às primeiras quando assume a importância da sua herança, olhando-as com verdadeiro respeito assumindo uma grande apreensão perante o seu destino. No fundo ele emprega o termo “velha cidade” referindo-se à “cidade existente.” Como defendia Sitte, também as velhas cidades eram para Giovannoni obras de arte colectivas, não se resumindo assim à soma dos seus mais importantes edifícios, não se podendo separar da

⁵⁷ Mario G. Cusmano, introdução à segunda edição do livro de Gustavo Giovannoni, *op. cit.* p.XI.

arquitectura doméstica que os circundava e que com estes formava ambientes singulares. Confrontado com o progresso, assume que as cidades existentes se tinham de facto tornado também velhas, porque desajustadas às exigências da vida moderna. Defende a sua idoneidade quando afirma que estas satisfazem as necessidades humanas do habitar e do lazer, melhor ainda que as novas construções que para si ainda não eram capazes de construir a cidade moderna, e de utilizar plenamente as possibilidades que o progresso técnico oferecia.

Depois desenvolve a estratégia de expansão para a “cidade nova”, e os princípios que devem regulamentá-la, no fundo fala-nos dos critérios que devem reger a sua construção e desenvolvimento. A reconciliação que faz, entre a velha e nova cidades está repleta de metáforas e neologismos – como a do *innesto* (Figura 1.9) ou “enxerto”, do novo no velho tronco da cidade antiga – procurando dar nome a formas de intervenção inovadoras, deixando antever um tempo que ainda estava por chegar, o nosso.

Dois pontos importantes se destacam na sua abordagem: o primeiro, o reconhecimento da influência da técnica sobre o nosso ambiente, e a consciência de que esta nem sempre é benéfica. Que a chegada dos transportes de grande velocidade e o desenvolvimento das telecomunicações, aceleram a chegada da não-cidade e do não-campo, que influenciam as transformações das relações espacio-temporais sobre as quais eram fundados os princípios da nossa implantação no mundo. O segundo ponto é a constatação da importância dos tecidos urbanos tradicionais, alertando para a necessidade de rejeitar uma sua historicidade fortuita e falso peso memorial, rejeitando assim o aparecimento de uma indústria cultural. Revelando que no futuro a função vital dos centros históricos, será a conservação de um saber habitar que é apenas perceptível nas escalas menores do espaço, que é o resultado de um saber construir. Este saber habitar e construir não são mais que as duas faces sólidas e indissociáveis de uma competência antropológica de onde Giovannoni nos faz compreender o perigo de morte que a ameaça, e dentro da mesma directriz ele mostra que o património arquitectónico e urbano tradicional é o fundamento necessário para que esta competência se actualize, e que somente na sua continuidade poderemos inventar os novos fundamentos de uma civilização protésica.⁵⁸

Ele é original no que à conservação do património urbano diz respeito, pois, para

⁵⁸ Françoise Choay, introdução à segunda edição do livro de Gustavo Giovannoni, *op. cit.* p.VIII.

si, este não é somente um trabalho de memória mas de devolução deste património à actualidade. É original, porque olha para o organismo urbano, a duas escalas, de gestão e de intervenção: aquela das grandes redes de transportes e comunicações, através das quais a urbanização contemporânea se expande pelos territórios, e aquela do espaço urbano nuclear, de quarteirões, do habitar, da calma e do contacto, onde até as “velhas cidades” encontram o seu papel na cidade moderna global.⁵⁹

A linguagem que Giovannoni usa no seu livro não é, por vezes, muito clara, estando repleta de teorizações generalistas e abstractas, tornando-o assim de difícil leitura. Pode ter sido este o motivo para um menor sucesso da obra nos tempos que se lhe seguiram, mas quanto às ideias que encerra, essas foram amplamente absorvidas não sendo muitas vezes reconhecidas como suas. A pouca aceitação das ideias de Giovannoni deve-se ainda ao facto de ter aderido ao regime fascista de Mussolini e de ter assumido declaradamente a sua oposição ao Movimento Moderno, que nesse tempo era também sinónimo de democracia, e hegemónico em termos ideológicos e técnicos; tirando os poucos que o citaram em textos sucessivos a sua obra foi por longos anos ignorada.

2.2. Novos vocabulários para as velhas cidades: *diradamento*; *innesto*; “*re*”.

Giovannoni recorre, nos seus textos, por diversas vezes a palavras que não pertencendo ao reino da arquitectura ou do urbanismo, definem com maior exactidão as suas posturas perante o organismo urbano, que aborda, como se de um organismo – vegetal – vivo se tratasse. Não sendo característico apenas da sua obra, e fazendo parte de uma corrente da tradição erudita do seu país, irá usá-las para dirimir o conflito existente e avançar critérios de intervenção. Talvez essa sua postura reflecta o facto de – como diria Cervellati⁶⁰ – o argumento cidade/território não estar entre os mais divertidos, antes aborrece, e assim, para tornar a reflexão menos penosa os urbanistas divertiram-se desde sempre a inventar vocábulos que controlassem este organismo em movimento. Ironias à parte, é esta sua posição que ressuscita a velha cidade, a “cose” à moderna e lhe atribui “*re*”novadas funções.

⁵⁹ Francesco Ventura, introdução à segunda edição do livro de Gustavo Giovannoni, *op. cit.* p.XIV.

⁶⁰ Pier Luigi Cervellati, *La città bella. Il recupero dell'ambiente urbano*. Bolonha: Il Mulino, 1991, p.21.

Sendo a sua mais conhecida expressão é também a que até hoje promove um debate mais intenso, o polémico *diradamento edilizio* (Figura 1.12). Esta é a solução que permite conciliar os três factores a ordenar, que são, o movimento local, o aspecto artístico local e o desejo de higiene. O método do *diradamento* consiste em demolir pequenas porções que se destacam, deixando essas áreas livres, reconstruindo o menos possível ou mesmo nada, reduzindo assim ao mínimo a introdução de novos elementos que, quase sempre, não se harmonizam com o existente. Este posicionamento explica-se com a escolha das zonas onde este método melhor se aplica, sem preconceitos geométricos, demolindo as construções que não têm qualquer interesse, abrindo os espaços isolados e lúgubres, valorizando visualmente as envolventes dos monumentos maiores ou dos conjuntos habitacionais. Como afirma Giovannoni,⁶¹ em jeito de chamada de atenção, no procedimento “*tutto questo va fatto «con pazienza e con amore»*”.

O *innesto* ou enxerto define-se como o modo como se devem articular os novos quarteirões com o “velho tronco” da cidade histórica, e destes com o território envolvente. Reflecte o modo como Giovannoni vê e define a relação entre os planos reguladores de expansão e os planos de ordenamento interno das cidades⁶² (Figura 1.16).

Para além das expressões referidas, Giovannoni usará também palavras compósitas que procurarão definir; por um lado, as novas formas urbanas, como anti-urbanização, prevendo a decomposição da imagem das cidades, ou recorrendo ao uso do prefixo “re”, que associado a algumas palavras, define a forma de actuação nos núcleos históricos.

2.3. Sobre a protecção das belezas naturais e o papel dos planos reguladores paisagísticos.

Para além dos temas abordados, *Vecchie città ed edilizia nuova* alerta, ainda que de passagem, para o crescente conflito entre a cidade e a paisagem que a envolve (Figura 1.15). Ainda que seja um pouco estranho que o tema da relação das velhas

⁶¹ Gustavo Giovannoni, *op. cit.* capítulo décimo, p.248. Texto que já tinha sido publicado em forma de artigo com o título *La teoria del diradamento edilizio, ecc.* in revista Nuova Antologia em 1913.

⁶² Vide, Gustavo Giovannoni, *Questioni Urbanistiche*. L'Ingegnere, 1928, 2006. Disponível online no site: <http://eddyburg.it/index.php/article/articleview/6603/1/191>, a 31 de Março de 2008.

cidades com as suas paisagens tradicionais e do confronto destas com o avanço do organismo moderno, não seja nesta obra muito aprofundado, este será tema recorrente em variados artigos que publica e nas intervenções que faz.

Giovannoni participa na redacção da primeira lei italiana sobre as “belezas naturais”⁶³, a lei de 1922, mas é só na lei “sobre a protecção das belezas naturais” de 1939 que é bem aceite a sua proposta de por sob tutela, não só as reservas naturais, mas também as paisagens. Em 1922 afirma a necessidade de por sob tutela a paisagem e de integrar a sua planificação sob a alçada da urbanística. Na introdução à lei de 1939 é explicitada a importância da anterior lei, dizendo desta que: *“ha determinato e raffinato lo studio della consistenza prospettica delle bellezze naturali ed in particolare di quelle panoramiche, e conseguentemente dei mezzi per difenderle efficacemente con cognizione sicura.”* Afirma ainda que a lei de 39 reflecte o seu posicionamento pessoal perante o tema a legislar, que não sendo aquele de um jurista, é a de um arquitecto habituado a incorporar ao concreto conhecimento das coisas uma visão de Arte. Assim estarão a partir de então sob a alçada desta lei:

“ (1°) le cose immobili che hanno cospicui caratteri di bellezza naturale o di singolarità geologica; (2°) le ville, i giardini e i parchi che, non contemplati dalle leggi per la tutela delle cose d'interesse artistico o storico, si distinguono per la loro non comune bellezza; (3°) i complessi di cose immobili che compongono un caratteristico aspetto avente valore estetico e tradizionale; (4°) le bellezze panoramiche considerate come quadri naturali, e così pure quei punti di vista o di belvedere accessibili al pubblico, dai quali si goda lo spettacolo di quelle bellezze”⁶⁴.

À importância das belezas naturais, a Lei de 39 vai associar uma importante novidade, contemplando também os *“complessi di cose immobili che compongono un caratteristico aspetto estetico e tradizionale.”* A partir de então, e com a contribuição de Giovannoni, passa a existir a consciência do relacionamento paisagístico – “estético” e “tradicional” como é dito na lei – entre cidade e ambiente natural. Sendo-lhe também

⁶³ Em 1906, nasce em Bolonha l'Associazione nazionale dei paesaggi e i monumenti pittoreschi d'Italia; em 1913 o Comitato nazionale dei siti e dei monumenti italiani, dentro do TCI; de seguida, a Lega nazionale per la protezione dei monumenti naturali, e l'Associazione pro montibus et silvis, em 1922, l'Ente nazionale per le industrie turistiche e l'Ufficio delle bellezze naturali presso il Sottosegretariato di Stato alle Belle Arti. A primeira lei sobre as “belezas naturais” é de 1922. *Cit. Francesco Ventura in, Giovanni Durbiano e Matteo Robiglio, Paesaggio e architettura nell'Italia contemporanea.* Roma: Donzelli editore, 2003, pp.21-22.

⁶⁴ Gustavo Giovannoni, *La nuova Legge sulla difesa delle Bellezze naturali.* Reale Accademia d'Italia, Roma 15 de Dezembro 1939-XVIII, 2006. Disponível online no site: <http://eddyburg.it/index.php/article/articleview/6780/1/191>, a 31 de Março de 2008.

claro o conflito entre as “razões ideais” da defesa do panorama e dos valores paisagísticos e as “razões de carácter positivo”, como as do inevitável desenvolvimento dos quarteirões citadinos, que avançam empurrados pelo crescimento populacional, como rios de lava que transformam qualquer carácter campestre ou pequena povoação.

Todavia, se de um lado, Giovannoni parece achar possível uma conservação das aldeias e pequenas vilas remotas juntas com o seu ambiente natural, sem alteração das relações assentamento humano/paisagem, adoptando critérios semelhantes aos propostos para as intervenções nas cidades velhas, de “ambientamento” e de “mimetismo” de eventuais novas inserções construtivas, por outro lado nas cidades onde o crescimento é uma exigência positiva, a tutela é entregue à urbanística, à planificação, ao projecto paisagístico, ou à “arquitectura da paisagem”.⁶⁵ Para os planos paisagísticos são adoptados, por assim dizer, os critérios adquiridos como válidos nos planos reguladores das cidades. Estes são compostos por um zonamento e um regulamento construtivo esquemático, que contemplam as diferentes formas de actuação, substituindo a desordem por uma disciplina construtiva, concebendo assim o direito de habitar ou utilizar as áreas não construídas.

Giovannoni confia na possibilidade de fundar uma estética da cidade moderna que incluía o projecto da vegetação e dos jardins, que já estava presente nas ideias dos urbanistas anglo-saxónicos, de forma a estabelecer uma relação entre urbanização que avança e o ambiente natural. Isso pressupõe uma relação entre cidade e campo diferente da que existia no passado, surgindo a possibilidade real de impor com o plano uma ordem por núcleos, quarteirões, centros, ou mesmo a todo o organismo urbano novo no seu processo.⁶⁶ O carácter fundador do pensamento giovannoniano, fruto de uma vastíssima e completa obra, constitui-se como a base de uma corrente urbanística que concilia o passado com o futuro de um território que se tornou a partir de então cada vez mais extenso e incontrolável, prenúncio de uma crise anunciada.

Interessa aqui referir, como aponta Bernardo Ferrão⁶⁷ acerca das intervenções na década de 40 do séc. XX no tecido urbano vimeirense, que se detecta, não só uma

⁶⁵ Francesco Ventura, *in* introdução à segunda edição do livro de Gustavo Giovannoni. *Vecchie città ed edilizia nuova. op. cit.* pp. XXVI-XXVII.

⁶⁶ *Ibidem*, p. XXVII.

⁶⁷ Bernardo Ferrão, *O conceito de património arquitectónico e urbano na cultura ambiental vimeirense. in, AAVV, Guimarães. Património Cultural da Humanidade. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, p.221.*

alarmante ignorância das importantes contribuições teóricas contemporâneas ou anteriores de Boito, Riegl e Giovannoni, como também das simultâneas recomendações da Carta de Atenas (1931) onde se referia já que, devem ser respeitados o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo nas proximidades dos monumentos. Por muitos é defendido que a manutenção da integridade do tecido urbano de Guimarães se deve, em parte, à pobreza e abandono a que este esteve, por longo período da história, sujeito.

3. Das cartas de Atenas à actualidade. Crise, incerteza e sobrevalorização.

As “Cartas de Atenas” de 1931 e 1933, publicadas respectivamente pelo OIM⁶⁸ e pelo CIAM,⁶⁹ inauguram a tomada de posição internacional por parte de organizações de países e reflectem nos seus princípios o espírito europeu.

No início do séc. XX, os problemas que afectavam diversos países, fizeram com que surgisse a necessidade de estabelecer regras aceites internacionalmente, que tivessem por objectivo, solucionar os problemas da salvaguarda do património artístico e histórico. Em 1921, no Congresso Internacional de História e de Arte em Paris, manifesta-se essa necessidade, assim como em Roma em 1930, mas foi em Atenas no ano de 1931, que se realizou uma conferência com resultados para o futuro.⁷⁰

A “Carta de Atenas” de 31, que resulta da primeira conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos e que contou com a participação de vinte países europeus,⁷¹ expõe algumas das ideias fundamentais que vão definir a tutela e o restauro dos monumentos arquitectónicos. Giovannoni foi considerado um dos mais importantes intervenientes da conferência de Atenas de 1931, da qual surgiu o primeiro documento internacional publicado no sentido de considerar universais certas regras de protecção e salvaguarda de monumentos: a Carta de Atenas.⁷² Para além da contribuição nesta conferência, Giovannoni é ainda o responsável pela transcrição da *Carta Italiana del Restauro* de 1932, da responsabilidade do “*Consiglio Superiore Per Le Antichità e Belle Arti*” que apresenta as normas para o restauro dos monumentos italianos, surgindo

⁶⁸ l’Office International des Musées.

⁶⁹ Congresso Internacional de Arquitectura Moderna.

⁷⁰ Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço, Manuela Almeida, *op. cit.* p.39.

⁷¹ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, p.14.

⁷² Eduarda Lusa, Paulo B. Lourenço, Manuela Almeida, *ibidem*, p.39.

logo após a conferência de Atenas. Destacamos aqui algumas das ideias defendidas na conferência internacional, e que melhor representam as preocupações que na altura existiam com a continuidade futura dos objectos do passado e sua envolvente:

“(b) é importante a reutilização dos edifícios antigos, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura: (c) deve-se propor a valorização do aspecto envolvente do monumento, recomendando a reflexão sobre novas construções na sua proximidade, de modo a não degradar a paisagem e o ambiente. Além disso, devem ser suprimidos elementos como publicidade, postes e fios telefónicos, indústrias ruidosas e outros.”⁷³

Apesar da relevância da conferência de 1931, e embora nesta se tenham discutido questões referentes aos espaços contíguos aos monumentos, o domínio patrimonial ainda se limita aos edifícios individuais e o critério da monumentalidade é predominante.⁷⁴

A declarada “guerra” dos progressistas à vetustez da cidade do passado está explícita nos 95 artigos da “Carta de Atenas” publicada em 1933 pelos CIAM, a qual tinha por princípios a análise das cidades segundo as suas principais funções: habitação, trabalho, recreação e circulação. No seu segundo capítulo, *O estado actual crítico das cidades*, pode notar-se como para os arquitectos do Movimento Moderno a cidade antiga é um embaraço para o desenvolvimento do bem-estar do homem:

“no interior do núcleo histórico das cidades, assim como em determinadas zonas de expansão industrial do século XIX, a população é muito densa [...] O núcleo das cidades antigas, cercado pelas muralhas militares, era em geral cheio de construções comprimidas e privadas de espaço [...] as condições de habitação são nefastas pela falta de espaço suficiente destinado à moradia, pela falta de superfícies verdes disponíveis, pela falta, enfim, da conservação das construções. Estado de coisas ainda agravado pela presença de uma população com padrão de vida muito baixo [...] Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade.”⁷⁵

Denota-se assim a procura de um modelo de cidade que permita encontrar um ideal

⁷³ Princípios da Carta de Atenas de 1931 in, *ibidem*, p.39.

⁷⁴ Paulo Peixoto, *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Oficina do Centro de Estudos Sociais nº. 155, p.7. Disponível online no site: <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/155/155.pdf>, a 31 de Março de 2008.

⁷⁵ Cit. *Carta de Atenas*, Novembro de 1933, traduzida para português. Disponível online no site: <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf>, a 31 de Março de 2008.

civilizacional. A uma referência pontual ao contexto urbano do monumento na carta de 31, a carta de 33 apresenta uma oposição ao organismo antigo, apoiada numa reflexão urbanística repleta de imagens atractivas ilustradas pelas novas propostas dos arquitectos.

Foi também por esta altura que “a teoria do planeamento urbano começou a assimilar ideias [...] sobre a teoria da probabilidade [...] Os planeadores passaram a reproduzir e aplicar essas análises exactamente como se as cidades fossem problemas de complexidade desorganizada, compreensíveis por meio da análise estatística, previsíveis por meio da aplicação da probabilidade matemática, controláveis por meio da conversão em conjuntos de médias”⁷⁶, “cientificando” cada vez mais a abordagem ao organismo urbano.

Nos anos 50 do séc. XX a cultura desenvolvimentista que considerava o antigo como um obstáculo é consequência da desmesurada fé no progresso tecnológico.⁷⁷ As respostas urbanísticas aos conflitos urbanos multiplicam-se assim ao longo dos anos. Com o fim da austeridade do Pós-guerra, surge, por exemplo, em Inglaterra o movimento *Townscape* – ou seja paisagem urbana –, o qual apresentava a cidade como uma selecção de episódios. Gordon Cullen é um dos principais fundadores deste movimento e autor do livro com o mesmo nome, “*Townscape*”. Será neste livro que emergirá a centralidade do conceito de *townscape*, que além de individualizar o léxico e a sintaxe para a descrição e valorização do contexto – de uma cidade – enuncia claramente critérios para a acção projectual.⁷⁸ Este novo movimento, baseia-se nos princípios relacionais das diferenças significativas, um contextualismo urbano que pesquisa o carácter, a identidade do sítio e, no limite, os lugares heterogéneos.⁷⁹ Para além deste autor, outros participantes das páginas da *Architectural Review* como De Wolfe, Nairn, Richard, Browne, Crowe, De Maré e outros, exprimem através deste movimento os desejos de urbanidade, de uma complexidade urbana, em contraposição à expansão da cidade sem qualidade, contra a baixa densidade das *New Towns*, que para eles tinham uma linguagem urbana pobre.⁸⁰ Outro contributo importante dentro deste

⁷⁶ Jane Jacobs, *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.485.

⁷⁷ José Aguiar, *Reabilitação Urbana. A cidade do futuro já existe hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana*. Lisboa: Atic Magazine nº24, 1999, p.12.

⁷⁸ Christiane Crasemann Collins, *Christiane Crasemann Collins e trajetórias transatlânticas*, 2005. Entrevista por Adalberto da Silva Retto Júnior. Disponível online no site: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/collins/collins.asp>, a 31 de Março de 2008.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*.

contexto foi o de Frederick Gibberd que definirá de modo amplo os princípios do *town design*. O seu pensamento e obra inserem-se na tradição de Sitte, Unwin, Hegemann, propondo a conciliação da tradição do *civic design* com as posições do Movimento Moderno.⁸¹ A posição de Gibberd e Gordon Cullen são semelhantes, para ambos os elementos urbanos são materiais para organizar dentro de uma ideia geral de cidade. Na introdução de *Townscape*, Cullen estende à cidade inteira e aos seus habitantes, a faculdade que Gibberd atribui a um conjunto de edifícios e de elementos urbanos, ratificando a afirmação de que “a representação do plano da cidade é o primeiro degrau do *town design*, mas é frequentemente o último desenho do *town planning*”.⁸² “Entender o conceito de *townscape* como uma arte implica uma leitura do ambiente urbano evidenciando as suas conotações estéticas, inserindo-se assim no modelo que Françoise Choay chama de culturalista.”⁸³ No entanto, e como afirma Rykwert, a falta de respostas para a realidade social ou económica condenaram-no a um papel local, ainda que este tenha afectado o traçado de algumas cidades e conjuntos habitacionais.⁸⁴

É neste contexto de profusão de ideias urbanas que surge, a “Convenção para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado” que acontece em Haia sob a alçada da UNESCO⁸⁵ em 1954, e que, reflecte um dos problemas mais graves que afectaram o património ao longo dos tempos, as guerras. O “Primeiro congresso internacional de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos” realiza-se em Paris em 1957.

Nos anos 60 do século XX, as propostas urbanísticas continuam a apresentar soluções onde se verifica a mesma ausência de qualquer implicação social ou política, atitude que afectará por exemplo as “tecno-utopias”, movimentos que defendiam que razão e tecnologia bastavam para resolver todos os problemas do mundo,⁸⁶ incluindo aqueles urbanos. Mas a factura ecológica do desenvolvimento desmedido começa a notar-se, e é a partir desta altura e durante os anos 70 que a situação começa a mudar.

O “Segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos” só ocorrerá em 1964 em Veneza. Neste é aprovado o texto⁸⁷ que formula os

⁸¹ Cit, Christiane Crasemann Collins, *op. cit.*

⁸² *Ibidem.*

⁸³ *Ibidem.*

⁸⁴ Joseph Rykwert, *op.cit.* p.208.

⁸⁵ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁸⁶ Joseph Rykwert, *ibidem*, p.208.

⁸⁷ Ver *Carta de Veneza* de Maio de 1964, traduzida para português in, João Appleton, “Reabilitação de Edifícios Antigos. Patologias e tecnologias de intervenção.” Amadora: Edições Orion, 2003, pp.347-353.

princípios que devem presidir à conservação e restauro dos edifícios antigos dentro de um plano elaborado e acordado a nível internacional, aprofundando e dotando de um maior alcance os documentos anteriores. No entanto, este documento, não conseguiu dar uma visão global dos problemas urbanos.

À actividade dos movimentos nacionais, junta-se o ICOMOS⁸⁸ e a UNESCO e o então por este criado Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais⁸⁹. Centrando-se numa abordagem parcial, ou apenas morfológica da cidade.

A sensibilidade e o espírito crítico dirigem-se para problemas cada vez mais complexos e diversificados, as premissas defendidas por Giovannoni desde os anos 30 do séc. XX, e que foram amplamente ignoradas, inspirarão “as diversas políticas dos “sectores protegidos” [...] aplicadas na Europa desde 1960”⁹⁰. A obra deste autor, contém a origem dos caminhos para encontrar um futuro para o passado. Passado esse que continuará a ser ameaçado pela corrente urbanística do Movimento Moderno, cujas “imagens” se propagarão pelo menos até aos finais dos anos 60 do séc. XX.

As Cartas e Convenções que se irão seguir, continuarão a ampliar o leque de elementos a salvaguardar, e a clarificar a postura, agora alargada a mais países, perante as mais diversas situações. À “Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Carácter dos Sítios e Paisagens” datada de 1962 da UNESCO, segue-se a já referida Carta de Veneza de 1964, em 1972 surge a conferência geral da UNESCO que se constituiu como o momento mais importante na consolidação do conceito de património mundial, e em 1975 surge a “Carta Europeia do Património Arquitectónico” – COE⁹¹ –, adoptada e proclamada por ocasião da Declaração da Amesterdão. Esta introduz o conceito de Conservação Integrada que, considera a conservação do património arquitectónico como um componente fundamental no ordenamento futuro das cidades e territórios – conceito basilar no âmbito do nosso estudo. Nesta é defendido que, “o futuro do património arquitectónico depende largamente da sua integração no contexto da vida dos povos, bem como do peso que lhe for dado no planeamento regional e urbano, e nos esquemas de desenvolvimento.”⁹² No seu 7º artigo pode ler-se que, “a

⁸⁸ ICOMOS – Concelho Internacional dos Monumentos e dos Sítios.

⁸⁹ ICCROM.

⁹⁰ Françoise Choay, *A alegoria do património*, p.174.

⁹¹ COE – Conselho da Europa.

⁹² *Cit. Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975*. Concelho da Europa – COE. Tradução por António Borja Araújo. Lisboa: Instituto Superior Técnico, p.2. Disponível online no site: <http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/cartaeuropeiadopatrimonioarquitectonico.pdf>,

conservação integrada não impede a introdução da arquitectura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes, e que sejam usados materiais tradicionais.”⁹³ Começa assim a desenhar-se, a partir deste período, e de forma mais nítida, a consciência, o respeito e a necessidade de incluir o passado das cidades nas estratégias de planeamento. O conceito de conservação “passiva” que vinha sendo aplicada em resultado da aplicação dos princípios da Carta de Veneza de 1964 é assim superado.⁹⁴

Um ano após ter sido publicada a Carta do COE, surge um dos documentos mais significativos no âmbito da salvaguarda dos conjuntos históricos e da função que estes desempenham na vida contemporânea, “A Recomendação de Nairobi.”⁹⁵ Esta alerta sobretudo para o perigo inerente ao tratamento museológico das cidades e dos conjuntos antigos. Apesar dos documentos que se lhe seguiram, permanece até hoje como um dos enunciados mais completos sobre a problemática da salvaguarda dos conjuntos patrimoniais. É só a partir desta data que a salvaguarda destes conjuntos e a sua função na vida contemporânea adquirem um estatuto regulamentar. Nesta recomendação torna-se claro que os conjuntos históricos ou tradicionais e a sua ambiência constituem um património universal insubstituível. E que a sua salvaguarda e integração na vida colectiva devem ser uma obrigação para os governos e cidadãos dos Estados em cujo território se encontram. Estes patrimónios devem ser,

*“considered in their totality as a coherent whole whose balance and specific nature depend on the fusion of the parts of which it is composed and which include human activities as rough as the buildings, the spatial organization and the surroundings. All valid elements, including human activities, however modest, thus have a significance in relation to the whole which must not be disregarded.”*⁹⁶

Alerta para os perigos da uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro

a 31 de Março de 2008.

⁹³ Cit. *Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975*, op. cit. p.4.

⁹⁴ Cit. Francesco Rizzo in, Giuseppe Claudio Infranca. *La Conservazione Integrata. Le Città Storiche d'Europa. Dubrovnik – Spalato – Vienna – Budapest – Monaco di Baviera*. Roma: Gangemi Editore, 1993, p.11.

⁹⁵ UNESCO 1976 – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.

⁹⁶ Cit. Recomendação de Nairobi – II Princípios Gerais 3. *Unesco recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*. Nairobi - 26 October - 30 November 1976. Disponível online no site: <http://www.international.icomos.org/publications/93towns7o.pdf>, a 31 de Março de 2008.

defendendo que, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitectónico do património cultural mundial. Acautela ainda para a necessidade de existir uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adoptadas medidas jurídicas, técnicas, económicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais e que essas devem influenciar o planeamento nacional, regional e local e orientar o ordenamento urbano e rural e o planeamento físico e territorial em todos os níveis.⁹⁷

No início da década de 80 do séc. XX e tal como afirma Venuti, vivia-se uma gradual passagem de uma cultura de expansão da cidade para uma cultura de (re)qualificação, que, se processava através de um desenvolvimento urbanístico de carácter qualitativo e já não quantitativo inaugurando uma “terceira geração” na história da urbanística.⁹⁸ A nova realidade do crescimento zero – ou negativo – das cidades e a necessidade de reutilizar os parques edificados e de salvaguardar as memórias físicas da história, implicaram profundas mudanças teóricas e metodológicas na arquitectura e no urbanismo.⁹⁹

No seguimento desta mudança de postura da urbanística, e tendo como referência a Carta de Nairobi, surge a Carta de Washington – 1987 – que reitera o princípios da primeira. Veja-se na sua introdução:

“Completando a “Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios” (Veneza 1964), este novo texto define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade.

Como no texto da Recomendação da UNESCO “relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea” (Varsóvia – Nairobi 1976), assim como noutros diferentes instrumentos internacionais, entende-se por “salvaguarda das cidades históricas” as medidas necessárias à sua protecção, conservação e restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.”¹⁰⁰

A partir deste momento, a defesa da cidade antiga passa a ser gerida pelas políticas

⁹⁷ Vide, Recomendação de Nairobi, *op. cit.*

⁹⁸ *Cit.* Campus Venuti, in José Aguiar, *op. cit.* p.12.

⁹⁹ José Aguiar, *ibidem*, p.12.

¹⁰⁰ *Cit.* Carta de Washington de 1987, traduzida para português in, João Appleton, *op. cit.* p.412.

internacionais comuns, apesar da variedade e singularidade de casos existentes.

Em 1988 é fundado o DOCOMOMO, organismo internacional que tem como objectivos a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno, nomeadamente na arquitectura e urbanismo. O que se constituiu como ameaça à cidade antiga torna-se passado, passado a conservar e preservar em todas as suas formas e contradições. Estes elementos são cada vez em maior número, e a cidade é o palco de todos os tempos.

3.1. A inflação patrimonial e o fim dos modelos urbanísticos.

Os anos 90 do séc. XX inauguram “uma nova aproximação sistémica às práticas do planeamento que se integram dentro de um novo paradigma urbanístico: o desenvolvimento sustentado.”¹⁰¹ Procura-se articular o conceito ecológico de um desenvolvimento sustentável com a necessidade de uma política de promoção urbanística desenvolvida no mesmo sentido, tal como é defendido na “Carta de Aalborg: Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias”, que surge da Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis realizada em 1994.¹⁰² Procurando-se resolver os problemas resultantes do crescimento difuso das cidades.

As experiências urbanas multiplicam-se, o espaço que fora palco do passado do homem desmaterializa-se em imagens de apropriação rápida, qual *fast-food* cultural. A urbanização outrora funcional e por zonas, torna-se difusa, disseminando-se sob formas inéditas e abolindo a antiga relação cidade campo. Inaugura-se a era das incertezas, dos universos paralelos do ciberespaço. Os avanços tecnológicos e as próteses “libertam-nos, no contexto das relações que mantemos com os nossos semelhantes e com o mundo, das nossas antigas amarras espaciais e temporais.”¹⁰³ O homem vive a sua relação com o outro, e com o espaço físico, de forma renovada:

“When the virtual becomes the real [...] we [...] find ourselves [...] on the cusp of a New Age in which more and more of us happily equate real life with abstract existence. This sense of disconnectedness from our own past, in turn, helps explain why we seem so

¹⁰¹ José Aguiar, *op. cit.*, p.17.

¹⁰² *Ibidem*, p.17.

¹⁰³ Françoise Choay, prefácio à segunda edição revista de *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, p.9.

*willing to isolate ourselves from the external world, why we seem so incapable of resisting the encroachment of abstract space on our lives. Simply put, we're retreating inside because the world outside our homes has less and less to offer us. As Gregory Stock aptly puts it: "No wonder the emotional links between humans and the "natural" environment are weakening; an ever growing fraction of human experience is in an entirely different realm."*¹⁰⁴

A indústria patrimonial vende o passado em “embalagens” atractivas, no ímpeto de relativizar a insegurança quanto aos prováveis futuros. Os centros históricos convertem-se em “parques temáticos”, reflectindo o desejo atávico dos turistas por monumentos. O urbanismo, substituindo o modelo pela imaginação, ensaia o controlo de uma comunidade “sem lugar nem limites”. A condição corporal do homem torna-se a sua única amarra na relação com as novas paisagens urbanas que se distendem e comprimem à velocidade da informação:

*“Modern spread-city allows high levels of accessibility, high standards of living, and high industrial and commercial efficiency all at levels comparable to those of concentrated cities of an earlier day. [...] the emergence of spread-city spatial patterns and the globalization of urban society [...] suggest that the age of the traditional city is coming to an end.”*¹⁰⁵

A crise do urbanismo reflecte a contradição das pretensões dos teóricos, para quem a planificação das cidades era objecto de uma ciência rigorosa. A ideia de uma urbanística científica é, na verdade, um mito da sociedade industrial, que na necessidade de chegar a modelos ou tipos de aglomerações urbanas se tornou arbitraria. Estes modelos, contestados pela crítica, foram mascarados pela ilusão ingénua e persistente de um método científico, onde é ignorada a realidade e a própria natureza da cidade.¹⁰⁶

A esta conjuntura, junta-se o mercantilismo do passado, consequência da histeria patrimonial vigente, ameaçando ainda mais a fragilidade das estruturas urbanas antigas. O paradoxo, aparentemente irresolúvel, entre conservação e progresso, por muito que seja apresentado de forma complexa e/ou articulada, ou mesmo muitas vezes mascarado, mantém-se, apresentando-se cada vez mais controversa e irresolúvel a relação entre a

¹⁰⁴ Cit. Mark Slouka, *War of the Worlds: Cyberspace and the High-tech Assault on Reality*. Nova York: Basic Books, 1995.

¹⁰⁵ Cit. Melvin M. Webber, *Tenacious Cities*, 1996. Disponível online no site: <http://www.ncgia.ucsb.edu/conf/BALTIMORE/authors/webber/paper.html>, a 31 de Março de 2008.

¹⁰⁶ Françoise Choay aponta algumas das razões para a crise do urbanismo in, Bruno Zevi, *Architettura concetti di una controscoria*. Roma: Tascabili Economici Newton, 1994, p.90.

velha cidade, tornada agora centro histórico, e as edificações adicionais, sejam estas periféricas ou dispersas no campo.

Em avançado estado de crise estão as técnicas de controlo através de planos de desenvolvimento urbano e territorial, como o estão, do lado oposto, as da conservação da cidade tradicional e da paisagem.¹⁰⁷ A crise do urbanismo que em parte reflecte a crise de valores das sociedades actuais, associada ao infinito conjunto de “objectos” que ficam enclausurados no passado, corroboram o carácter irresolúvel deste jogo de valores e prioridades.

Na Nova Carta de Atenas adoptada pelo CEU¹⁰⁸ em 1998 começa-se a desenhar uma nova concepção de cidade e território, e dos instrumentos de planeamento. Aí é decidido que se deveria manter a Carta actualizada através de um processo de revisão contínuo, actualizando-a de quatro em quatro anos, pois comparando as novas visões urbanísticas sobre a cidade, com as descritas na Carta de 1993, verificou-se que esta continha uma visão prescrita sobre o desenvolvimento da cidade.¹⁰⁹ Os urbanistas alertam assim para o facto de ser necessário que estes documentos sejam – tal como o processo de desenvolvimento das cidades – “obras abertas.”

Com alguma dose de humildade, deve-se declarar a própria desorientação perante a crise das certezas, que se agudiza quando se verifica que tanto o projecto como a gestão são falíveis.¹¹⁰ Mesmo que a cidade do futuro funcione na perfeição, adaptando-se às novas condições de vida como as cidades medievais respectivamente às exigências da sua época,¹¹¹ “com base em que referências, em que imagens e em que projectos se podem apoiar os urbanistas?”¹¹²

3.2. Respostas temporárias para territórios em movimento.

A cidade surge-nos hoje como o palco de um jogo de compromissos entre as várias épocas do desenvolvimento humano, que “é antes de mais, e por definição, um

¹⁰⁷ *Cit.* Pier Luigi Cervellati, *op. cit.*

¹⁰⁸ CEU – Concelho Europeu dos Urbanistas.

¹⁰⁹ *Vide*, CEU, *A Nova Carta de Atenas de 2003: A Visão do Concelho Europeu de Urbanistas Sobre as Cidades do séc. XXI*. Lisboa: AUP/DGOTDU e CEU.

¹¹⁰ CEU, *op. cit.* pp.21-22.

¹¹¹ Françoise Choay *in*, Bruno Zevi, *op. cit.* p.90.

¹¹² François Ascher, *op. cit.* p.153.

desequilíbrio entre uma situação passada e outra de futuro”¹¹³. A paisagem ou território, a cidade, a praça ou rua, são sistemas vivos, e constroem-se dia a dia num processo inteligente de readaptação às novas exigências. Sistemas completamente ordenados ou completamente caóticos não são valiosos porque não podem evoluir muito mais. Pelo contrário, um sistema pressionado para além do equilíbrio, para a fronteira entre a ordem e o caos, ou seja, para a fase de transição crucial, é rico em possibilidades.¹¹⁴

Por vezes basta o “não fazer” para reencontrar o equilíbrio. Num olhar atento, encontrarmos um corredor de verde na paisagem que se tinha perdido, que pode ser requalificado, nele voltando a enraizar o património construído disseminado na paisagem. Como assume Archer,

“a cidade é hoje apreendida como um “sistema complexo”, [...] ela deve ser concebida como uma realidade flexível que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo, [...] o urbanismo deve ser “ágil” e realizar-se mais a partir de projectos urbanos do que de planos directores; é preciso promover nas cidades miscigenação funcional e a polivalência; o planeamento urbano deve ser mais pragmático e mais elástico; o desenvolvimento local deve apoiar-se de forma decisiva num “marketing” urbano.”¹¹⁵

É anunciada uma nova era da cidade, “a de uma metápole definitivamente heterogénea e diversa, e de um urbanismo menos dogmático e mais programático, simultaneamente conciliado com o passado e com o futuro, pronto a utilizar, “por amor à cidade”, todos os registos, a mobilizar todos os instrumentos, para tentar fabricar a *urbe* e a *civitas* de todos os cidadãos, de todos os sentidos e de todos os instantes”¹¹⁶ O património arquitectónico e urbano alegoria do homem na alvorada do século XXI¹¹⁷, deve ser reintegrado na vida contemporânea, na procura de continuidades urbanas. O urbanismo deve encontrar um novo papel para a cidade histórica, compatível com a sua escala, propícia a albergar serviços de vizinhança, conciliáveis com actividades de investigação, de ensino, e de divulgação da arte.

Ao conceito de Conservação Integrada desenvolvido a partir de 1975 que, entende o património arquitectónico como um complexo de “bens” tanto no sentido económico como no de conjunto, integrado no quadro de vida das populações e, a quem é dirigida a

¹¹³ *Ibidem*, p.127.

¹¹⁴ *Cit.* Fernando Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

¹¹⁵ François Ascher. *op. cit.*, p.75.

¹¹⁶ *Ibidem*, p.153.

¹¹⁷ Françoise Choay, *A alegoria do património*, p.225.

acção do planeamento quer urbanístico quer territorial,¹¹⁸ é associado o conceito de Cidade Coerente. Este é desenvolvido pelos urbanistas europeus a partir de 2003 na Nova Carta de Atenas.¹¹⁹ O conceito de coerência deve estar presente quando se projecta ou planeia a cidade e o território. Coerência que deve ser económica, social e ambiental, tendo em conta a identidade, singularidade e carácter do lugar. As estratégias espaciais ou territoriais devem resultar da apreensão concertada do espaço a diferentes escalas, tal como o defendido por Giovannoni tantos anos antes. Escala essa que é local, regional, continental e planetária, incluindo os solos, as pessoas e as actividades.¹²⁰ Numa visão sustentável e alargada do território. Tal como esta anuncia: “ O futuro constrói-se em cada instante presente pelo efeito de cada uma das nossas acções. O passado oferece-nos lições de grande valor para o futuro. Assim, relativamente a determinados aspectos, a cidade de amanhã já existe hoje.”¹²¹

¹¹⁸ *Cit.* Francesco Rizzo *in*, Giuseppe Claudio Infranca, *op. cit.* p.11.

¹¹⁹ *Vide*, CEU, *A Nova Carta de Atenas de 2003: A Visão do Concelho Europeu de Urbanistas Sobre as Cidades do séc. XXI*. Lisboa: AUP/DGOTDU e CEU, 2004.

¹²⁰ *Cit.*, Conceitos Chave – Estratégias Espaciais ou Territoriais *in* CEU, *op. cit.*

¹²¹ *Cit.*, 1.A Cidade Coerente, *ibidem*.

II – GUIMARÃES, DA CIDADE AO TERRITÓRIO. UM OBJECTO DE ESTUDO ALARGADO.

1. História, morfologia e memória.

Conservar um edifício ou objecto, classificado como património, está actualmente enquadrado pelos princípios defendidos nas cartas e recomendações da UNESCO, do ICOMOS e do Conselho da Europa, encontrando-se assim, mais ou menos assegurada em termos doutrinários a sua correcta salvaguarda. No entanto, e apesar disso, esta prática não deixa de ser alvo de posturas divergentes apoiadas em discursos antagónicos, sendo o resultado final variável.

Quando a salvaguarda é dirigida a um “objecto” de maiores dimensões e mais variados conteúdos, como é o caso de um centro histórico, a ambiguidade aumenta. Se os princípios para a sua salvaguarda podem apresentá-lo como sendo idêntico aos anteriores, e se muitas vezes a sua recuperação é bem sucedida, as próprias consequências desta, formatam o seu futuro, agudizando-se por vezes a já complexa relação que o homem estabelece com este passado. Todavia, quando “o património, enquanto conjunto de valores [...] matriz explícita das linguagens de estruturação dos territórios e das paisagens”¹ é o “organismo” a conservar e integrar nas dinâmicas inerentes à cidade contemporânea, que a escala de intervenção se torna incomensurável. Sujeito às leis dos complexos sistemas de redes, este redefine-se todos os dias na relação que estabelece com o progresso. Como afirma Choay:

“Esta amálgama de objectos ligados a práticas e lógicas diferentes, e cuja heterogeneidade é camuflada sob a denominação comum e falaciosa de *património*, dá-nos [...] uma imagem global, una e inteira, que oculta a fractura provocada pela mutação em curso e lhe conjura o traumatismo pela afirmação de uma identidade intacta.”²

Pertencentes a um espaço, outrora cidade, hoje território alargado, estes são os elementos que permitem identificar o carácter de toda uma região. Mas, “a geografia

¹ Paulo Carvalho, *Património e Território: dos Lugares às redes*. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, 2003. Disponível online no site: http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo_Carvalho.pdf, a 31 de Março de 2008.

² Françoise Choay, *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999, p.216.

destes “lugares de memória” é cada vez mais densa. Exumamos com um cuidado escrupuloso tudo aquilo que evoca o passado. Tudo acontece como se a memória pretendesse ser exaustiva [...] O gigantesco catálogo da recordação enriquece-se sem cessar”³, a um ritmo que concorre com o da velocidade de transformação da paisagem urbana. Para recuperar as ténues relações que deram significado a estes espaços, devemos observá-los à luz das suas relações morfológicas originais. Tal como afirma Guerreiro:

“Conscientes de que este tipo de espaços, é sobretudo o produto do desenho de uma colectividade, e que o seu resultado enquanto estrutura urbana apresenta uma tal qualidade estrutural” que se torna “necessário perceber a lógica da sua formação, como base para o projecto da sua reabilitação ou planeamento [...] a génese e o desenvolvimento, quer da estrutura urbana em geral, quer dos elementos que a compõem, obedecem a regras específicas de formação que estão directa ou indirectamente relacionadas com as características do seu suporte físico natural [...] cada singularidade do território proporciona uma série de condições de uso, de facilidade de percurso, de áreas de produtividade, de protecção aos ventos, de exposição solar, etc., que predeterminam a apropriação do espaço pelo homem.”⁴

O nosso caso de estudo, propõe-se, analisar o concelho vimaranense, começando, por observar a história da sua evolução num contexto territorial alargado, observando ainda, as consequências das dinâmicas associadas à sua salvaguarda, com o objectivo, de entender as complexidades e contradições que o organismo urbano/patrimonial actual encerra.

1.1. Do medievo à alvorada do século XIX.

Os diferentes períodos que dão forma à estrutura urbana de uma cidade, condicionam para sempre a sua imagem, seja esta mais orgânica ou mais planeada, consoante o elemento organizador principal, seja o homem ou a natureza. A área urbana vimaranense irá surgir muito próxima de S. João de Ponte, importante nó de estradas do

³ Michel Lacroix, *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget.1999, pp.17-18.

⁴ Maria Rosália Guerreiro, *A Lógica Territorial na Génese e Formação das Cidades Brasileiras: O Caso de Ouro Preto*. Colóquio “A Construção do Brasil Urbano.” Lisboa: ISCTE, 2000, p.1. Disponível no site: http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_11.htm, a 31 de Março de 2008.

Império Romano, cuja estrutura viária era, no nosso território, em geral orientada de norte a sul e se articulava fundamentalmente entre os grandes centros administrativos.

Este território era “já densamente povoado no período castrejo, como o atestam os numerosos vestígios dessa época e em particular a vizinha Citânia de Briteiros. Aqui se instalaram os romanos e mais tarde os povos germânicos, encontrando-se muitas provas materiais e heranças toponímicas da sua acção povoadora.”⁵ Será também, nesta área, que pelo menos desde 957, irá passar a mais importante estrada medieval da época e que ligava Monção a Coimbra. “Mas a história de Guimarães começa de facto com a edificação de um castelo, no século X, por ordem da condessa Mumadona, viúva e herdeira de uma família terra-tenente da região, que assim protegia as suas gentes dos ataques muçulmanos.”⁶

Na sua origem, a forma urbana de Guimarães era a característica da maior parte dos assentamentos urbanos medievais da cristandade ocidental, “irregular, não geométrica, «orgânica», com incidência de ruas curvas e tortas e espaços abertos definidos ao acaso”.⁷ O seu espaço resultou da fusão de dois burgos, um eclesiástico, e outro a uma cota mais elevada, que tinha por função a defesa. Os dois pólos urbanos iniciais, que caracterizaram o início da evolução urbana vimaranense serão o modelo urbano que se repetirá sistematicamente nesta região.⁸ “No mesmo local veio o conde D. Henrique, senhor das terras portugalenses, a construir um paço onde provavelmente nasceu aquele que viria a ser o primeiro rei de Portugal.”⁹

Enraizados que estavam na sua condição topográfica, durante os séculos IX a XII, estes dois povoados vão-se desenvolver de forma autónoma, sendo a circulação entre eles garantida apenas por uma rua, a ainda hoje chamada Santa Maria. Na envolvente do mosteiro vai surgir um núcleo populacional, enquanto a norte será construído um pano amuralhado envolvendo a fortificação e alguma urbanização já aí existente. No ano de 1128, ano da batalha de S. Mamede, D. Afonso Henriques confirma a carta de foral de seu pai, sendo que a partir de então, a vila viverá um período de grande crescimento ligado à formação da nacionalidade. Como diria Herculano: “Não foi esta a primeira vez, nem será a última, em que uma batalha ou um caturra influam na existência ou não-

⁵ Jorge Gaspar, *Guimarães: Cidade e Urbanidade*. in, AAVV, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*, vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, p.25.

⁶ *Ibidem*, p.25.

⁷ Spiro Kostof, *The city shaped*. Londres: Thames and Hudson, 1991, p.43.

⁸ Bernardo Ferrão, *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*. in, AAVV, *ibidem*, vol. I, p.11.

⁹ Jorge Gaspar, *ibidem*, p.25.

existência, no modo de ser ou de não-ser destes corpos morais chamados nações, que apesar da sua individualidade, em rigor ideal e abstracta, não deixam de parecer corpos físicos, pela falta de vontade e inteligência.”¹⁰

No início do séc. XII o mosteiro convertido em Colegiada Real assume um lugar de destaque na realidade nacional. Para além do paço, agora real, com a presença de outros elementos da corte, serão construídos novos paços que em conjunto com este promoverão a expansão urbana da envolvente à fortificação (Figura 2.1).

Na transição do séc. XII para o séc. XIII este burgo desenvolver-se-á significativamente, e a fixação humana assumirá contornos compatíveis com a importância inter-regional que este território começava a ganhar. Com o surgir de outras paróquias – para além de Santa Maria da Oliveira – que na época se constituíam como as células da vida quotidiana, assiste-se ao alargamento dos burgos alto e baixo. Enquanto o aparecimento dos mercados e das feiras incrementará ainda mais o seu desenvolvimento. De facto, um dos factores que contribuirá para o declínio do burgo alto a partir do séc. XIV é precisamente o aparecimento da feira franca no burgo baixo em 1355 sob o reinado de D. Afonso IV. O significativo número de habitantes do aglomerado vimaranense atrairá as ordens mendicantes de S. Domingos e S. Francisco, que localizarão os seus edifícios respectivamente, no extremo poente, e extremo sul da malha urbana da Vila Baixa.

Em volta do aglomerado bipolar será, no reinado de D. Dinis, construída uma muralha que englobará as duas vilas, sendo esta completada por D. João I, monarca responsável pela conversão dos dois burgos num só e único município.¹¹ A cintura amuralhada impedirá por algum tempo a expansão da cidade para fora de portas e o seu interior encher-se-á de edifícios emblemáticos, comprimidos entre a malha aleatória de edifícios comuns. Posteriormente, a cidade vai-se desenvolver ao longo das vias que saem das portas da muralha e que estabelecem a ligação desta às povoações mais próximas. Nove eram as principais vias que por esta vila medieval passavam. Uma via que ia do Porto a Guimarães e a partir desta vila medieval inflectia em direcção a Braga, importante via de peregrinação.¹² Outra via saía de Guimarães em direcção a Negrelos,

¹⁰ Alexandre Herculano, *O Bobo*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1992, p.178.

¹¹ Vide, *Inventário do património do concelho de Guimarães. Centro Histórico de Guimarães*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, a 31 de Março de 2008.

¹² Humberto Baquero Moreno, *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. II série, vol. III. Porto: Revista da Faculdade de Letras. Disponível online no site:

passando por S. Martinho do Campo; para Penafiel saia outra, que passava por Vizela; outra ainda, ia para Amarante, passando por Pombeiro; outra que ia para Chaves, passando por Fafe; em direcção a Vieira do Minho saia ainda outra, que passava em S. Torcato; uma que se dirigia para a Póvoa de Lanhoso, outra, já referida, ia para Braga, e uma última que, em direcção a Vila do Conde, passava em Famalicão.¹³ Posteriormente a interligação entre estas vias será estabelecida por meio de arruamentos transversais que darão origem a novas frentes urbanas.

A crescente urbanização justificou o aparecimento de diversas igrejas, capelas, albergues e conventos, elementos que se constituirão como factores aglutinantes de novos núcleos urbanizados na proximidade do intra-muros. Ao prolongamento destas vias estavam também associadas construções de apoio aos que viajavam para longe da sua área de influência. Um exemplo disso são as estalagens, que na região de Entre-Douro-e-Minho conheciam uma apreciável rede.¹⁴ Esta região era consequentemente rica em infra-estruturas, como as pontes e algumas estradas que se sobrepunham aos vestígios das vias do Império Romano.

A urbanização do intra-muros densificou-se tornando indefinidos os limites entre espaço público e privado, partindo das suas portas o traçado viário que irá estabelecer a base em torno da qual se formará toda a envolvente. Quanto ao tecido urbano maioritariamente constituído por edifícios de habitação, pouco ou nada se sabe, sendo apenas perceptível em alguns sectores da área urbana actual o antigo parcelamento (Figura 2.2).

No séc. XIV assiste-se à formação dos campos, terreiros, largos e rossios, que vão surgir na zona exterior e contígua à cerca, resultando alguns do reposicionamento de conventos, como o de S. Domingos e S. Francisco, que, pelas difíceis condições do terreno a sul e sudoeste da vila amuralhada, vão deixar amplos espaços entre esta e suas fachadas. De entre os núcleos edificados que se irão desenvolver fora das muralhas, e cuja expressão irá mudar a face desta região por vários anos, encontram-se aqueles associados aos meios de produção. É disso exemplo a aglomeração industrial dos Pelames que se desenvolverá entre S. Francisco e o rio de Couros. O seu crescimento vai fomentar a expansão do edificado, constituído pelas habitações das classes operárias,

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2042.pdf>, p.78, a 31 de Março de 2008.

¹³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Ed. do A., Faculdade de Letras do Porto, 1968, pp.171-195.

¹⁴ Humberto Baquero Moreno, *op. cit.* p.81.

e por edifícios que albergam outros ofícios ligados ao trabalho do couro. A malha urbana compacta entrelaçada por ruas labirínticas do intra muros e dos arrabaldes, é consequência, não tanto de condicionantes físicas, como a falta de espaço, mas do tipo característico da urbanização da época. De facto, os logradouros existentes entre a malha habitacional tinham uma dimensão considerável, supondo-se que no exterior existissem também amplas áreas agrícolas entre a “extensa selva que naquela época se estendia ao norte de Guimarães.”¹⁵

“Como em tantos outros lugares, era impossível conceber um núcleo urbano sem o diálogo constante com o campo, quer ele marque a sua presença no espaço circundante, à distância de um atravessar das portas da muralha, ou pela presença de caracteres rurais mesmo dentro do intra-muros, na forma de pequenas parcelas de terreno cultivável, ou na forma da criação de animais domésticos, desde que resolvido o equilíbrio da relação entre alojamento e subsistência. Na cidade não falta o mercado, local de congregação da economia citadina com a do entorno, evidência do relacionamento entre o mundo rural e o urbano. É frequente a imagem do artesão abandonando temporariamente o seu ofício para realizar tarefas agrícolas na sua parcela, dentro ou fora da muralha. O tom ruralizante do mundo urbano manifesta-se pela presença dos exidos ou quintais. O seu conjunto deveria constituir uma significativa mancha “verde” na paisagem. Este espaço contíguo à casa era aproveitado como prolongamento natural da residência, para a construção de anexos (armazenamento, recolha de animais, tarefas de transformação alimentar – lagares, adegas, palheiros, entre outros) ou para qualquer plantio.”¹⁶

Para além da já referida área de couros, outras duas grandes zonas se vão formar, uma que se desenvolve entre as duas ruas que iam em direcção, respectivamente ao Porto e a Vila do Conde, entre as portas de S. Domingos e S. Paio, e que dará origem ao aparecimento do largo do Toural; outra surge a norte, paralela ao pano da muralha, com uma malha urbana já tendencialmente ortogonal, da qual sobressaem algumas casas-torre, residências rurais das linhagens secundárias da nobreza, tipologia que permanecerá ao longo dos séculos XVI e mesmo XVII. Neste período a vila reparte-se por várias actividades profissionais, justificando assim a ampliação da sua rede viária, fazendo de Guimarães um importante nó rodoviário das relações norte-sul e sobretudo

¹⁵ Alexandre Herculano, *op. cit.* p.143.

¹⁶ Alberto Sá, *Alguns aspectos da Guimarães no tempo de D. Manuel (1498)*. Guimarães: III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época. CECS da Universidade do Minho. Disponível online no site: http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/853/1/albertosa_IIICongGMR.pdf, a 31 de Março de 2008.

litoral interior.¹⁷

Apesar da inalterabilidade das tipologias habitacionais relativamente às épocas precedentes o método construtivo será todavia, já nesta altura, o da taipa, estruturando-se assim aquelas em frentes urbanas relativamente regulares. Para além das habitações construídas em taipa, verifica-se também nesta época um incremento de casas nobres, que têm como material construtivo de eleição a pedra.

Entre o séc. XV e o séc. XVIII assiste-se ao surgir de uma nova época, inaugurada com intervenções pontuais em edifícios pré-existentes, num primeiro momento, dentro de muros ou na sua imediação mais próxima, correspondendo à qualificação renascentista e maneirista da cidade. Num segundo momento, correspondendo ao período barroco, a expansão dá-se ao longo dos eixos fundadores do crescimento urbano e já bem para além dos seus limites. A transição temporal irá privilegiar a continuidade à rotura, conservando as principais linhas de desenvolvimento iniciadas nos séculos precedentes. O novo Paço do Concelho será uma das obras mais significativas deste período, articulando as duas principais e contíguas praças de Guimarães, S. Tiago e Oliveira, e permitindo a circulação entre estes dois espaços. Na sequência destas obras, a praça de S. Tiago será renovada tendo como consequência a demolição de alguns dos seus edifícios.

No renascimento, deve-se a uma burguesia emergente e à aristocracia, um conjunto de tipologias habitacionais específicas que por vezes adaptando alguns modelos oriundos do período anterior, lhe darão uma nova expressão. Estas casas nobres, com frontarias, de piso térreo e um ou dois sobrados, cuidadosamente aparelhadas, promovem a regularização do loteamento urbano. Cuidadosamente construídas e decoradas, fazem jus ao fachadismo típico desta época. A proliferação do património habitacional comum, que dá forma ao resto da cidade, continua a ser construído em taipa assente sobre piso térreo em granito com cobertura em colmo.

Com o surgir de novas construções assiste-se à regularização de alguns espaços públicos, que na sequência de demolições de algumas partes da cidade permitem transformar as características do espaço medieval, através das regras de perspectiva, influência do renascimento italiano. Disso é exemplo o prolongamento do Toural ao longo da muralha e na direcção Sul e sudeste em direcção à ribeira de Couros, parte da

¹⁷ *Cit. Inventário do património do concelho de Guimarães. Centro Histórico de Guimarães. op. cit.*

cidade que conhecia grande desenvolvimento pelo aumento populacional. A transposição do acidente topográfico existente entre a muralha e a zona de Couros será resolvida com a construção de um muro, que será em parte o responsável pela interrupção da relação entre a cidade e estes arrabaldes por longos anos. Nesta época assiste-se ainda ao adensamento dos burgos que se tinham instalado fora de portas, em parte devido à consolidação da construção que se estabelecia entre as vias de menor importância. Quanto ao espaço público, este continuava a ser o resultado da construção de edifícios maiores, como as novas igrejas.

Durante o séc. XVII assiste-se ao melhoramento de algumas praças e vias através da sua pavimentação, sendo mesmo algumas construídas de novo, como no caso do acesso à zona da costa, restabelecendo a relação que a cidade em tempos estabelecera com o mosteiro aí implantado. “O evento urbanístico de criação de campos em espaços contíguos à muralha e no seu exterior tem na sua origem a proibição da construção nessas zonas por razões militares, essas áreas foram, a partir do século XV urbanizadas, respeitando na sua organização o primitivo traçado. O início do século XVII viu a sua proliferação e regularização”¹⁸, que, juntamente com a criação de alguns equipamentos de utilidade pública, se estabelece como uma importante acção para o desenvolvimento urbano.

Por esta altura o burgo alto continua isolado e, porque pouco habitado, abandonado, tendência que só será invertida com a demolição da muralha que o envolvia. A norte e no intramuros verifica-se o florescimento de casas nobres de grandes dimensões, enquanto fora de muros começam a ser construídas algumas que se destacam destas pela maior dimensão dos seus jardins. As habitações comuns continuam a ser construídas nos mesmos materiais, sobre a mesma matriz de lote, variando apenas a distribuição dos vãos e os elementos decorativos de fachada. Com a construção de alguns conventos assiste-se à estruturação típica dos espaços barrocos, edifícios que serão os responsáveis pela reorganização das áreas urbanizadas onde se inserem, criando espaços abertos fronteiros às suas fachadas, localizadas no enfiamento dos principais eixos viários. De características semelhantes é o espaço do Toural, que assumirá o papel de espaço barroco por excelência com a construção da frente pombalina em finais do séc. XVIII. Deste período é também o Palácio de Vila Flor, localizado na encosta sudoeste, e que é composto por um conjunto de jardins em

¹⁸ Bernardo Ferrão, *op. cit.* p.77.

socalcos. Este e outras intervenções do património habitacional de solares com jardins contribuirão para a abertura de novas frentes fora da apertada malha dos burgos envolventes da muralha e que se urbanizarão nos períodos subsequentes.

Até esta altura a forma urbana de Guimarães é o resultado de um processo evolutivo, caracterizado pela continuidade do seu edificado na reorganização das preexistências. A abertura de novas frentes foi estimulada pela construção de igrejas, conventos e casas, que definiram praças, largos e feiras, fomentando principalmente o desenvolvimento da malha urbana fora de muros. O garrote amuralhado dilui-se quando a construção de habitações a ele apostas começa a ganhar expressão, deixando assim de se constituir como barreira física à expansão do aglomerado. A mancha de expansão urbana mais significativa será, nesta época, a localizada a sul do território urbano, mantendo-se as principais vias sem alteração (Figura 2.3).

O estudo morfológico no qual nos temos apoiado, da autoria do arquitecto Bernardo Ferrão, baseia-se maioritariamente na evolução do património construído, sendo no entanto de notar a escassez de elementos sobre a paisagem minhota do passado. Entre os séculos XVIII e XIX existem, no entanto, alguns estudos sobre a ocupação humana das paisagens rurais. De destacar que já na altura, e segundo os investigadores:

“às terras de lavradio corresponde um intenso povoamento enquanto que os cumes e vertentes sombrias se caracterizam por um relativo despovoamento. Habitações isoladas ou em pequenos grupos *“salpicando irregularmente a verdura com os campos, prados e arvoredos insinuados entre elas”*, eis a paisagem humanizada que caracteriza o Noroeste de Portugal. Esta paisagem está intimamente ligada às condições naturais onde as humidades e as chuvas favorecem a policultura e o regadio, que conduzem à divisão da propriedade e sustentam a pressão demográfica.”¹⁹

Até este período a cidade consolidará a forma urbana, que se manterá mais ou menos inalterada até ao séc. XX. O que caracterizou a urbanização a partir da segunda metade do séc. XVIII foi a construção de casas nobres urbanas, que se integram na malha urbana pelo respeito dos alinhamentos das ruas, sendo característica desta altura a remodelação e decoração das fachadas ao estilo rocóco. Nas habitações urbanas

¹⁹ Margarida Durães, *Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX)*. Brasil: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Disponível online no site: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/3218/1/Sucess%*c3*%*a3*o.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/3218/1/Sucess%c3%a3o.pdf), a 31 de Março de 2008.

predomina o uso da pedra, característica decorrente da legislação que será então implementada. Quanto ao aglomerado no exterior da muralha este irá expandir-se, consequência em parte da implantação nesta área de algumas casas apalaçadas com seus jardins em socalcos, localizadas nas encostas viradas para o núcleo antigo, onde as habitações, agora de maiores dimensões, ajudam a definir o desenho das praças e ruas.

Se o porto de mar de Vila do Conde se constituiu como um pólo de atracção, materializando-se a sua influência na urbanização que se consolidará ao longo da via que de Guimarães liga a esta povoação, as cidades de Braga e do Porto serão a partir do séc. XVI as cidades próximas mais influentes. Esta mudança não trouxe contudo uma alteração no traçado das principais vias que confluíam em direcção a Guimarães, assistindo-se apenas à construção de uma nova estrada para o Porto e à melhoria da já existente para Braga. A importância da influência destas duas povoações sobre o aglomerado verificar-se-á também ao nível arquitectónico, assim ao rocóco bracarense seguir-se-á o pombalino portuense.

O período rocóco vê-se apenas nas construções religiosas e palacianas, enquanto as características do urbanismo pombalino se distinguem fortemente através da diluição das diferenças entre os espaços dos dois lados da muralha. O espaço do Toural que tinha sofrido anteriormente uma renovação barroca, ganhará uma nova imagem pombalina aquando da continuação da construção da frente urbana que resultará da demolição de algumas partes da muralha, após ter sido admitida a inutilidade de sua função, continuando a ser demolida até meados do séc. XIX.

À semelhança do que se passa no Toural, outras frentes serão construídas por toda a cidade, obedecendo agora, no entanto, às regras de edificação e normalização das parcelas, que vigoravam no início deste século. Em consequência das normas adoptadas, a vila é dividida em oito bairros, facilitando o reconhecimento preciso dos seus limites. As casas que serão edificadas neste período já não obedecem aos princípios do urbanismo barroco e rocóco, deixando de se abrir para o espaço da rua, recolhem-se assim na discrição das suas fachadas neoclássicas.

Os finais do séc. XVIII e início do séc. XIX são uma das épocas de maior desenvolvimento para Guimarães e para a área que a envolve, sobretudo graças ao desenvolvimento industrial, que fomenta o aparecimento de novas unidades fabris. Os edifícios fabris são maioritariamente construídos em pedra, tendo normalmente um ou dois pisos organizados em redor de pátios. Muitos dos proprietários têm as suas residências perto das fábricas, correspondendo a sua tipologia ao típico palacete burguês

oitocentista de grandes dimensões. Outros edifícios, que não os relacionados com os meios de produção e habitação, contribuíram nesta altura para a progressão da malha urbana. Como resultado das preocupações higienistas da época, assiste-se à centralização de todos os mercados e feiras espalhados por diversos locais da cidade num ambiente com melhores condições, e à instalação das várias ordens de hospitais. A área onde será implantado o mercado é a correspondente à área verde interior da cerca do convento dominicano, distinguindo-se este novo equipamento como um importante factor de desenvolvimento urbano.

Com a extinção das ordens religiosas assiste-se ao aproveitamento dos seus edifícios para instalação de serviços administrativos e hospitalares, o que contribuirá mais uma vez para o desenvolvimento das áreas urbanas próximas destes. Apesar das tentativas de implantar a norte da cidade alguns edifícios que fomentassem o seu crescimento, esta parte da cidade continuou, em termos urbanos, abandonada. Outra tipologia de edifícios teve o seu período de desenvolvimento nesta altura, os dois teatros existentes vão-se localizar nas fachadas laterais do Campo da Feira, ajudando assim a estabilizar os seus lados nascente e poente. Para além destas obras, outros trabalhos em fachadas e praças procuraram a regularização das formas, sempre na continuidade dos espaços existentes, não se verificando neste período intervenções de carácter profundo e/ou que tivessem como base algum tipo de plano (Figura 2.4).

1.2. Do romantismo português à consagração patrimonial de 2001.

O percurso histórico apresentado institui-se como preparatório da época que inaugurará a consciência da importância do património arquitectónico, urbano e ambiental em Guimarães. Desde sempre relacionados com os instrumentos de planeamento, responsáveis pela sucessiva consolidação espacial, reafirmarão, de novo a importância deste território.

Guimarães adquire o título de cidade em meados do séc. XIX, longos anos passados após ter perdido importância nos destinos administrativos da nação. Será graças à sua importância económica, resultante do seu desenvolvimento industrial, que esse título lhe será atribuído pela Rainha D. Maria, em 1853. Em consequência deste seu novo estatuto, as estradas que nela confluíam foram melhoradas, em parte, também

devido à crescente importância das povoações vizinhas, que eram o resultado das ligações que por esta se faziam em direcção ao litoral, e da necessidade de escoar os produtos nela manufacturados. A construção da nova estrada para o Porto, passando por Santo Tirso é disso exemplo, sendo em torno da zona sul, onde se localiza o Toural, que se instala o ponto de chegada e partida da cidade.

O instrumento que permitirá orientar as intervenções no espaço urbano durante os anos seguintes será o Plano/Planta de levantamento de 1863. “De facto remonta a 1859 a intenção da câmara municipal de levantar uma planta geral da cidade. A ideia [...] era não só possuir uma imagem geral da povoação, mas também que na planta constassem as propostas de alteração do plano urbano existente, de forma a que os melhoramentos fossem pensados numa forma global e portanto mais regular”²⁰. Como afirma Gonçalves Fernandes, nesta época,

“quando se falava de *planos de alinhamento*, apesar de em termos coevos se utilizarem, de forma indiscriminada, os termos alinhamento e melhoramento, ou melhor quando se falava em melhoramentos do plano urbano queria dizer-se alinhar o plano urbano, quer ao melhorar as ruas existentes, quer ao abrir ruas bem alinhadas. Além disso os objectivos [...] não se limitavam apenas ao levantamento da planta e à definição dos alinhamentos” mas ao “melhoramento do abastecimento de água à cidade, um problema de sempre que urgia resolver.”²¹

O plano de melhoramento encomendado a Manuel de Almeida Ribeiro será entregue em 1867 (Figura 2.5), sendo posteriormente avaliado e alterado pela comissão de melhoramentos da cidade. As propostas que encerra serão retomadas nos anos seguintes à sua execução, mantendo-se este, até aos anos quarenta do séc. XX, como o único levantamento a grande escala da cidade. O âmbito de actuação deste plano é sobretudo o de modernizar o tecido urbano existente, não prevendo nenhuma área de expansão. É por isso um documento estático²² que pretende aferir a estrutura antiga da cidade, para isso não deixando de promover as demolições necessárias, atitude característica da herança haussmaniana, como já vimos no capítulo anterior. Alguns edifícios significativos vão sofrer com a regularização e traçado das vias, sendo muitos apenas poupados pelo seu valor simbólico. De resto a categoria de “berço da

²⁰ Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP, 2005, pp.113-114.

²¹ *Ibidem*, pp.113-114.

²² Bernardo ferrão, *op. cit.*, p.124.

nacionalidade” será, ao longo dos anos, em Guimarães, condição prioritária para a sobrevivência de muito do seu património.

A mentalidade da época está bem presente na própria memória descritiva do plano, onde Almeida Ribeiro afirma que, “em uma cidade como Guimarães, excepcionalmente irregular e onde os aformoseamentos só se podem obter à custa de expropriações numerosas, é indispensável, com relação a algumas delas, esperar do tempo o que se não pode conseguir da actualidade.”²³ A influência das correntes do urbanismo internacional estão bem presentes nas propostas que preconiza, sendo disso exemplo,

“a importância dada aos alinhamentos, mesmo se os delineou de forma a poupar as edificações mais valiosas, fosse pelo elevado valor de eventuais expropriações ou pelo valor patrimonial, na preocupação com a necessidade da largura constante dos arruamentos e nas propostas de articulação do sistema viário. O segundo, conciliável com o primeiro, seria concretizado pela demolição de núcleos de edificações insalubres, assim se alargando ou abrindo novas praças.”²⁴

Tardamente, mas um pouco como sucedeu por toda a Europa, a necessidade de defesa do património arquitectónico surge como contra corrente ao urbanismo higienista vigente. Numa postura informada, a elite cultural da época, defenderá o passado como um ideal, como afirma Durand:

“de facto, uma boa parte do que consideramos hoje como sendo patrimonial começou a ser assim identificado, e conseqüentemente protegido e valorizado, no decorrer do século XIX em resposta, muitas vezes, ao interesse dos românticos relativamente à busca das origens remotas do povo e da definição do seu “espírito”, da sua essência cultural. Os resultados dos trabalhos orientados por tais preocupações alimentaram os projectos nacionalistas que se afirmavam na altura e é já sabido que o século XIX europeu foi ao mesmo tempo o século, entre algumas outras coisas, dos nacionalismos e dos museus, o que não aconteceu por acaso.”²⁵

As propostas para a abertura de novas artérias, como já vimos, pretendiam, através da demolição dos quarteirões insalubres, ligar entre si as principais vias existentes, com o intuito de desviar o trânsito do centro da cidade, ou de promover novas áreas de expansão urbana. Estas propostas foram sendo implementadas nos anos

²³ Cit. Manuel de Almeida Ribeiro, in Mário Gonçalves Fernandes, *op. cit.*, p.115.

²⁴ Mário Gonçalves Fernandes, *ibidem*, p.115.

²⁵ Jean-Yves Durand, *Patrimónios/patrimónos*. Montalegre: Jornadas sobre a função social do Museu, 2005, p.2. Disponível online no site: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5367/3/Patrim%c3%b3nios.pdf>, a 31 de Março de 2008.

sucessivo à sua apresentação, pela comissão de melhoramentos da cidade. Contudo muitas nunca foram realizadas, poupando-se à destruição grande parte do tecido urbano que constituía a envolvente dos monumentos, tendo menor sorte algumas igrejas, as alpendradas da praça da Oliveira e a Alfândega.

Todavia, e em resultado da revolução urbana iniciada em 1867, foram criados os primeiros espaços verdes públicos em Guimarães. A comissão de melhoramentos, encarregue de implementar as propostas do plano, conduzirá os trabalhos, que contribuirão para a arborização de alamedas, regularização e realinhamento das ruas e dos campos seiscentistas, por exemplo no Toural. Aí serão demolidos o chafariz e o cruzeiro, sendo o largo arborizado e aí instalado um coreto.

Desta época é também a preocupação com a alfabetização das populações, sendo porém os desejados equipamentos de ensino só inaugurados no final do séc. XIX. O liceu instalar-se-á no antigo convento de Santa Clara, sendo a escola comercial e industrial construída na zona oeste da cidade.

A postura urbanística renovadora da comissão de melhoramentos irá alertar para a necessidade de preservar os simbólicos monumentos da cidade, tarefa que tinha vindo a ser desempenhada pela Comissão de Amigos do Castelo desde a sua criação em 1850. A preocupação patrimonial inaugurada por esta comissão será depois, no séc. XX, continuada pelos DGEMN²⁶, ainda, e apesar de tudo restringindo-se aos edifícios singulares, e acima de tudo aos edifícios localizados na chamada “colina sagrada”; Castelo, Paço dos Duques e capela de S. Miguel.

Se o antigo burgo alto permanece quase inalterado, a zona sul e este da cidade serão alvo de grandes transformações, em parte devido à inauguração das ligações ferroviárias. Duas artérias vão ligar a cidade à estação que será construída nos terrenos do Palácio de Vila Flor. Estas duas vias são a base da futura urbanização desta parte da cidade, permitindo escoar o trânsito vindo de Santo Tirso e do Porto para a cidade ou em direcção a Fafe, e, transpondo a barreira de Couros, farão a ligação da cidade com a Penha. Para além dos reconhecíveis limites urbanos da cidade, serão progressivamente

²⁶ No Decreto n.º 5541, de 9 de Maio de 1919 da lei orgânica do então Ministério do Comércio e Comunicações encontrava-se já uma repartição com atribuições respeitantes a edifícios e monumentos nacionais, da qual resultou, com o Decreto n.º 7038, de 17 de Outubro de 1920, a Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que deu origem, pelo Decreto n.º 16791, de 29 de Abril de 1929 à criação da DGEMN. O Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, deu lugar através da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico IPPAR e do Instituto Português de Arqueologia IPA, incorporando também parte das atribuições da agora extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a DGEMN, dando origem ao actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP – IGESPAR, IP, que surge no quadro das orientações definidas pelo PRACE.

incluídas no domínio de sua influência as freguesias rurais antigas que a envolvem, Urgezes, Azurém, Costa, Creixomil e Fermentões.

São já bem visíveis na Guimarães do século XIX os seus elementos identitários, que se constituem por: conjuntos habitacionais contínuos de matriz medieval com ou sem logradouro; casas nobres inseridas na malha urbana com pequenos jardins ou apalaçadas com propriedades inseridas na encosta; edifícios religiosos; edifícios administrativos; instalações indústrias e uma rede já vasta de vias de comunicação, tudo envolto por áreas agrícolas e florestais pontuadas de edifícios associados à sua exploração.

O século XX inaugurar-se-á com a instalação da rede de iluminação eléctrica e a criação do sistema de abastecimento de água canalizada à cidade. Com a proclamação da República, surge a Comissão Executiva que será responsável por diversas obras, dessas, as mais relevantes são o saneamento da cidade, a proposta de construção de um bairro operário, a valorização da envolvente do Castelo e a construção dos novos Paços do Concelho, a localizar na antiga praça de S. Tiago. Da responsabilidade do autor do edifício da Sociedade Martins Sarmento, arquitecto Marques da Silva, o edifício, e segundo palavras do autor, “deveria representar a síntese das tradições históricas da cidade”, no entanto após a sua realização ter sido por sucessivas vezes adiada, o projecto e localização originais são abandonados. Neste período são também construídas um vasto conjunto de tipologias de habitação particular, que vão desde o palacete e moradia burgueses rodeados de jardins, até ao prédio de rendimento com azulejos recobrimdo as fachadas, novo elemento de reconversão e revalorização urbana introduzido a partir de meados do século XIX.²⁷ Será só em 1923 que se decide o local onde os novos Paços do Concelho deverão vir a ser implantados, uma praça octogonal a ser criada na zona noroeste da cidade e que será o prenúncio de uma nova área, e era, urbana (Figura 2.6). O projecto do engenheiro António Martins Ferreira contém a génese do Plano que será apresentado em 1925 pelo capitão Luís de Pina.

O Plano Geral de Alargamento da Cidade de Luís de Pina inclui o desenho de toda essa nova área da cidade, que, para além do local de implantação dos futuros Paços do Concelho, projecta o local onde será inserido o bairro operário. A originalidade do plano reside no desenho da praça municipal da qual irradiam todas as novas ruas e

²⁷ Bernardo Ferrão, *op. cit.*, p.142.

avenidas em “pata de ganso” e que se vai articular com a malha regular inscrita entre a estrada que, paralela ao pano da muralha, se dirige para Fafe. O geometrismo do plano vai permitir regular toda essa área da cidade, promovendo ainda um novo relacionamento com a periferia. É de notar que tanto o desenho em *pata de ganso* das vias, como a preocupação com o posicionamento do edifício concelhio, inspirado no monumentalismo clássico, fazem prever o conhecimento, por parte de Luís de Pina, da planta de Versailles. Assim, “este plano de melhoramentos foi o resultado de uma sucessão de projectos que Luís de Pina herdou, compatibilizou e acrescentou resultando num desenho final coerente.”²⁸

É interessante verificar as posições perante o património, tanto de Almeida Ribeiro como de Luís de Pina: enquanto o primeiro propõe a demolição de bairros inteiros, valorizando apenas os edifícios singulares ou os conjuntos de monumentos mais significativos, o segundo alerta para a necessidade de conservar a cidade antiga e tradicional, ou o chamado velho burgo. É importante reafirmar aqui que apesar de não existirem provas de estes dois autores terem conhecimento das teorias da conservação e do restauro, bem como do conceito de património arquitectónico surgido por esta altura na Europa, as suas intervenções foram sensíveis à carga simbólica da cidade, influenciando assim e de modo mais ou menos consciente, a forma como nela intervieram, o que é visível principalmente nos projectos de ligações de algumas novas vias como o existente (Figura 2.7), cujo traçado geométrico denuncia no entanto o desconhecimento da importante obra de Sitte. No entanto, é consequência do Plano de Luís de Pina a demolição de cinquenta metros do pano da muralha que é cortada para passagem de uma das artérias, bem como a destruição do bairro oitocentista de Vila Pouca. Paradoxalmente, a Guimarães moderna de Luís de Pina era assim dotada de novas avenidas, geometricamente desenhadas, que ao mesmo tempo tentavam restituir os monumentos históricos à cidade (Figura 2.8).

Em 1926 os destinos da cidade são entregues à sua Comissão Administrativa, criada em resultado do movimento militar de Gomes da Costa, sendo assim avançado um conjunto de obras municipais, como a renovação da praça de S. Tiago, a reabilitação e aproveitamento turístico dos edifícios antigos e ainda a construção de alguns bairros sociais, constituídos por casas isoladas e de carácter rural, como no caso do bairro de Urgezes.

²⁸ Mário Gonçalves Fernandes, *op. cit.*, pp.124-125.

Em 1929 são iniciados os trabalhos de construção de um parque na “colina sagrada”, consequência das expropriações iniciadas pela Comissão Administrativa ideia que tinha tido origem em 1914. A já reafirmada importância desta área da cidade no Plano de 1925, será reconfirmada no projectado de Marques da Silva. Palco das comemorações dos oitocentos anos da Independência, os seus acessos serão também alvo de melhorias delineadas no Plano de Urbanização executado pelo urbanista Faria da Costa. O “jardim burguês” foi, em pleno Estado Novo e já com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais constituída, considerado pouco dramático.

A DGEMN – “a grande obra do regime salazarista”²⁹ – tem como primeiro director, entre 1929 e 1960, Henrique Gomes da Silva. Gomes da Silva define e apresenta os princípios essenciais da política do restauro que constituirão o *modus operandi* da actividade conservacionista do Estado Novo a partir de então.³⁰ Os princípios enunciados na apresentação do primeiro Congresso da União Nacional de 1934 são, como dirá:

“1) Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da Pátria e da Arte; 2) O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do segundo com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens; 3) Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.”³¹

Alguns anos depois a prática comum da DGEMN centra-se na devolução da pureza original ao monumento, pela procura da sua beleza primitiva, expurgando-o de edificações parasitárias e reparando as mutilações sofridas. “Na efectivação dessa política, o “emoldurar” da colina sagrada da cidade berço e dos seus monumentos: o Castelo, os Paços, e a Igreja de S. Miguel, limpos e restituídos à sua pureza “original” foram uma prioridade do regime para as celebrações dos três Centenários: 1140, o “Ano

²⁹ Jorge Custódio, *Salvaguarda do Património – Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*. in, *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: IPPAR, 1993, p.57.

³⁰ *Ibidem*, p.58.

³¹ *Cit.* Gomes da Silva, *Ibidem*, p.58.

do Nascimento”; 1640, o “Ano do Renascimento” e 1940, o “Ano Apoteótico do Ressurgimento”.”³² Mais uma vez a área que encerrava os monumentos de maior simbolismo da cidade é intervencionada, iniciando-se com obras no Castelo, seguindo-se-lhe o restauro da Igreja de S. Miguel, ambos concluídos em 1939. O restauro do Paço dos Duques será concluído apenas em 1960, bem como o novo arranjo da envolvente da autoria de Rogério de Azevedo que tentou dar à “colina sagrada”, como disse então, um “ar nobre de tapada senhorial.” Finalmente em 1952, com a criação de “Zonas Protegidas”, esta área é englobada numa primeira zona, que será redefinida em 55.

Para além da requalificação desta área, interessava melhorar os seus acessos, obra pela qual Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas se interessou pessoalmente. Da autoria de Faria da Costa, é executado um simples alargamento da via pré-existente que será depois urbanizada com moradias unifamiliares, fazendo a ligação pela Rua Serpa Pinto do trânsito que vinha do Porto e Famalicão em direcção a Fafe, constituindo-se esta como mais um impulso para o crescimento da zona noroeste da cidade. Posteriormente, será executada a via que ligará esta área à estrada para Famalicão, evitando que o trânsito passasse pela estreita e antiga Rua de D. João I.

A defesa do património da cidade não se restringiu às intervenções da DGEMN; a Comissão de Estética, criada em 1931, será responsável pela renovação artística da Rua de Santa Maria, embelezamento ou reconstituição que foi pioneira em Portugal.

O instrumento que substituirá o Plano Geral de Guimarães, e que mudará a sua face mais uma vez, será o Plano de Urbanização de 1953, da autoria de Moreira da Silva, onde se denotam as influências do urbanismo britânico das cidades jardim. É criada uma área verde contínua que implicou a demolição de uma parte da cidade, sendo que alguns dos edifícios aí existentes foram recolocados noutras áreas. O plano promoveu a expansão a oriente da “pata de ganso”, urbanizando-se a zona circundante do liceu com casas de um ou dois pisos.

No lugar para onde tinham sido projectados os Paços do Concelho de Marques da Silva, foi construído o Palácio da Justiça, com projecto do arquitecto Januário Godinho, que será concluído em 1960. O edifício é inserido na praça que terá o desenho do arquitecto Alberto Silva Bessa, que volta a separar do resto da cidade a área alta do castelo, situação que se manterá até aos dias de hoje. Nesta praça, está actualmente inserido, sob um novo desenho, um estacionamento subterrâneo, obra que implicou um

³² Bernardo Ferrão, *op. cit.*, pp.154-155.

novo projecto da autoria do arquitecto Álvaro Siza.

Moreira da Silva conduzirá a expansão da cidade para uma área que vinha sendo sucessivamente investida desde o séc. XIX, e que com a sua proposta de localização de dois equipamentos, o estádio e a central de camionagem, conhecerá um forte impulso. As vias que foram um dos elementos estruturantes da antiga Guimarães, devido ao volume de tráfego que nesta altura movimentam, vêm ameaçada a sua integridade, sendo assim até 1960. Nesta data são inauguradas as ligações que vão desviar o trânsito, sendo que a abertura destas novas vias ajudará novamente a criar outras áreas de expansão.

É desta altura, também, o arranjo do Campo de S. Mamede, que sofreu obras de requalificação no âmbito da realização da Exposição Industrial e Agrícola, coincidente com as comemorações do milénio da fundação de Guimarães e do centenário da sua elevação a cidade. O projecto será da autoria de Silva Bessa e, para além do arranjo do campo, são abertos os arruamentos que o vão ligar a Fafe e que já tinham sido pensados por Moreira da Silva e Luís de Pina.

Assim temos que, com o início do séc. XX e com o aparecimento dos planos de ordenamento e o conseqüente reforço na defesa do património da cidade, a forma urbana mais orgânica e que se tinha consolidado nos séculos anteriores será “enxertada” no seu exterior pela malha regularizada do urbanismo de “régua e esquadro” deste período. A preocupação com a expansão da cidade relegou, assim, para o esquecimento todo o núcleo urbano antigo, cujo estado de degradação era elevado, com excepção, como vimos, da sua parte alta.

Dentro da política do Ministério das Obras Públicas, em 1955 e por despacho do engenheiro Arantes de Oliveira, é sugerido que todas as novas ocupações ou remodelações a efectuar deveriam ter pré-apreciação pelo arquitecto Sequeira Braga, medida que visava regulamentar a preservação da pureza arquitectónica dos edifícios antigos. Assim, juntamente e com a ajuda de Silva Bessa, são assinaladas as áreas alvo de defesa patrimonial. Data deste ano o projecto da iniciativa de Arantes de Oliveira para a rua de Santa Maria, onde intervêm também a DGEMN e a DGSU³³. As suas pretensões residiam na valorização e saneamento “moral” e social daquela área do velho burgo, o que implicaria a construção de habitações para realojar os deslocados das imensas “colmeias humanas”, que “entupiam” aquela área histórica da cidade.

³³ DGSU – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, posteriormente DGPU, depois DGOT e DGOTDU.

Pretendia-se também proceder ao restauro de toda a área envolvente da Praça da Oliveira, sendo que até 1958 a Câmara realizou alguns trabalhos de urbanização, nomeadamente no Largo dos Laranjais e dos Navarros de Andrade.

Os melhoramentos que o plano de 1913 de Moreira da Silva propunham para o largo de S. Paio, irão concretizar-se a partir de 1961 e para tal foi necessário proceder a várias demolições. Data também desta altura a inserção da Câmara Municipal no antigo convento de Santa Clara, sendo a DGEMN chamada a intervir nos mais significativos monumentos da parte antiga do burgo baixo.

Com o aumento da concentração populacional, resultado do desenvolvimento económico da região, o plano de 1953 sofre, em 65, uma revisão, nele sendo declarada a necessidade:

“do respeito pelas pedras e elementos de valor histórico e artístico, o estabelecimento de novos elementos de coordenação com aquele património evitando-se a disparidade chocante pela proximidade, redefinição de novas zonas que permitam o desenvolvimento da indústria nos moldes modernos com aproveitamento das áreas suburbanas, fixação de novas zonas residenciais [...] também com aproveitamento das áreas suburbanas, regulamento adequado de todas estas zonas.”³⁴

A política restritiva da DGEMN³⁵ para o centro antigo, provoca o afastamento das populações que, nos anos 60 e com a expansão desordenada das unidades fabris a sul e sudeste da cidade, ajudará ao agravamento das carências habitacionais do concelho, sendo que muitos dos trabalhadores dessas unidades residem, na altura, em concelhos vizinhos. Em consequência das evidentes carências habitacionais, serão construídos, em resultado do Decreto-lei de 1933, fruto da política de habitação do Estado Novo, vários bairros económicos para suprimir as necessidades existentes.

Durante este período de evolução da cidade, dois foram os fenómenos principais que determinaram a sua morfologia: por um lado, os planos de expansão da cidade e por outro, a acção da DGEMN, com as sucessivas políticas de restauro do Estado Novo e depois com as condicionantes impostas ao avanço da construção.

Em 1970, Arménio Losa – o primeiro a aplicar em Portugal os princípios da Carta

³⁴ *Cit.* plano de revisão de 1965 in Bernardo ferrão, *op. cit.* pp.176-177.

³⁵ Importa aqui referir que as políticas da DGEMN se constituíram, por vezes, como uma espécie de barramento às tendências expansionistas dos planos de crescimento urbano, tendo ainda influenciado as câmaras municipais na manutenção dos seus valores artísticos locais, condicionando os planos de urbanização que podiam vir a ter um grande impacto no património local, como no caso das intervenções próximas da “colina sagrada” ou de Santa Maria da Oliveira.

de Atenas de 1933 – apresenta publicamente o plano para a expansão em altura da zona de Nossa Senhora da Conceição, proposta de extensão da cidade que será a última antes do 25 de Abril. O arquitecto alertava já então para os perigos da disseminação desordenada da construção, para a ausência de estruturas e serviços bem como de equipamentos adequados, para além da excessiva concentração de construções em zonas saturadas e de tráfego difícil.

A já difícil situação social e urbana é agravada em 1972 quando a área do concelho de Guimarães – em consequência do Decreto-lei nº 328 de 72 – é aumentada para o dobro da que lhe tinha sido atribuída em 1962.³⁶ A proliferação da construção clandestina em núcleos mais ou menos dispersos teve como consequência a indefinição entre o centro urbano e as freguesias limítrofes de Pevidém, Cadoso, Mascotelo, Fermentões, Costa, Urgezes e Creixomil. A mancha urbana da cidade sobrepõe-se às freguesias, fomentando o aparecimento de novas vias, o campo e a cidade misturam-se, a nova realidade urbana e territorial faz prever a necessidade de um novo instrumento regulador (Figura 2.9).

Em resposta à urbanização difusa, surge em 1979 o Plano Geral de Urbanização do arquitecto Fernando Távora, que será o primeiro a estender a área de intervenção às freguesias situadas para além do perímetro urbano. Este plano incluía toda a área urbana até Pevidém, tendo “por objectivo, a proposta de linhas gerais de ordenação da cidade actual e a previsão do seu futuro.”³⁷ Tratasse, no fundo, de um plano síntese que tentou compatibilizar a unidade e a variedade, o geral e o particular, a função e o desenho, a realidade e a imaginação, e o passado e o futuro. O plano propõe para o centro histórico:

“uma visão qualificadora que se não restrinja apenas a monumentos, edifícios de arquitectura erudita ou mesmo a conjuntos urbanos ou rurais com interesse, mas antes se alargue no espaço e no tempo, bem como no próprio significado do seu conceito, a toda a área cidadina; para tal efeito sugere-se a preservação de outros valores que não edifícios, propondo-se sinteticamente, e como se pode verificar no seu regulamento, que toda a área urbana seja considerada como um “valor cultural”, com base no princípio de que “a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas um acto criativo de conceber.”³⁸

³⁶ Bernardo Ferrão, *op. cit.*, p.182.

³⁷ *Cit. do plano de 1982 in, Miguel Frazão, O GTL e o Planeamento Urbanístico do Concelho. in, AAVV, op. cit. vol. I, p.44.*

³⁸ *Cit. do plano de 1979 in, Bernardo Ferrão, O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesa, AAVV, op. cit. vol. II, p.230.*

A este seguiram-se alguns Planos Gerais que foram, entretanto, também lançados para as Vilas de Vizela e Taipas da responsabilidade, respectivamente, dos arquitectos Carlos Prata e Manuel Fernandes de Sá.³⁹

Em 1983, Nuno Portas, perante a necessidade de estabelecer “Normas Provisórias” para iniciar o controlo do processo de urbanização espontâneo do território concelhio e como instrumento antecipador do futuro Plano Director Municipal, perante também a necessidade de estruturar um plano de pormenor – que já tinha sido previsto no Plano Geral de Urbanização da Cidade de Fernando Távora – e enquadrar uma gestão urbanística mais eficaz do núcleo histórico, cria o gabinete do centro histórico, mais tarde designado por Gabinete Técnico Local – GTL.⁴⁰

O centro histórico de Guimarães nesta altura era uma área degradada da cidade, os seus espaços públicos encontravam-se desvirtuados, verificando-se a caducidade das infra-estruturas e encontrando-se grande parte dos imóveis em estado de ruína ou ocupados por uma população em decréscimo e envelhecida. Apesar de tudo, existia ainda uma grande vitalidade nesta área da cidade. O seu tecido urbano era constituído por uma variedade tipológica que continha edificações de épocas compreendidas entre a Idade Média e o séc. XIX. Esta característica era considerada uma das faces mais interessantes do centro histórico vimaranense; muitas das edificações mantinham a estrutura tipológica e formal originais, sendo ainda visíveis as técnicas tradicionais de construção das habitações feitas em granito, ou apenas com o rés-do-chão neste material e os pisos superiores em taipa de rodízio e fasquio.

Dentro das estratégias de intervenção que se vinham desenhando para esta área, é apresentado em 1984 o Plano de Trânsito e Estacionamento⁴¹ para o centro histórico e cidade envolvente, por Robert Sedussi. Neste plano, algumas das ruas tornam-se acessos condicionados com estacionamento para moradores, outras passam a ter um sentido único, sendo o estacionamento feito paralelamente às vias, ao longo destas, permitindo assim o alargamento dos passeios e um maior conforto para os peões.

³⁹ Miguel Frazão, *op. cit.*, vol. II, p.44.

⁴⁰ José Aguiar, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares. ibidem*, vol. II, p.53-54.

⁴¹ Este plano surge no tempo da DGERU, entidade que financiava a realização de planos de pormenor com equipas exteriores aos municípios, pela sua parte, o município pretendia antes que o mesmo tipo de investimentos fosse aplicado em projectos e estudos urbanos, ou estudos de tráfego, alguns dos quais já estavam em vias de concretização, como o caso do plano de Sedussi que é concluído em 1984. A proposta é recusada pela DGERU e a Câmara acaba por recusar a oferta de financiamento para o plano de pormenor do CH, com uma equipa exterior. Mantendo-se o plano de Sedussi como válido posteriores.

Enquanto o organismo urbano continuava a sua progressão, consolidando-se em torno dos nós dos pequenos aglomerados e expandindo-se ao longo das vias, a recuperação do centro histórico é, de forma simbólica, iniciada com o ensaio das intervenções dos espaços públicos do Largo Cónego José Maria Gomes ou Largo da Câmara e da Praça de S. Tiago, ocorridas entre 85 e 87 (Figura 2.11).

Com o Despacho n.º4/SEHU/85⁴² é criado o GTL⁴³ ou Gabinete Técnico Local, equipa multidisciplinar constituída por arquitectos, engenheiros, economistas e sociólogos, tendo como colaborador externo e sempre presente o arquitecto Fernando Távora. O processo de gestão urbana iniciado nesta altura basear-se-á em três pontos: requalificar os espaços públicos; reabilitar os edifícios da exclusiva responsabilidade da administração local e central, promovendo a localização dos organismos públicos no interior do centro histórico, recuperando-os exemplarmente, de modo a que servissem de modelo para as intervenções sucessivas, atraindo assim os novos investidores; e, por último, apoiar técnica e financeiramente a recuperação dos edifícios privados, apoiando os moradores nas candidaturas aos financiamentos e no acompanhamento dos projectos.

As estruturas económicas locais, constituídas pelas associações empresariais do Vale do Ave, afirmam-se como garantia para uma intervenção bem sucedida, uma vez que a base empresarial existente no concelho teria apenas de ser revitalizada e não criada de raiz. O objectivo principal destes financiamentos consiste na revitalização e requalificação do centro histórico, mas numa perspectiva económica regional. A candidatura de Guimarães ao PROCOM⁴⁴ foi apresentado pela ACIG, – Associação Comercial e Industrial de Guimarães – pela Câmara, pela AMAVE – Associação dos Municípios do Ave – e pelo SOL do AVE – Associação pelo Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave. São apresentados por estas entidades, estudos da realidade existente no centro histórico de Guimarães e nas ruas contíguas à zona de intervenção do PROCOM. Os objectivos específicos desse estudo global eram: a dinamização e

⁴² No seguimento das políticas de Nuno Portas enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, é com o Despacho 4/SEHU/85 de 4 de Fevereiro de 1985 que são criados os Gabinetes Técnicos Locais, surgidos no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), – a partir de 1987, Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) – que visava implementar junto das autarquias uma vontade política e uma capacidade técnica para avançar com operações de reabilitação do património urbano, através de apoio técnico e auxílios financeiros.

⁴³ Os Gabinetes Técnicos Locais, tinham normalmente um período de duração de dois anos, nos quais eram financiados a 100% pela Administração Central, findo este período poderiam ainda funcionar por mais seis meses ou um ano, sendo comparticipados a 75%. No entanto poucos foram os que continuaram para além deste período pois as Câmaras Municipais não tinham capacidade financeira para suportar o seu funcionamento.

⁴⁴ PROCOM – Programa de Modernização do Comércio.

atualização das estruturas comerciais, bem como a sua implementação na zona a revitalizar, na tentativa de reforçar a capacidade de resposta do comércio tradicional face à nova concorrência; o aumento de qualidade de vida das populações; o melhoramento da imagem do centro histórico de Guimarães, tanto ao nível nacional como internacional, tendo como objectivo fomentar o turismo tradicional e empresarial. Como consequência do trabalho realizado, 32,9% dos comerciantes da zona de intervenção apresentaram candidatura ao PROCOM do centro histórico de Guimarães (Tabela 1.1 e 1.3).

No que aos projectos de recuperação habitacional diz respeito, a referência ao RECRIA⁴⁵ é fundamental. Este programa, nas suas diferentes vertentes, permite financiar a recuperação de imóveis destinados a habitação arrendada situados em centros urbanos antigos, articulando as actuações da Câmara com as dos proprietários dos imóveis em mau estado de conservação. Os proprietários interessados em recuperar os seus imóveis recebem uma comparticipação a fundo perdido até 65% do total, estando 26% a cargo da Câmara e 39% a cargo do Estado. Este programa permitiu a recuperação de imóveis tanto ao nível das fachadas como do seu interior, melhorando as suas condições de habitabilidade (Tabela 1.1).

Em 1994 é aprovado o PDM,⁴⁶ coordenado por Nuno Portas, onde se encontra pela primeira vez abrangido todo o território concelhio. São introduzidos aspectos de desenvolvimento económico e delineado um programa estratégico de intervenção municipal, cujo objectivo era aplicar ao território o mesmo processo de gestão que tinha sido implementado pelo GTL no centro histórico. O plano aprovou também a localização de um conjunto de equipamentos públicos para o centro histórico, surgindo também com este o Regulamento de Intervenção no Centro Histórico e Urbano de Guimarães – RICUH – que, em conjunto com o regime legal nacional de licenciamento de obras, constituiu a base para o licenciamento dos projectos nesta área da cidade.

Em 1996 a complexidade urbana do território mantinha-se e, apesar da feliz experiência do GTL no centro histórico, algumas vozes apontavam a necessidade de extravasamento da prática de gestão integrada que tanto sucesso tinha tido nessa área da cidade, para fora do núcleo urbano central, abrangendo todo o território. Jorge Gaspar afirmou: “não significa que Guimarães não tenha problemas no seu ordenamento urbanístico, que tenha sabido gerir da melhor forma o crescimento nos anos recentes.

⁴⁵ RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

⁴⁶ PDM – Plano Director Municipal.

Significa tão só que tem as condições de base para o fazer: uma herança, recursos humanos, capacidade de iniciativa. Atributos que precisam de ser bem cuidados.”⁴⁷ Enquanto Bernardo Ferrão alertava para o facto de: “Embora do ponto de vista arquitectónico e urbano, as acções de salvaguarda integrada do património existente e de criação qualificada de novo património, se tenham centrado, a partir da Revolução de Abril, sobretudo na zona do centro histórico, tende hoje a verificar-se, o seu indispensável extravasamento não só para áreas urbanas que o envolvem, imediatamente, como também para núcleos pontuais do contexto concelhio.”⁴⁸

Em 2000 a zona intra-muros é restituída à sua condição de parte integrante do todo urbano, em resultado da prática de gestão já descrita. As intervenções nos espaços públicos, e as recuperações exemplares sobre alguns imóveis pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães, – CMG – como previsto mobilizaram a iniciativa privada, permitindo a reabilitação, do ponto de vista físico e funcional de 66,4 % de imóveis privados. Essas acções dispersas pelo tecido urbano erradicaram a imagem de decadência, contaminando pela positiva todo o conjunto.

Nesta altura, na área que tinha sido proposta para inclusão na lista de Património da Humanidade, – PH – existiam 515 edifícios, dos quais 65% com um carácter maioritariamente residencial; 2,8% são monumentos (14 ao todo); 6,0%, o correspondente a 30 imóveis, considerados de valor patrimonial e 3,4% eram equipamentos, instalados em 17 edifícios. O estado de conservação do total do edificado podia considerar-se satisfatória, sendo que 66,4% do total dos edifícios tinham uma idade de conservação⁴⁹ boa ou razoável, estando 31,2% em mau estado e 2,4% em ruína.⁵⁰ Nos 14 anos precedentes, tinham sido intervencionados 327 edifícios (66,44%), dos quais, 103 (20,8%) tinham sido financiados pela Administração Central e Local – ao abrigo do PRID⁵¹ e RECRIA – e, 225 (45,6%) tinham sido intervencionados por iniciativa privada, ou seja, sem qualquer financiamento.⁵² A maior parte dos espaços públicos tinham sido já nesta altura reabilitados, cerca de 90%, faltando apenas a

⁴⁷ Jorge Gaspar, *Guimarães: Cidade e Urbanidade*. in, AAVV, *op. cit.* vol. II, pp.37-38.

⁴⁸ Bernardo Ferrão, *op. cit.*, pp.246-247.

⁴⁹ A idade de conservação dos imóveis era analisada segundo três parâmetros: cobertura; elementos que compõe a fachada; e estrutura. “*L’état de conservation des constructions dans le Centre Historique de Guimarães est analysé selon trois paramètres: couvertures, éléments composant la façade et structure. La moyenne de ces trois paramètres, avec une appréciation globale, donne l’état de conservation général de l’immeuble en ce qui concerne son aspect extérieur.*” Cit. CMG-GTL, *Processo de Candidatura do Centro Histórico de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: CMG-GTL, 2000, p.64.

⁵⁰ Ver alínea d), *État actuel de conservation. Immeubles, ibidem*, pp.30-31.

⁵¹ PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados.

⁵² Vide, *État actuel de conservation. Immeubles, op. cit.* p.31.

implantação de algum do mobiliário urbano⁵³ (Tabela 1.2).

Apesar dos aspectos positivos, e dos esforços feitos pelo GTL para manter a população residente, os dados demográficos relativos às três freguesias que compõe esta área urbana, Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, indicam um decréscimo dos seus habitantes. Pode-se verificar que para a freguesia da Oliveira, onde está inserida grande parte do CHG, a população residente em 1991 era de 3687 pessoas, em 2001 era de 3448 pessoas, tendo assim diminuído, apresentando uma taxa de variação negativa de -6,5%. Dados que continuam a contrastar claramente com a realidade existente no concelho, pois desde 1960 até 2001 a população residente tinha vindo sempre a aumentar, indiciando o fenómeno da urbanização difusa⁵⁴ (Tabela 1.5). Apesar do decréscimo verificado, a realidade demográfica do CHG não é tão gravosa como a que se verifica noutros CH do país, como por exemplo, no caso de Évora.

Com a proposta de classificação do centro histórico de Guimarães a Património da Humanidade, a área a gerir pelo projecto do GTL é alargada para a zona de expansão mais próxima da cidade, que incluía já tipologias e uma morfologia urbana características dos meados do séc. XX. É pensada uma zona tampão que protege a zona a classificar dentro de um desenho e processo de gestão idênticos (Figura 2.12). Sendo assim, foi necessária a elaboração de instrumentos de gestão que traduzissem o modelo de cidade proposto, simultaneamente com instrumentos de controlo e gestão adaptados às novas zonas (Tabela 1.4). Em prol da manutenção da estabilidade urbana e do reaparecimento de uma urbanidade recuperada, o GTL definiu indicadores para a melhoria da qualidade de vida dentro do centro histórico, e para controlar os efeitos negativos que decorressem da elevação a Património da Humanidade, como o aumento do turismo.

O processo de reabilitação iniciado no decorrer dos anos 80 será reconhecido nacional e internacionalmente. Assim, em resultado do trabalho efectuado, serão atribuídos os seguintes prémios: em 1985 o prémio Europa Nostra atribuído a Fernando Távora pelo projecto de restauro e de adaptação da sede do GTL, pela Federação Internacional das Associações para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Europa; em 1993 a equipa do GTL recebe o Prémio Nacional de Arquitectura para a melhor obra de conservação, pela Ordem dos Arquitectos; em 1996 o Prémio da Real

⁵³ CMG-GTL, *op. cit.*, *Espacos publicos*, pp.32-34.

⁵⁴ *Vide*, Dados sobre a população do concelho. Disponível online no site: http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=4056, a 31 de Março de 2008.

Fundação de Toledo; em 1999 o Prémio Nacional Imagem da Cidade com a reabilitação das Casas Alpendradas, Menção Honrosa, pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; em 2000 é atribuída uma Menção do Júri do Prémio RECRIA, pelo conjunto da obra e à equipa do GTL.⁵⁵ Em 2001 o centro histórico de Guimarães é declarado Património da Humanidade pela UNESCO.

As disposições aplicadas na valorização e promoção do centro histórico de Guimarães, que importa continuar no futuro, foram as seguintes: a manutenção do GTL, responsável pela operação de reabilitação urbana do centro histórico de Guimarães; a continuação das intervenções de recuperação já começadas, mantendo integralmente as técnicas tradicionais de construção; a continuação do apoio técnico aos proprietários e arrendatários na realização dos projectos e obras; a salvaguarda do valor patrimonial herdado; a manutenção da população residente; a reestruturação do tráfego automóvel e pedonal; solucionar os problemas de estacionamento automóvel, em particular dos residentes.⁵⁶ A originalidade do modelo territorial fruto de um processo de urbanização complexo e polivalente, que atravessou séculos,⁵⁷ fez da Guimarães económica e socialmente bastante dinâmica, uma cidade, que, através da correcta gestão e valorização do seu património cultural conseguiu articular com mestria passado e presente, economia e cultura⁵⁸ (Figura 2.10).

2. Caracterização do organismo patrimonial, urbano e territorial actual.

Guimarães está actualmente classificada como uma cidade média no contexto territorial nacional, pertencendo ao sistema urbano, ou conurbação não metropolitana, do Vale do Ave (Figura 2.13). A dispersão característica do território é consequência de

⁵⁵ Vide, *Centro Histórico de Guimarães*. Disponível online no site: http://www.guimaraesturismo.com/home_pt/turismo/patrimonio/centro_historico/, a 31 de Março de 2008.

⁵⁶ CMG-GTL, *op. cit.*, p.35.

⁵⁷ Jorge Gaspar, *op. cit.*, pp.36-37.

⁵⁸ Toda as informações existentes nos números 1.1 e 1.2 deste capítulo encontram-se desenvolvidas in, AAVV, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*. vol. I e II, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002; CMG-GTL, *Livro de Candidatura do Centro Histórico de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2000.

uma industrialização rural difusa que remonta ao séc. XIX, verificando-se que grande parte da população residente está localizada e trabalha “entre cidades”.

Os padrões de urbanização desta região são os resultantes de uma concentração disposta ao longo das vias, do reforço das “vilas”, da concentração em torno dos nós estratégicos da rede viária, e ainda da difusão generalizada, resultado da densificação dos povoamentos rurais historicamente dispersos nos vales e meia-encosta, administrativamente recortados por freguesias de pequena dimensão.⁵⁹

O concelho vimaranense fica situado no Distrito de Braga, estando inserido na NUTS II⁶⁰ Norte e NUTS III do Ave. Os concelhos mais próximos situam-se, a norte, noroeste e sudoeste e correspondem às cidades de Póvoa de Lanhoso, Braga e Santo Tirso; a sul e sudeste localizam-se Vizela e Felgueiras, a nascente Fafe e a poente Famalicão. Refira-se ainda que o concelho é atravessado por um forte conjunto de vias de hierarquias variáveis.

O concelho de Guimarães é constituído por 69 freguesias, das quais 29 são AMU⁶¹, e 40 são APU⁶² não existindo freguesias APR.⁶³ Importa destacar ainda, que, no concelho existem nove vilas.⁶⁴ O total de habitantes em 2001 era de 159 576, distribuídos por uma área de 242 Km². O perímetro urbano da sede do concelho é constituído por 20 freguesias numa área de 23,5 km² que, contava no mesmo ano, com cerca de 52 182 residentes, o correspondente apenas a 32,7 % da população concelhia.

Apesar das políticas incentivadoras da aglomeração urbana desde 1991, o crescimento na última década do séc. XX foi praticamente equivalente no concelho (que cresce 10,4 %) e na cidade (que cresce 9,5 %). Este factor, associado ao pouco peso dos equipamentos centrais, – que não se constituíam como atractivos urbanos significativos num concelho onde cerca de 64,2 % do emprego tem uma localização dispersa – ao facto de as explorações agrícolas funcionarem maioritariamente como base de uma economia de subsistência, e à existência de todo um conjunto de novas vias arteriais que

⁵⁹ Álvaro Domingues, João Cabral, Nuno Portas, *Políticas urbanas. Tendência, estratégias e oportunidades*. Lisboa 2003, pp.46, 59-61 e 135.

⁶⁰ NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos.

⁶¹ AMU – Áreas Mediamente Urbanas.

⁶² APU – Áreas Predominantemente Urbanas.

⁶³ APR – Áreas Predominantemente Rurais. AMU, APU e APR são os três níveis de uma designação tipológica que foi aprovada pelo Conselho Superior de Estatística, e que se assume como base territorial de análise e classificação das freguesias, o nível mais baixo da divisão administrativa territorial.

⁶⁴ Luísa Santos e Margarida Nicolau, *Caracterização Socio-Económica dos Concelhos. Concelho de Guimarães*. Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico, Divisão de estudos e Planeamento: DGOTDU, 2000. Disponível online no site: <http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/EstudosNaoPublicados/Guimaraes/GUIMARAES.pdf>, a 31 de Março de 2008.

se iam desenhando, contribuiu, para a redefinição de renovadas frentes de urbanização, com excepção da frente nascente, dada a existência da condicionante geográfica que aí se encontra, o Monte da Penha. É assim clara a tensão entre a aglomeração e a dispersão. Os grandes conjuntos de edificações situam-se maioritariamente entre o núcleo antigo e a nova circular urbana, sendo que no resto do concelho continua a verificar-se a proliferação de construções, quer junto de pequenos aglomerados pré-existentes e concentrações industriais, quer um pouco por todo o território, ao longo da densa rede viária (Mapa 1.1).

Da observação mais próxima do território, encontramos um vasto conjunto de elementos arquitectónicos e arqueológicos de valor intrínseco, de diferentes tipologias e épocas, uns classificados como monumentos nacionais, outros como imóveis de interesse público ou de valor concelhio, outros ainda em vias de classificação, e outros que não se enquadram na categorização do património cultural que existe actualmente e que no seu conjunto perfazem a “memória do lugar”. Estes elementos têm uma implantação territorial tão disseminada quanto a da cidade de hoje, só que esta “cidade do passado” nunca perdeu a relação com o “lugar” onde está inserida. Estes objectos encontram-se, em alguns casos, ainda integrados em unidades de paisagem com um potencial valor e interesse, sendo que, a sua requalificação conjunta permitirá qualificar a actual paisagem urbana. Estes elementos, comparativamente com o núcleo do “centro histórico”, são actualmente bem mais complexos de reinserir no “lugar de memória” colectiva que ocuparam em tempos. A sua dimensão é territorial e, em alguns casos, está associada a actividades económicas ou de culto à muito abandonadas, próximos de cursos de água ou de áreas agrícolas ou florestais desaproveitadas que interessa recuperar. Estamos assim perante um caso de aglomeração urbana com um núcleo bem definido, que envolve um significativo conjunto classificado, por contraposição à indefinição das áreas de transição com a urbanização difusa, tanto se olhar-mos para o território ao nível da disciplina urbanística, como da conservação patrimonial.

Apresentamos nas próximas linhas o território na sua condição actual, dividindo a nossa análise – e parafraseando Giovannoni – em: *organismo estético*, onde se insere a estrutura patrimonial de elementos paisagísticos e arquitectónicos; *organismo cinético* que mostra a estrutura viária e as novas frentes de evolução urbana; e *organismo social*, onde se analisam os aspectos sociopolíticos, económicos e culturais.

2.1. Organismo estético: Paisagem.

Guimarães localiza-se num vale circundado por um relevo relativamente acidentado, constituído pelos Montes de Outeiro e Penedice, Sameiro e Falperra, Senhora do Monte, Santa Marinha e Santa Catarina ou Monte da Penha. A região é atravessada de norte a sul pelo rio de maior expressão no concelho, o Ave, cujo afluente Selho atravessa a área urbana central, enquanto que o Vizela bordeja os limites concelhios a sul. O Vale do Ave é constituído por uma densa malha de linhas de água, que tendo caudal durante todo o ano se traduz por uma enorme disponibilidade de recursos hídricos superficiais. O “Vale do Ave” é uma região com características muito próprias, com uma elevada densidade de linhas de água e terrenos de elevada fertilidade distribuídos por declives suaves o que origina em determinadas zonas longos períodos de encharcamento e de cheias. Este enquadramento vai, de certa forma, influenciar o clima desta região, caracterizado por invernos frios e chuvosos e verões quentes e um pouco húmidos, com amplitudes térmicas anuais relativamente baixas, devido principalmente ao afastamento do litoral e à sua disposição (rodeada por montes e encaixada no vale).

O solo do concelho de Guimarães é essencialmente constituído por rochas graníticas, que influenciaram o carácter do edificado, sendo visível principalmente nas antigas edificações, tanto do centro histórico, como da envolvente. Existem ainda pequenos afloramentos de rochas xistosas, encontrando-se ao longo dos rios depósitos fluviais de cascalho e argilas pouco espessas.

É nas cumeadas das maiores elevações de Guimarães que se encontram as áreas florestadas, onde predomina o tipo de floresta mista de pinheiro bravo e eucalipto, bem como alguns pequenos núcleos de folhosas, principalmente à base de carvalho nacional. Importa assinalar a erosão consequente da degradação do revestimento natural do solo, principalmente nas zonas onde os declives são mais acentuados. É de destacar que ao longo das principais linhas de água existem, com alguma frequência, ulmeiros, amieiros, salgueiros, choupos, sendo de extrema importância a manutenção da variedade dos micro-sistemas ecológicos existentes ao longo destas galerias ripícolas que compartimentam a paisagem.⁶⁵

⁶⁵ Vide, Instituto SONDAE, CIVITAS e DCEA/UNL, *Agenda 21 do Eixo Atlântico. Concelho de Guimarães. Complexidade. Mais cidade, mais campo.* Disponível online no site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/478119.pdf>, a 31 de Março de 2008.

Esta paisagem, que sempre se relacionou de forma coerente com os aglomerados urbanos, encontra-se actualmente fragilizada pela crescente urbanização. A envolvente da área urbana do concelho caracteriza-se por um edificado disperso de grande diversidade de usos. Às habitações está associada a reduzida dimensão das propriedades, desenvolvendo-se o edificado ao longo das estradas e nas áreas de encosta, dispersas entre as áreas de RAN⁶⁶ e REN⁶⁷, constituindo assim um conjunto heterogéneo e de difícil organização. Esta paisagem é, assim, dominada por povoamentos disseminados numa vasta área, que vai absorvendo o significativo património arquitectónico aí existente. A bucólica imagem do Minho sempre verde, com água e coberto vegetal frondoso é uma característica apenas visível já mais para além dos afastados centros urbanos que se tornaram quase contínuos.

Na gestão destas áreas é obrigatório o aumento da biodiversidade e o apoio à agricultura, pela sua função no equilíbrio hidrológico. Torna-se imperativo garantir objectivos como: a protecção dos solos de elevada fertilidade, bem como o controlo da dispersão das novas edificações; a manutenção da diversidade das culturas, com as alterações obvias que derivam das novas tecnologias; conservar a tradicional rede de protecção e valorização ambiental, constituída essencialmente pelas linhas de água, compartimentação dos campos, revestimento vegetal permanente das zonas com afloramentos rochosos e das encostas mais inclinadas, no combate à erosão dos solos; e valorizar o denso e diversificado património construído.⁶⁸

O longo historial de ocupação humana da região, deu origem a um conjunto de elementos “patrimoniais” arquitectónicos e arqueológicos de grande valor associados ao rio. Esses elementos inserem-se em áreas cujo ambiente envolvente se encontra sistematicamente degradado. No entanto, alguns deles poderiam com facilidade ser valorizados pela recuperação dos sistemas naturais adjacentes, nomeadamente da floresta ribeirinha.⁶⁹

⁶⁶ RAN – Reserva Agrícola Nacional.

⁶⁷ REN – Reserva Ecológica Nacional.

⁶⁸ Coord. Cancela d’Abreu, T.P. Correia e R. Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU/EU, 2004, vol. II, p.5 e capítulos, 7 Vale do Ave e 11 Minho Interior, pp.53-58 e pp. 79-83.

⁶⁹ Coord. Pedro Teixeira Gomes, *Património Natural da Bacia do Ave. Projecto Alba-Ter / Ave. Relatório Final do Inventário do Património Natural da Bacia Hidrográfica do Rio Ave*. Guimarães: Departamento de Biologia da Universidade do Minho, 2001, p.54. Disponível online no site: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2211/1/Pat_Natural_Bacia_Ave.pdf, a 31 de Março de 2008.

2.2. Organismo estético: Património edificado disperso.

Observamos acima que, associados à paisagem do concelho, aqui entendida como paisagem “natural”, biofísica, se encontram um significativo conjunto de elementos patrimoniais disseminados cuja implantação está directamente relacionado com as características primeiras daquela. As tipologias e épocas dos elementos encontrados são muitas e diversas, espelhando a relação original do homem com a paisagem. São frequentes os elementos de valor patrimonial que se destacam na paisagem, encontrando-se misturados entre os que resultam da ocupação mais recente do solo, sendo o seu estado de conservação variável.

O caos paisagístico ou, se quisermos, a complexidade territorial, que resultou da não aplicação de regras e planos de ordenamento no passado, bem como da falta de uma cultura patrimonial estendida para lá do centro-cidade, provocaram a descontextualização de muito do património dos arrabaldes, encontrando-se hoje, se não perdida, bastante comprometida a sua integridade e sobrevivência na “cidade difusa” do Vale do Ave. Apesar de, na envolvência do “centro histórico”, se verificar uma conquista de ordem ao caos, a estratégia de valorização do património concelhio ainda se encontra muito condicionada pelo peso da centralidade. Contudo a Câmara Municipal está actualmente a proceder ao levantamento e inventariação de todos os elementos “patrimoniais” existentes nas freguesias do concelho, atitude apontada à mais de dez anos como essencial para a continuação da valorização patrimonial do território:

“Restará ainda, todavia, como ingente e indispensável tarefa futura, estender à totalidade do riquíssimo território vimaranense as mesmas acções de salvaguarda integrada e de criação qualificada de património arquitectónico e urbano [...] para que este alargamento patrimonial se possa vir a processar com êxito, importará assumir-se, desde logo, quer que o território concelhio é um “valor cultural,” como de há muito defende F. Távora, quer que “a luta patrimonial também se resolve na periferia” como sempre refere N. Portas. De realçar, por outro lado, que este alargamento deverá, em nossa opinião, considerar, e ainda segundo F. Távora, que “a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas um acto criativo de conceber” e assumir, e agora citando A. Alves Costa, que “a intervenção patrimonial actual é apenas mais uma e intervém com regras claras que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea.”⁷⁰

⁷⁰ Bernardo Ferrão, *O conceito de património arquitectónico e urbano na cultura ambiental vimaranense*. op. cit., p.247.

Assim temos que, relativamente ao património concelhio e para além do núcleo central histórico, a envolvente contém inúmeros elementos: arqueológicos, do período, pré-histórico, proto-histórico, romano, medieval, moderno; arquitectónicos e urbanos, como bairros, candeeiros, alminhas, açudes, poços, capelas públicas e privadas, casais e quintas, casas torre, sequeiros, tanques, cemitérios, cruzeiros, escolas e outros edifícios públicos, estações e apeadeiros, fontanários e fontes, edifícios industriais, santuários, represas, caminhos antigos, pontes e pontilhões; e do património natural como, linhas de água, penedos, grutas, maciços verdes, pontos de vista. Estes elementos integram-se na paisagem, formando em bloco um conjunto, sendo que, é a repetição do seu valor simbólico – e não tanto o seu valor patrimonial no quadro da categorização do património cultural existente na legislação actual – o que realmente é significativo,⁷¹ enquanto factor potenciador de uma estrutura identitária.

2.3. Organismo estético: Centro Histórico.

Ao nível do centro histórico, a aplicação do processo de gestão que tinha resultado nos últimos anos foi continuada, a partir de 2001, com um rigoroso controlo dos financiamentos disponíveis, uma escolha correcta dos imóveis a recuperar e dos espaços públicos a consolidar. Apostou-se na diferente caracterização das praças existentes, na diversidade dentro do conjunto, que a cada dia se ia tornando cada vez mais coeso e parte integrante da cidade envolvente.

Com o alargamento das intervenções ao novo anel de protecção, a cidade começou a ganhar qualidade urbana, mais uma vez pela aposta no desenho dos espaços públicos e na recuperação pontual de imóveis com interesse patrimonial para novos equipamentos, tudo em simbiose com intervenções arquitectónicas mais recentes. Da actual observação do centro histórico, verifica-se um acréscimo do comércio de qualidade, substituindo o tradicional, como joalharias, galerias de arte, livrarias, lojas de produtos tradicionais e de designers locais, bem como serviços de restauração – denunciando já alguma tendência para a *gentrification*. Verifica, no entanto, que os serviços aí existentes abrangem actualmente uma área de maior influência, integrando

⁷¹ Marc Guillaume, *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003, p.147.

assim este espaço nas dinâmicas da cidade mais recente, tal como se queria. Devolveu-se o centro histórico à cidade? Sim. Ao longo deste processo de mais de vinte anos, foram sendo quantificados os efeitos desta revalorização espacial, assumindo-os assim como mais um factor a ser gerido, prevendo desta forma os seus efeitos nefastos.

Os edifícios públicos estão na sua maioria recuperados, sendo das últimas intervenções, o Tribunal da Relação, o Arquivo Municipal, o Espaço Internet, o Centro de Juventude e Pousada localizados no antigo complexo da fábrica de couros, a requalificação da Praça da Mumadona com estacionamento da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, e o Novo Mercado Municipal. Outro dos grandes projectos destes últimos anos, fazendo parte da aposta cultural do município, o antigo Palácio de Vila Flor foi transformado em Centro Cultural, criando-se nestas instalações, salas de congressos, auditórios, cinemas, um centro de exposições, a Assembleia Municipal e duzentos e cinquenta lugares de estacionamento.

Existe a continuação da intervenção ao nível dos espaços públicos, de forma mais pontual do que no passado, sobretudo na manutenção destes e na criação de actividades culturais associadas à animação de rua, em horários variados para diferentes faixas etárias. Continua a proceder-se ao apoio à recuperação, por parte do GTL, do património habitacional que pouco a pouco está a alargar a oferta de habitações para aluguer no centro histórico, no entanto os valores para arrendamento são bastante elevados – outro dos efeitos da *gentrification*. O resultado é positivo, apesar de se perceber já uma forte pressão turística. Esta consequência apresenta-se, no entanto, de grande importância económica, uma vez que esta região está actualmente a enfrentar momentos de grave crise financeira, provocando um aumento exponencial do desemprego. A correcta e rigorosa gestão dos financiamentos permite, até hoje, o esgotamento anual destes. O problema põe-se, no entanto, na manutenção de todo este património, uma vez que sem riqueza de base é difícil sustentar todo um processo que vive do poder económico de uma região, não se querendo destino turístico de massas. Pois tal como afirmou Rypkema, enquanto a globalização económica apresenta inúmeras vantagens, a globalização cultural é extremamente perigosa.⁷²

A intervenção urbana nos últimos anos pautou-se pela conquista inteligente de qualidade urbana nas proximidades do centro histórico, sobretudo pela aposta na

⁷² Donovan D. Rypkema, *Globalization, Urban Heritage, and the 21st Century Economy*, 2005, p.1. in *Celebrating our Urban Heritage*. Disponível online no site: <http://www.globalurban.org/Issue1PIMag05/Rypkema%20PDF.pdf>, a 31 de Março de 2008.

continuidade dos espaços públicos e na localização de equipamentos que promoverão, a médio prazo, a requalificação dessas áreas da cidade. Actualmente encontram-se em fase de apreciação os “Cinco Projectos para Guimarães”, cuja prossecução depende da aprovação dos financiamentos no âmbito do QREN,⁷³ sendo alguns dirigidos a áreas com relativo peso histórico. Refiram-se os arranjos urbanísticos do Toural e Alameda de S. Dâmaso, a área da Feira Semanal, o CampUrbis, e o Antigo Mercado, sobre os quais falaremos mais à frente, dado o carácter experimental em termos urbanos e patrimoniais, de algumas soluções.

O conjunto dos elementos que caracterizam o que chamamos de *organismo estético* compõe, associado ao *organismo cinético* e ao *social*, o conceito mais lato de paisagem cultural⁷⁴ identitária. Não podendo ser entendidos como elementos dissociáveis podem todavia ser enunciados em separado. O seu conjunto constitui a base da identidade desta região, que tendo sido historicamente construída, continua a reorganizar-se a cada dia, redefinindo a identificação que cada habitante estabelece com este lugar.

Pierre Nora⁷⁵ classifica os *lieu de mémoire*, como lhe chama, como cada entidade significante, material ou não-material que na natureza, seja pela vontade humana, ou pelo trabalho do tempo, se tornou um elemento simbólico da herança memorial de cada comunidade. No conjunto, estes elementos formam a paisagem cultural de uma região, actualmente vista como um sítio emblemático de representação, lugar tanto de poder como de resistência, uma chave importante no processo de conservação.⁷⁶ No caso vimaranense, estes elementos identitários – lugares de memória – formam no seu conjunto uma paisagem urbana que apresenta um potencial valor cultural.

⁷³ QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional. Portugal 2007/2013.

⁷⁴ “Paisagem Cultural” é uma das categorias patrimoniais consideradas pela UNESCO. *Cultural landscapes represent the ‘combined works of nature and man’ designated in Article 1 of the World Heritage Convention. They are ‘illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal. They should be selected on the basis both of their outstanding universal value and of their representativity in terms of a clearly defined geo-cultural region and also for their capacity to illustrate the essential and distinct cultural elements of such regions’ [...] ‘The term “cultural landscape” embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment’.* Vide, P. J. Fowler, *World Heritage Papers 6. World Heritage Cultural Landscape.1992-2002*. Paris: UNESCO/World Heritage Center, 2003, p.21.

⁷⁵ Pierre Nora editou um conjunto de sete volumes sobre os lugares de memória franceses intitulado *Les lieux de mémoire* não considerando no entanto como tais, os elementos arqueológicos. Vide, Hue-Tam Ho Tai, *Remembered Realms: Pierre Nora and French National Memory*. Disponível online no site: <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/106.3/ah000906.html>, a 31 de Março de 2008.

⁷⁶ Niamh Moore, Yvonne Whelan, *Heritage, Memory and the Politics of Identity: New Perspectives on the Cultural Landscape*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2007, p.X.

2.4. Organismo cinético: Rede viária e território em crescimento.

A impressão dominante que a paisagem do Vale do Ave nos transmite é de um intenso movimento e dinamismo, resultado da predominância massiva dos transportes rodoviários. O concelho é atravessado por uma rede de estradas bastante significativa, constituída por estradas municipais, as estradas nacionais 101, 105, 106 e 206, o IC5, o IP9, a A7 e a A11, que asseguram a mobilidade das populações e dos bens, dentro e para fora do concelho.

A intensa rede viária existente permite o acesso aos equipamentos, que se distribuem de modo hierárquico de acordo com o peso de cada aglomerado no concelho. A rede urbana organiza-se em Área Urbana, vilas, freguesias mais próximas dos principais eixos viários e freguesias localizadas nas franjas do concelho. Esta hierarquização tem por base o maior ou menor peso demográfico, a localização, número e tipo de equipamentos existentes, a sua boa acessibilidade ou mobilidade populacional e o tipo de actividades produtivas.

A evolução do sistema viário ao longo dos anos retalhou o território, favoreceu a localização de grandes artefactos urbanos entre povoações, tornou o transporte colectivo problemático, promoveu a intensificação dos processos de expansão, unindo as principais aglomerações, tanto à escala regional e nacional como transfronteiriça. Também promoveu a urbanização em torno dos nós de conexão, sendo que nas áreas já densamente “irrigadas”, a urgência na necessidade de ligações mais rápidas fez aparecer um novo “layer” superior como reforço destas redes, contribuindo para a distinção clara entre as áreas mais próximas e as mais distantes dos principais eixos viários.⁷⁷

Para o futuro fica a definição da estratégia para os principais eixos de crescimento urbano – em direcção a Ponte e Caldas das Taipas, para NNO, e em direcção a Pevidém, para poente, ao longo da Veiga de Creixomil, integrando o desenho das vias, A7, A11 e nós. Este salto de escala exige uma forte articulação com os valores ecológicos e paisagísticos – vales do Selho, e de Couros, veiga e solos agrícolas, termas –, com a articulação com as infra-estruturas – desde as auto-estradas, às estradas nacionais e caminhos rurais –, e com o entendimento “urbano” de antigos aglomerados industriais – Pevidém, sobretudo. A compacticidade e a contiguidade urbana convencional darão, assim lugar a um desenho mais complexo, integrando outras escalas e outros valores, e

⁷⁷ Álvaro Domingues, João Cabral, Nuno Portas, *op. cit.*, pp.71-73.

outros modos de fazer cidade.”⁷⁸

2.5. Organismo social: Demografia.

O modelo social existente no Vale do Ave no final dos anos oitenta do século passado mantém-se, em alguns dos seus aspectos, inalterado. Nessa altura persistia um modelo social caracterizado pelo *familialismo*.⁷⁹

“Em agregados familiares agrícolas semi-proletarizados ou em agregados urbanos proletarizados [...] As redes apertadas de parentesco, a entreada ou o *continuum* social entre empregados e empregadores [...] fazem da família ou dos laços de vizinhança e amizade uma instituição viável de realização de projectos de mobilidade sócio-profissional, acentuando uma ideologia familiarista e corporativista que deixa pouco lugar para outras instituições como a sindical que supostamente caracterizariam uma formação social de forte recorte capitalista.”⁸⁰

Apesar do crescimento demográfico dos últimos anos, cuja taxa de variação entre 1991 e 2001 é de 10,8%, e a estrutura etária é caracterizada em grosso modo por população na faixa activa, – de salientar que em 2001 os grupos etários 15-19 anos e 20-24 anos sofrem um decréscimo significativo – sendo o índice de envelhecimento do concelho de 52,2%, tem-se verificado, no entanto, um decréscimo da população com menos de 14 anos e o aumento da população com mais de 65 anos, prevendo-se que esta tendência venha a agravar-se tal como já acontece no resto do país.⁸¹ Contudo, Guimarães pode ser considerada como um dos concelhos mais jovens dentro da realidade nacional.

Os crescimentos positivos da população desde os anos sessenta do século passado demonstram a forte atracção que este concelho exerce sobre as populações, em especial sobre a população activa, devendo-se este factor à forte presença de unidades industriais,

⁷⁸ Coord. Álvaro Domingues, *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições, 2006, p.163.

⁷⁹ Teresa Marques e Álvaro Domingues, *Breve Caracterização do “Vale do Médio Ave”*. Revista de Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I série, Volume III, Porto 1987, p.270.

⁸⁰ *Ibidem*, pp.270-271.

⁸¹ Dados do Censos 1991/2001 do INE, in, *Carta educativa do concelho de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2006, pp.32-33. Disponível online no site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/CartaEducativadoConcelhodeGuimaraes.pdf>, a 31 de Março de 2008.

ao peso relativo do ensino superior e à crescente oferta de outros serviços. A perda de densidade populacional deve-se maioritariamente à movimentação populacional para os concelhos vizinhos mais próximos.⁸²

O decréscimo populacional regista-se, sobretudo, nas freguesias a norte e a noroeste do concelho, bem como nas do centro histórico; isso deve-se, nas primeiras, às suas características predominantemente rurais, à quase inexistência de indústria e à emigração; nas do centro histórico, a diminuição verificada deve-se ao envelhecimento da população e ao facto dos jovens residirem nas novas urbanizações periféricas. A densidade populacional é, assim, superior nas freguesias urbanas e naquelas que são servidas pelas principais vias de comunicação entre a cidade de Guimarães as vilas e os concelhos limítrofes, sendo que S. Paio continua a ser a freguesia mais densamente povoada do concelho (Tabela 1.5).

2.6. Organismo social: Economia.

Na estrutura produtiva do concelho, o maior peso é do sector secundário (64,8%), seguido do terciário (33,7%), e por último o primário (1,5%), com uma expressão relativamente reduzida, comparando com o panorama nacional. A população activa corresponde a 53,8% da população e a mão-de-obra disponível é essencialmente jovem, mas pouco qualificada.⁸³ O têxtil e vestuário continuam a ser as actividades que absorvem a maior parte da população, seguidos do comércio a retalho e do ensino. Na área urbana concentra-se a maior parte do terciário, enquanto o sector secundário é o maior responsável pela difusão da urbanização. O desemprego tem vindo a agravar-se, prevendo-se que a tendência seja de crescimento.

A agricultura surge maioritariamente como actividade de subsistência, como complemento de outras actividades, funcionando em regime de minifúndio. Esta actividade revela-se, no entanto, como uma base de sustentação alternativa das populações, pois funciona como um factor de defesa contra as crises cíclicas do

⁸² *In*, Teresa Marques e Álvaro Domingues, *op. cit.*

⁸³ Dados do INE do Censos de 2001 e no, *Atlas das cidades de Portugal de 2002*, in, CMG, *Carta educativa do concelho de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2006, p.16.

mercado de trabalho. De facto, no concelho, as hortas familiares correspondiam em 1999 a 66,3% da terra arável no município.⁸⁴

As actividades industriais com mais peso no concelho são as têxteis, seguidas da construção civil, verificando-se ainda alguma presença dos curtumes, cutelarias e calçado, tendo a metalúrgica de base pouca expressão, sendo que, as mais recentes são as dos plásticos. Estas localizam-se de forma dispersa: se tradicionalmente se encontravam nas proximidades dos rios e junto das principais vias nacionais e municipais, os incentivos criados têm vindo a proporcionar zonas próprias para a instalação de indústrias em locais de fácil acessibilidade, com a flexibilidade suficiente para permitir manter a miscigenação característica desta região. O concelho possui um número elevado de áreas industriais, 74 ao todo.⁸⁵

A tendência económica mais recente verifica-se na “terciarização do sector secundário,” que, apoiado na intensa actividade de investigação aplicada às empresas desenvolvida pela Universidade do Minho e na forte tradição empreendedora do concelho, se constitui como um terreno frutífero para o aparecimento das PME’s,⁸⁶ ligadas às novas tecnologias. As infraestruturas de conhecimento apresentam-se assim como indutoras da qualidade do tecido empresarial. Tanto a Universidade do Minho, pelo auxílio prestado às actividades económicas na inovação tecnológica, como, o Parque de Ciência e Tecnologia – Avepark – que tem por objectivo congregar numa área actividades e saber especializado, se constituem como atractivos para novos, grandes e qualificados investimentos.⁸⁷

Para além da importância da universidade na redefinição das prioridades económicas do concelho, a elevação do centro histórico da cidade de Guimarães à categoria de Património Cultural da Humanidade permitiu que o turismo fosse encarado como um potencial recurso económico para o futuro. Importa no entanto aqui referir, que o turismo enquanto fonte de receitas económicas, embora se apresente como um aspecto positivo para a sustentabilidade de uma região, o aumento da pressão turística, que daí resulta, contém efeitos negativos que devem ser previstos e controlados. Como é referido no documento de Novembro de 2006 do *Europa Nostra Council*,

⁸⁴ Instituto SONDAE, CIVITAS e DCEA/UNL, *Agenda 21 do Eixo Atlântico. Concelho de Guimarães. Complexidade. Mais cidade, mais campo*, 2005, p.17. Disponível online no site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/478119.pdf>, a 31 de Março de 2008.

⁸⁵ *Ibidem*, p.19.

⁸⁶ PME – Pequena e Média Empresa.

⁸⁷ Instituto SONDAE, CIVITAS e DCEA/UNL, *ibidem*, p.4.

“[...] there is an inevitable dichotomy between satisfying the pressure for economic growth through tourism and protecting the cultural heritage sites and monuments [...]. There is, therefore, a need [...] to establish quality standards or systems of good practice to increase their effectiveness and efficiency, as well as to safeguard Europe's cultural heritage. The key, as always, lies in finding the right balance between encouraging the expansion of cultural tourism and safeguarding heritage sites and monuments by keeping the volume of tourists to heritage travel destination areas to within optimum sustainable limits.”⁸⁸

No que diz respeito ao factor da especificidade turística, Guimarães é em 2000 o melhor concelho da Região Norte. Os dados recolhidos pelo Turismo de Guimarães referentes ao número de visitantes que procuraram os seus dois postos de turismo entre 2000 e 2004, apontam uma tendência de subida no número total de visitantes. Portugal, Espanha e França ocupam os primeiros lugares no número de turistas que visitaram a cidade neste período. Em 2004 o número de visitantes espanhóis superou mesmo os portugueses.⁸⁹ O número de turistas em Guimarães, na Páscoa de 2007, registou relativamente ao ano de 2006 um aumento de 143%, sendo que 45% dos visitantes era de nacionalidade espanhola, enquanto 20% eram portugueses.⁹⁰ Sendo, por isso, de prever, que esta actividade será em breve uma das mais significativas no concelho, dada a clara tendência de subida nos últimos anos. O turismo deverá assim, promover o concelho, extravasando o centro histórico e mostrando as especificidades de todo o território, evidenciando assim as suas potencialidades, como, as rotas de património, as termas, os sítios arqueológicos e os seus monumentos e equipamentos emergentes.⁹¹

2.7. Organismo social: Educação e Cultura.

“A educação representa cada vez mais um papel primordial no processo de desenvolvimento das sociedades [...] embora a nível nacional, as famílias tenham

⁸⁸ EUROPA NOSTRA, *Position Paper on The Encouragement of Cultural Tourism and The Mitigation of its Effects*. November 2006. Paris: Europa Nostra Council, 2006, p.5. Disponível online no site: http://www.europanostra.org/downloads/documents/EN_position_paper_cultural_tourism.pdf, a 31 de Março de 2008.

⁸⁹ Instituto SONDAE, CIVITAS e DCEA/UNL, *op. cit.*, p.27.

⁹⁰ Dados do Turismo de Guimarães. Disponíveis online no site: guimaraesturismo.pt, a 18 de Abril de 2007.

⁹¹ Instituto SONDAE, CIVITAS e DCEA/UNL, *ibidem*, p.4.

tomado consciência de que a educação dos seus filhos é prioritária, no Vale do Ave, os filhos são encarados ainda como uma fonte de rendimento, na medida em que vão ajudar a aumentar os rendimentos do agregado familiar, assistindo-se assim a uma inserção precoce no mercado de trabalho.”⁹²

As taxas de analfabetismo no concelho de Guimarães são inferiores às verificadas na Região Norte – NUTS II – e no Continente; quanto aos níveis de instrução mais elementares, os valores são um pouco mais baixos do que nestas duas unidades espaciais, verificando-se a generalização do Ensino Básico; relativamente aos outros níveis de ensino, como os cursos superiores, os valores mais baixos registam-se no concelho de Guimarães, isto quando comparados com as mesmas unidades espaciais – Continente e Região Norte.⁹³

Para além do importante papel da Universidade Minho enquanto parceiro para a inovação tecnológica do tecido empresarial, esta é também um importante organismo indutor de saber. Tendo como sua função primeira, melhorar a formação de base da população, a formação dos quadros técnicos jovens, e o apoio à investigação, esta é também uma importante instituição cultural, pela capacidade que apresenta em atrair eventos, congressos e seminários. No quadro actual a Universidade Minho poderia ainda, orientar parte da sua oferta formativa e de investigação para a ciência do restauro, conservação patrimonial e reabilitação urbana, – dentro de conceitos como o de *workshop* – como por exemplo a iniciativa desenvolvida em 2006 em Guimarães ao abrigo do programa de formação PAGUS.⁹⁴

Relativamente à oferta cultural do concelho, e comparativamente aos últimos anos, verifica-se um significativo aumento da quantidade, qualidade e da variedade, sendo de notar a influência da oferta cultural como motor de atractividade em relação aos municípios mais próximos. É de notar, também, que a oferta se encontra relacionada e ocorre nos edifícios recentemente recuperados ou edificadas, assim como nos espaços públicos, denotando-se a preocupação do município em envolver as populações nos projectos de carácter cultural e incentivando a sua participação. Para além da oferta cultural mais generalista de espectáculos, existe toda uma dinâmica associada à

⁹² Cit. Álvaro Domingues, in *Carta educativa do concelho de Guimarães. op.cit.*, p.38.

⁹³ INE, *Dados do Anuário Estatístico da Região Norte*, INE: Instituto Nacional de Estatística, IP, 2006, p.81. Disponível online no site: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11290756&PUBLICACOESmodo=2, a 31 de Março de 2008.

⁹⁴ PAGUS – Programa de Assistência e Gestão Urbana Sustentável.

divulgação de conhecimentos específicos, tanto dentro das áreas abrangidas pela universidade, como as que se encontram relacionadas com o património.

2.8. Organismo social: Políticas.

As três grandes frentes prioritárias para o município nos próximos anos serão: a educação, a cultura e a requalificação e reabilitação da cidade,⁹⁵ sendo que grande parte dos projectos só avançará se forem aprovados os financiamentos do QREN 2007/2013. As políticas urbanas que definirão o modelo de desenvolvimento para o futuro assentam nos instrumentos de planeamento, como o novo PDM, os estudos de urbanização, de pormenor e de ordenamento do território, alargados aos centros das vilas e das freguesias pelos estudos de requalificação que estão a ser executados pela CMG.

Existirá assim um reforço financeiro na área da educação, de modo a cobrir as despesas de funcionamento das escolas existentes, bem como a qualificá-las, reconvertê-las e ampliá-las, procedendo-se à construção de outras e ao equipamento dos centros educativos.

No domínio cultural, o município continuará as políticas de promoção da leitura pública e de equipamento e dinamização do Arquivo Municipal, mas a importância do anúncio de Guimarães para “Capital Europeia da Cultura 2012” justifica uma forte aposta na programação cultural, que será centrada primeiramente no Centro Cultural de Vila Flor, pelo menos até à definição concreta dos projectos da Capital Europeia. As iniciativas dos diferentes agentes culturais locais continuarão a ser co-financiadas pelo município. Dentro das intervenções nos novos equipamentos culturais, que se pretende concluídos até 2012, prevê-se a requalificação do Mercado Municipal, do Centro de Arte Contemporânea e da Casa da Memória de Guimarães.

Para além dos exemplos referidos, as operações de requalificação e reabilitação vão incidir sobretudo nas áreas com um maior peso patrimonial, como é o caso do Arranjo Urbanístico do Largo da Mumadona, da Reabilitação da Zona Central da Cidade – Toural, Alameda de São Dâmaso e Rua de Santo António, do Arranjo

⁹⁵ Vide, CMG, *Grandes Opções. Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades 2007*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2006. Disponível online no site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/480988.pdf>, a 31 de Março de 2008.

Urbanístico do Largo do Carmo, e do Projecto CampUrbis. A reabilitação e requalificação do património não se vai reduzir aos equipamentos públicos, uma vez que o património habitacional privado será abrangido pelos diferentes programas nacionais que vão enquadrar as medidas consignadas no QREN 2007/2013.

Para além das políticas municipais, Guimarães concorre com outras cidades a incentivos baseados na potencialidade da região onde está inserida, dentro de políticas de competitividade inter-regional. Por exemplo, e no âmbito do POLIS⁹⁶ XXI, Guimarães e as cidades de Barcelos, Braga, e Vila Nova de Famalicão, pretendem, através de um conjunto de iniciativas, conseguir elevar a área que engloba o conjunto destes municípios à terceira mais importante concentração urbana do país, relacionando investigação e desenvolvimento empresarial. Estabeleceram-se, assim, parcerias com algumas das principais instituições empresariais e de investigação e desenvolvimento tecnológico na região, como a Universidade do Minho, o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal e a Associação Industrial do Minho, de modo a criar hábitos e competências técnicas para trabalhar em rede, garantindo, no futuro, a projecção internacional das cidades, de modo a atrair pessoas, actividades e empregos qualificados à escala global.⁹⁷

As parcerias são de facto importantes, contribuindo para a sustentabilidade das realizações urbanas, quer estas sejam ao nível económico, cultural ou social. São disso exemplo, as muitas iniciativas propostas pela ADRAVE⁹⁸ e AMAVE⁹⁹, entidades responsáveis pela coordenação de políticas e estratégicas regionais, que incluem o turismo. São exemplos das actividades desenvolvidas nos últimos anos por estas entidades, a inventariação do património industrial do Vale do Ave em 2003, que criou a “Rota do Património Industrial do Vale do Ave” e o projecto CASTRENOR, “Cultura Casteja do Noroeste Peninsular” em 2004, iniciativas no âmbito do marketing turístico da região do Ave, ou, no caso do CASTRENOR, da região do Minho e Galiza.¹⁰⁰

⁹⁶ POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades.

⁹⁷ Vide, DGOTDU, *Rede urbana para a competitividade e inovação. Política de cidades Polis XXI. Acções preparatórias da rede – Barcelos/Braga/Guimarães/Vila Nova de Famalicão. Um quadrilátero urbano para a competitividade, a inovação e a internacionalização*. Braga: DGOTDU, 2007. Disponível online no site: <http://www.cm-braga.pt/docs/PatrimonioCultural/RedeCidades.pdf>, a 31 de Março de 2008.

⁹⁸ Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave.

⁹⁹ Associação de Municípios do Vale do Ave.

¹⁰⁰ AAVV, *Estudo de Marketing Turístico e Plano de Comunicação do Vale do Ave. Apostar na Comunicação do Turismo do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2004. Disponível online no site: <http://www.adrave.pt/ficheiros/docs/34-Estudo%20de%20Marketing%20Turistico%20e%20Plano%20de%20Comunicacao%20do%20Ave%20%20security.pdf>, a 31 de Março de 2008.

3. O resultado de um percurso coerente.

Cinco foram os grandes momentos na história da cidade e território vimaranense, que foram determinantes para a evolução, consolidação e estruturação do seu espaço. Da sua fundação e consolidação em um corpo urbano unificado pela muralha dionisina, à industrialização do século XIX, à era dos planos inaugurada na transição do séc. XIX para o XX, passando pela difusão territorial dos anos oitenta do século passado, e, por fim, a consagração patrimonial do início do séc. XXI.

Do interior de um núcleo urbano compacto partiram vias que fomentaram a urbanização do território, cada vez mais para além dos seus limites, fazendo-se a cidade no entorno deste núcleo antigo. Era necessário regulamentar a sua evolução futura, a malha urbana construída pela diferença das suas tipologias e miscigenação das funções que albergavam, foi geometricamente corrigida. Para lá dos limites urbanos, as vias fomentavam permissivamente a sobreposição do edificado, criando um contínuo que, misturando-se com a paisagem que a circundava, chegava às cidades mais próximas. Vivia-se a cidade fora dela, a insegurança e incerteza do modelo urbano reconduziu a atenção para o espaço reconhecível do centro cidade, que readquiriu importância internacional, projectando a sua reduzida dimensão à escala da sociedade global, permitindo-se hoje novas experiências urbanas, financiadas pelo culto do passado.

Este percurso no tempo e espaço revelou os seus elementos identitários resultado das acções dos agentes territoriais. Os elementos que compõe esta paisagem são actualmente o verde do vale densamente urbanizado, de centro bem definido, que se aperta entre os acidentes geográficos, as vias, e os rios, que a toda a velocidade tentam chegar, como outrora, ao mar (Figura 2.14).

Urbanização que seguiu sempre este movimento, e foi deixando, pelo passar dos séculos, a paisagem pontuada de elementos patrimoniais. Património que se instituiu como motor de desenvolvimento social e económico, e que, mais uma vez, redefine as fronteiras, agora entre o que é espaço urbano qualificado e os “terríveis” lugares da cidade difusa.

A caracterização do desenvolvimento destes quase onze séculos de história, acima apresentada, pretende, não só descrever a evolução urbana de Guimarães e apontar os seus elementos identitários, mas, pela sua observação, perceber as dinâmicas inerentes à revitalização do seu património. Este, para além das mais valias culturais, constituiu um importante meio de receitas económicas, quer pela promoção turística, quer pelo

desenvolvimento do ensino e da investigação, ou ainda como elemento importante do marketing de toda uma região, competitiva no quadro internacional.

Actualmente, Guimarães apresenta um elevado nível de desemprego, facto que comprova a necessidade da região apostar nas actividades relacionadas, directa ou indirectamente, com os valores do seu passado – protegendo-se, no entanto, contra os seus efeitos perversos – uma vez que este é a base da sua singularidade e só isso a diferencia verdadeiramente das demais cidades. “Além disso, hoje em dia, como sabemos, o que é patrimonial é bom [...] Conseguir que algo seja reconhecido como “património” traz sempre como consequência a produção de um discurso bastante consensual e acrítico”¹⁰¹, em torno do qual se podem criar parcerias público/privadas para o desenvolvimento de projectos que envolvam agentes económicos, sociais e culturais, promovendo assim a recuperação, preservação e consequente sobrevivência deste.

Os trabalhos de requalificação patrimonial da área classificada e sua envolvente continuam, estando a ser ensaiado, por exemplo, um novo “modelo” de intervenção na zona de Couros. Brevemente será apresentado o novo PDM que – nas palavras do Presidente da Câmara, António Magalhães – terá em “conta tudo o que de valioso existe no concelho e que se assuma como uma mais-valia para o trabalho já executado, sobretudo no espaço urbano. Só assim conseguiremos abarcar a realidade que tipifica o Minho onde nos encontramos”¹⁰², alargando assim as preocupações patrimoniais a todo o concelho. Estando a ser desenvolvidas nas “vilas” e freguesias iniciativas para a melhoria da sua condição urbana, onde serão incluídos os elementos do património arquitectónicos e paisagístico de todo o território.

Guimarães conseguiu assim, através da valorização do seu património histórico, não só requalificar os espaços da cidade, mas, de forma concertada e com os agentes da região, impor-se como uma das cidades portuguesas mais atractivas para o investimento e actividades relacionadas com o conhecimento.

O fenómeno urbano é complexo, e é natural que não encontremos muitos “modelos” para a resolução dos actuais problemas. Alguns autores apontam que a

¹⁰¹ Jean-Yves Durand, *Patrimónios / patrimônios*. Montalegre: Jornadas sobre a função social do Museu, 2005, p.2. Disponível online no site: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5367/3/Patrim%*c3%b3*nios.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5367/3/Patrim%c3%b3nios.pdf), a 31 de Março de 2008.

¹⁰² António Magalhães, *A parte e o todo com coerência*. Lisboa: Revista Arquitectura e Vida nº 70, 2006, p.38.

solução reside num urbanismo negativo,¹⁰³ outros que a resolução para os problemas da cidade está numa estratégia para o desenvolvimento das áreas disseminadas, de modo a contra-atacar o desperdício ambiental criado pela difusão generalizada dos últimos anos¹⁰⁴. Outros, que é tempo de um urbanismo mais avançado, o qual, não querendo inventar ou construir a cidade do futuro, procura de forma mais modesta reconquistá-la¹⁰⁵, “consertá-la e cosê-la de novo”,¹⁰⁶ outros ainda apresentam a sua total desorientação perante o futuro dos territórios.

Nas próximas linhas analisaremos, assim, a condição do património em algumas áreas da cidade, bem como os “modelos” que se apresentam como os mais significativos exemplos das acções a empreender para resolver o papel do passado nos territórios do futuro, tanto, quando nos referimos à conservação patrimonial em áreas urbanas consolidadas, como quando o património se encontra em áreas de características mais rurais.¹⁰⁷

¹⁰³ *Cit.* Françoise Choay, *op. cit.*, p.204.

¹⁰⁴ *Cit.* Pier Luigi Cervellati, *La città post-industriale*. Bologna: Il Mulino, 1984.

¹⁰⁵ Michel Lacroix, *op. cit.*, p.166.

¹⁰⁶ *Cit.* Paul Chemetov, *ibidem*, p.166.

¹⁰⁷ Todos os dados apresentados no número 2 deste capítulo encontram-se disponíveis online no site: guimaraesturismo.pt e cm-guimaraes.pt. E, in: CMG, *Carta educativa do concelho de Guimarães. op. cit.*; CMG, *Grandes Opções. Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades 2007, op. cit.*; DGOTDU, *op. cit.*; Instituto SONDAXE, CIVITAS e DCEA/UNL, *op. cit.*; INE, *op. cit.*

III – PERCURSO (S). DAS DIFERENTES CONDIÇÕES DO PATRIMÓNIO NO TERRITÓRIO.

1. Estratégia de observação.

O estudo dos lugares envolve dois níveis de análise: primeiro os lugares devem ser olhados como o resultado da interacção de diferentes escalas, por exemplo, em Portugal é difícil perceber um lugar sem colocá-lo à escala nacional, sem olhar para a realidade da Península Ibérica como uma unidade, tendo em conta que este pertence à União Europeia e, por fim, pensar na sua posição no sistema global; segundo, os lugares não podem ser percebidos sem ser considerada a sua evolução no tempo.¹ Esta análise, apresentada no capítulo anterior, permitiu-nos identificar que elementos característicos se mantiverem como constantes nesta região e que condicionantes “desenham”, actualmente, este espaço territorial.

O nosso objectivo com este trabalho, foi sempre o de olhar o património do território de estudo na sua condição actual e procurar confrontá-lo com as estratégias que, para a cidade e território, se aplicaram ao longo dos anos, marcando o seu desenvolvimento. Assim, partindo das teorias da conservação urbana e do urbanismo actuais, procuraremos, ao longo de um “percurso” onde definimos alguns momentos de paragem, observar a condição actual do património em Guimarães, o carácter inovador de alguns projectos que estão a ser implementados actualmente e apontar que estratégias outras poderão vir a ser seguidas, no âmbito da conservação patrimonial de algumas áreas.

O nosso estudo incidiu, primeiro, à escala alargada do território, na observação das áreas onde podíamos encontrar um maior número de elementos patrimoniais – classificados à luz da actual legislação – procurando, no confronto com a condição actual do território, perceber o que promoveu a descontinuidade e descontextualização destes face à cidade de hoje que, em alguns casos, parece viver por sobreposição à do passado. No fundo, e em vez de olhar para a paisagem urbana de forma a reconhecer as

¹ João Luís Jesus Fernandes e Paulo Carvalho, *Military Heritage, Identity and Development: A Case Study of Elvas, Portugal in*, Niamh Moore e Yvonne Whelan, *Heritage, Memory and the Politics of Identity. New Perspectives on the Cultural Landscape*, Hampshire: Ashgate Publishing, 2007, p.121.

suas homogeneidades, interessa-nos olhar as diferenças, os limites, as descontinuidades, as barreiras e as fronteiras.²

O “percurso” que nos propusemos estudar e que procuraremos descrever, foi “forjado” propositadamente para se constituir como uma amostragem da totalidade territorial, onde claramente apontamos as áreas de maior tensão espacial. Procurando antever dinâmicas futuras, através da análise das potencialidades de experiências que serão realizadas, analisando em paralelo o que de experiências anteriores se constitui como importante na estruturação territorial.

Caminharemos de encontro às descontinuidades territoriais, às fronteiras, encontrando-nos entre elementos identitários e “objectos de ninguém”, entre o requalificado e o desqualificado, entre o património dignificado e aquele esquecido, entre o espaço público cheio de significados e a ausência deste, entre malha urbana consolidada e território difuso. Transformando-nos em observadores das “variações” do espaço, justificamos assim a proposta de análise de um percurso em aberto e não de um espaço delimitado por fronteiras administrativas ou de gestão tantas vezes artificiais e sem significado.

A metodologia de análise teve como base o estudo de vários artigos sobre o concelho e as novas teorias sobre os espaços dos territórios contemporâneos, observando o urbano, o patrimonial e o paisagístico bem como o estudo comparado dos diferentes elementos gráficos que surgiram do levantamento do território e exemplos de estratégias aplicadas noutros casos de estudo. O percurso apontado surge, assim, do confronto entre o que seria o “modelo ideal de território” – teorizado por alguns – e a realidade encontrada.

As informações recolhidas surgem, ainda, ao ritmo do desenvolvimento do território, e a quantidade de “patrimónios”³ que vão surgindo todos os dias entrelaçam-se com as novas frentes em expansão. Essa condição fez-nos optar por estudar uma área não circunscrita, dinâmica. Da “área-percurso” especificada e presente como objecto de estudo, fomos dissecando algumas zonas onde se nos são apresentados de forma mais reconhecível os materiais da cidade, reerguida sobre a sua base histórica.

Ao longo do nosso percurso faremos referência às estratégias de intervenção urbanística que estruturaram o território concelhio, e que, entre políticas concertadas de

² “Geographers not only reflect on the structural paths that, as some believe, could lead us to homogenization, they are also interested in differences, limits, discontinuities, barriers and boundaries.” In João Luís Jesus Fernandes e Paulo Carvalho, *op. cit.* p.121.

³ Vide, Noção de Património in nota de rodapé número 2, p.12, introdução a este trabalho.

intervenção, enriqueceram o conceito de inter-municipalidade. Aproximar-nos-emos da escala menor de intervenção na cidade antiga, área do GTL, observando o que resultou da “experiência espacial” aí desenvolvida. Que consequências teve este modelo, que, pretendia ser um ensaio “contagante” à escala maior do território. Se realmente o contágio se verificou, compreender a que nível aconteceu. Encontrar-nos-emos entre oportunidades económicas, científicas e culturais, à procura, não de injeções esporádicas de energia, mas aproveitando estes “objectos” do passado à macro-escala de um território alargado e sem fronteiras.

Falar do passado dos territórios é tão complexo como falar do futuro do desenvolvimento destes. Estes dois tempos desmultiplicam-se em actores e cenários, adensando-se, ora pela presença das incertezas históricas, ora pelos factores que, não sendo quantificáveis nem previsíveis, fazem do futuro um “não-lugar.”

Assim, pretendemos observar o território com o olhar de um passeante historicamente e urbanisticamente atento. Para tal recorreremos às plantas, topográficas, da rede hidrográfica, da RAN e da REN, e do levantamento do edificado e vias do concelho, aos ortofotomapas, às plantas de ordenamento e condicionantes do PDM de 1994, – que continua até à data como o instrumento de gestão do território concelhio em vigor – e ao levantamento do património concelhio que os técnicos municipais estão a efectuar desde 2005, e ao qual são adicionadas todos os dias novos elementos, tudo isto à escala mais abrangente do território (Mapa 1.2, 1.3 e 1.4). No seguimento desta análise, e agora a uma escala menor de observação, apontaremos alguns “momentos” ao longo do percurso eleito. Recorrendo a instrumentos de gestão territorial implementados noutros países, e à observação do modelo “cidades inteligentes” – que se prevê venha a ser ensaiado numa das áreas da cidade –, que têm por base a requalificação do património como elemento estruturante das áreas urbanas ou rurais/urbanas, e que exemplificam assim, o que apresentamos como uma hipótese para o novo papel do património no território.

1.1. Conheço a cidade porque a percorro.

Como referimos nas linhas anteriores as bases cartográficas do nosso trabalho são as plantas do PDM de 1994, as plantas – topográficas, da rede hidrográfica, da RAN e

da REN, e do levantamento do edificado e das vias – do concelho, aos ortofotomapas, e as plantas do levantamento de todo o património concelhio. Para além destes elementos, no decorrer da investigação foram efectuadas inúmeras visitas a todo o território, acompanhando, por vezes o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal no levantamento efectuado, complementando assim as fichas do inventário do IPA⁴ e recorrendo, ainda, a um exaustivo levantamento fotográfico.

Claro que a nossa observação da paisagem, para além de incluir os seus aspectos visuais/factuais, não se absteve de nela incluir os sensoriais/emocionais, uma vez que, para além da observação visual, tentamos registar as impressões transmitidas pelos outros sentidos. Esta forma de observação tem vindo a ser defendida nos últimos anos pelos geógrafos, em contraposição à observação apenas visual e da qual resulta quase sempre uma imagem do objecto observado construída de forma mnemónica.⁵

Na observação da paisagem de estudo, foi tido em consideração o facto de, a aproximação a esta estar, muitas vezes, condicionada pelas experiências nela vividas, uma vez que o observador – neste caso, eu – não se podia separar do passado que a esta o ligava. Para além desta condição, a forma de registar o que se via, recorrendo à fotografia, que como se sabe não é de modo algum um meio neutro, sendo que a reprodução do real nunca é completamente fiel, alterou a aparência das coisas. Quer nos demos conta disso ou não, a fotografia reinterpreta o mundo à nossa volta, fazendo com que o contemplemos, literalmente, com olhos novos.⁶

A paisagem patrimonial, e talvez em alguns lugares por onde passamos a aplicação do termo “patrimonial” seja discutível ou mesmo rejeitável, é entendida aqui por nós, como já referido, como o conjunto dos elementos significantes de uma região⁷, o que nos empurra para fora do que é considerado como património pelo actual quadro legal. Mais próximo do conceito de “património histórico” defendido por Choay⁸, aqui, referimo-nos aos elementos que no seu conjunto formam o que chamamos de “paisagem urbana da memória colectiva” deste território, termo que se nos apresenta como o mais indicado (Mapa 1.6).

A aproximação ao território de estudo foi assim feita na procura dos elementos

⁴ IPA – Inventário do Património.

⁵ Tadhg O’Keeffe, *Landscape and Memory: Historiography, Theory, Methodology in*, Niamh Moore e Yvonne Whelan, *op. cit.* p.6.

⁶ *Cit.* H. W. Janson, *História da Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

⁷ *Vide*, Noção de Património *in* nota de rodapé número 2, p.12, introdução a este trabalho.

⁸ *Vide*, Noção de Património Histórico *in* Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, 2000, p.11.

que têm vindo a ser requalificados – como no caso do centro histórico e algumas áreas da sua envolvente mais próxima –, importando acima de tudo olhar a condição de descontinuidade desses patrimónios dentro da globalidade da paisagem. Observamos o papel dos elementos patrimoniais dispersos no território enquanto elementos de rotura temporal, como se de um texto onde encontrámos palavras antigas de quando em vez, se tratasse, obrigando-nos a fazer o esforço de “relembrar” o seu significado, obrigando-nos a parar o tempo.

Observamos ainda o território enquanto composição de diferentes materiais, entendendo aqui os materiais da cidade como os elementos históricos, o vazio verde e o não verde, o edificado, os espaços públicos, a morfologia do terreno, as linhas de água... no fundo, tudo o que é representativo da particularidade de uma determinada paisagem.

Depois da observação da realidade do território, foi escolhido um “percurso”, no qual foi examinado o património enquanto elemento que podia estruturar essa paisagem, de modo a reforçar a ideia, por nós defendida, de que a conservação patrimonial seria um motor de atracção da qualidade urbana, fosse ao nível da requalificação paisagística e/ou da requalificação urbana, das áreas onde o património tem o papel central, ou onde a sua condição marginal – tanto pela sua implantação territorial como pela incapacidade de preencher novos papeis na sociedade actual – o exclui, à partida, das dinâmicas territoriais.

A nossa observação parte assim de um “passeio” na cidade e território, num olhar atento e selectivo, percebendo as variantes do espaço, percorrendo-o a diferentes velocidades. Num percurso por vezes descontínuo, porque “saltando” entre espaços físicos e tempos, recuando ou avançando, ora de forma mais veloz, ora lentamente. Firmando o nosso paço em esquiço, desenhando o que íamos percebendo, de carro ou a pé, conhecendo dessa forma a cidade, tal como esta deve ser apreendida, ao caminhá-la (Figura 3.1).

1.2. De entre tantos percursos, porquê este?

O nosso estudo parte do aprofundamento de um dos “percursos” que encontramos ou poderíamos observar, ao caminhar por todo o território. Porque cientes das nossas

limitações – académicas, de tempo e de recursos – não poderíamos observar todo um território, que se foi consolidando sobre sistemas de relações, ou apoiado sobre vias que o estruturaram ao longo do tempo. Assim, deixamos apenas apontada uma ideia que poderá ser desenvolvida posteriormente, cruzando outros diferentes percursos que se vão entrelaçando no espaço e no tempo (Figura 3.2).

Pareceu-nos, assim, lógico começar a análise do “percurso” partindo do que poderia considerar-se a área do território em que a ocupação humana mantém mais salvaguardada a sua relação original com a paisagem. Esta zona encontra-se a sul e sudeste, contornando o chamado acidente geográfico do Monte da Penha, que protegeu, em parte, toda aquela área da urbanização desenfreada durante muito tempo e que se liga ao concelho de Felgueiras. O nosso percurso “olha” o concelho vizinho, atravessando depois as freguesias que partem deste – passando por Pinheiro, Urgezes... – entrando na zona tampão do centro histórico pela zona de Couros, subindo em direcção àquele, passando São Torcato, onde a importância dos recursos hídricos no aproveitamento agrícola formatou de forma característica a paisagem e, ao longo da bacia do rio Selho, olhar a importância do património industrial que lhe atribui uma certa unidade e importância (Mapa 1.5). Observando ainda, e lado oposta a esta área, alguns elementos na vila das Taipas. Individuando assim o que de mais característico tem o património concelhio.

Depois de expor o que consideramos como “patrimonial”, começaremos por examinar a tipologia dos edifícios, analisando a estrutura e os materiais que criaram ao longo dos séculos linguagens, formas e os conteúdos da cidade, mediante um longo processo de sedimentação e de estratificação. Para além dos objectos, ao longo do “percurso”, os espaços abertos, as estradas, as praças, os jardins – ou seja os “vazios” do território –, são também parte integrante do conjunto de elementos a observar, salientando apenas, de entre estes, os espaços que são objecto último do nosso estudo.

Individualizadas as áreas que permaneceram históricas e as diferentes tipologias dos edifícios e dos espaços livres que a compõem, foi necessário considerar as actividades que nelas se inserem, ou no futuro aí se possam desenvolver, isto é, os usos, que com estes ainda podem ser compatíveis. As sobreposições construtivas justificaram durante anos as novas intervenções, tendo por base o conhecimento de que cada época usa e transforma de modo diverso o passado herdado.

Mas a cidade mudou, não tem nem a forma nem a dimensão de outrora. As sobreposições hoje surgem num contexto que é completamente diferente, mesmo

quando temos por referência o passado mais recente.

Daremos especial atenção ao tratamento dos vazios urbanos, estando nestes incluídos os “verdes”, os de circulação, pedonal ou não, e de estar. Analisamos as suas diferentes escalas, funções, significados e estados de conservação, conscientes que estes materiais, o vazio, verde ou não, e o património construído, se requalificados em conjunto, contribuem para o ressurgir da qualidade ambiental e urbana da cidade.

1.3. Das diferentes escalas de observação.

A observação de um território faz-se em movimentos contínuos de aproximações e recuos, um pouco como se de uma observação ao microscópio se tratasse. Esta necessidade de aproximação e recuo prende-se com o facto de, por exemplo, o material de que é feito um monumento, ou pavimento, estar intimamente ligado com a região de onde este foi extraído. Constituindo-se assim, e só por si, já um dos elementos identitários de um determinado local, são disso exemplos, em Guimarães a pedra granítica, o ripado de madeira, o verde dos maciços vegetais, ou as diferentes cores de fachada que se alternam ao longo de uma via.

Existe uma canção popular francesa que ilustra bem este movimento e esta interdependência entre a micro escala de um material e o carácter de uma região, tal como uma cadeia de ADN, estes são a estrutura da sua identidade:

“Em Paris existe uma rua; nesta rua existe uma casa; nesta casa existe uma escada; esta escada vai dar a um quarto; neste quarto está uma mesa; na mesa está uma toalha; sobre a toalha está uma gaiola; nesta gaiola está um ninho; neste ninho está um ovo; neste ovo está um pássaro.

O pássaro revolveu o ovo; o ovo revolveu o ninho; o ninho revolveu a gaiola; a gaiola revolveu a toalha; a toalha revolveu a mesa; a mesa revolveu o quarto; o quarto revolveu a escada; a escada revolveu a casa; a casa revolveu a rua; a rua revolveu a cidade de Paris.”⁹

Quando o objecto de estudo se prende com os elementos que construíram o passado, esse movimento de observação é mais constante, pois os elementos que o

⁹ Canção infantil francesa Deux-Sèvres, in Georges Perec, *Specie di spazi*. Turim: Bollati Boringhieri, 1996, p.14. Tradução do autor – a versão existente no livro não se encontrava na língua original.

compõe permanecem intimamente ligados ao espaço onde estão inseridos. A uma escala maior os monumentos e vestígios incógnitos, dispersos por entre a paisagem, definem o passado de toda uma região que, pertencente a um país com o seu lugar no mundo, reafirma a sua singularidade, não pelos materiais iguais aos de tantas outras cidades, mas pelas diferenças locais, um dos factores que, como veremos mais à frente, contribuem para o sucesso ou efeito de atracção de uma determinada cidade à escala global.

A micro escala dos materiais, cuja continuidade dá forma a uma rua, por exemplo, pela homogeneidade ou jogo de contrates dos seus pavimentos, cores das fachadas etc., dão forma no seu conjunto a uma área, como um conjunto de praças, que ao ritmo do movimento pedonal do centro se dirigirem às áreas onde a predominância é a do verde ou do asfalto. O som no centro histórico é mais humanizado, fora deste o movimento intensifica-se e o ruído dos passos dá lugar ao dos automóveis, que só perdem novamente importância nas áreas do território onde o abandono é mais evidente, ou a paisagem é menos humanizada.

Imaginemos, então, que da reabilitação de um único edifício, extrapolávamos um modelo para a intervenção numa rua; multiplicando estas acções por uma área mais extensa obteríamos a recuperação de um centro histórico, que se propagava conquistando qualidade à cidade e que, através de corredores reencontrados, se ligaria a outras áreas da cidade, onde processos idênticos teriam sido reiniciados. Teríamos assim aquilo que se poderia chamar de empatia estratégica global. Claro que esta óptica do processo de reabilitação pode considerar-se quase “básica”; no entanto, ela encerra a génese dos princípios da gestão urbana e patrimonial que se quis implementar durante anos no concelho de Guimarães e que, se conseguido no centro histórico, falta agora ser aplicada ao restante território. O termo “território” assume assim o originário valor “lugar”, se for entendido como um todo diverso e cheio de especificidades e, ao mesmo tempo, de continuidades perceptíveis a várias escalas.

De seguida, observámos assim o património classificado existente no concelho, as suas áreas de protecção e o que resultou dessa estreita visão patrimonial, de limitações visíveis. Entre símbolos, vazios, elementos naturais, edificado em geral, continuidades e fronteiras, – resultado da observação do levantamento que mais recentemente foi efectuado pela Câmara Municipal – que elementos compõem hoje a paisagem cultural desta região?

2. Os elementos que compõem a paisagem patrimonial do território vimaranense.

Quando nos propusemos fazer este estudo, estávamos cientes da sua complexidade, acrescentar algo mais aos estudos já realizados sobre o território e o património concelhio só faria sentido, para nós, se essa abordagem fosse feita à luz de duas disciplinas, a conservação patrimonial e o urbanismo, condição *sine qua non* na nossa abordagem. Estas duas disciplinas, apresentadas como duas forças antagónicas no início da primeira parte deste trabalho, são aqui encaradas como uma só forma de estudar o “objecto” em causa. A nossa observação não se restringiu ao património classificado do concelho, procurou, num sentido mais lato, abarcar todo um conjunto de elementos que fossem a imagem identitária da região, que no seu conjunto formassem a paisagem urbana/cultural de Guimarães.

Da extensa observação do território, podemos encontrar os elementos que consideramos de valor patrimonial e/ou que interessa preservar, dos quais fazem parte actualmente, 107 imóveis (Tabela 2.1) que constam do IPA¹⁰. O restante conjunto de elementos não incluídos no inventário referido prendem-se, acima de tudo, com edificado habitacional, edifícios relacionados com a exploração agrícola ou florestal, edifícios que albergam as actividades económicas predominantes no concelho, os relativos ao culto religioso e alguns vestígios de estradas antigas. Para além dos elementos do património arquitectónico e arqueológico referidos, existe todo um conjunto de elementos que foram considerados, como a topografia, os rios e linhas de água de menor expressão, as áreas agrícolas e zonas florestadas e os espaços intersticiais ou vazios urbanos.

O ideal seria que todo o território e os elementos que contribuem para a identidade deste, fossem “classificáveis” ou, se quisermos, dignos de serem preservados. Afirmado-se assim a urgência de assumir, para bem da integridade histórica e ecológica, que “o património é o que no seio de uma identidade ou colectividade é transmitido, logo é o que se considera importante de ser conservado.”¹¹

Como, “ao longo dos últimos 30 anos o conceito de património cultural não

¹⁰ Cit. *Inventário do Património do Concelho de Guimarães*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx, a 15 de Fevereiro de 2008. À data de encerramento deste estudo já constavam do IPA do concelho de Guimarães 141 elementos.

¹¹ Pedro Malaquias, Diana Amaral e Alexandra Alves, *Preservar em Rede*, in Coord. Victor Oliveira Jorge, *Conservar para quê?* Porto-Coimbra: FLUP-DCTP e CEAUCP, 2005, p.106.

cessou de alargar. A Carta de Veneza referia-se a “monumentos e sítios” e tratava do património edificado. Muito rapidamente, esta problemática abrangeu também “conjuntos de monumentos”, edifícios industriais. Hoje em dia, o património, sendo ele material ou imaterial exige uma harmonia alicerçada entre a durabilidade, o grupo social e a sua envolvente.”¹² Em consequência desse alargamento verificou-se um reajustamento do papel desses elementos enquanto objectos de estruturação dos territórios. Como refere Claval,

*“Today the notion of heritage is much broader than in the past, and this has profound spatial implications. New values and meanings are now being ascribed to particular landscapes, many of which previously were not considered of particular significance.”*¹³

Assim, a forma como observamos a condição deste património no território, é idêntica à análise, de todo e qualquer elemento urbano, pois consideramos que estes foram outrora os materiais que o constituíram, tal como hoje os novos objectos o voltam redesenhar. Assim, não temos equipamentos mas monumentos, não temos quarteirões mas conjuntos de edificado a valorizar, não temos áreas *non aedificandi* mas vazios e corredores a reconverter.

Apresentamos assim, de seguida, os elementos patrimoniais que constituem os elementos identitários desta região. Encontrando-nos, entre os símbolos, divididos aqui em monumentos e monumentos invisíveis, os conjuntos de edificado e suas envolventes, revelando ainda, o que no concelho é importante em termos de património paisagístico, ou seja, as áreas “verdes” e os cursos de água.

2.1. Símbolos: monumentos simbólicos e monumentos invisíveis.

Entendemos aqui os símbolos de uma cidade como os seus “pontos marcantes”. Sendo normalmente representados por um objecto físico definido de um modo simples, eles completam a imagem da maior parte dos observadores e são usados como

¹² Pedro Malaquias, Diana Amaral e Alexandra Alves, *op. cit.*, p.105.

¹³ Paul Claval, *Changing Conceptions of Heritage and Landscape*. in Niamh Moore e Yvonne Whelan, *op. cit.*, p.88.

indicações de identidade e até de estrutura.¹⁴ Nenhum destes elementos existe, no entanto, de forma isolada na realidade¹⁵ pois as cidades são constituídas por uma intrincada e complexa mistura de objectos.

Em Guimarães estes símbolos dividem-se em dois tipos. Os primeiros, os monumentos, são os elementos que se prendem, sobretudo, com a fundação de Portugal. O “berço da nacionalidade”,

“expressão metafórica, tão expressiva [...] Se, racionalmente falando ela não consegue exprimir a complexidade histórica que inevitavelmente rodeia o nascimento de uma Nação. Uma Nação não tem registo de nascimento: vai-se formando de forma tão lenta e progressiva, passa por tantas metamorfoses, que não é possível dizer exactamente quando nasce. Seja como for, as origens de Portugal estão indissolúvelmente unidas à vila, depois cidade [...] Se a Nação pudesse ter algum local de nascimento seria certamente em Guimarães.”¹⁶

A ligação umbilical ao momento fundador da Nação faz com que Guimarães reclame¹⁷ um prestígio histórico único no país, pelo seu passado e pelas preciosidades que desse tempo guarda.¹⁸ São símbolos da cidade, por exemplo: o monte da Penha; o Toural; o Castelo; o Paço dos Duques; a Praça da Oliveira, a Igreja da Oliveira, o Padrão do Salado; as estátuas da Mumadona e de Afonso Henriques; a muralha que encerra o também símbolo – agora a outra escala – conjunto patrimonial do centro histórico (Figura 3.3). Estes são os elementos/monumentos que,

“assinam” uma cidade, ao tornarem-se os seus estereótipos representativos e ao serem reproduzidos infinitamente (postais, miniaturas-brinquedos, insígnias, recordações, etc.). Por muito inúteis ou feios que sejam, está fora de questão destruí-los. Estes monumentos caricaturizam, ao levá-lo ao seu extremo, o valor de estereótipo que se agarra a qualquer resto histórico.”¹⁹

Contraditoriamente, e como afirma Pereg, o habitante de uma cidade está

¹⁴ Kevin Lynch, *A imagem da cidade* Lisboa: Edições 70, 1982, p.59.

¹⁵ *Ibidem*, p.59.

¹⁶ José Mattoso, *Guimarães a Origem de Portugal*. in, AAVV, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*. vol. II, Guimarães: CMG – GTL, 2002, p.11.

¹⁷ Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, *As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas*. IV Congresso Português de Sociologia, p.9. Disponível online no site: http://www.mestrado-urbanismo.net/Textos_zoran_roca/Identicidades_urbanas_fortuna.pdf, a 31 de Março de 2008.

¹⁸ *Cit.* Calderon Dinis, *ibidem*, p.9.

¹⁹ Marc Guillaume, *A Política do património*. Lisboa: Campo das Letras, 1997, p.148.

demasiado habituado aos monumentos desta para ter vontade de olhá-los,²⁰ sendo que, muitas vezes, o prazer em viver numa determinada cidade está mais relacionado com o reconhecimento de certas luzes, de alguns pontos particulares, ou o passar num sítio que já não se via à algum tempo. Musil reitera esta ideia, quando aponta que, de entre tantas particularidades de que se podem gabar os monumentos, a mais marcante é, paradoxalmente, o facto de não se dar por eles, sendo que nada no mundo é mais invisível.²¹ Observação sustentada também por Freud, quando falando dos símbolos comemorativos, lança a pergunta: Que direis vós de um habitante de Londres que, hoje ainda, se detivesse melancolicamente diante de um monumento em vez de se ocupar dos seus assuntos?²² Eles são capa de cartaz de promoção turística e ao mesmo tempo ponto de encontro na cidade.

A relação que os habitantes de um lugar estabelecem com a sua cidade e seus monumentos é de extrema importância. Os vimaranenses são “bairristas apaixonados”²³, em parte devido à predominância na cidade de elementos simbólicos relacionados com a “fundação da nacionalidade” que, se contestável para alguns, é indiscutível para a maioria. Os “impressionantes gestos de afirmação bairrista”²⁴, característicos das sociabilidades operárias²⁵, são em Guimarães muito visíveis, não só pelo apreço dos seus habitantes pelos seus Monumentos, mas também pela importância dada à rememoração, através das festas da cidade, que comemoram algumas das principais datas da história portuguesa. “Apesar disso, nas monografias históricas as festividades que se salientam como as mais representativas da cidade são as Festas Gualterianas, em honra de São Gualter, o patrono da cidade, e as Nicolinas, que são as festas dos estudantes de Guimarães.”²⁶ Para além da figura, por excelência da “Cidade berço” ser D. Afonso Henriques, esta é numa outra dimensão representacional, uma cidade industrial.²⁷ As próprias Festas Gualterianas, não só por terem sido criadas no início do século por iniciativa da Associação Comercial de Guimarães, mas também por terem uma vertente comercial e industrial muito notória, simbolizam e valorizam esta

²⁰ Georges Perec, *op. cit.* p.76.

²¹ Cit. R. Musil, in Marc Guillaume, *op. cit.*, p.147.

²² Cit. S. Freud, *ibidem*, p.147.

²³ Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, *op. cit.* p.9.

²⁴ Cit. Garibaldi, *ibidem*, p.9.

²⁵ *Ibidem*, p.9.

²⁶ Cit. A. Cachada, *ibidem*, p.9.

²⁷ *Ibidem*, p.9.

dimensão representacional da cidade.²⁸ Estes eventos reafirmam assim fortemente o fiel e contrastante “casamento” entre cultura e economia dentro de uma mesma região.

O orgulho das populações pelo local onde vivem, como é sabido, contribui para a defesa da preservação da integridade histórica e paisagística dos locais, sendo observável que em cidades onde as migrações são mais frequentes, o interesse dos seus habitantes por esta é muito reduzida. Mais ampla que a defesa exercida pelas associações patrimoniais, esta postura, chamemos-lhe cidadania, ou importância dada a um passado comum, afasta o perverso efeito NIMBY²⁹, pelo menos, para bem longe do grande “bolo” patrimonial. Em Guimarães, o símbolo está de tal forma arraigado aos primeiros elementos reconhecíveis da cidade e nação que, é difícil encontrá-los fora da área compreensível como a da sua fundação – o centro histórico.

No extenso território deparamo-nos, assim, com os segundos elementos simbólicos. Pertencentes a um passado quase anónimo, à muito esquecido, estes encontram-se quase sempre dispersos na paisagem (Figura 3.4). São exemplo destes elementos: as pontes; os cruzeiros; os marcos; as igrejas, capelas e santuários; bem como as citânias. A pouca importância dada ao vasto conjunto destes elementos e que, com excepção dos pontos elevados na paisagem, passam tantas vezes ao lado da vida dos habitantes, faz com que estes se tornem “monumentos invisíveis”.³⁰ A falta de reconhecimento por parte das populações da sua importância enquanto símbolos, objectos que lhes pertencem, resulta em parte, e como diz Guillaume, porque estes estereotipam e formam em bloco um conjunto, sendo por isso a sua repetição o que é significativo, e não o elemento em si.³¹ Estes funcionam como uma fina trama de referências relembrando as relações que o indivíduo e a comunidade estabeleceram com a paisagem ao longo da história. Como já afirmamos, estes são também, dentro do território, palco dos acontecimentos da vida das populações, que, transcorre hoje de forma mais velozes e tendo como referências espaciais novos objectos, objectos esses que se sobrepõem ou misturam com estes símbolos.

Não existe todo um conjunto de vias – ainda que a uma diferente escala – que a

²⁸ Cit. A. Cachada, in Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, *op. cit.* p.9.

²⁹ Sigla que traduz a expressão “Not in my back yard”, usada pelos britânicos e americanos, e que é representativa da falta de consciência cívica, de pertença a um local ou comunidade, onde não importa o que nesta aconteça, desde que não afecte o interesse do indivíduo.

³⁰ Marc Guillaume, *op. cit.*, p.146.

³¹ *Ibidem*, p.147.

estes vai dar, em muitos casos a sua envolvente não é valorizada sendo que, quando classificados, as suas zonas de protecção não passam de “ilhas” históricas comprimidas entre a cidade nova. Em algumas áreas observa-se mesmo a sobreposição ao símbolo de imagens abusivas que, ao contrário de permitirem continuidades espaciais, pela sua intrusão, se impõem na paisagem, anulando o símbolo.

No entanto, “passeando” no território, é comum, ao perguntar a alguém que se encontra pela estrada, sobre a existência num determinado local de um certo elemento histórico, a resposta ser precisa. Todavia ao elemento estão sempre associados relatos mais ou menos “desfocados” de certezas históricas, as pontes medievais passam por exemplo a ser romanas, quem sabe se pela vetustez do seu aspecto.

Esta contradição remete-nos para o facto de o habitante de um território ter dificuldade de, pela vastidão e número elevado dos elementos que o compõem, reconhecê-los nos seus limites, percebê-los enquanto imagem una. Tal como da mesma maneira, o centro de uma cidade só é atraente enquanto reconhecível como tal, objecto este que no seu conjunto apresenta o poder de agregar e criar dinâmicas em volta da sua área de influência, constituindo-se em si como o ELEMENTO por excelência “entre-territórios.” Atrevo-me mesmo a dizer que, em parte, a falta de qualidade espacial existente na cidade difusa possa ser consequência do esquecimento da história dos seus pequenos lugares.

Não os querendo pontos marcantes na paisagem, pois, como afirmava Nietzsche, “é possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver.”³² Estes monumentos invisíveis só têm lugar nestes espaços se entendidos como um todo, razão pela qual a problemática da valorização das suas envolventes é tão urgente, pois estas, mais do que áreas de protecção, funcionam actualmente como fronteiras que os impedem de interagirem com a paisagem rural e urbana adjacentes.

2.2. As fronteiras e envolventes patrimoniais.

Existem diversos tipos de fronteiras num território, são disso exemplo: as linhas-

³² Cit. Friedrich W. Nietzsche, *Considerações Extemporâneas. II – Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

férreas; as estradas e auto-estradas; os elementos naturais como os rios, o mar ou uma montanha; ou ainda os limites de toda uma área monofuncional da cidade como um bairro habitacional ou um parque industrial. Para nós e neste contexto, as fronteiras são aqui entendidas como as áreas de protecção, os limites do classificado e do classificável, a envolvente do monumento, o hiato entre as diferentes épocas que compõem os territórios, resultado dos confrontos ou invasão, provocando o distanciamento, ou ainda o isolamento de determinados corpos, as descontinuidades urbanas, as barreiras naturais e artificiais, os limites administrativos.

Não sendo nosso objectivo prendermo-nos com os aspectos legais, não podemos deixar de referir no entanto as áreas de protecção que resultam da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural,³³ uma vez que muitas das fronteiras e contrastes que actualmente se verificam nas envolventes dos monumentos são resultado directo ou indirecto desse instrumento legal.

No número 1 do artigo 43º da Lei acima referida pode ler-se que “os bens imóveis classificados [...] ou em vias de classificação [...] beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, cotados a partir dos seus limites externos” sendo que, e continuando nos números 2 e 3 do mesmo artigo, é referido que estes, “devem dispor ainda de uma zona especial de protecção”, bem como nestas “zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas *non aedificandi*”. Se, de modo abstracto os limites impostos possam parecer “aceitáveis”, a perigosidade dessa postura é observável em alguns pontos da cidade e território, verificando-se a desadequação do instrumento legal às diferentes realidades espaciais.

Quando Guillaume afirma que “quando um espaço é protegido porque é visto como “antigo”, “tradicional” ou “natural”, adquire valor, tal como a sua vizinhança”³⁴, referindo-se indiscutivelmente aos lugares com algum tipo de valor patrimonial, falamos, entre outros, do fenómeno como a *gentrification*. Estas consequências, resultado da sobrevalorização de algumas áreas, são, aliás comuns ao espaço da cidade, mesmo quando esta está associada a lugares onde não existem elementos históricos. Muitas vezes essa sobrevalorização é atribuída à proximidade de elementos naturais como o mar, ou pontos de vista com interesse, tão “apetecíveis” pelo mercado imobiliário, e que na maior parte das vezes não traduzem qualquer tipo de qualidade urbana. Este é o caso da Penha em Guimarães, palco das construções “novo-riquistas” do concelho, que

³³ Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, Diário da República, I-A Série, nº 209.

³⁴ Marc Guillaume, *op. cit.* p.133.

contra-natura, insistem em impor uma contiguidade urbana entre o centro cidade e esse acidente geográfico.

Outras vezes, a valorização resulta de processos espontâneos, que reúnem certos grupos sociais em torno dos mesmos interesses e que, com o tempo, dão origem a dinâmicas que atraem investimentos e outras populações. Este é o caso da área próxima da rua Miguel Bombarda no Porto – rua das galerias –, onde é *cool* viver ou aí ser visto, sendo que o que acontece nestas áreas é mais resultante de um processo endógeno de valorização.

Como Jacobs nos diz, “é inútil tentar converter certas fronteiras em pontos de ligação”³⁵, sendo por isso imperativo aceitá-las como mais um dos elementos a conciliar no palco da cidade. Todavia, e quando falamos das zonas de protecção dos monumentos ou dos conjuntos com interesse patrimonial, a superação dessas fronteiras passa também por um maior diálogo entre o poder central, que tutela os monumentos, e o poder local, que acompanha o crescimento da “cidade nova”, ao mesmo tempo que procura recuperar e salvaguardar a “velha cidade”. A solução deste problema passa, mais uma vez, pela harmonização entre o urbano e o patrimonial, pois conservar é “fazer” cidade.

São três as situações que se apresentam como as mais frequentes e características da envolvente dos elementos patrimoniais no concelho: uma é resultante da “patrimonialização” de um determinado objecto ou conjunto; outra é caracterizada pela presença abusiva de edificado comum e que, mesmo se construído à distância de 50 m, rivaliza e promove a “descontextualização” do elemento em causa; e, por fim, outra é, ainda, expressa pela existência de espaço vazio desqualificado em torno destes. Estes três exemplos – de entre os muitos locais onde isso se pode verificar – podem ser observados, respectivamente: no espaço fronteira a este e sul dos limites da zona tampão do centro histórico de Guimarães, entre o largo das hortas, largo da República do Brasil, oficinas de S. José e a antiga linha-férrea, e entre a zona de Couros e a avenida da estação, ou de D. João IV; nas proximidades da ponte sobre o rio Ave, na vila das Taipas; ou, por exemplo, numa das muitas pontes do concelho, a ponte do Arco, nos limites dos concelhos de Guimarães e Felgueiras.

Na área a este da zona tampão do centro histórico, podemos observar, a par com uma mancha verde ainda considerável, os elementos intrusivos, implantados num

³⁵ Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.297.

declive acentuado, que “olham” o limite patrimonial, fazendo descer ao burgo baixo o edificado que invadiu a cota alta do Monte de Santa Catarina antes da patrimonialização (Mapa 1.7).

Nesta área situam-se o antigo Convento das Capuchinhas, cuja igreja, localizada num dos seus flancos consta da lista do IPA. Esta abre-se para uma plataforma com um cruzeiro, a que se tem acesso por uma larga escadaria que confronta com a Rua de Domingos da Silva Gonçalves.³⁶ Por aqui passava uma das primeiras vias que estruturaram o desenvolvimento urbano da cidade, a antiga estrada que saía de Guimarães em direcção a Amarante. Na sua proximidade está implantada a Igreja dos Santos Passos, no enfiamento do Largo da República do Brasil e da Avenida D. João IV, que também consta da lista do IPA, e que se encontra envolvida a Poente pelo Campo da Feira e a nascente pelo Largo de S. Gualter. Esta “igreja ergue-se numa plataforma elevada e tem planta longitudinal, com capela mor profunda e nave única de forma rectangular com os cantos arredondados.”³⁷ A uma cota mais elevada e ladeando, na posição oposta ao convento, a Igreja dos Santos Passos, situa-se o Palácio de Vila Pouca, casa nobre rural construída no séc. XVII e transformada nos séculos sucessivos, onde funciona actualmente um colégio. A Quinta de Vila Pouca situava-se na encosta do monte de Santa Catarina – Penha – junto ao Convento das Capuchinhas e na área posterior da então capela de Nossa Senhora da Consolação, hoje Igreja dos Santos Passos. A esta se refere o padre Carvalho da Costa pela “majestade das suas casas” e pelos “bosques, fontes, prados e jardim” que possuía³⁸ (Figura 3.5).

Se, nas imediações da igreja, o espaço público que foi intervencionado pelo GTL se situa dentro da zona tampão do centro histórico, quando a cota começa a subir em direcção aos edifícios já referidos, a qualidade espacial dá lugar à degradação, logo após, e transporta o limite da zona tampão. O mesmo acontecendo a noroeste onde, entre a Igreja dos Santos Passos e o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, a existência de edifícios com alturas excessivas, implantados sobre uma plataforma de estacionamento que se sobrepõe à ribeira de Couros, contrastam e rivalizam com os edifícios patrimoniais. A sensação é mesmo a de estar por trás da cidade, como se entrássemos

³⁶ Inventário do Património de Guimarães, *Igreja do Convento das Capuchinhas / Igreja da Madre Deus / Oficinas de São José*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, a 31 de Março de 2008.

³⁷ Bernardo Ferrão, *Edificações do Centro Histórico e sua envolvente com interesse patrimonial (fichas)*, in AAVV, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*. vol. I, Guimarães: CMG-GTL, 2002, p.340.

³⁸ Bernardo Ferrão, *ibidem*, p.340.

pela porta dos fundos (Figura 3.6 e 3.7).

Entre a zona tampão e a cidade existe, assim, um intervalo de qualidade arquitectónica e de espaço da cidade, interessando pensar se o preenchimento deste espaço será o mais correcto. Como refere Jacobs, na maioria dos casos não há nada de tão dramático nas fronteiras desertas, o que aí acontece é apenas a inexistência de vitalidade.³⁹ São necessárias pausas no contínuo urbano, é certo e, por exemplo, a revitalização da antiga linha ferroviária podia dar o mote.

Se o fenómeno das zonas de fronteira desertas desnorteava os urbanistas no passado, principalmente os que prezavam a vitalidade e variedade urbanas e que detestavam tanto a apatia como a expansão indefinida, estas são, no entanto, para estes um recurso viável para aumentar a intensidade e dar à cidade uma forma clara, nítida, como aparentemente o faziam as muralhas das cidades medievais.⁴⁰ Como já referimos, a imagem do centro-cidade, enquanto objecto unitário, passa pelo reconhecimento desta nos seus limites, o que contribui para que seja reconhecida como símbolo a uma escala maior. Também estes três edifícios – Igreja dos Santos Passos, Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Convento das Capuchinhas – se dispõem aos pés da encosta, como guardiães das suas terras, que foram outrora verdes.

Na zona de Couros, no entanto, pode mesmo observar-se a tensão e ruptura entre dois tempos (Mapa 1.8). Onde persiste o contraste entre a cidade que se desenvolve ali ao lado e esta parte, que adquiriu valor na sequência da classificação como Imóvel de Interesse Público em 1977. Esta área caracteriza-se pela forte presença de unidades industriais, construções que têm um só piso, nalguns casos rés-do-chão e primeiro, e são construídas em granito, com poucas aberturas exteriores, possuindo sequeiros de madeira construídos em ripas, que permitiam a circulação do ar para a secagem dos curtumes. Dispõem-se, de uma maneira geral, organicamente em torno de pátios, sendo que junto a estas se situam, como era uso no século XIX, as habitações dos antigos proprietários.⁴¹

Como referimos no capítulo anterior, quando apresentamos a análise da evolução da morfologia urbana, esta área, porque localizada no ponto de ligação e de cota mais baixa entre os movimentos topográficos que descem, respectivamente, do centro

³⁹ Jane Jacobs, *op. cit.*, p.289.

⁴⁰ *Ibidem*, p.290.

⁴¹ Bernardo Ferrão, *op. cit.*, p.367.

histórico, passando por S. Francisco, e da Estação Ferroviária, passando pelo Palácio de Vila Flor, constituiu-se como uma fractura natural para a evolução, que se fazia num movimento centrífugo a partir do centro, antigamente *cidade* hoje *histórico*. Esta fractura é acentuada, ainda, pela passagem da ribeira de Couros, que corta transversalmente o quarteirão. Para além dos edifícios industriais, existe todo um miolo habitacional que se encontra bastante degradado (Figura 3.8 e 3.9).

Este núcleo, que foi um dos principais burgos externos à muralha e que sempre conheceu um forte desenvolvimento, começa a diluir-se na sua forma actual, quando nas suas imediações são construídos, primeiro, o Palácio de Vila Flor e, depois, a Estação e as vias que a esta vão dar. As unidades industriais de Couros permaneceram aí até meados do séc. XX, sendo que, na sequência da classificação de 1977, é proposta a revisão do Plano de Pormenor da Zona, recomendando-se que o Plano Director da Cidade, então em elaboração, vinculasse a zona das fábricas e a sua envolvente como “de interesse a preservar”, sendo também sugerida a criação aí de um “núcleo cultural”, compreendendo um Museu de Indústria, um Auditório e um Teatro, instalações para funcionamento de grupos culturais e uma Escola de Música. Propôs-se, também, a instalação de oficinas artesanais para tecedeiras, marceneiros, sapateiros, ferreiros, latoeiros, etc. e, entre outras medidas, a declaração da zona como “área crítica de recuperação e reconversão urbanística”⁴², nos termos da Lei dos Solos.⁴³ Como resultado desta declaração, e nos termos da referida Lei, a Administração passava assim a ser responsável pela reconversão desta área, processo que só virá a acontecer mais tarde, sobretudo quando esta é incluída na zona tampão de protecção do centro histórico.

Para além do efeito resultante da classificação, esta área sofreu os efeitos do abandono da prática industrial e, porque a uma cota mais baixa da cidade, permaneceu isolada em relação a esta, que se foi desenvolvendo no seu entorno. Se o espaço que a circundava continuou a ser investido sucessivamente ao longo das épocas, a parte classificada de IIP⁴⁴ permaneceu com características de “gueto”. Na descrição do IPA, datada de 1994, consta o seguinte:

“Este conjunto encontra-se praticamente desocupado, existindo apenas dois casos com alguma utilização, estando uma delas ocupada por uma tipografia. A CMG pretende lançar um concurso de arquitectura para a reutilização da sua propriedade, destinada ou a um

⁴² Bernardo Ferrão, *op. cit.*, p.370.

⁴³ *Vide*, capítulo XI, áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, in Decreto-lei n.º 794/76 de 5 de Novembro.

⁴⁴ IIP – Imóvel de Interesse Público.

Museu Industrial ou um Albergue de Juventude. Várias vezes, mas pontualmente ao longo do tempo o seu espaço foi utilizado para manifestações culturais ao ar livre.”⁴⁵

Na sequência dos objectivos do PDM e no âmbito das intenções do GTL, Bernardo Ferrão escrevia em 1996:

“ [...] foi, terminado recentemente, pelo autor deste texto, o Plano de Pormenor da Zona de Couros, grande área de caótica urbanização delimitada a norte por aquele centro e a sul pelo caminho de ferro, onde se situa um assinalável e interessante conjunto de velhas fábricas de curtumes [...]; este plano visava, integradamente, recuperar e complementar núcleos de habitação burguesa, operária e manufacturas de transformação de couros, preservar construções de interesse patrimonial, rematar conjuntos edificados recentes e consolidados, incorporar construções já previstas, significativos equipamentos e novas habitações e finalmente, reequacionar os espaços públicos existentes em articulação com os, entretanto, propostos.”⁴⁶

A relativa dimensão das unidades industriais, que se apresentavam devolutas, fez com que estas pudessem acolher na sua maioria serviços de interesse público. Actualmente estão aí inseridos, a Pousada da Juventude, o Cybercentro, e o Complexo Multifuncional de Couros, que compreende um Jardim-de-infância, um Centro de Dia, um Centro de Apoio à Juventude e ATL, um Auditório e uma Biblioteca/Mediateca (Figura 3.10). Para além destes equipamentos, nas proximidades existe ainda o Centro Cultural de Vila Flor, a nova Estação da CP, cujo edifício foi ampliado e reconvertido numa Loja da Juventude, completando-se assim a já grande pressão existente. Para além dos elementos já referidos, outros têm vindo a preencher os espaços vazios entre a área classificada e a Estação, contribuindo também para o aumento da tensão urbana neste quarteirão. A escala dos edifícios e das vias é profundamente contrastante, verificando-se a descontinuidade dos materiais dos espaços públicos e da rua. Espera-se que as novas intervenções no âmbito do projecto CampUrbis e da requalificação do espaço público do Toural/Alameda – se se vierem a verificar – promovam uma maior qualidade espacial deste núcleo.

⁴⁵ Inventário do Património Arquitectónico. *Antigas Fábricas de Curtumes*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, a 31 de Março de 2008.

⁴⁶ Bernardo Ferrão, *O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesense*, pp.238-240 in, AAVV, *op. cit.*

Outro dos exemplos que consideramos, pode ser encontrado nas proximidades da ponte sobre o rio Ave, na vila das Taipas (Figura 3.11). Tal como em muitos outros sítios onde existem elementos associados a cursos de água – como no caso dos existentes ao longo da bacia hidrográfica do rio Selho, ou do Vizela – aí pode observar-se a destruição dos caminhos originais, a par com a desqualificação da qualidade ecológica do próprio curso de água e suas margens.

A, já de si, fronteira natural constituída pelo rio Ave, cuja bacia hidrográfica abrange uma área com cerca de 1400 Km², passando por vários concelhos, é o curso de água de maior expressão no concelho. Pontuando as suas margens, e ao longo de todo o seu percurso, encontra-se um elevado conjunto de objectos associados ao uso da água, bem como inúmeras pontes e pontilhões, que, só no concelho de Guimarães, perfazem um conjunto considerável de elementos, para além da ponte referida, destacamos por exemplo, a ponte de Donim, na freguesia com o mesmo nome.

A vila das Caldas das Taipas encontra-se a 7 km de Guimarães. No passado, o acesso a Braga fazia-se por aqui e percorrendo a estrada real nº 27; este era sítio de passagem, mas também de paragem, pois aqui estão situadas a termas, cuja utilização terapêutica das águas remonta ao império Romano. A comprová-lo está a Ara de Trajano – dedicada ao imperador Trajano Augusto – existente na vila. A poucos quilómetros desta encontra-se ainda a estação arqueológica da Citânia de Briteiros, sendo exemplo da cultura castreja e prova da presença de povoados pré-romanos nesta região.

O sistema estrutural da ponte é muito simples, sendo a sua época de construção a Idade Moderna. É construída em pilares de cantaria de granito, trinta e três no total, número que resulta da necessidade de vencer a largura total do rio. A montante os pilares têm as faces triangulares, o que não acontece a jusante, pela óbvia razão de oferecer menos resistência à correnteza do rio. O “tabuleiro”, ou pavimento, é constituído por compridos silhares de granito. A ponte sofreu intervenções em 1926, 1961/62, 1970/71, 1975, 1976, 1979, 1980, 1981, tendo sido realizados trabalhos de reconstrução, restauro de pavimentos e guardas, obras de consolidação, nomeadamente dos tramos de cantaria do tabuleiro, sendo reparada e reposta a sua guarda, consolidados os pilares e, por fim, efectuados trabalhos de conservação.⁴⁷

⁴⁷ Inventário do Património de Guimarães. *Ponte sobre o rio Ave / Ponte das Taipas*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, a 31 de Março de 2008.

A tutela do imóvel permaneceu sempre da DGEMN e se no limite de protecção dos 50 m não existe qualquer intervenção, respeitando-se assim a lei, a integridade desta área é posta em causa pela cércea exagerada de um edifício habitacional concluído recentemente. Quando a obra estava ainda em execução observava-se já a destruição dos caminhos que à ponte iam dar. A par disto, constata-se que o problema da poluição das águas do Ave é ainda muito evidente, verificando-se, também, a falta de presença de espécies vegetais autóctones nas suas margens.⁴⁸ Se o monumento foi ao longo dos anos conservado, mantendo as suas originais características, toda a área que o circunda não tem a mesma atenção e, apenas passado o limite de protecção, parece que tudo pode acontecer (Figura 3.12). Não existindo uma consciência da necessidade de integrar o elemento patrimonial na paisagem natural e urbana que lhe é adjacente, observa-se, mais uma vez, o corte entre os diferentes elementos e épocas, provocando uma ruptura que tanto é espacial como temporal.

Nos limites do concelho de Guimarães e Felgueiras, na freguesia de Serzedo, encontra-se a ponte do Arco; aqui podemos observar outro tipo de fronteiras (Figura 3.13). A paisagem rural desta área, e pode dizer-se que para cada um dos lados da ponte é possível encontrar elementos de arquitectura popular dignos de algum interesse, sendo que na envolvente desta ainda não são visíveis construções dissonantes, talvez pela existência de acessos tortuosos,⁴⁹ encontra-se, assim, uma situação que, ao contrário das acima descritas, não está perturbada por elementos novos que “abafem” ou descaracterizem o monumento.

A ponte do Arco consta também do IPA; nela passava a antiga via que ligava Guimarães a Amarante, cruzando o rio Vizela. Esta era uma das vias que ligavam *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, da qual ainda se pode observar um pequeno troço do lado de Felgueiras, crendo-se que por esta ponte passavam os peregrinos que iam para Santiago de Compostela, percorrendo as imediações do mosteiro de Pombeiro. A sua época de construção é a Idade Média, sendo construída em paredes autoportantes de granito, de tabuleiro em lajeado e terra batida assente sobre dois arcos de volta perfeita.⁵⁰

⁴⁸ Sobre este tema consultar, Luís Amorim, *Intervenções em linhas de água. Contribuição para uma solução mais sustentável*. Porto: CCDRN, 2005.

⁴⁹ Inventário do Património de Guimarães. *Ponte do Arco*. Disponível online no site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, a 31 de Março de 2008.

⁵⁰ *Ibidem*.

Se, de um lado, o património está sinalizado e é apresentado – caso de Felgueiras – contando-se a sua história, do outro – caso de Guimarães – observa-se o abandono e desinteresse pelo mesmo, permanecendo assim a ponte e suas margens um lugar de ninguém (Figura 3.14). Como afirma Correia, o caminho para a sustentabilidade da coesão de uma região passa essencialmente pela comunicabilidade entre estruturas interautárquicas, desembaraçando e otimizando a coordenação das redes que já existem, reafirmando os compromissos regionais para com as populações, tendo como objectivo a implementação de práticas de congruência política e de afirmação de uma identidade regional.⁵¹ O que se verifica é que os limites concelhios se constituem também como fronteiras patrimoniais, ou melhor, como fronteiras à continuidade patrimonial, bem ilustrado por este exemplo, onde se observa que a paisagem minhota e o seu património continuam adstritos às fronteiras administrativas. Se nesta região existe uma forte tradição nas parcerias estratégicas económicas intermunicipais, quando falamos de património muito há ainda por fazer.

Por vezes, a tão aclamada contiguidade entre o passado e o presente dos objectos territoriais acaba por impor uma pressão ao objecto patrimonial, alterando a sua integridade. Outras vezes as fronteiras resultam no isolamento destas áreas ou monumentos aparecendo estes assim descontextualizados na relação com as suas “margens”. A qualidade destes enquanto “objectos de sutura” perde-se, tornando-se assim, fragmentos de história, caricaturas da identidade cultural de uma região.

2.3. Conjuntos edificados que importa valorizar.

Existem quatro grandes grupos de conjuntos de edificado com valor patrimonial que se podem reconhecer neste território concelhio: os que apresentam uma mesma tipologia, pontuando a paisagem agrícola; outros, que ao longo de um mesmo elemento natural apresentam diversas tipologias, estando ligados à exploração dos recursos naturais; outros, correspondendo ao momento de fundação das vilas e das sedes de

⁵¹ Rui Correia, *Plataformas transmunicipais de valorização patrimonial: a rede telemática de associativismo patrimonial e o fórum do património do Oeste*. in, Coord. Victor Oliveira Jorge, *op. cit.* p.149.

freguesia; e outros, claramente, correspondem aos conjuntos edificados patrimoniais. Interessa-nos aqui referir, acima de tudo, dois grandes grupos, pois os restantes estão desenvolvidos nos outros números deste capítulo; são eles os que correspondem aos núcleos de edificado predominantemente de uma mesma tipologia e os que correspondem ao centro das vilas e freguesias.

São exemplo da primeira situação os inúmeros bairros originalmente construídos para as populações mais carenciadas e que marcaram a arquitectura de uma época, como o bairro da Federação (Figura 3.15). Bairro de casas económicas, surgido como tantos outros em consequência do Decreto-lei de 1933, resultado da política de habitação do Estado Novo. Estas casas destinavam-se, sobretudo, a operários, funcionários públicos, empregados, membros dos sindicatos nacionais e militares.⁵² O bairro de casas económicas da Federação da Caixa de Previdência localiza-se a sudeste do centro histórico e metade do conjunto está inserido na zona tampão de protecção do GTL, próximo do Liceu Nacional de Guimarães, ou Liceu Martins Sarmiento. Em Urgezes existe um outro destes bairros, se o anterior tem um cariz mais citadino, com habitações dispostas em edifícios com rés-do-chão e 3 pisos, este é constituído por casas unifamiliares em banda de rés-do-chão e um piso, ou, de um só piso com logradouro (Figura 3.15). O bairro económico de Urgezes foi inaugurado em 1941, apesar de ter sido iniciado ainda durante a primeira república, e é constituído por 78 habitações.⁵³ Tal como outros edifícios que ao longo da cidade e território, se vão alternando em diferentes épocas, estes conjuntos são o espelho de um tempo, formando uma imagem una, a ser preservada na sua integridade. Para além destes dois exemplos, constam do IPA, o Bairro de Casas para Famílias Pobres da Arcela e o Bairro de Casas Económicas de Pevidém, na freguesia de São Jorge do Selho, sendo ainda importante referir, pertencendo a outra época, o Bairro Senhora da Conceição, um dos muitos exemplos representativos do que resultou do SAAL.⁵⁴

Quando a sua implantação é longe dos serviços centrais, e porque de características monofuncionais, nas suas imediações deve ser promovida a miscenização de funções relacionadas, sobretudo, com serviços de proximidade, desde que

⁵² Bernardo Ferrão, *op. cit.* p.167.

⁵³ *Ibidem*, pp.152-153.

⁵⁴ SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local. Programa de apoio à construção de habitação promovida por Associações de Moradores, lançado pelo I governo provisório quando Nuno Portas era Secretário de Estado da Habitação.

salvaguardada a sua integridade tipológica. Deve ainda ser controlado o aparecimento de “verrugas”, como a construção de anexos, procurando a manutenção da originalidade das edificações, promovendo ainda as relações de vizinhança originais. Quando assistimos a tantas transformações urbanas, quando, por pressões controversas, são os núcleos históricos os primeiros a ser alvo dessa transformação, muitas vezes apressada e irreflectida, urge questionar sobre os verdadeiros atentados que, com frequência, destroem impunemente pedaços de História.⁵⁵ No fundo, nestes casos, a defesa da integridade destes conjuntos, de escala fortemente humanizada, passa muito mais por um papel activo e vigilante das populações que aí residem.

Dentro da política de reforço das centralidades⁵⁶ das vilas e freguesias do concelho, onde é defendido o preenchimento dos espaços intersticiais das manchas de edificado, em detrimento da sua expansão, na tentativa de controlo da cidade difusa, podemos observar, por exemplo, a vila de São Torcato (Mapa 1.9). A difusão característica do processo urbano que formatou esta região não se traduziu, ao longo de décadas, numa teia de policentralidades de limites rígidos e facilmente reconhecíveis. A “predisposição” deste território para a difusão apresenta-se como uma constante ao longo dos séculos, por oposição a este modelo territorial podemos observar, a sul, Évora, que se encontra inserida na paisagem alentejana antípoda, no contexto português, da minhota.

Da vila de São Torcato constam do IPA três imóveis, a Capela de São Torcato / Igreja do Mosteiro de São Torcato, o Santuário de São Torcato e a Escola Primária de São Torcato (Figura 3.16). A sua paisagem é ainda constituída por importantes quintas e casais com um relevante interesse arquitectónico, tipologias aliás que pontuam a paisagem de toda a região e que reflectem a importância que a agricultura teve enquanto modo de subsistência e primeira realidade económica (Figura 3.17). Por aqui passavam as vias que de Guimarães partiam em direcção a Vieira do Minho, passando pelo, à época, importante pólo de peregrinação que era o mosteiro de São Torcato. Com o passar dos anos e com o fortalecimento dos laços económicos da cidade com o litoral, esta via foi perdendo importância, mantendo-se assim o carácter rural desta paisagem, que não registou nos últimos anos, dentro da realidade do concelho, uma grande

⁵⁵ José Custódio Vieira da Silva, *História, cidades e urbanismo algumas reflexões*. in AAVV, *JA – Antologia 1981-2004*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, p.102.

⁵⁶ In, Apresentação das sessões de revisão do novo PDM. Câmara Municipal de Guimarães – DSIG, 2004.

expansão.

Nestas áreas deve propor-se a recuperação dos edifícios históricos para, se possível, aí inserir as novas funções e serviços propostos como estratégicos das novas centralidades, permitindo, assim, a redução de novas construções e a salvaguarda das existentes. Também é uma prioridade a requalificação dos espaços públicos e da idoneidade da sua estrutura ecológica, objectivos já apontados como dos principais temas a defender no âmbito do novo PDM,⁵⁷ que pretende reabilitar as construções existentes, valorizando o ambiente que as rodeia, e promover a criação ou melhoria de espaços públicos e paisagísticos, valorizando ainda o património e o turismo da região, estratégias apresentadas como comuns para o reforço das novas centralidades das outras vilas do concelho.

2.4. Espaços intersticiais. Sobre o “verde” público e privado.

Como podemos ver ao longo deste trabalho, o território é apresentado como um palco onde dois modelos, dois movimentos, se cruzam e chocam, entre uma realidade “rural”, produto de um processo histórico de longa duração, e uma realidade urbana-industrial, mais tardia.⁵⁸ Associada a esta condição espacial, a organização do “vazio” teve aqui, como em todo o país e durante longos anos, um papel marginal, sendo que o tema dos espaços não construídos foi quase banido para um papel irrelevante no contexto das preocupações urbanísticas. Interessava alojar, dotar os concelhos de infraestruturas viárias de saneamento, de equipamentos. Como consequência de uma ténue tradição urbanística, o território português sofreu durante décadas com a destruição do seu ambiente natural. Não fosse a instituição das áreas de RAN e REN, e a paisagem mediterrânica portuguesa estaria hoje bem mais comprometida.

Estes espaços “vazios” não podem estar dissociados de um conceito de cidade diferente e até mesmo de uma concepção diferente do que é a natureza e a relação que o homem actualmente estabelece com o meio ambiente natural. Se o vazio “verde” do interior dos quarteirões, das praças e jardins dos centros históricos adquiriram o mesmo

⁵⁷ In, Apresentação das sessões de revisão do novo PDM. Vila de São Torcato. Câmara Municipal de Guimarães – DSIG, 2004.

⁵⁸ Rui Correia, *A cidade como processo de conservação e de transformação urbana – O exemplo do Parque Oriental do Porto/Campanha*. in, Coord. Victor Oliveira Jorge, *op. cit.*, p.237.

valor do edificado que lhes é próximo e dos espaços públicos consolidados no interior das cidades, o “verde” do território mais vasto tem apenas conquistado o seu lugar como elemento primordial no contexto das políticas de sustentabilidade ecológica das regiões, portanto ao nível do ordenamento do território, a uma outra escala de abordagem. O peso do verde público e privado deveria assim, ser encarado, nas suas diferentes escalas, tal como no conceito de *diradamento* defendido por Giovannoni. Este evoca o desbaste de uma floresta ou de uma sementeira demasiado densa, para designar as operações que servem para eliminar todas as construções parasitas, acidentais e supérfluas⁵⁹, metáfora que é aplicada não apenas à escala menor de intervenção no edifício ou no centro histórico – *diradamento edilizio* –, mas à escala maior do plano. Existindo sempre – tal como noutros conceitos desenvolvidos por Giovannoni – a noção das diferentes escalas de actuação.

Apresenta-se ainda difícil uma tomada de consciência ambiental pela generalidade dos intervenientes no espaço da cidade; a difusão de uma cultura de qualidade ambiental encontra ainda uma forte oposição, pois quase sempre a preservação do ambiente implica reduções drásticas na área disponível para construção.

Como disse um dia alguém, a quantidade de “verde” e espaço “vazio”, capaz de ser vivenciado de forma segura pelos cidadãos de uma determinada cidade, tornou-se o “metro” para medir a urbanidade dessa região. Se é verdade, como o é, que o ordenamento do território, e assim o uso ou o consumo dos bens naturais, depende muito da organização da sociedade civil, é também verdadeiro que é necessário mudar a orientação, os costumes, os modelos de vida, para que se consiga uma relação diferente com o meio ambiente. Guillaume alerta para o facto de que hoje, tanto o passado, como a ecologia, se terem tornado um valor-refúgio. Dizendo também que, para quebrar com a uniformidade e o funcionalismo da paisagem industrial e das habitações, para as tornar habitáveis, os destroços antigos se apresentam como o último recurso.⁶⁰ Para além do seu valor reconfortante, e como demonstrou Meitzen no seu estudo sobre a forma das paisagens rurais, cada pessoa cria uma forma especial de organização rural, sendo que, assim, essas paisagens se tornam marcos do génio étnico ou nacional de determinados grupos humanos.⁶¹

Sendo assim, tanto o passado reencarnado nos objectos, como os vazios, devem

⁵⁹ Françoise Choay, *op. cit.*, p.172.

⁶⁰ Marc Guillaume, *op. cit.*, p.41.

⁶¹ *Cit. A. Meitzen in, Paul Claval, Changing Conceptions of Heritage and Landscape, in Niamh Moore e Yvonne Whelan, op. cit. p.89.*

ser encarados como interdependentes. A defesa do passado, edificado ou não, depende da manutenção da morfologia original destes espaços, de limites desenhados e facilmente reconhecíveis. Tanto nas áreas florestais como na paisagem resultante da exploração agrícola, existe todo um conjunto de fronteiras, um desenho de limites, tanto das margens dos campos agrícolas, como os que resultam da divisão das diferentes propriedades, da interacção destas manchas como o urbano ou ainda com as linhas de água e a topografia, que são também forma, embora vazia, da paisagem.

Uma das áreas porque passamos, e onde se pode observar todo um conjunto de vestígios de muros, caminhos reais e de peregrinação e estalagens, é o percurso que se crê ser um fragmento da antiga estrada para Amarante, passando a Penha e Pinheiro (Figura 3.18 e 3.19). Estes espaços são propícios para absorverem funções lúdicas e desportivas, como as caminhadas ou o turismo ecológico. Para além de afastar possíveis actos de vandalismo, uma vez que estes vestígios se encontram quase sempre em áreas isoladas e de difícil acesso, promovendo ainda o re-uso de determinados edifícios que absorveriam equipamentos de apoio aos caminhantes.

Outra das áreas que tem como mote a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos está associada à rede hidrográfica do concelho (Mapa 1.6). Escolhemos assim a bacia do rio Selho que, como já referimos, é apenas uma das muitas linhas de água que se podem observar no território. Este afluente do Ave tem inscrito ao longo das suas margens todo um complexo número de elementos de diferentes tipologias. Não se interrelacionando, resultam, no entanto, de diferentes formas de apropriação desta fonte natural. A unidade que formam em torno de um mesmo elemento natural, ajuda a entendê-los como objectos, com um passado de características comuns. De diferentes épocas e tipologias, à sua conservação deve estar associada a qualidade ecológica dos espaços que se desenvolvem ao longo das margens de um mesmo rio, como a outra escala, e de características não comparáveis, acontece na paisagem classificada do Douro.

Outra área objecto do nosso estudo encontra-se também na já referida vila de São Torcato (Mapa 1.9). A norte da vila e inseridos ainda na bacia hidrográfica do Selho, podemos encontrar alguns dos mais interessantes exemplos de aproveitamento para a agricultura dos recursos hídricos. As quintas que aí se localizam conservam ainda intactas as suas propriedades. Os edifícios habitacionais dos proprietários, e os de apoio

à exploração agrícola, relacionam-se com a paisagem de forma singular, mantendo o homem o mesmo diálogo original que estabeleceu durante décadas com o seu ambiente natural. Algumas continuam com a sua original função agrícola, outras, no entanto, estão abandonadas incorrendo no risco de acabarem subdivididas e loteadas. Estas propriedades e suas edificações habitacionais encerram em si uma grande potencialidade em termos turísticos, podendo assim absorver funções como hotéis de charme, turismos de habitação ou rurais. Tal é o caso dos já reconvertidos Paço de São Cipriano, na freguesia de Taboadelo, ou a Casa de Sezim, em Santo Amaro, ou os turismos rurais da Casa da Moreira, em S. Lourenço de Sande, ou a Quinta das Corujeiras, em Vila Nova das Infantas e, ainda, a Quinta de Cima de Eiriz em Calvos.

Esta forma de manter o património existente não é única, estas propriedades podem ser reconvertidas, por exemplo, em casas de repouso, ou, quem sabe, em escolas de equitação, pois estas funções coadunam-se com as suas características. O elevado interesse patrimonial destes exemplares pode mesmo, quando ainda são as habitações dos seus proprietários, permitir que façam parte de redes turísticas, como é o caso da rota do património industrial do Vale do Ave, onde as características patrimoniais dessas unidades foram potenciadas pelo facto de muitas delas ainda se encontrarem em actividade.

O nosso objectivo aqui foi descrever a condição actual do património, para apresentar de seguida as estratégias que devem, e/ou podem, ser seguidas para voltar a integrá-lo nas dinâmicas que regem os territórios actuais. Como refere Viegas,

“definir uma estratégia não é só, como tantas vezes se lê, medir potenciais e apontar desejos; é também identificar os recursos e instrumentos disponíveis para avançar nessa direcção e antecipar o que possam ser as barreiras existentes nesse caminho, ou as iniciativas de contraposição entretanto lançadas por parte de forças oponentes, ou simplesmente em competição com as nossas. Só assim se conseguirá validar e ajustar os desejos iniciais, por forma a que se transformem em verdadeiros objectivos como atingíveis e, portanto, susceptíveis de galvanizar as pessoas e organizações.”⁶²

Como afirma Nora, “*Where memory is no longer everywhere, it will not be*

⁶² José Manuel Viegas, *Estratégias urbanísticas e governabilidade*. in, Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p.271.

anywhere unless one takes the responsibility to recapture it through individual means.”⁶³ Choay refere, por sua vez, que quando o património deixar de ser objecto de um culto irracional e de uma “valorização” incondicional, ou relíquia, ou curiosidade, o enclave patrimonial poderá, assim, tornar-se no terreno sem preço de uma recordação de nós mesmos no futuro. Assim sendo, uma hipótese desta natureza não poderá realizar-se, nem pelo contágio de exemplos singulares, nem mais sob a instigação de burocracias estáticas. Ela envolve um destino antropológico, implica uma visão do mundo e uma escolha de sociedade, cuja amplitude do síndrome patrimonial e da sua interpretação teriam permitido medir a urgência.⁶⁴

Estas posições relembram que as populações devem ser chamadas e “educadas” para, e na, defesa do seu passado, mas também que esse passado não pode ser visto e encarado apenas como elemento libertador, pois faz parte de uma nova consciência social de futuro. Como afirma Guerra, importa assim, “proteger, modernizar e valorizar o património e as identidades locais: identificando as memórias e patrimónios urbanos que sedimentam as identidades locais e a reabilitá-los e valorizá-los no contexto urbano; gerando novas identidades (espaciais, arquitectónicas, artísticas) com base na história recente das regiões.”⁶⁵ Pois aos patrimónios de hoje associar-se-ão todo um conjunto de novos elementos que a sociedade actual pretende transmitir aos seus descendentes como os elementos identitários que deram forma a mais um momento da sua história comum, pois a identidade de uma região, tal como a forma de uma cidade, faz-se e desfaz-se todos os dias.

⁶³ *Cit.* Pierre Nora, Iain Robertson e Tim Hall, *Memory, Identity and the Memorization of conflict in the Scottish Highlands*. in, Niamh Moore e Yvonne Whelan, *op. cit.* p.19.

⁶⁴ Françoise Choay, *A alegoria do património*, p.225.

⁶⁵ Isabel Guerra, *Tensões do urbanismo quotidiano*. in Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p.242.

IV – QUATRO MOMENTOS NA PAISAGEM. CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NOS TERRITÓRIOS CONTEMPORÂNEOS. EXEMPLOS, ESTRATÉGIAS E CONSEQUÊNCIAS.

1. Do “centro histórico” à “cidade histórica.”

As dinâmicas urbanas que são despoletadas pela conservação de algumas áreas de cidade, constituem-se actualmente como barómetros de qualidade espacial, orientando assim as posturas dos urbanistas contemporâneos, quer esta realidade seja o resultado de intervenções pontuais, ou faça parte de um projecto/plano de uma área mais vastas do território. As políticas de conservação das áreas históricas das cidades devem fazer parte da estratégia de planeamento dos territórios a uma escala maior. Um exemplo de que os valores históricos e ambientais de uma região podem constituir a génese dos novos instrumentos de planeamento, pode ser ilustrado pelo Plano Regulador do município de Roma, datado de 2003.

Quarenta anos passados sobre o instrumento territorial de 1962, este resulta de um processo de planeamento de todo o seu território iniciado com o “Plano das Certezas” de 1997. O novo plano baseia-se na tutela e valorização do sistema histórico-ambiental, como suporte para a construção do desenvolvimento da nova Roma, base de sustentabilidade que permite reorganizar funcional e espacialmente as estruturas nesta já implantadas.¹

Esta cidade organizada segundo um modelo policêntrico articulado a dois níveis, local e metropolitano, está apoiada num sistema de centralidades difusas. Como no caso de Guimarães – mas a outra escala e dentro de um contexto completamente diferente e do qual não podemos mimetizar modelos – também para esta a proposta de requalificação da periferia é feita pela revalorização das suas novas centralidades. Destinando-se as centralidades metropolianas a acolher funções e serviços de nível nacional e internacional, enquanto as centralidades locais se destinam aos habitantes da

¹ Elio Trusiani, *Dal Centro Storico alla Città Storica: la dimensione progettuale della conservazione - Il caso di Roma*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente n.9. tradução de Gisele Maucini Gomes. Brasil: Editora UFPR, 2004, p.101. Disponível online no site: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3084/0>, a 31 de Março de 2008.

área urbana.² No caso do sistema urbano do Noroeste de Portugal essa policentralidade é mais visível à escala das relações intermunicipais. Na área do concelho de Guimarães esse fenómeno é observável sobretudo pela presença e inter-relação entre os núcleos urbanos das vilas e freguesias de maior expressão no concelho.

Para além da importância dada à valorização destas novas centralidades, no Plano Regulador de 2003, a área que “envolve” a cidade de Roma não é encarada somente como um território não-urbanizado reservado à produção agrícola, mas é visto como a parte fundamental de um sistema ambiental completo que deve ser submetido a um atento planeamento de protecção e valorização dos elementos que aí se encontram.³

Assim, o plano de Roma apresenta como os dois grandes “momentos” estratégicos para a cidade e região envolvente, a valorização dos núcleos satélites mais urbanizados e dos sistemas ambientais que os envolvem. Associado a estes dois grandes objectivos, o plano aposta ainda num método de leitura da cidade feito, não por zonas homogéneas mas por tecidos, substituindo o tradicional modo de tratamento por zonas, passando a ler o território nas suas diferenças. Permite-se assim, superar o conceito de “centro histórico”, construindo o conceito de “cidade histórica”, referindo-se aqui ao universo mais vasto difundido no território, reabrindo também o debate sobre a relação entre conservação e transformação.⁴ O centro histórico é visto como uma das polarizações urbanas a partir da qual partem sistemas radiais ou radiocentricos, de natureza seja histórico-morfológica, seja funcional e dinâmica, polarização antiga, sobrevivente ao tempo, que é agora inserida num novo desenho de policentralidades metropolitanas do qual pode constituir uma das centralidades. De facto configura-se como a centralidade das centralidades, visto que se torna a concentração de sistemas de valores e de funções e também porque a tradição ali depositou um investimento simbólico e psicológico.⁵

É certo que o intramuros romano é, comparativamente com o de Guimarães, imenso, o mesmo acontecendo com a escala internacional do valor representativo atribuído ao seu património, assim como a sua diferente importância no sistema urbano à escala do seu país. Mas, e apesar das diferenças, a forma como a conservação patrimonial e ambiental formatou o desenho do novo plano requer aqui a nossa demorada atenção. O plano ao apresentar um modelo alicerçado em duas diferentes categorias de intervenção, a primeira relacionada com os tecidos urbanos homogéneos,

² Elio Trusiani, *op. cit.* p.101.

³ *Ibidem*, p.101.

⁴ *Ibidem*, p.102.

⁵ *Ibidem*, p.102.

por si só dotados de uma qualidade histórico-morfológica consolidada, e a segunda ligada a âmbitos urbanos estratégicos na activação de dinâmicas transformadoras, regulamenta a cidade histórica que se liga à escala intermediária da malha urbana. Esta escala é mais idónea para consolidar as qualidades estruturadoras da forma urbana herdada, ao mesmo tempo capaz de recuperar a escala das morfologias de implantação e, posteriormente, aquela do edifício isolado e do espaço aberto elementar.⁶

O processo de conservação é assim proposto, não para o espaço restrito das áreas classificadas e de valor patrimonial, mas para todo o espaço da cidade-território, absorvendo as diferentes escalas e materiais. Assim, passar do centro histórico à cidade histórica, significa reconhecer as diferenças que caracterizam essas diversas partes, saber descrevê-las e conservá-las, e, simultaneamente, sugerir, onde necessário, as modificações compatíveis com as suas diferenças. No Plano de Roma insistiu-se no reconhecimento do papel central de uma dimensão de projecto da conservação e valorização da cidade histórica. A dimensão projectual da conservação resulta evidente, sendo ao mesmo tempo um elemento fundamental para se alcançar a sustentabilidade urbanística, a qual é parte importante – se não determinante – do património histórico-ambiental. Nele é reafirmado, ainda, o princípio de que também a transformação urbanística, e não só a conservação, pode garantir a melhoria das condições ecológicas de uma cidade, na óptica de um desenvolvimento sustentável, e que essa melhoria pode ser valorizada em termos objectivos, a partir de um balanço qualitativo dos recursos ambientais.⁷ Como conclui Trusiani:

“o Plano Regulador individualiza na política da tutela e da protecção, além do princípio da conservação, uma acção não só passiva de regime puramente de vínculos, mas fortemente inovadora em termos de proporção e de relação com a modificação e com a transformação, reconhecendo no sistema das diferenças o valor da história da cidade, entendida como processo de estratificação de fatos urbanos e de usos e acções comportamentais, o valor fundamental para um projecto sustentável do ambiente urbano, natural e físico. Portanto, a tutela e a protecção não mais entendidos somente como limite ao novo, mas como estímulo para ele, e fundamento para os processos urbanos de consolidação, ou simplesmente, adequação da cidade segundo o processo em acção que se move do centro histórico à cidade existente, e ainda, ao território histórico.”⁸

⁶ Elio Trusiani, *op. cit.*, p.102.

⁷ *Ibidem*, pp.105-106.

⁸ *Ibidem*, p.106.

Não querendo deste modelo extrapolar mais do que considerações sobre o papel do património nos territórios actuais, tema que é aliás o objecto desta dissertação, interessa referir aqui que as diferentes realidades espaciais, que têm hoje mais do que nunca tendência a sofrer as consequências da globalização, devem – e esta é já uma tendência do urbanismo actual – não apostar na defesa das imagens locais dentro de conceitos rígidos de conservação autoritária que construíram o já passado desses espaços, mas associar ao conceito de conservação integrada o de sustentabilidade urbana, pois no século XXI, época da “*Global Localization*”⁹, o passado não pode ser só apresentado como moeda de troca “exportável”, visto que este é hoje acima de tudo a base da sustentabilidade dos territórios onde se insere. Assim, no seguimento do capítulo anterior e fazendo uso da estratégia de observação previamente ensaiada, analisamos nos próximos parágrafos a importância de algumas estratégias que foram seguidas, ou podem vir a ser implementadas e ensaiadas como um modelo válido para o território vimaranense.

1.1. Do desenho e importância dos espaços públicos e seus materiais.

A contiguidade entre os espaços da “velha cidade” e da “cidade nova” não é só feita de volumes; a ausência destes, o negativo das construções, o “entre objectos”, os espaços públicos, são muitas vezes a verdadeira determinante da qualidade urbana de uma povoação. A escala humana desses espaços de cidade atrai os seus habitantes quando se apresentam como os “momentos” seguros do espaço da cidade (Figura 4.1 e 4.2). Tal como no nosso país os espaços comerciais fechados – vulgo *shopping* – atraem as populações, por aí se estar sempre seguro, ser sempre dia e primavera. Como refere Aguiar, um grave problema actual parece manifestar-se na não correspondência entre os locais de convívio e de encontro da nossa actual sociedade e os lugares reconhecidos como de grande interesse histórico-cultural, como os centros históricos,¹⁰ fenómeno que

⁹ Cit. Akio Morita para quem, o maior impacto da globalização será sentido ao nível local - “*the most significant impacts of the global economy [...] will be local*”, in Donovan D. Rypkema, *Globalization, urban heritage, and the 21 st economy*. Celebrating our Urban Heritage. vol. I, tema I., 2005, p.2. Disponível online no site: <http://www.globalurban.org/Issue1PIMag05/Rypkema%20PDF.pdf>, a 31 de Março de 2008.

¹⁰ José Aguiar, *Reabilitação Urbana. A cidade do futuro já existe Hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana*. in ATIC magazine nº24, Lisboa: Associação Técnica da Indústria de Cimentos, 1999, p.14.

não se verifica em Guimarães.

Os núcleos históricos respondem a quase todas as exigências do que hoje se considera um espaço urbano de qualidade, a cidade antiga é um “mix” de funções, de escalas, de tipologias tanto ao nível do espaço construído como do seu negativo, o espaço da circulação e do estar. Existe um prazer intrínseco em percorrer estes espaços, o espaço público da rua e praça antigas é diversificado e ao mesmo tempo singular, teia de negativos, tudo menos monótona, sendo que as suas características estão bem longe das dos “espaços públicos incertos, em mudança”¹¹ das enormes periferias sempre iguais. A cidade histórica é o contrário dos espaços resultantes do *zoning* preconizado pelo Movimento Moderno e, mais tarde, perpetuado por várias décadas em diversos planos. Então, a cidade moderna era feita por zonas mono-funcionais. Tal como na vida, nesta distinguiram-se quatro funções: habitação; tempos livres; trabalho; circulação.¹² Os teóricos da cidade moderna propunham apenas o “mix” de funções – reconhecendo-lhe mesmo as suas vantagens – ao nível da projectação do edificado. As “unidades mistas”, “caracterizadas pela associação de diversos serviços e colocadas no centro de cidades novas ou velhas, para reproduzir sob forma moderna o mesmo ambiente compósito dos centros tradicionais”¹³, são disso exemplo.

Os materiais que dão “forma” aos espaços públicos da cidade histórica, são os vocábulos que compõem a estrutura de um texto que permaneceu durante anos – mais até do que os edifícios que lhe são adjacentes – imutável, não tanto no seu desenho, mais no seu carácter, mas acima de tudo nas potencialidades que encerra. O vazio não tem história, o seu passado é recontado a cada minuto, a cada passo, enquanto o percorremos, ele nasce das tensões entre volumes e dos movimentos no tempo transcorridos sobre os seus materiais, sendo nos centros a face engalanada de uma colectividade.

Como já foi referido no início deste trabalho, o momento inaugural do processo de recuperação do centro histórico foi a reabilitação em 1985 e 1987 do Largo Cónego José Maria Gomes – largo da Câmara Municipal – e a da Praça de S. Tiago sob a égide do arquitecto Fernando Távora. Muitos foram os espaços públicos que desde então foram intervencionados pelo GTL; atrevo-me aqui a dizer que estes se constituem como o

¹¹ Álvaro Domingues, *Novas paisagens urbanas. in, AAVV, JA – Antologia 1981-2004*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, p.269.

¹² Leonardo Benevolo, Carlo Melograni e Tommaso Gúria Longo, *Projectar a cidade moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1980, p.21.

¹³ *Ibidem*, p.102.

mais interessante exercício dentro do processo de reabilitação deste espaço histórico. Das três estratégias usadas pelo GTL de Guimarães: “o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares; a conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal; a requalificação dos espaços públicos,”¹⁴ é a que podemos considerar mais elástica e intemporal, a que restitui o que é histórico ao tempo presente.

Tal como a evolução urbana que se expandiu a partir de uma determinada época para o extramuros por um *processo lento de decantação*, o sistema de espaços públicos transmuta-se paulatinamente em diferentes escalas, tal qual um rizoma, funcionando também ele como base de estruturação do espaço-cidade. Veja-se a importância da necessidade dos espaços públicos urbanos como espaços de relações, pois na carência de lugares de grande qualidade para a troca e a interação humana, – como teorizou Giovannoni – pode reforçar a importância da salvaguarda e da requalificação dos lugares históricos centrais, e da competitividade entre cidades que desenvolvam políticas de salvaguarda adequadas, como no caso da evolução da atractividade de Guimarães.¹⁵

No centro histórico de Guimarães partiu-se do princípio que as intervenções de requalificação destes espaços poderiam potenciar, ou induzir, o interesse do investimento privado nestas áreas, não ficando despercebidas as possíveis perversões de uma estratégia que, com recursos públicos, sempre acrescentava mais-valias à propriedade privada.¹⁶ Sendo uma das estratégias que permitiu, literalmente, devolver o burgo histórico aos seus habitantes, num processo endógeno de requalificação que foi sendo “enxertado” nas diferentes “portas” da cidade consolidada, “suturando-a” com aquela em expansão (Figura 4.4). Propagando-se – como falava Giovannoni – como se de rios de lava se tratassem, tal como o processo de expansão urbana, que no início se fez ao longo das vias inaugurais que partiam do intra muros.

A requalificação dos negativos teve também origem no planeamento do tráfego, o que permitiu através da implementação de sentidos únicos, acessos condicionados e cortes à circulação viária, aproveitar a largura das ruas da apertada malha histórica para,

¹⁴ José Aguiar, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, in *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Vol. II, Guimarães: CMG-GTL, 2002, p.78.

¹⁵ *Idem*, *Reabilitação Urbana. A cidade do futuro já existe Hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana*. p.16.

¹⁶ *Idem*, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. p.83.

dando mais espaço ao que deve ser pedonal, aumentar a largura dos passeios e consequentemente diminuir a largura do espaço dedicado ao automóvel, o que afectou a velocidade de circulação que foi forçosamente reduzida. O automóvel não foi excluído, nem no seu espaço de circulação nem de estacionamento, sofreu apenas o refrear das suas piores características.

O desenho foi mantido como mínimo dentro do conceito do primeiro espaço intervencionado, feito de diferentes texturas e ligeiras variações, usando com mestria o material por excelência desta região, o granito. Material que se apresenta em forma de cubo ou lajeado de diferentes dimensões, rematando-se de forma quase invisível. O mobiliário urbano mantém a mesma discreta linguagem. O resultado é um espaço contíguo e diversificado pontuado pelos elementos naturais que formaram desde sempre a imagem da cidade, a madeira, o verde das árvores e arbustos e a água. A micro escala dos materiais que o compõe formam uma imagem una e reconhecível que se dilui à escala dos outros materiais da cidade de ruas e avenidas que lhe são próximas, “desaguando” na cidade mais recente de imagem com um menor peso histórico. Aí o granito é substituído pelo calcário, depois argamassa, e por fim betuminoso. Nas suas cores, o granito amarelo passa a cinzento, entre cubo basáltico preto e branco, encontrando-se com as cores homogéneas dos materiais mais plásticos das novas vias (Figura 4.3).

Tal como os outros materiais que compõe os construídos e as outras escalas da cidade, importa realçar aqui que a linguagem de continuidade que lhes é inerente se constitui como uma das constantes da equação de elementos que permitem uma menor variação temporal da identidade do lugar. Um todo feito de nada, que tem todavia um papel decisivo na manutenção de uma mais lenta velocidade de transformação da imagem global da cidade (Figura 4.5). A reabilitação dos espaços públicos do centro histórico e centro-cidade de Guimarães, funcionou como motor impulsionador para a localização de novas funções e da qualidade urbana, tal como aí, esta estratégia deve ser implementada na valorização das novas centralidades. Pois, tal como a pele do corpo humano, o espaço público é também o maior órgão do corpo urbano.

1.2. *Mixed-use*, o novo modelo inspirado na cidade de sempre.

Através de aproximações sucessivas ao percurso que escolhemos observar, comparamos a realidade espacial existente nas suas diferentes dimensões, e condições patrimoniais, dirigindo-nos assim de encontro ao *lugar* objecto do que será o próximo modelo a ensaiar no território. O que nos interessará tanto nesta área de cidade? Talvez seja a sua descontinuidade, fruto da existência de vários “limites” impostos, forçados, e traçados pelo desenvolvimento da cidade. Talvez, ainda, o facto de estar repleta de elementos tão característicos da paisagem cultural do concelho. No fundo, este fragmento de cidade é de uma grande autenticidade morfológica, contém algumas das unidades industriais de fundação mais antiga no concelho, um emaranhado de casas de dimensões difíceis de individualizar, e alguns dos mais interessantes lajeados graníticos que calçam as ruas da cidade antiga. No fundo esta área apresenta-se complexa nas suas diferentes dimensões, sendo aquilo que quase poderíamos chamar de gueto das identidades vimaranenses. Este é um dos locais por onde nos obrigamos a passar num olhar atento para, de forma crítica, procurar as potencialidades que encerra, e que o novo modelo de revitalização sustentável que aí se pretende implementar pode fazer aparecer. Estamos a falar, é claro, do projecto CampUrbis para a zona de Couros.

Este projecto pretende implementar na malha histórica o conceito *mixed-use*. E o que é o *mixed-use*? É um modelo alternativo, é um conceito de cidade inteligente que propõe a interacção entre território e conhecimento, de modo a lançar as bases para a revitalização de um determinado tecido urbano, convertendo-o num espaço criativo. O objectivo é dinamizar as cidades e torná-las atractivas, a ideia é integrar as várias funções: urbana, residencial, comercial, recreativa, escolar, empresarial e pública, em cada zona da cidade (Figura 4.6).

O conceito não é novo e está implementado em vários pontos do Globo, como em Singapura, Estados Unidos, Japão, China ou Polónia (Figura 4.7). Um dos melhores exemplos está implantado em Inglaterra, desde as Docklands às URC's. Consiste, no fundo, em construir ou revitalizar espaços urbanos, que podem ser no centro ou em áreas industriais mais degradadas adjacentes às cidades, onde se conjuguem diversos usos ou funções urbanas desde a parte residencial, à parte industrial, empresarial, de saúde, de recreio etc.¹⁷, promovendo assim o uso desses espaços a todas as horas,

¹⁷ *Mixed-Used em debate na RTP2.* Disponível online no site:

proporcionando as condições para que aí convivam diversos estilos de vida e diferentes culturas. O projecto, *idades inteligentes*, propõe a interacção entre território e conhecimento.

Guimarães pretende ser a primeira cidade portuguesa a integrar esta concepção inovadora de cidade. “A iniciativa CampUrbis é uma aposta conjunta da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, – UMinho – com o objectivo de recuperar a zona histórica de Couros, de aprofundar a interacção universidade-cidade e de induzir um novo modelo de desenvolvimento económico e social que combine ciência e cultura com criatividade e inovação, num quadro rigoroso de sustentabilidade ambiental.”¹⁸ Para além destes dois parceiros locais, em Portugal o conceito está a ser desenvolvida pela Inteli – centro de investigação e análise de políticas públicas – em parceria também com algumas instituições internacionais. O conceito de *innovation hub* associado a esta concepção propõe a transformação das cidades em espaços urbanos criativos, sendo que o objectivo é cruzar o desenvolvimento urbano com a inovação, criatividade e conhecimento.¹⁹

Em Guimarães, pretende-se inserir a universidade na malha histórica urbana, promovendo a articulação entre aquilo que é a engenharia, a tecnologia, actuais e principais competências da Universidade do Minho, e a arte, a cultura, o design, e todas as componentes mais imateriais, mais criativas, do próprio ambiente da cidade. Estão previstos diversos projectos estruturantes, desde a construção de um centro de design, organização de exposições ou exhibições de arqueologia industrial, e também design português.²⁰ Os principais equipamentos que irão integrar este espaço são o Centro Avançado de Formação Pós-Graduada, o Centro de Formação Profissional, o Centro de Formação Técnica Especializada, o Centro de Design, as Salas de Estudo Colaborativo, os espaços museológicos interactivos e a Casa da Energia. Pretende-se dinamizar edifícios para que os alunos não estejam apenas na universidade, mas se dispersem pela própria cidade, pelo seu centro histórico e usufruam assim das interacções e das sinergias quer sociais quer culturais que isso permite.²¹

Como aconteceu noutras partes da malha histórica, ou nos edifícios públicos, ou

<http://www.intelligentcities.net/index.php?gc=10114>, a 31 de Março de 2008.

¹⁸ António M. Cunha e Júlio Mendes, *Recuperar uma cidade e o seu Património*. Lisboa: Jornal Público de 26 de Fevereiro, 2007, p.34.

¹⁹ *Ibidem*, p.34.

²⁰ *Cit, Mixed-Used em debate na RTP2. op. cit.*

²¹ *Ibidem*.

espaços públicos, que foram intervencionados desde 1985, foi apresentada a candidatura ao projecto, com intuito de conseguir um determinado financiamento que permitisse requalificar mais uma área de cidade. O objectivo foi cruzar o conceito *mixed-use* e a reabilitação histórica num único tecido urbano. Pretende-se que o “mix” funcione, tanto na sua dimensão horizontal, como na vertical e temporal, ou seja, a mistura dos usos num edifício ou conjunto edificado, far-se-á tanto na sua distribuição horizontal em planta, como distribuída pelos seus diferentes pisos, alternando o seu funcionamento nas diversos períodos do dia. Isto permitirá criar um grande dinamismo e uma maior vitalidade destes espaços de proximidade.

Existe um conjunto significativo de vantagens neste modelo, umas mais materiais, outras mais imateriais. A nível material, existem todas as questões ligadas à mobilidade das pessoas, que num ambiente deste tipo seriam facilitadas, isto é, aí diminui, por exemplo, o tempo de percurso entre o que é a habitação e o que é o trabalho, o local de trabalho e o local onde se fazem compras e, à noite, o local onde se vão divertir, poupando-se assim tempo, promovendo o uso de meios de transporte alternativos em detrimento do automóvel, como as bicicletas ou o uso de percursos pedonais.²² Tal como acontece na Cidade Compacta²³. Conceito que defende que, as cidades enquanto espaços multifuncionais têm melhores condições para se desenvolverem rumo à sustentabilidade. Com o *mixed-use* isso é evidente. As distâncias entre as várias funções na cidade são encurtadas, o que resulta numa poupança da energia gasta em deslocações, diminuindo consequentemente a poluição emitida pelos meios de transporte.²⁴

Para além das muitas vantagens deste modelo, o uso intensivo dos edifícios e das

²² *Cit, Mixed-Used em debate na RTP2. op. cit.*

²³ Conceito desenvolvido em consequência dos debates resultantes da publicação em 1990 do *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano* da CCE. O conceito emerge do de “concentração descentralizada” que se alicerçava principalmente nos seguintes argumentos: (1) um determinado limiar de densidade urbana pode favorecer uma maior eficiência energética, (2) formas urbanas baseadas em elevadas densidades podem contribuir para evitar novos desenvolvimentos urbanos do tipo “dormitório” e para reduzir as localizações de empregos e serviços que dependam muito de acessibilidades viárias, (3) existem melhores condições para as deslocações a pé e de bicicleta, (4) a diversificação de usos do solo pode ser mais significativa, (5) salvaguarda de solos com capacidade agrícola, (6) maior facilidade de equilíbrio entre espaços construídos e zonas verdes nos centros urbanos e, por último, (7) as pequenas e médias cidades revelam-se as mais eficientes energeticamente, uma vez que associam uma relativa proximidade entre os locais de residência e de emprego, permitindo alcançar um maior equilíbrio entre os transportes e objectivos sociais, económicos e ambientais. *Cit., Álvaro Santos, Efeitos do Povoamento Disperso na Qualidade do Ambiente no Território da Feira*. Ed. do A., Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1998.

²⁴ Luigi Fusco Girard, *Innovative Strategies for Urban Heritage Conservation, Sustainable Development, and Renewable Energy*. Celebrating our Urban Heritage. vol. 2, tema 1, 2006, p.2. Disponível online no site: <http://www.globalurban.org/GUDMag06Vol2Iss1/Fusco%20Girard%20PDF.pdf>, a 31 de Março de 2008.

áreas antigas da cidade contribui para um aumento dos factores de degradação, resultando no aparecimento de diversas patologias, tanto ao nível estrutural, como ao nível dos revestimentos de fachada e mesmo da deterioração dos pavimentos. O uso multifuncional do espaço urbano pode tornar-se a nova, integrada e sustentável estratégia de conservação, trazendo benefícios quer sociais quer económicos; no entanto, este tipo de processo de reabilitação implica um aumento no consumo energético, e o que pode ser um modelo que se apresenta cheio de vantagens para os actuais utilizadores da cidade, é, para as gerações futuras, um elemento gerador de poluição, tendo um impacto negativo nas alterações climáticas.²⁵ No entanto, os seus muitos aspectos positivos anunciam-no como mais uma categórica aposta no âmbito da reabilitação patrimonial em Guimarães, embora as consequências que dele poderão advir demorem ainda a ser sentidas. Esperemos que depois dos dois burgos – o alto e o baixo –, momentos fundadores do desenvolvimento urbano deste território, o CampUrbis surja agora como o terceiro burgo, o burgo gerador da I&DT+I+C²⁶, fórmula que permitirá transformar a outrora cidade industrial na cidade do conhecimento e da cultura.

1.3. Paisagem rural/ Paisagem patrimonial.

A paisagem minhota, principalmente a do Vale do Ave, e mais especificamente ainda a do concelho de Guimarães, não pode considerar-se hoje nada mais do que “paisagem ordinária”²⁷, onde subsistem, por entre a paisagem urbanizada, pequenos fragmentos do passado construído e da originária paisagem rural, que deram forma ao “exíguo mas matizado território português.”²⁸ No fundo ela não reflecte mais do que o caos, que, e porque sempre em tensão, não deixa de se apresentar como um terreno fértil para o surgir de novas formas urbanas. A diversidade é tão grande que, por vezes, é

²⁵ Cit. Luigi Fusco Girard, *op. cit.* p.4.

²⁶ Cit. Vladimir de Semir, I&DT+I+C, Investigação & Desenvolvimento Tecnológico + Inovação + Cultura/Cidadania/Cumplicidade, fórmula a conseguir conciliar numa mesma cidade para que esta se torne sustentável e competitiva no séc. XXI, in António M. Cunha e Júlio Mendes, *op. cit.* p.34.

²⁷ Cit. Álvaro Domingues, *Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol. XIX, 2003, p.116. Disponível online no site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/329.pdf>, a 31 de Março de 2008.

²⁸ António Manuel Figueiredo, in Coord. Álvaro Domingues, *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições, 2006, p.386.

difícil reconhecer-lhe um padrão que seja identificável como tal.

Como diz Domingues:

“Os sistemas agrícolas, que dão forma a esta “paisagem rural”, são, no contexto da crise agro-florestal que se verifica em Portugal, os mais complexos e difíceis de recuperar ou manter “vivos”. A quebra da população activa agrícola em Portugal aconteceu de uma forma acelerada, sem que tenha ocorrido, na maior parte dos casos, um processo de modernização agrícola de tipo produtivista. As consequências visíveis dessa desactualização traduziram-se no abandono do trabalho da terra, provocando uma rápida degradação dos traços de referência das paisagens tradicionais, sendo que o que se vê actualmente não corresponde já ao quadro de vida de uma população que se possa considerar rural, quer no sentido funcionalista, quer, sobretudo, no cultural.”²⁹

As áreas em que se registam dinâmicas positivas de manutenção/evolução da produção e da produtividade agrícolas, evoluem em contextos muito diversos, desde a produção leiteira e hortícola no noroeste do país, que convive com territórios intensamente urbanizados, onde nem sequer tem já sentido falar da dicotomia rural/urbano, ao Alto Douro Vinhateiro, ou, ainda, a regiões como o Alentejo, onde a matriz histórica do território, o sistema de permanências que suportava a ideia das representações do Portugal rural “profundo” como último bastião de “autenticidade” identitária, se encontra em profunda transformação.³⁰

As actuais estratégias de intervenção para estas áreas variam entre o âmbito de programas como o LEADER³¹, ou conceitos que advogam a defesa ou patrimonialização destes lugares.

A patrimonialização/musealização parece colher um consenso bastante alargado, embora de aplicação limitada e reservada apenas às paisagens de excepção. Mas onde reside realmente o problema, é que qualquer caminho que se delineie para a defesa desta paisagem só será viável se a economia e as populações que a habitam encontrarem aí modos de subsistência.³² Como nos diz Rypkema, no séc. XXI irá crescer rapidamente a necessidade de produtos em todo o mundo, mas se, por um lado, a necessidade de produtos agrícolas irá aumentar com o crescimento da população mundial, cada vez vão ser necessários menos trabalhadores agrícolas para produzir essa quantidade de

²⁹ Álvaro Domingues, *Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica*. p.113.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ LEADER – Ligação Entre as Acções de Desenvolvimento da Economia Rural.

³² Álvaro Domingues, *Ibidem*, pp.113-114.

alimentos.³³ O que implicará que a sobrevivência de alguns destes sistemas de produção, pela sua reduzida dimensão, só seja viável se inseridos nas áreas da economia que se prevê venham a crescer nos próximos anos, como o mercado dos “*one-of-a-kind products, individually produced.*”³⁴ Pois a tendência será a de que a escolha do consumidor recaia sobre produtos de qualidade e autenticidade indiscutíveis, sendo estas as duas grandes variáveis que orientarão a sua procura.³⁵

Num contexto de sustentabilidade, tanto da matriz agrícola como ecológica, temos o exemplo do programa LEADER+, que apoia projectos nas áreas do ambiente, produtos locais e património dos territórios rurais, de modo a tirar partido das potencialidades do espaço rural, o que significa:

“a gestão, a conservação e a valorização dos recursos naturais e culturais existentes, assegurando o equilíbrio de usos e a qualificação das paisagens, evitando situações de sobreocupação, sem contudo esquecer que a ausência de actividades económicas conduz a situações de degradação, acentua o despovoamento e as assimetrias regionais e pode contribuir para a continuidade de fluxos migratórios que pressionam as cidades por falta de oportunidades de fixação das populações no interior.”³⁶

O problema é que os espaços da cidade difusa, muito dificilmente são classificados de rurais; como já vimos, no concelho de Guimarães não existem freguesias classificadas como APR – áreas predominantemente rurais. A paisagem reconhecível como tal ainda é identificada com uma imagem bucólica, à muito perecida. O LEADER propõe, assim, a salvaguarda e valorização das potencialidades do espaço rural. No entanto as estratégias que este programa aponta para 2007-2013, como o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, a melhoria do ambiente e da paisagem rural, a qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural, e a possibilidade de uma governação inovadora por meio de abordagens locais ascendentes, no que se refere à participação activa de múltiplos actores locais,³⁷ podem ser apontadas como caminhos para a requalificação das já referidas novas centralidades do concelho de Guimarães e espaços intersticiais.

É que na verdade, e ignorados os dramas sociais da pobreza, da insalubridade, do

³³ Donovan D. Rypkema, *op. cit.* p.2.

³⁴ *Ibidem*, p.2.

³⁵ *Ibidem*, p.2.

³⁶ Rede Portuguesa Leader+, *Pessoas e Lugares. Caderno Temático da Rede Portuguesa Leader+*. 2008, p.8. Disponível online no site: http://www.dgadr.pt/ar/leader/rev_pl_1.pdf, a 31 de Março de 2008.

³⁷ *Ibidem*.

analfabetismo, da emigração, da sub-nutrição..., os sistemas e modos de cultura, como os existentes nos vales minhotos, garantiam a identidade das paisagens e elevados níveis de biodiversidade e qualidade, quer do que se produzia, quer dos recursos naturais mobilizados para essa produção.³⁸ Se a base produtiva do “vale minhoto” ainda resulta como forma de subsistência para alguns, induzida de uma imagem de marca, aproveitando, por exemplo, a do concelho, pode ser apresentada, pelo menos como produto para o mercado local ou regional de, presume-se, produtos biológicos. Pois como sabemos, hoje as guerras já não se fazem com armas, mas sim com marcas, como a competitividade internacional se faz através da marca Portugal que teve como primeiro *marketeer* Afonso Henriques.³⁹ Isso permitirá, pelo menos, a manutenção da forma original de alguns estratos de paisagem e estruturas agrícolas ainda existentes. Deve-se assim, para tal, propor a manutenção da sua forma original, não separando o edifício agrícola da mancha verde que lhe atribui sentido, pois a original função que desempenham é preferível à turística. Tal como no centro histórico, onde o monumento não é “excluível” dos edifícios que lhe são adjacentes, também neste contexto, estes contribuem para formar o “ambiente” rural da paisagem.

Corajoud defende a ideia de que “o campo pode ser o monumento das cidades contemporâneas”.⁴⁰ E assim, ao contrário do monumento/edifício, a paisagem rural tomaria aqui o sentido do poder evocativo e identitário do conceito.⁴¹ A preocupação da consciência paisagística é, neste assim, a de guardar os sentidos e as memórias do país rural nos fragmentos do território que, de uma forma descontínua e fragmentada, subsistem nos interstícios da explosão urbana recente, da “cidade emergente”, da “urbanização difusa”, ou da “rurbanização”, como se queira chamar.⁴² Qualificar o território urbanizado, passaria, deste modo, por integrar e, ao mesmo tempo, destruir a dicotomia rural/urbano, tomando o território como um todo, um espaço com diferentes usos, morfologias e funções que se valorizariam mutuamente no plano e no projecto urbanos.⁴³

³⁸ Álvaro Domingues, *Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica*. p.115.

³⁹ Cit. Carlos Coelho in, SIC-NOTÍCIAS, *Imagens de Marca Regiões – Guimarães*, 2008. Disponível online no site: <http://imagensdemarca.sapo.pt/marcasdodia/detalhes.php?id=284>, a 31 de Março de 2008.

⁴⁰ Cit. Michel Corajoud, in Álvaro Domingues, *Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica*, p.114.

⁴¹ Cit. Françoise Choay, in Álvaro Domingues, *ibidem*, p.114.

⁴² Álvaro Domingues, *ibidem*, p.114.

⁴³ *Ibidem*.

Como afirma Cervellati,⁴⁴ “*la campagna*” representa hoje o jardim da cidade metrópole, que é o oposto da cidade jardim. O uso do que resta desta, como parque territorial deve fazer parte de uma mais alargada investigação. Investigação essa que será o suporte do projecto – do plano – de requalificação do território. No futuro “*la campagna*”, mesmo que não tenha o papel que teve por milénios, a sua função – sabemo-lo todos – é inalienável do âmbito de uma correcta planificação e programação urbana e territorial.⁴⁵

Se alguns autores consideram este modelo territorial demasiado ambicioso para ser aplicado à realidade vimaranense, para nós ele apresenta-se como uma proposta válida, a discutir e a considerar.

1.4. Património ecológico/ Património cultural.

A ecologia, tal como o passado, é hoje o *lugar* do reconhecível, o *lugar* que reconforta, estrutura de memória do “lugar estranho” que é a vida nos territórios contemporâneos. Composição de fragmentos, outras vezes contínua, a nova paisagem cultural ou “a nova paisagem urbana é um texto de sentidos múltiplos.”⁴⁶ Base das relações sociais, esta é, como nos diz Tilley: “*a signifying system through which the social is reproduced and transformed, explored and structured.*”⁴⁷ Imagem identitária de uma cultura, ou de um nicho social, ela tem a propriedade de unificar sobre um mesmo discurso os elementos válidos, os patrimónios que interessa preservar, o que é no fundo o espírito do *lugar*. Como refere O’Keeffe, por vezes,

“*we claim landscapes to be “spaces” or “places”, or both simultaneously [...]*
Landscape [...] is now characterized implicitly as a product of mindscape [...]. Its

⁴⁴ Pier Luigi Cervellati, “*La campagna rappresenta il giardino della città metropoli che è l’opposto della città giardino. L’utilizzo di ciò che resta della campagna come parco territoriale deve far parte di una grande ricerca. Una ricerca quale supporto all’avvio di un progetto – di un piano – teso a riqualificare il territorio.*” in *La fine della campagna*. Revista Casabella, 2006, p.8. Disponível online no site: http://www.scienzegeografichebologna.it/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=122, a 31 de Março de 2008.

⁴⁵ “*La campagna anche se non avrà il ruolo che ha avuto per millenni, la sua funzione – lo sappiamo tutti – è ineliminabile nell’ambito di una corretta pianificazione e programmazione urbana e territoriale.*” in, Pier Luigi Cervellati, *op. cit.* p.8.

⁴⁶ Álvaro Domingues, *Novas paisagens urbanas. op. cit.* p.269.

⁴⁷ Cit. C. Tilley e Tim Winter, *Landscape in the Living Memory: New Year Festivities at Angkor, Cambodia*, in Niamh Moore e Yvonne Whelan, *Heritage, Memory and the Politics of Identity: New Perspectives on the Cultural Landscape*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2007, p.133.

*connection with the realms of the cognitive and mnemonic, and so with the general issue of consciousness [...], is therefore inalienable. So too is its democratic value: everybody knows, possesses and partakes in "landscape."*⁴⁸

Sendo por isso um *lugar* "elástico", bem para além das suas características plásticas, que lhe foram reconhecidas ao longo dos tempos pela arte. A paisagem que, de entre outros elementos, é composta pela estrutura ecológica e pelos patrimónios construídos, pode ter na revalorização destes a base de um desenvolvimento cultural sustentável, freando a transformação acelerada "do urbano", mantendo o território um organismo identitário e, ao mesmo tempo, evolutivo.

A palavra sustentabilidade é hoje uma palavra de culto, tudo se quer sustentável, o conhecimento, a economia, a cultura...e assim também a paisagem. Um exemplo claro desta preocupação universal, e que pretende conciliar duas componentes, a cultura e o ambiente, pode ser vista nos princípios apontados na "Agenda 21 da Cultura", documento que coloca a cultura no centro dos processos de desenvolvimento das cidades. Apresentado no Fórum de Culturas de Barcelona em 2004, patrocinado pela UNESCO, pode considerar-se como um elemento estratégico e participante das decisões sobre o desenvolvimento urbano baseado no património cultural.

Este documento refere, nos seus princípios, a existência de claras analogias políticas entre as questões culturais e ecológicas. Afirmando no seu segundo princípio que,

"tanto a cultura como o meio ambiente são bens comuns da humanidade. A preocupação ecológica nasce da constatação de um modelo de desenvolvimento económico excessivamente predador dos recursos naturais e dos bens comuns da humanidade. A situação actual apresenta evidências suficientes de que a diversidade cultural no mundo se encontra em perigo devido a uma mundialização estandardizadora e excludora."⁴⁹

O que se verifica é que a "fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza."⁵⁰

⁴⁸ Tadhg O'Keeffe, *Landscape and Memory: Historiography, Theory, Methodology in, ibidem*, p.4.

⁴⁹ CULTURE 21, *Cidades e Governos Locais Unidos – Grupo de Trabalho Cultural. Agenda 21 da Cultura*. 2004, p.4. Disponível online no site: http://www.agenda21culture.net/docs/ag21c_pt.pdf, a 31 de Março de 2008.

⁵⁰ *Cit.* Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, artigo 1, p.4., *in ibidem*.

Um exemplo de avaliações que derivam da participação entre cultura e ambiente é o conceito de “valor intrínseco” das paisagens culturais. O valor do centro histórico de certas comunidades – como é o caso de Assisi ou Gubbio em Itália – não é apenas representado por cada um dos seus monumentos, mas sim pela integração entre os vários monumentos e o seu meio envolvente, que foi moldada ao longo de muitos séculos para definir a identidade cultural colectiva e um particular sentido de unidade histórica. O valor intrínseco reflecte este sentimento de pertença cultural, resultante da integração unificada de diversos componentes, que se combinam todos juntos para expressar o “espírito do lugar”.⁵¹

A estrutura ecológica pode induzir o desenvolvimento cultural através da preservação do património que pontua este organismo, e vice-versa. Como vimos, a recuperação de uma galeria ripícola, por exemplo, pode traduzir-se na reintegração do património das suas margens, assim como a valorização deste impõe o respeito pela paisagem que o envolve. Imbuídos de diversidade e qualidade histórico-ambiental, estes lugares tornam-se momentos endémicos de qualidade urbana, contribuindo ainda para o extravasamento de uma consciência cultural para fora dos limites espaciais daqueles que são os espaços culturais por excelência, como o centro-cidade.

Tal como os sistemas ambientais de biodiversidade,

“as cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano integral. O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e colectividade, revela-se como a ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária, como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.”⁵²

Tal como se pretendia que da recuperação do centro histórico resultassem novas qualificações urbanas, o reconhecimento do seu valor internacional, contribuiu para que este fosse proposto como palco da “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”, que, por sua vez, contribuiu para a requalificação de novos espaços, como mais um momento dentro das dinâmicas urbanas para o futuro. Pois sem um projecto respeitoso da história e do trabalho, da natureza e da arte, não se constrói o presente. Muito menos o futuro.⁵³

⁵¹ Luigi Fusco Girard, *op. cit.* p.7.

⁵² CULTURE 21, *op. cit.* p.5.

⁵³ “Senza un progetto rispettoso della storia e del lavoro, della natura e dell’arte, non si costruisce il presente. Figuriamoci il futuro.” In, Pier Luigi Cervellati, *La fine della campagna.* p.8.

Para Cervallati⁵⁴ – urbanista que se auto-intitula de conservador –, existem cinco palavras que definem a contemporaneidade: o caos, o barulho, o mercado, o mercado, e o mercado – onde mercado corresponde ao conceito de especulação e/ou exploração. Onde estão, então, os lugares de memória na contemporaneidade? Pois estão entre o caos, perto do barulho, ignorados pelo mercado, disputados pelo mercado e distorcidos pelo mercado. Das várias classificações, às áreas de protecção, do centro património da humanidade, à zona tampão, do limite entre freguesias, às concelhias, das pequenas cidades, às metápoles, passando pelas médias e pelas áreas metropolitanas, estes “fragmentos de memória colectiva” são o que poderíamos chamar de *património-território*. Esta palavra compósita define, apenas, mais uma das redes do complexo sistema urbano, neste caso, o complexo sistema dos lugares de memórias, que não é nada mais que uma parte do organismo urbano; e porque problema urbano, deve fazer parte do projecto urbanístico deste espaço que insistimos em chamar de cidade. Seja recuperado pela esporádica injeção de financiamentos em áreas delimitadas, seja considerado como “acupuntura urbana” à escala do território mais alargado, a requalificação destes espaços deve ser multiplicada à luz de estudos multidisciplinares que corroborem o efeito de contágio positivo, as limitações e potencialidades destas experiências que se consolidaram, mais uma vez como outrora, no tempo e no espaço da cidade, não esquecendo que esta é hoje, e cada vez mais de fronteiras inexistentes.

Território que, se património da humanidade, atractivo em todas as suas frentes, deve ser qualificado em prol das populações que nele residem e que por este decidem um dia passar à velocidade dos seus desejos ou ritmos de vida. Como disse um dia alguém, “cada problema define o tipo de comunidade que pode resolvê-lo”; assim, é tempo de reconciliar o homem com o seu território, esteja este pejado de fragmentos do passado ou de incoerências arquitectónicas saídas do seio de crises formais, assumindo este espaço em todas as suas dimensões.

Os assentamentos urbanos são vistos, actualmente, como lugares onde existem artefactos físicos distribuídos espacialmente e onde estão ordenadas de maneira geométrica as diferentes actividades; futuramente, estes deverão resultar do que do passado resta e do que deste se vive no presente, para que para o amanhã permaneça algo que as populações reconheçam como seu. O passado não existe, o que dele

⁵⁴ Pier Luigi Cervellati *in*, vídeo-conferência, *Città Periferia Sprawl*, 2006. Disponível online no site: http://www.campivisivi.net/campivisivi_old/contributi/video/cervellati.mov, a 31 de Março de 2008.

permanece no presente é o que podemos encontrar materializado nas nossas cidades; como o futuro ainda não chegou, resta-nos idealizar modelos que não deixem apagar a sombra destas memórias.

2. O património como factor de estruturação: económica, ambiental, social e cultural.

Poderíamos resumir parte da nossa investigação numa pequena frase: a beleza é um importante recurso,⁵⁵ melhor, a beleza de um lugar apresenta-se hoje como recurso essencial para a sobrevivência de uma determinado território. Território esse que para subsistir tem que ser competitivo. Como afirma Girard:

*“Historic buildings and sites characterized by special beauty are able — in rich and poor countries alike — to improve quality of life, and then to more effectively promote investment, development, and growth of jobs, businesses, incomes, and wealth.”*⁵⁶

Como já afirmamos, o “mix” de funções da cidade histórica compõe o espaço da “cidade ideal”. Tal como esta, a preservação do património encerra em si um conjunto de potencialidades. Estas abrangem as mais diversas áreas, porque interdependentes. O melhoramento da economia de base local promove o aparecimento de emprego, que resulta da e na qualificação dos habitantes, que são atraídos para esta pelas novas oferta culturais, induzindo o espaço com novos investimentos económicos, exigindo de todos os habitantes um maior respeito pelo seu legado histórico, e também natural.

Como foi referido em relação aos espaços naturais, a aposta na biodiversidade e a rejeição das macro e monoculturas, apesar de num primeiro momento reduzir o número de trabalhadores agrícolas, tem por resultado a sua qualificação, que tende a ser cada vez maior, encontrando-se estes trabalhadores fortemente ligados à base da economia local, implicando também que a sua formação seja mais especializada, aumentando consequentemente a diversidade da oferta formativa. Os produtos locais, na sua diversidade e variedade, são cada vez mais valorizados em detrimento daqueles que derivam da produção estandardizada das grandes quantidades. Como refere Rypkema:

⁵⁵Luigi Fusco Girard, reportando-se ao valor económico do património diz que: “*Beauty is an economic resource*”, *op. cit.* p.8.

⁵⁶*Ibidem*, p.9.

“Economic development analysts — based on the models of the ecologists — have discovered that what is necessary to keep our economic house in order is the same as what it takes to keep our ecological house in order, which is, in part, diversity.”⁵⁷

Pois a confiança excessiva numa determinada fonte de emprego, produção ou actividade económica, só aumenta a vulnerabilidade de uma determinada região,⁵⁸ facto que no concelho já se verifica, tendo como exemplo, as consequências sociais tão gravosas resultantes da perda de competitividade do têxtil. Mas, como refere ainda o mesmo autor, a responsabilidade sobre o desenvolvimento económico estratégico local deve estender-se, não só ao governo, e governo local, mas a todos os agentes individuais.⁵⁹

Outra questão importante é que são os ambientes complexos e diversos – como os do centro histórico e da cidade histórica –, diversos do ponto de vista das ocupações que comportam, onde existem várias nacionalidades, eventualmente várias etnias, bem como pessoas com ocupações diversas, que no fundo, ao juntarem-se – como se pretende aconteça no espaço do CampUrbis –, ao interagirem, acabam por marcar aquilo que é a diversidade do mesmo. Estes espaços podem, assim, ser apropriados como espaços residenciais, mas também como novos espaços de produção tecnológica, económica, cultural e educacional. Em certas cidades históricas verifica-se ainda que, alguns dos seus espaços, se apresentam mais apetecíveis para a fixação de jovens com formação superior, que têm novas exigências e expectativas para o espaço que habitam, tal como são diferentes os seus interesses, perspectivas e educação. Estes actores urbanos sabem que o seu sucesso pode ser determinado pelo desenvolvimento das suas potencialidades nas pequenas e médias cidades, que oferecem hoje maior qualidade de vida e que, porque apoiadas nas redes de informação, são também ponto de partida para qualquer lugar do mundo. Como afirma Porter:

“The process of creating skills and the important influences on the rate of improvement and innovation are intensely local. Paradoxically, then, more open global competition makes the home base more, not less, important.”⁶⁰

Grande parte da interacção que ocorre nesses lugares urbanos tende, progressivamente, a transcender os próprios lugares nos quais vivem essas pessoas, que são, em certo grau, participantes de comunidades urbanas cujas formas espaciais são muito mais dispersas

⁵⁷ Donovan D. Rypkema, *op. cit.*, p.2-3.

⁵⁸ *Ibidem*, p.3.

⁵⁹ *Ibidem*, p.3.

⁶⁰ *Cit.* Michael Porter, *Ibidem*, p.2.

do que fomos um dia capazes de apreciar e antecipar.⁶¹ A difusão espacial dá assim lugar à difusão das interações sociais, que se fazem a escalas incomensuráveis. Os lugares de memória tanto são espaciais, como mentais, e a condição do indivíduo na sociedade do futuro depende, não só da consciência de pertença a uma comunidade global, mas também à local. Como constatou Drucker:

*“Tomorrow’s educated person will have to be prepared for life in a global world. He or she must become a ‘citizen of the world’ – in vision, horizon, information. But he or she will also have to draw nourishment from their local roots and, in turn, enrich and nourish their own local culture.”*⁶²

Como disse Webber, nas intrincadas e complexas caixas de reserva que são as cidades, os homens estão activamente empenhados na produção e distribuição de informação, que é a essencial matéria-prima da civilização e a produção conceptual das artes e da ciência.⁶³ Informação que deve e pode ser apresentada de forma atractiva, como por exemplo nos museus, ou exposições, ou ainda arquivada em bibliotecas, destino de muito do património móvel.

O desenvolvimento, acima de tudo aquele ligado às novas tecnologias, já não se manifesta nas metrópoles construídas pelas sociedades industriais, mas naquelas áreas de cidade ou cidades nas quais o ambiente ainda constitui um atractivo e se encontra ainda em grau de qualificar a existência humana.⁶⁴ Podemos, também, pensar os objectos do passado – edifícios ou conjuntos –, como espaços propensos para o intercâmbio de informações e conhecimento de diversos especialistas. Para todos eles, os assentamentos urbanos oferecem-se como os locais para os quais convergem todos os grandes fluxos de comunicação actualizada. No passado, os investigadores procuraram os grandes assentamentos urbanos, pois estes ofereciam mais possibilidades de acesso ao conhecimento; no entanto hoje, com as novas tecnologias de informação e de transportes, o pequeno assentamento urbano pode ser palco de uma comunidade alargada – talvez sem presença física – mas que tem o seu lugar reservado no mapa da globalidade. Assim, através das suas particularidades espaciais e culturais, uma região pode ser um pólo de atracção de investimentos que, porque privados, servirão de base às transformações qualitativas dos “nossos fragmentos”, que podem assim ganhar forma,

⁶¹ Melvin M. Webber, *El lugar urbano y el dominio urbano ilocal*. in AAVV, *Indagaciones Sobre la Estructura Urbana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1974, p.73.

⁶² *Cit.* Peter Drucker in, Donovan D. Rypkema, *op. cit.*, p.2-3.

⁶³ Melvin M. Webber, *ibidem*, p.73.

⁶⁴ *Ibidem*, p.73.

transformando-se em bibliotecas, arquivos, museus, centros de pesquisa e de debate, estruturas de conhecimento.

O património cultural de uma cidade – a dança, o teatro, a música, as artes visuais, o artesanato, e outros – é inerentemente influenciado e reforçado pelo contexto físico em que este foi criado e pela forma como foi evoluindo ao longo dos séculos. Se os recursos culturais estão a tornar-se um importante bem económico das cidades, o contexto físico original, que sempre influenciou a sua criação, tem que ser mantido. Caso contrário, estão em risco, mais do que apenas os seus edifícios antigos e a qualidade da sua natureza, mas também a sustentabilidade da cidade e dos outros bens que a diferenciam.⁶⁵

As dinâmicas geradas em torno do património abrangem, tanto o campo da cultura e educação, da economia e emprego, como da tecnologia e ecologia; apostar no património é apostar na qualidade local, na imagem de uma cidade, que deve ser a base do *marketing* de uma região, inserindo assim uma cidade média na rede de espaços atractivos e competitivos à escala mundial.

Apesar dos meios de comunicação serem cada vez mais refinados, é crescente o volume bruto desta a manejar; como a conversação cara a cara continua a ser, para certos propósitos, o meio mais eficaz, alguns assentamentos urbanos tendem a sofrer o congestionamento daí resultante⁶⁶, mas quando as cidades médias funcionam como um dos elementos no sistema mais alargado de uma conurbação – como no caso de Guimarães e do Vale do Ave –, esta trama inter-relacional torna-se uma base muito mais atractiva para a instalação de diversas actividades. A rede melhorada de acessibilidades entre cidades, e destas com o exterior, permite colocar “o lugar” nas dinâmicas metapolitanas. A preservação do património permite que a cidade participe dos benefícios da globalização económica, enquanto resiste ao impacto da globalização cultural, permitindo que a cidade se modernize sem se “ocidentalizar”.⁶⁷ Como afirma Rypkema:

“If cities are to succeed in the challenge of economic globalization they will have to be competitive not only with other cities in their nation or region, but worldwide. However, their success will be measured not just by their ability to foster economic globalization, but equally in their ability to mitigate cultural globalization. In both cases a

⁶⁵ Donovan D. Rypkema, *op. cit.* p.8.

⁶⁶ Melvin M. Webber, *op. cit.* p.73.

⁶⁷ Donovan D. Rypkema, *ibidem*, p.8.

city's historic built environment will play a central role."⁶⁸

A cidade é, de facto, um lugar que se renova constantemente, se redefina e recria, repleta de elementos dispersos e memórias. Só a sua reabilitação, revitalização e regeneração consciente e sustentável, pode fazer do território das memórias o território das mudanças. Como indaga Aguiar: "Se as cidades têm de se afirmar como pólos de atracção, concorrendo pelo capital dos investimentos, num momento de quebra das fronteiras, de aumento da liberdade geográfica e territorial das pessoas e dos dinheiros, será a especificidade de um lugar, o seu valor identitário, um aspecto negativo?"⁶⁹ Muito pelo contrário.

A conservação, que sempre foi considerada um luxo, é um luxo ao qual nos podemos permitir se, e enquanto, associarmos a "sobrevivência" do património a um uso contemporâneo e economicamente sustentável, base da investigação e competitividade económica e cultural. As vantagens em apostar no património local são infundáveis. Como disse Cervellati, talvez por a conservação e recuperação do património edificado permitir tantas vantagens, esta não é praticada. lógica semelhante é a que conduz à destruição ou ao consumo do património natural. Todos sabem que estes patrimónios são indispensáveis ao turismo e que o turismo é importante para uma parte da economia e no entanto, continua-se a destruir a matéria-prima que alimenta esta fonte de rendimento. Pela primeira vez o respeito pelo ambiente e pela história produz benefícios económicos directos.⁷⁰

Para Rypkema, um local para ser competitivo no séc. XXI tem que responder a cinco princípios e a cinco sentidos; os cinco princípios são: globalização, localização, diversidade, sustentabilidade, e responsabilidade; os cinco sentidos são: sentido de espaço, sentido de identidade, sentido evolutivo, sentido de pertença, e sentido de comunidade.⁷¹ A conservação patrimonial é consistente com todas estas características. Ninguém sabe o que será a cidade do amanhã. Talvez perca uma parte da riqueza semântica que teve no passado. Mesmo que a cidade do futuro funcione na perfeição, adaptando-se às novas condições de vida como as cidades medievais às exigências da sua época, o seu valor semiótico não poderá ser conservado se não com a convivência

⁶⁸ Donovan D. Rypkema, *op. cit.* p.1.

⁶⁹ José Aguiar, *Reabilitação Urbana. A cidade do futuro já existe Hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana.* p.17.

⁷⁰ Cit. Pier Luigi Cervellati, *La città bella. Il recupero dell'ambiente urbano.* Bolonha: Il Mulino, 1991.

⁷¹ Donovan D. Rypkema, *ibidem*, p.8.

dos seus habitantes.⁷² Sabendo que, se numa sociedade o que preside ao desenvolvimento é o caos, o jogo dos interesses económicos, isso só pode ser sinal de que nesta existe um grande vazio cultural. Se, no entanto, existir um equilíbrio entre o fazer e o desfazer, isso é sinal de que existe consciência dos valores culturais que nela residem;⁷³ assim acontece ao nível local em Guimarães, “modelo” positivo a aceitar e multiplicar à escala maior.

⁷² Françoise Choay, *Ragioni della crisi urbanística*. in, Bruno Zevi, *Architettura concetti di una controistoria*. Roma: Tascabili Economici Newton, 1994, p.90.

⁷³ Cit. Fernando Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

CONCLUSÃO

No final do nosso percurso, encontramos um punhado de coisa nenhuma, nada mais que mais caminho. Certezas? Apenas as que ajudam a redesenhar muitas outras dúvidas, antevendo que a cidade é um campo de pesquisas infundável. A cidade ideal que tantos procuraram, não existe, e nem é tanto isso que nos faz caminhar, tal como aconteceu com os que sobre esta, um dia, se propuseram reflectir.

Durante muito tempo, o urbanismo e a conservação patrimonial olharam a cidade de modo diverso, protegendo-a, ou impelindo o seu crescimento. Dois diferentes ângulos disciplinares que, recorrendo ao uso de modelos, não percebiam que a cidade era um organismo vivo demasiado complexo para ser encerrado, quer fosse no tempo, ou no espaço. Estas duas formas de pensar os espaços da cidade caminharam por longos anos, e por vezes ainda caminham, de forma paralela sem nunca se encontrarem, como se tivessem dois diferentes objectos de estudo. Não se apercebendo que *la città sognata*¹ não existia, e que era a consciência da sua complexidade, a incerteza sobre o seu futuro, a condição para que esta se constituísse como desafio.

Atento às qualidades do espaço da cidade do passado, tal como Sitte, ciente de que uma nova era começava, como renunciou Riegl, Giovannoni confronta duas diferentes posições seguindo o exemplo de Boito, retirando de cada uma dessas divergentes posturas a doutrina para continuar, sem traumas, o desenho do urbano. Apelidado de conservador, ele é, no entanto, um conciliador. Tendo por terreno de estudo, a herança histórica do seu país, e fascinado pelo progresso, como visionário que era, não deixa de ver os radicalismos urbanísticos da sua época como *a losing game*. Jogo que ganhava corpo, atraente é certo, construindo o novo nunca visto, apagando o passado que enfraquecia lentamente. Era necessário, como disse, que os diferentes tempos, cada um com as suas características próprias, coexistissem *armonicamente in un unico maggior sistema, in un più complesso organismo nuovissimo*², harmonizando as duas posições teóricas antagónicas, propondo assim a “terceira via”, pacificando deste modo a cidade.

¹ Cidade sonhada, cidade de sonho, cidade ideal in, Italo Calvino, *Le città invisibili*, capítulo *Le città e la memoria* 2. Milão: Arnoldo Mondadori, 1993, p.8.

² Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni. 1995, p.3.

Ao passado visto como triste lembrança sucedeu o lugar que reconforta, que podemos encerrar em objectos, edifícios, caixas, reconhecíveis nos seus limites e, por isso, dados como certos. Espaços seguros na era das incertezas que o homem teme experimentar. Homem que, olhando o passado, compôs uma ilimitada arca de Noé³ que contém o que deveria ser preservado e conduzido em segurança para o futuro. Do outro lado permaneciam os objectos do hoje, objectos comuns, objectos artísticos, objectos da ciência e do conhecimento.

A cidade, feita das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado, não fala, no entanto, desse passado, contém-no, como se de linhas da mão se tratassem⁴. Essas “linhas”, são para nós os *lugares de memória*, que perfazem, no seu conjunto, a imagem semiótica do passado que é, também, participante no complexo sistema de redes que constitui hoje os territórios contemporâneos. Esses lugares de valor intrínseco devem ser reinseridos nas dinâmicas do desenvolvimento da cidade-território, pois compõem, por si só, um sistema estruturante. Estrutura identitária evolutiva, tal como o é o processo da cidade, criação do colectivo humano.

Estes objectos do passado, não são elementos estáticos, tal como não o são os conceitos de património, paisagem, ou de território. Eles constituem um sistema de referências dinâmico, que se oferece à cidade fragmentada como objecto de sutura, colmatando as lacunas entre a cidade crescente e a cidade da memória, que se desdobra entre-territórios. As suas escalas distendem-se para além de qualquer fronteira, seja esta afectiva ou espacial. *Património-território*, lugar único, paisagem identitária das populações. Espaço seguro na era das incertezas, que encerra em si potencialidades, oferecendo-se como base de estruturação económica, social e cultural, permitindo a sobrevivência dos territórios na era da competitividade global.

Tal como aconteceu no processo de requalificação urbana de Guimarães, cuja elevação à categoria de Património Cultural da Humanidade foi apenas mais um momento na sua evolução urbana. Conjuntura positiva que não deixou, no entanto, de fazer antever algumas fracturas derivantes das diferentes posturas sobre o passado e o futuro. Onde podemos observar como o urbanismo, ou a falta dele, bem como as políticas de gestão integrada do espaço do centro histórico, moldaram este território. A dualidade presente no espaço verifica-se, sobretudo, no contraste entre o equilíbrio dos espaços centrais e a envolvente difusa. Verificando o perigo da sobrevalorização ou da

³ Do título do livro de Michel Lacroix, *A arca de Noé*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

⁴ Italo Calvino, capítulo *Le città e la memoria* 3. *op. cit.* p.10.

incúria de alguns desses espaços, confirmamos a necessidade de abandonar conceitos caducos de patrimonialização. Propondo que a classificação pode ser feita respeitando o facto de que o elemento histórico se insere dentro de um campo de relações mais ou menos visíveis, com um todo sem limites, que é o território. Estes objectos têm espaço na cidade contemporânea como elementos de referência, ou simbólicos, palco de renovadas funções, estrutura da memória colectiva.

Os conceitos e processos de intervenção sistemática na cidade existente começaram a evoluir significativamente ao longo das últimas décadas, mudando de intenção e de figura os instrumentos de planeamento e projecto, bem como a organização da gestão destas áreas.⁵ Actualmente, o urbanismo começou a aprofundar o debate sobre a sustentabilidade dos territórios, na procura da coerência destes espaços através de processos de gestão integrada. Processos que se devem propor como percursos culturais, nos quais o reconhecimento dos valores do património histórico serve como ponto de partida para o projecto do território histórico⁶. Onde conservação e recuperação são, ao mesmo tempo, entendidos como transformação, repondo a importância do projecto de cidade segundo uma visão mais ampla, que saiba colher, ler e interpretar as mudanças vindouras e conjugá-las com as reais exigências de transformação e sustentabilidade urbanística⁷. Reconciliando, assim, os conhecimentos de duas disciplinas, que no espaço-cidade são apenas uma e a mesma.

De erros repletos de potencialidades deve ser encarada a cidade, processo contínuo, *obra aberta*. Tal como disse Nora, *moments of history torn away from the movement of history, then returned; no longer quite life, not yet death, like shells on the shore when the sea of living memory has receded*⁸, assim também acontece com os lugares de memória.

A expressão de Samuel Beckett, *Fail, fail again. Fail better*, citação presente no início deste trabalho, fala-nos do processo de criação humano como um movimento perpétuo, infinito, e porque cheio de dificuldades, estas devem ser superadas pelo

⁵ Cit. Nuno Portas, *Notas sobre a intervenção na cidade existente*. Sociedade e Território n.º 2. Porto: Afrontamento, 1985.

⁶ Elio Trusiani, *Dal Centro Storico alla Città Storica: la dimensione progettuale della conservazione - Il caso di Roma*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente n.º 9. tradução de Gisele Maucini Gomes. Brasil: Editora UFPR, 2004, p.106. Disponível online no site: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3084/0>, a 31 de Março de 2008.

⁷ *Ibidem*, p.106.

⁸ Cit. Pierre Nora in, Iain Robertson e Tim Hall, *Memory, Identity and the Memorialization of Conflict in the Scottish Highlands in*, Niamh Moore e Yvonne Whelan, *Heritage, Memory and the Politics of Identity. New Perspectives on the Cultural Landscape*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2007, p.21.

esforço da tentativa num percurso consciente e coerente. O importante é a vontade – por vezes levada à exaustão – de ir sempre, cada vez menos, errando. Como na vida, também na cidade consolidada e nos territórios em mutação.

ANEXOS

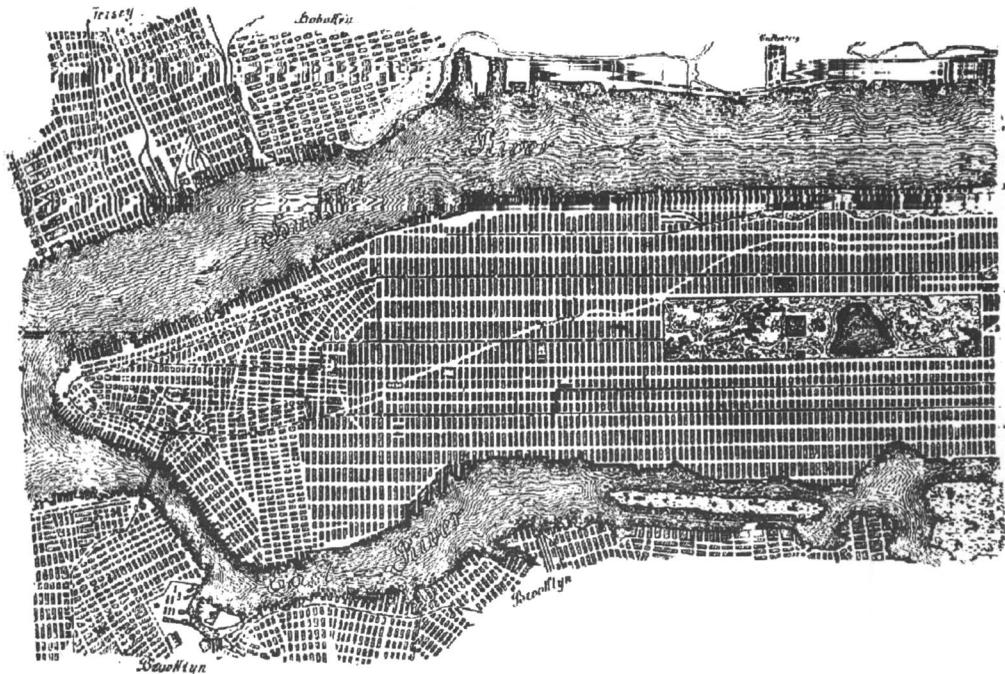


Figura 1.1 – Plano de Nova York, Stubben, in Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.115.

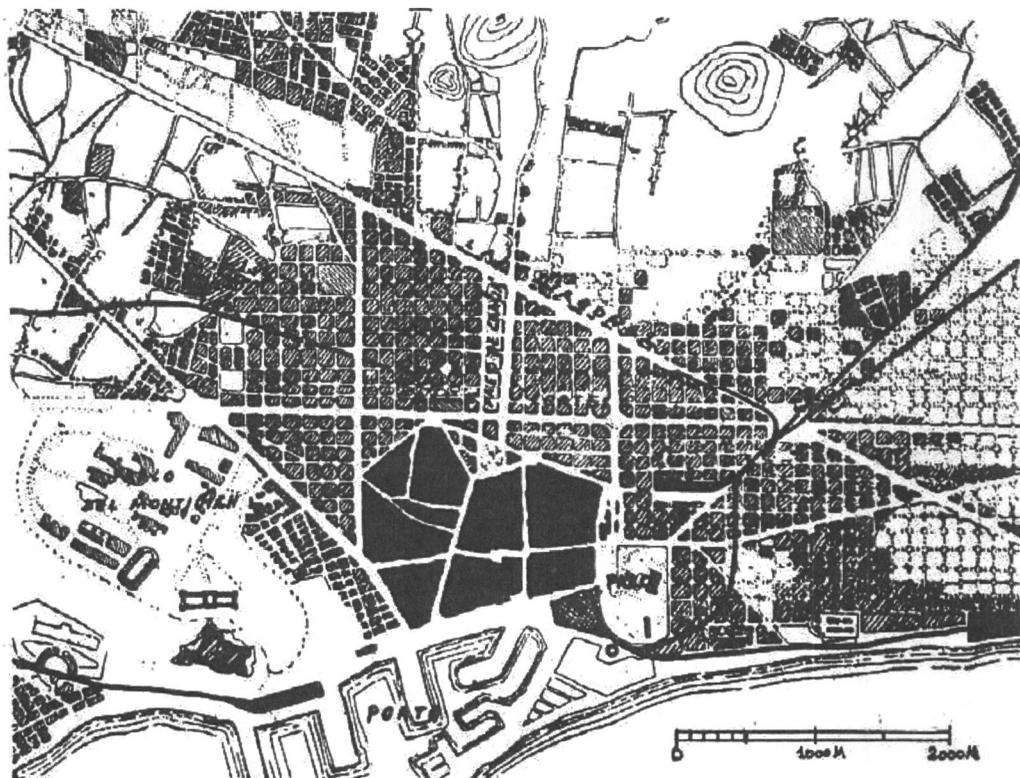


Figura 1.2 – Plano de Barcelona, Cerdà in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.115.

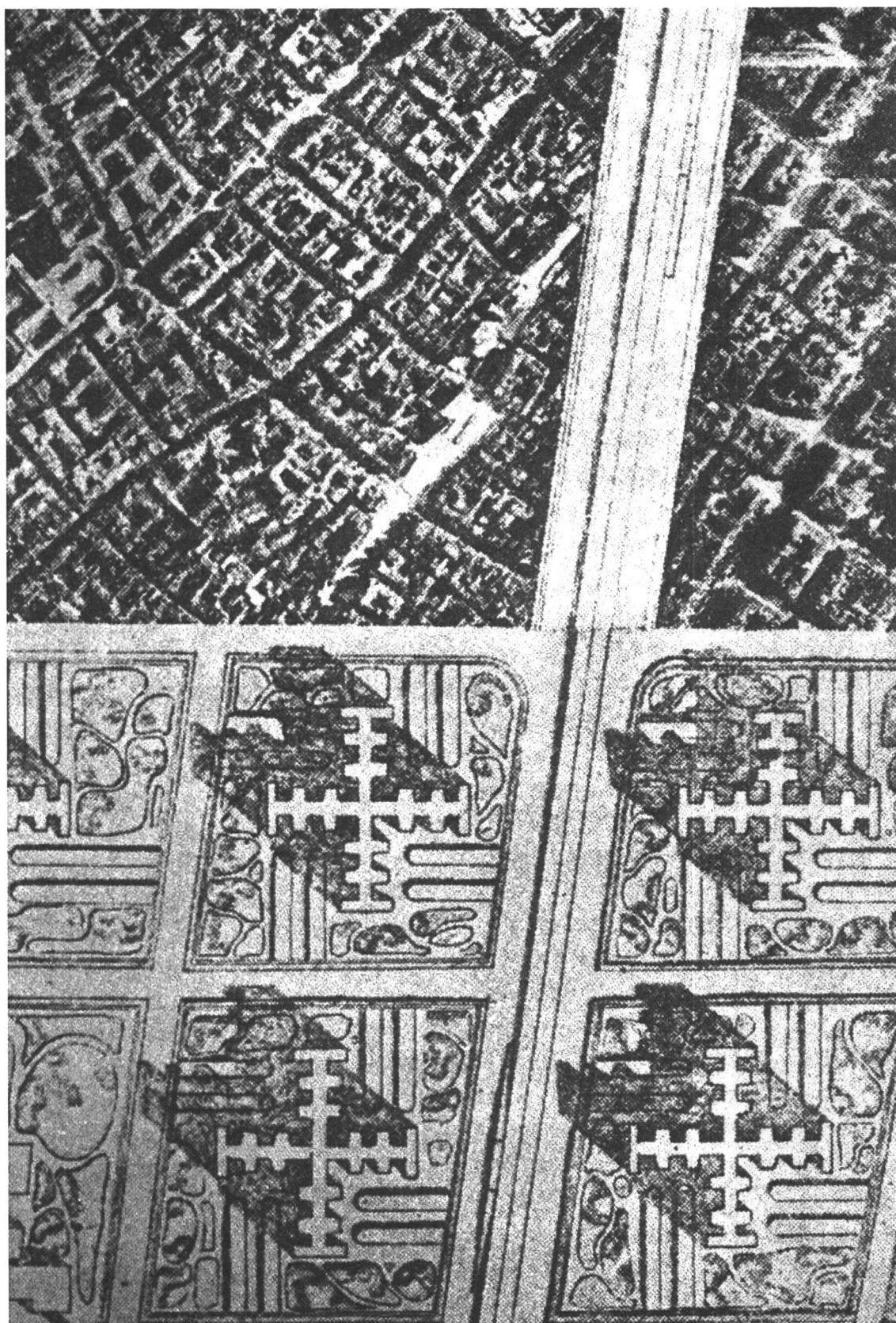


Figura 1.3 – Plan Voisin para Paris (1922-25), Le Corbusier in, Leonardo Benevolo, Carlo Melograni e Tommaso Gúria Longo, *Projectar a cidade moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1980, p.22.

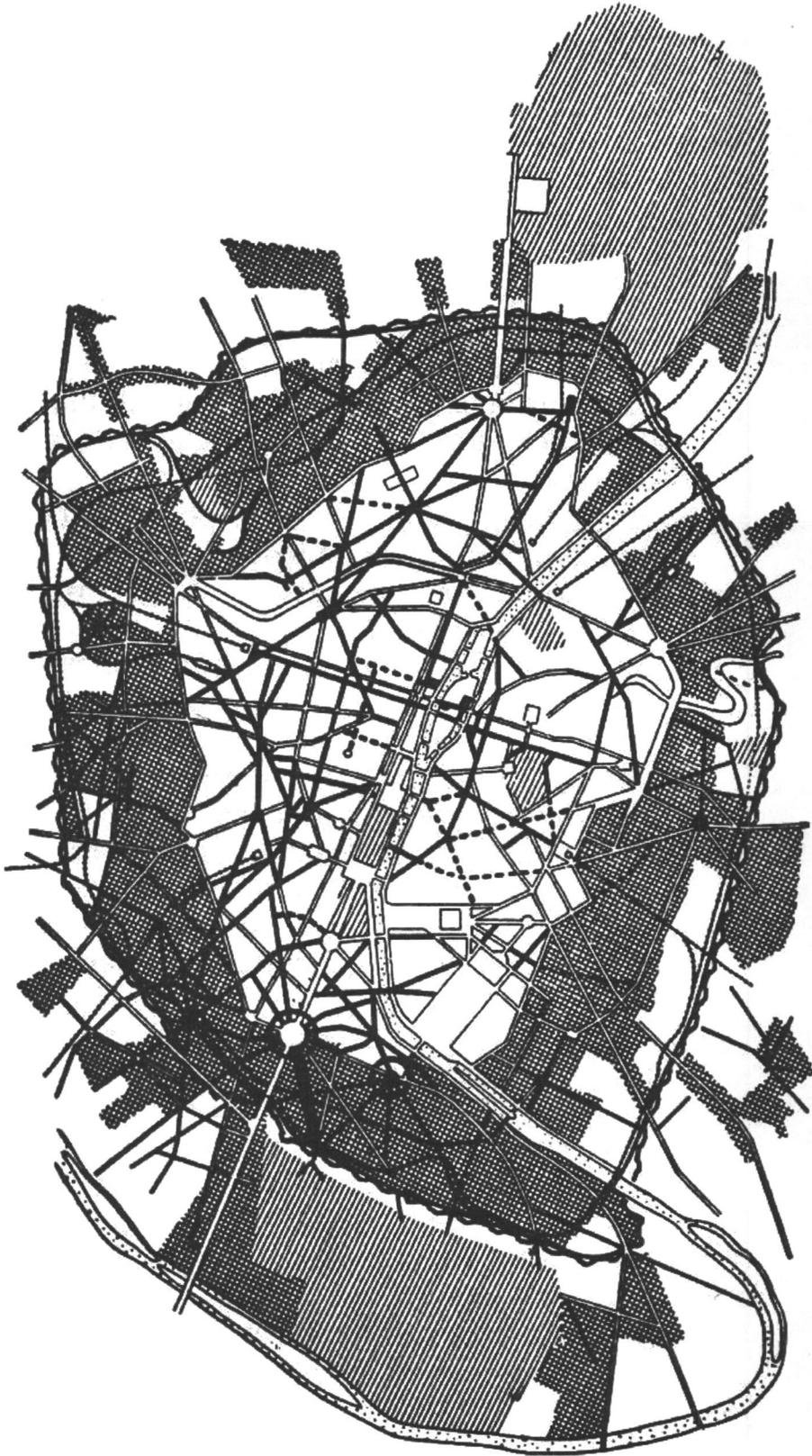


Figura 1.4 – Esquema geral dos *grands travaux* de Paris, Haussman, in Leonardo Benevolo, *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p.140.



Figura 1.5 – Publicação do *Der Stadtebau*, Goecke e Sitte in, Christiane Crasemann Collins, *Christiane Crasemann Collins e trajetórias transatlânticas*, 2005. Site: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/collins/collins.asp>.

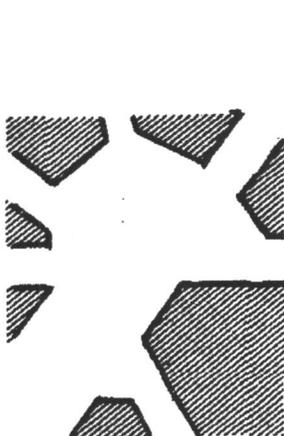


Fig. 84. Cassel:
Kölnerstrasse

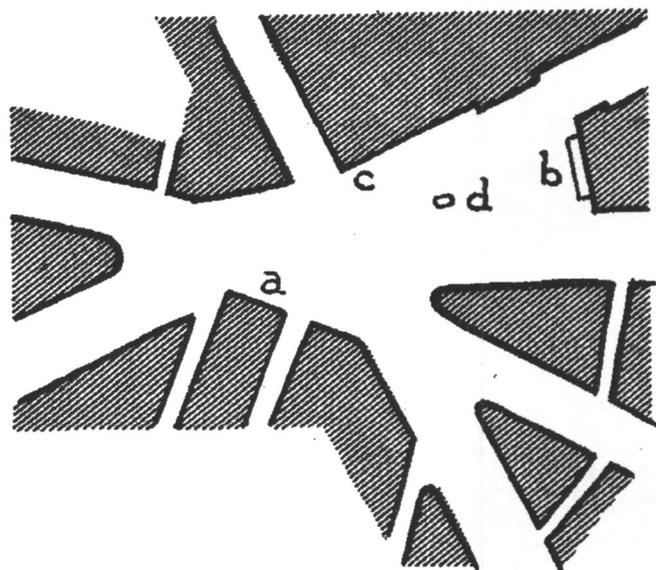


Fig. 85. London: a. Mansion House
b. Stock Exchange. c. Bank of
England. d. Wellington Statue

Figura 1.6 – Estudos morfológicos, Sitte no *Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* in, Camilo Sitte, *City Planning According to Artistic Principles*. Londres: Phaidon Press, 1965. Site: <http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/sitte.htm>.



Figura 1.7 – O Ringstrasse e o sistema viário de Viena (1859-1872), in Leonardo Benevolo, *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p.114-115

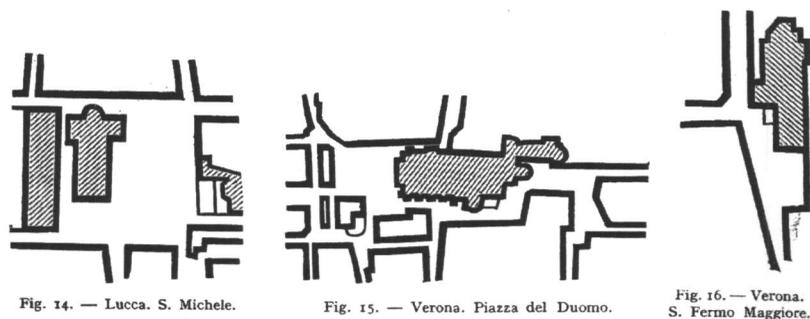


Figura 1.8 – Tipos de praças medievais in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.22.

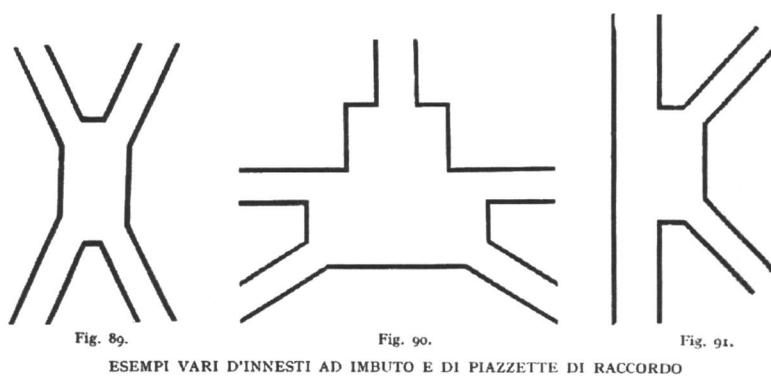


Figura 1.9 – Tipos de *innesto* e *pracetas* in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.106.

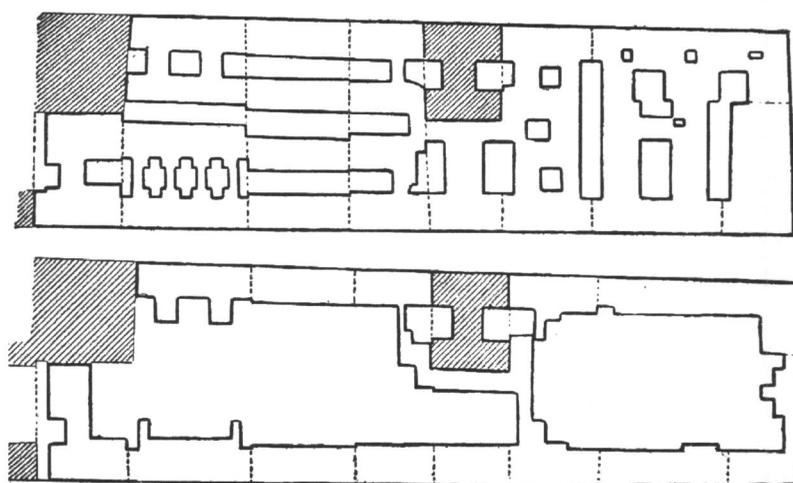


Figura 1.10 – Sistematização interna de um grupo de edifícios em Roma, antes e depois do *diradamento* in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.255.

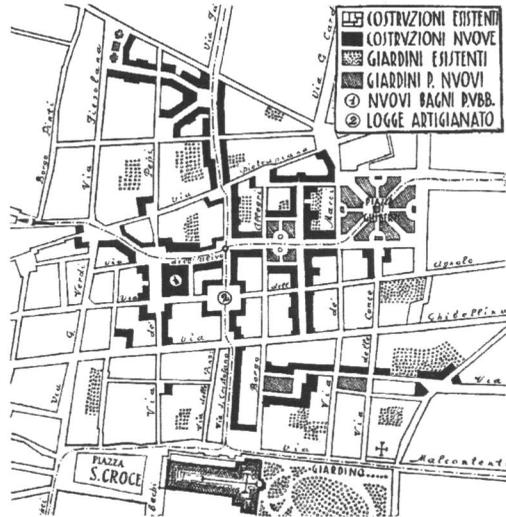


Figura 1.11 – Quarteirão S. Croce em Roma, projecto de *diradamento*, Fagnoni in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.269.



Figura 1.12 – Projecto de *diradamento* do quarteirão do renascimento em Roma in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.277.

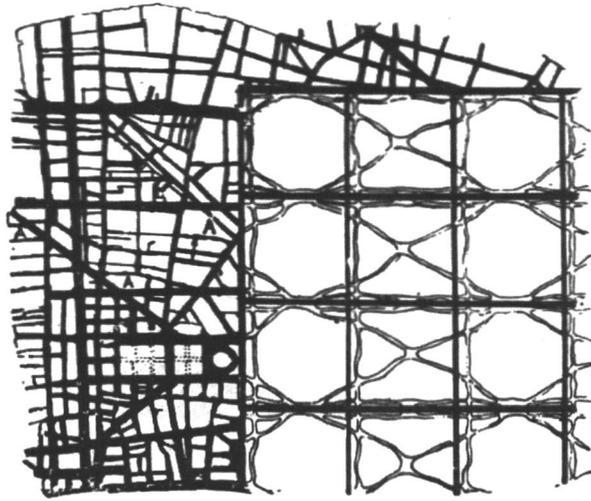


Figura 1.13 – Rede viária de uma cidade tradicional confrontada com a da *ville radieuse*, Le Corbusier in, Leonardo Benevolo, Carlo Melograni e Tommaso Gúria Longo, *Projectar a cidade moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1980, p.51.

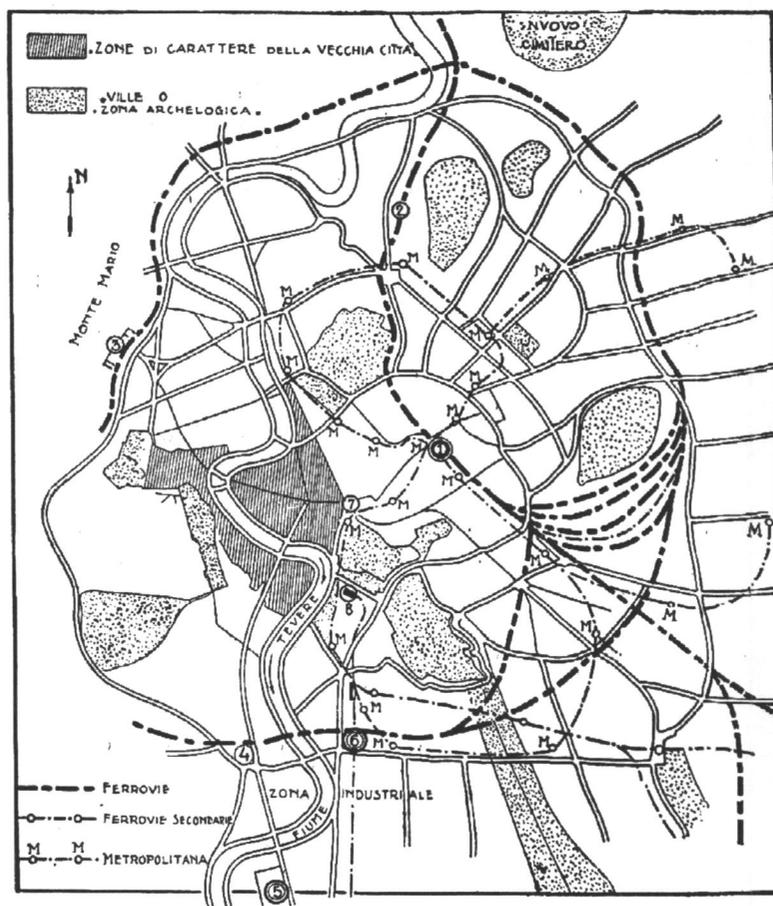


Figura 1.14 – Esquema planimétrico das vias de comunicação de Roma, Giovanni in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.209.

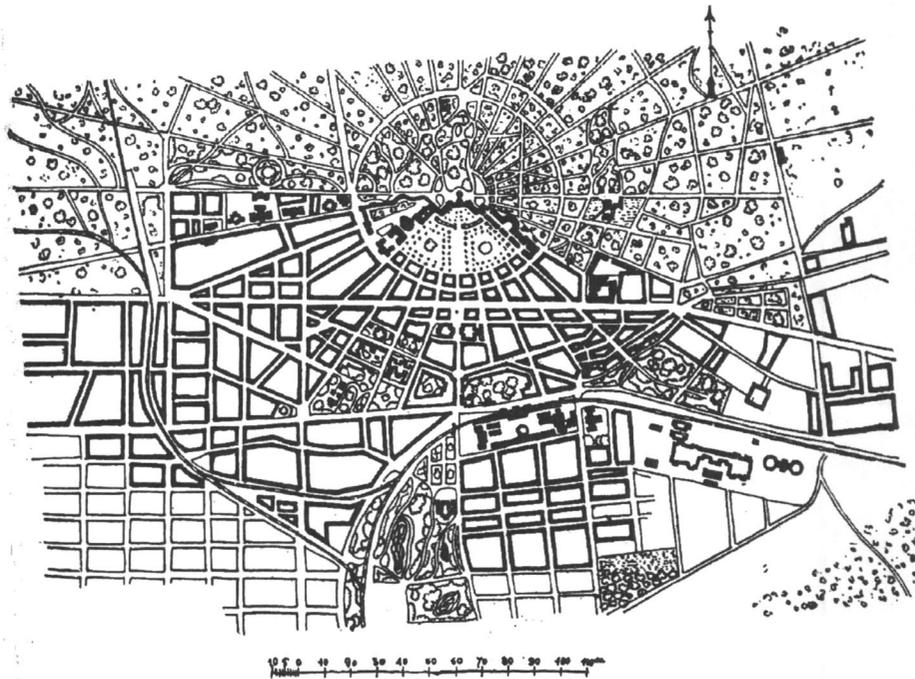


Figura 1.15 – Plano de Karlsruhe in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.45.

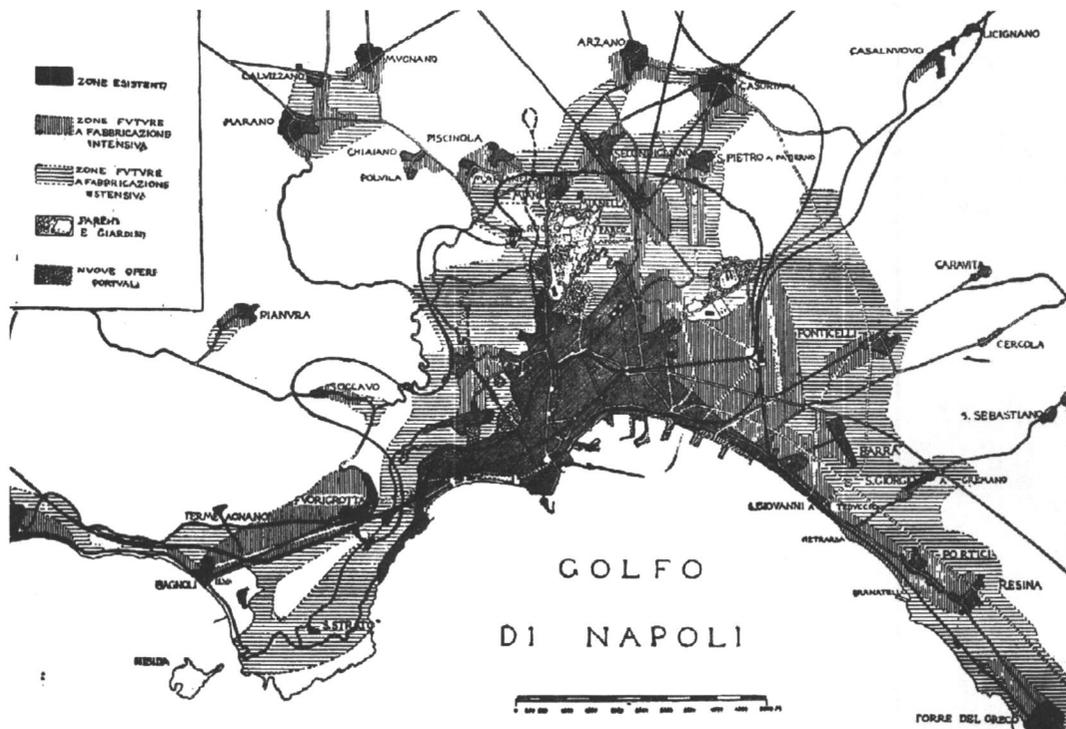


Figura 1.16 – Plano esquemática das novas frentes de evolução e vias previstas de Nápoles in, Gustavo Giovannoni, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni, 1995, p.218.

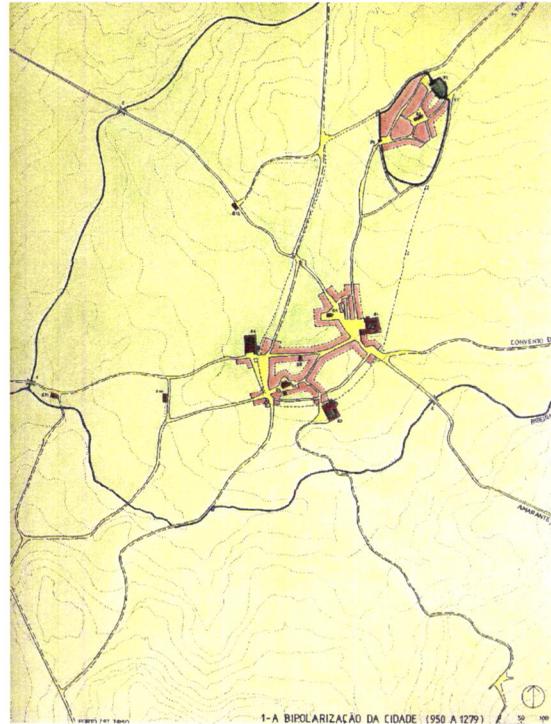


Figura 2.1 – Planta de Guimarães (950 – 1279), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.31.

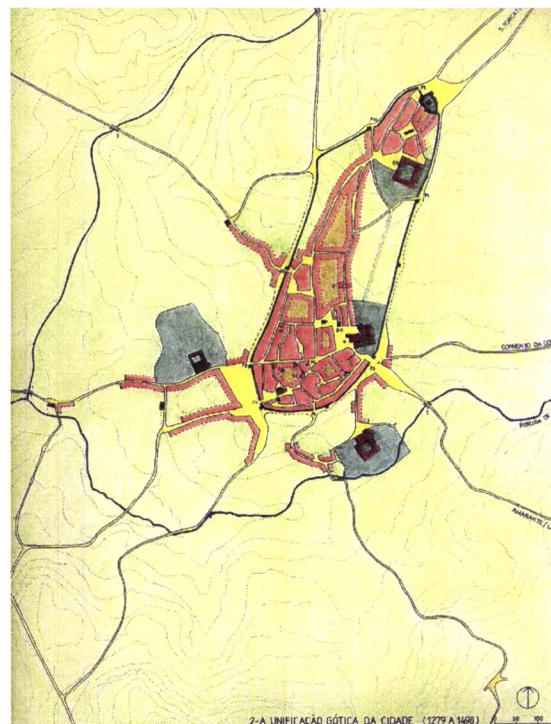


Figura 2.2 – Planta de Guimarães (1279 – 1498), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.63.

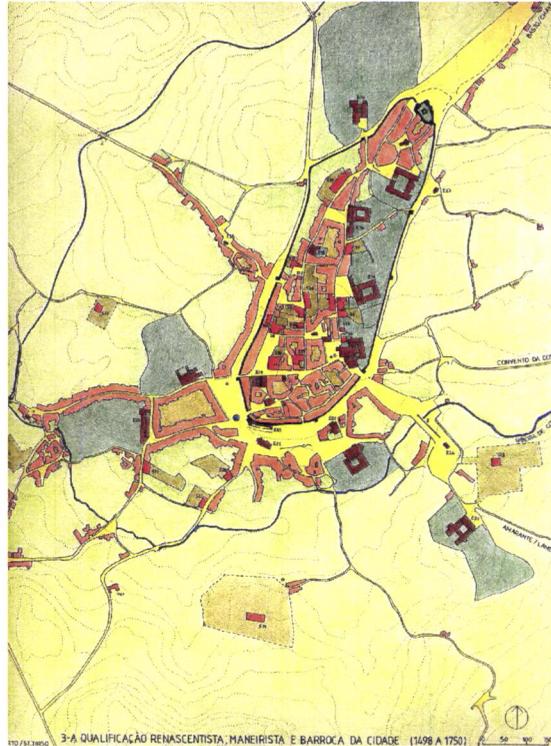


Figura 2.3 – Planta de Guimarães (1498 – 1750), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.93.

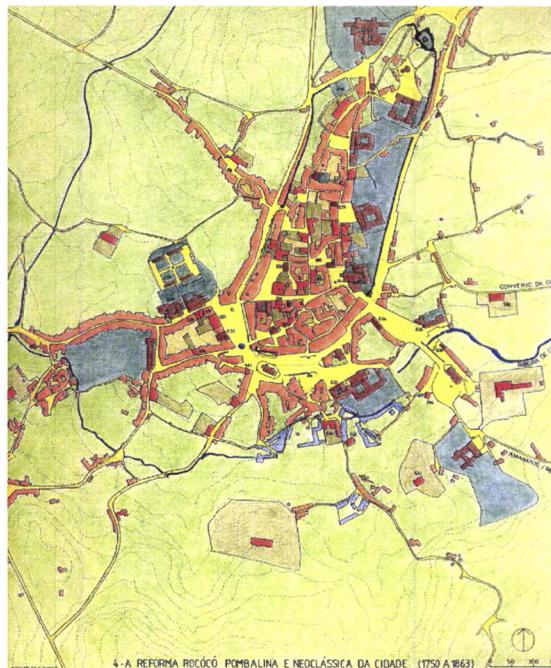


Figura 2.4 – Planta de Guimarães (1750 – 1863), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.121.

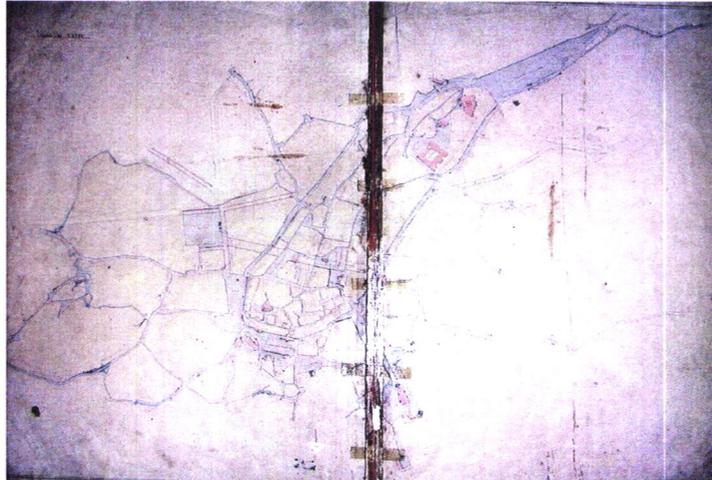


Figura 2.5 – Planta de Guimarães (1863 – 1867), Manuel de Almeida Ribeiro *in*, Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP, 2005, p.396.

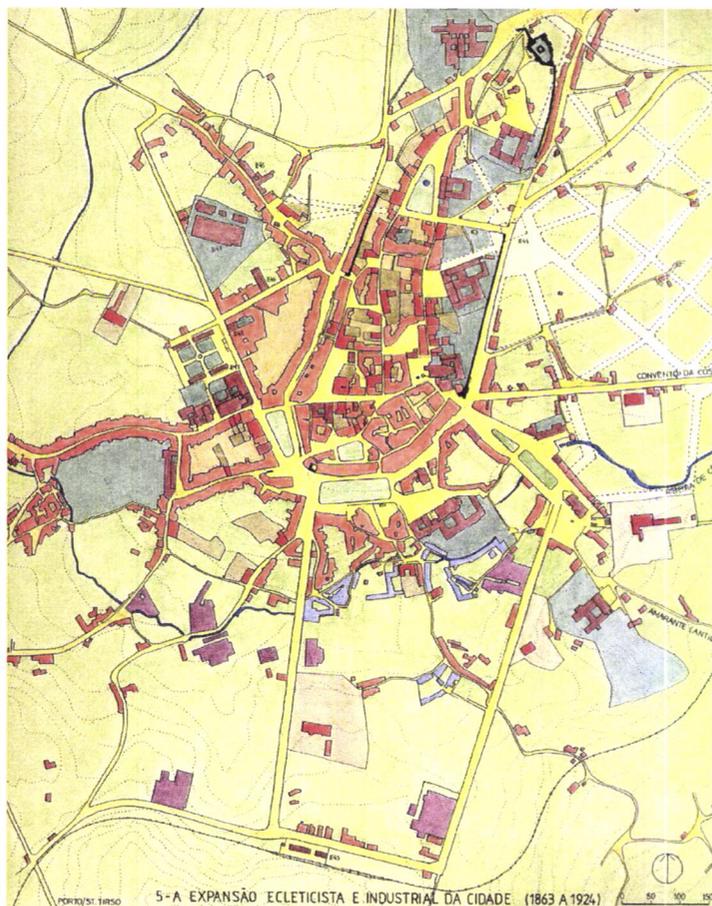


Figura 2.6 – Planta de Guimarães (1863 – 1924), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.143.



Figura 2.7 – Contributos para o processo de formação da “pata de ganso” de 1867, 1869, 1916 e 1924 in, Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP, 2005, p.428.

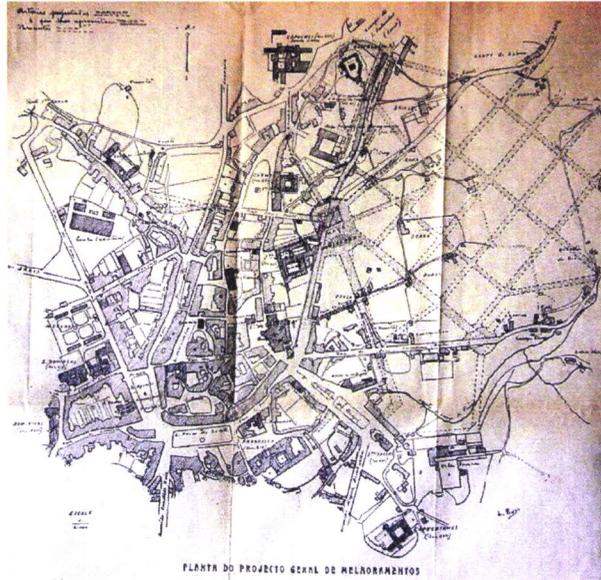


Figura 2.8 – Planta do Projecto Geral de Melhoramentos 1925, Luís de Pina *in*, Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP, 2005, p.427.



Figura 2.9 – Planta de Guimarães (1926 – 1974), Bernardo Ferrão *in*, AAVV, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2002, vol. I, p.184.

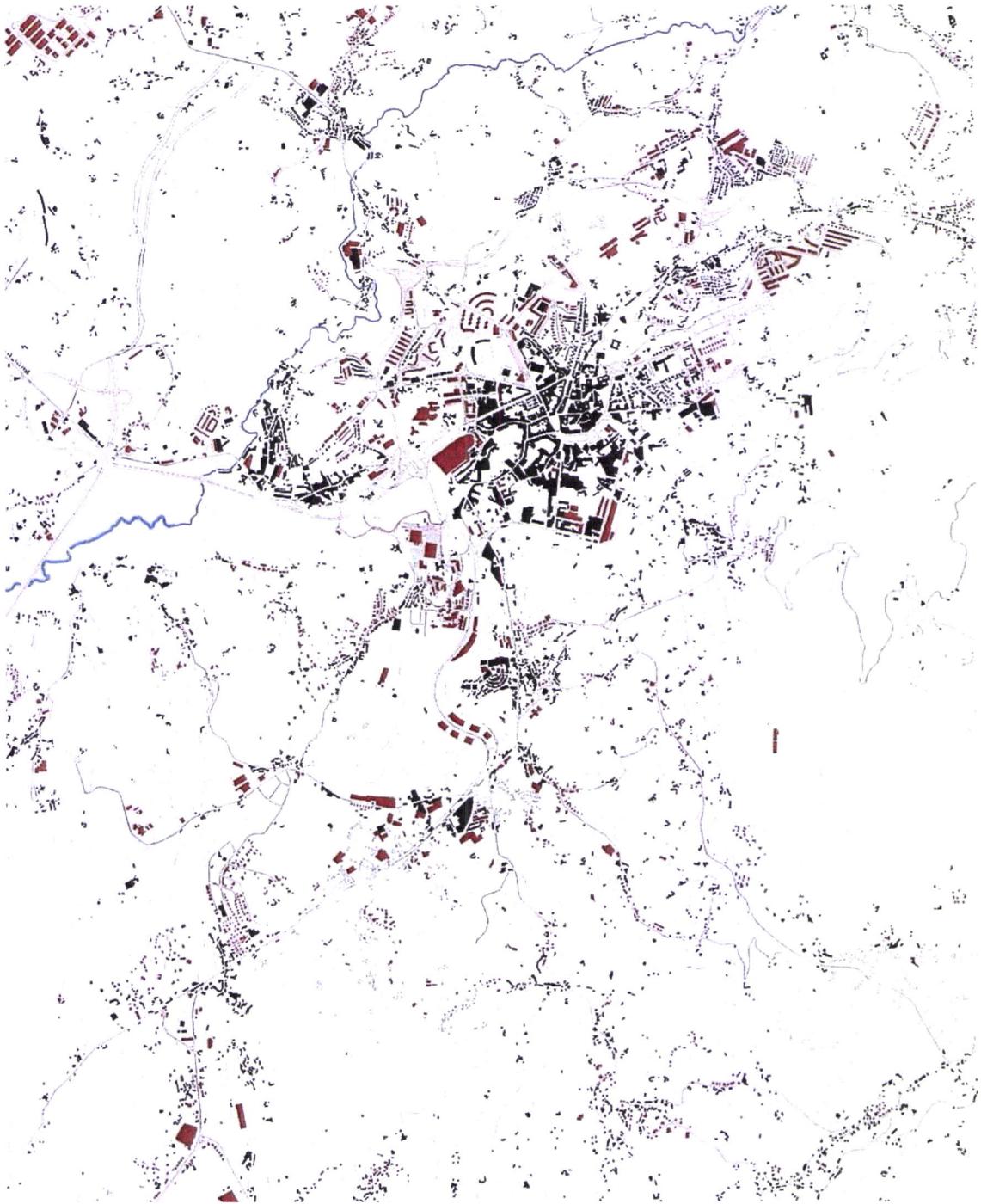


Figura 2.10 – Guimarães 1976 – 2000 in, Coord. Álvaro Domingues, *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições, 2006, p.157.

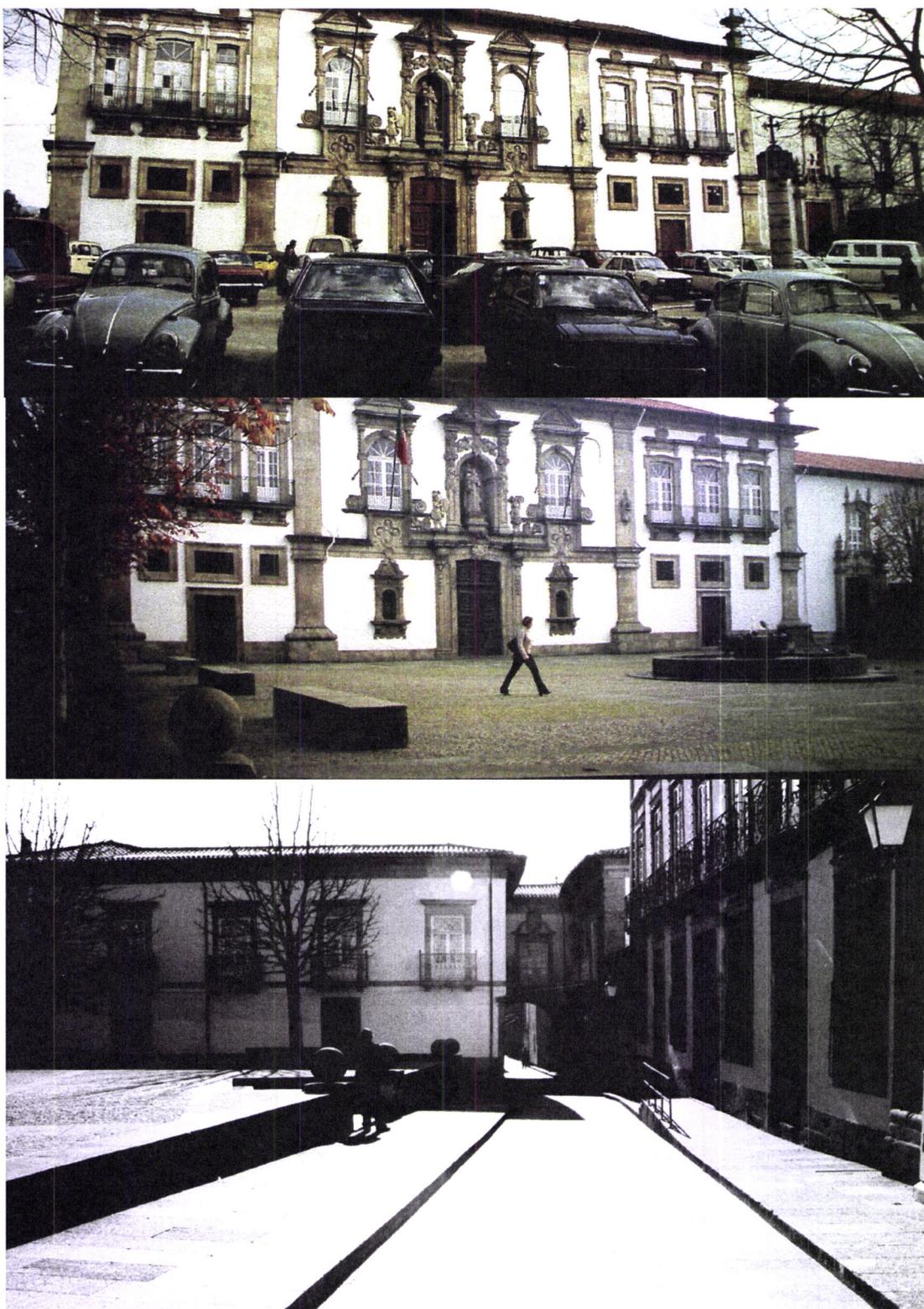


Figura 2.11 – Largo Cónego José Maria Gomes antes e depois da intervenção. Duas primeiras fotografias in, CMG, *Processo de Candidatura de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2000. em baixo fotografia do autor.

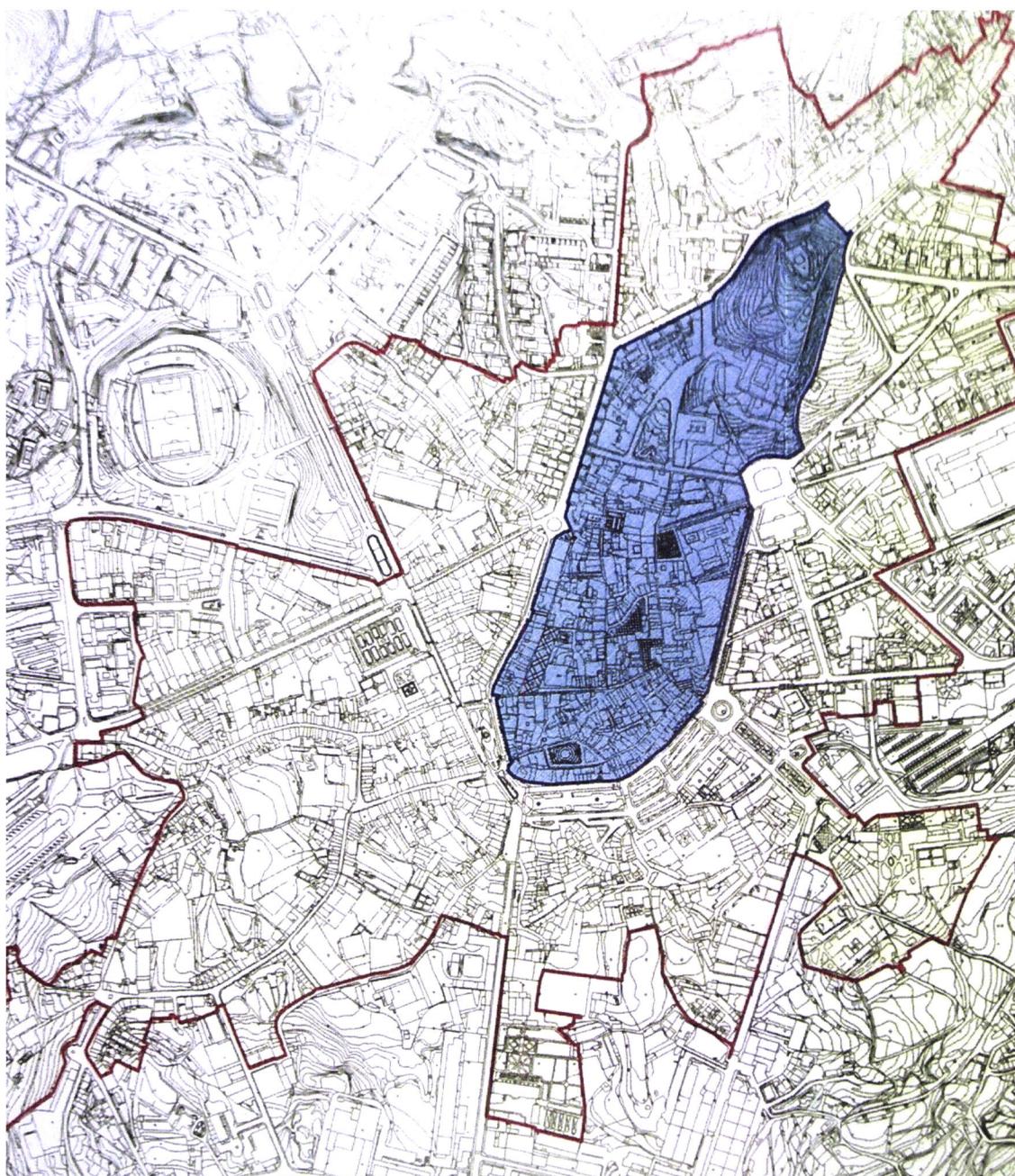


Figura 2.12 – Centro histórico e zona tampão. Cartografia cedida pelo GTL de Guimarães.



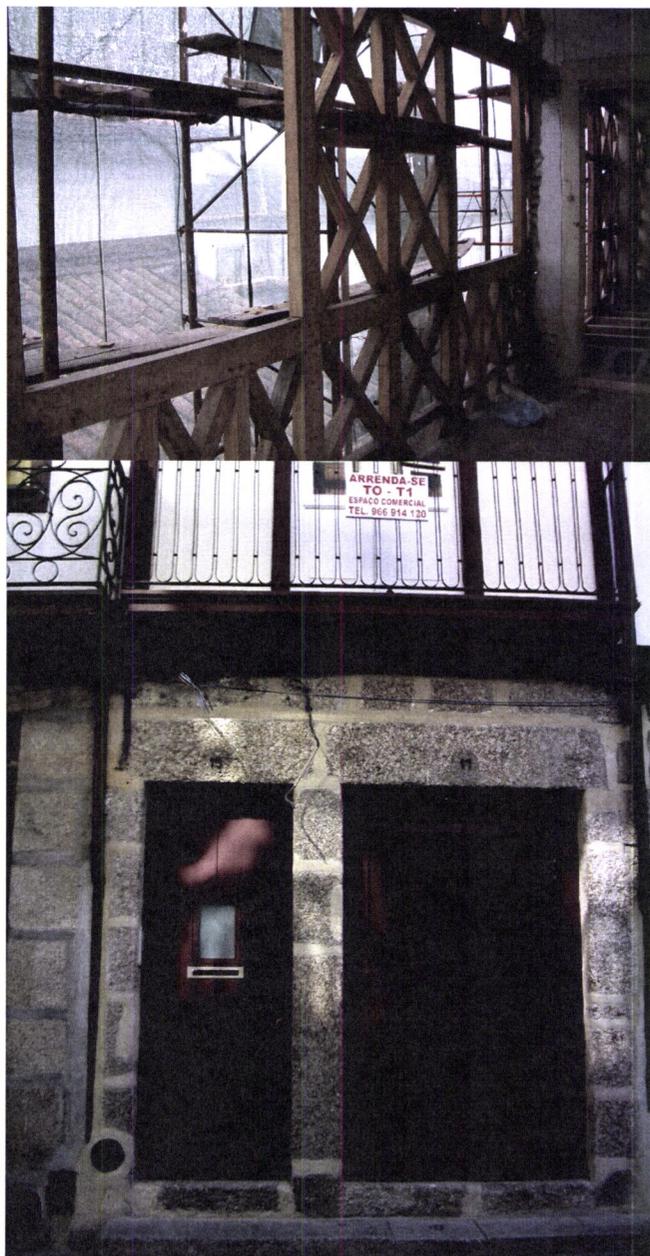
Construções objecto de intervenção				
ANOS	PRID/RECRIA	I. PRIVADA	MUNICIPAIS	PROCOM
1985/86	26	22	1 (GTL)	
1987	13	16	2 (I. Sanit. e Bar da Alameda)	
1988	16	14		
1989	4	8		
1990	2	11	1 (Lar de Stº. António)	
1991	4	7	1 (I. Sanit. Pr. Santiago)	
1992	6	9	1 (Biblioteca)	
1993	5	18		
1994	3	18	2 (Postos de Turismo)	
1995	2	14		
1996	2	18		
1997	6	18		
1998	7	27		62
1999	7	25		4
TOTAL	103	225	8	66
%	20,8 %	45,6 %	1,6 %	12,6 %

Tabela 1.1 – Construções objecto de intervenção 1985 – 1999 in, CMG, *Processo de Candidatura de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2000.

ANOS	Cronologia das intervenções nos espaços públicos
1985/87	Largo Cónego José Maria Gomes
1985/87	Praça de Santiago
1990	Rua Dr. Avelino Germano
1992	Rua Gravador Molarinho
1995	Largo João franco, Largo do Serralho, Rua da Rainha
1996	Praça Condessa do Juncal, Rua do Anjo
1996	Rua Condestável Nun' Álvares
1998	Ruas Egas Moniz e ruas adjacentes
1998	Rua da Arrochela



Tabela 1.2 – Cronologia das intervenções nos espaços públicos 1985 – 1998 *in*, CMG, *Processo de Candidatura de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2000.



Actividades instaladas no CH	Uni	(%)
Estruturas Comerciais	284	81,4 %
Estruturas Hoteleiras	65	18,6 %
Restauração e similares		
TOTAL	349	100 %

Tabela 1.3 – Actividades instaladas no CH até 1999 in, CMG, *Processo de Candidatura de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL, 2000.



ANO	LOCALIZAÇÃO	CMG	INH	VALOR GLOBAL EM €
2000	Rua Francisco nº 34/36	29.363,72	44.045,60	129.056,85
	Rua João nº 279/283	19.537,97	29.307,23	119.527,76
2001	Largo João Franco nº 26/27	3.911,59	5.867,38	23.044,46
	Rua de Couros nº 54			
	Av. D. A. Henriques, Rua Vila Flor	34.803,65	52.105,71	172.676,35
	Rua Egas Moniz Trav. João Melo	30.315,88	45.473,79	114.279,59
2002	Rua de Camões nº 43/49	7.548,31	11.322,46	88.423,76
	Rua Dr. Avelino Germano nº 70/78	8.104,13	12.156,19	31.169,73
	Largo Cónego José Gomes	11.287,61	16.931,41	59.871,16
2003	Rua Egas Moniz nº 28/30	12.075,20	18.112,78	46.443,05
	Rua Egas Moniz nº 35/37	10.790,00	16.185,01	48.723,68
	Rua Gravador Molarinho nº 77	12.602,92	18.904,37	73.876,10
	Rua da Caldeiroa nº 76	7.426,21	11.139,31	34.636,32
2004	Largo do Retiro nº 11/11A/13	14.301,40	21.452,10	70.140,00
	Rua Egas Moniz nº 73	2.615,02	3.922,52	18.433,80
2005	Ilha do Sabão	11.446,69	17.170,02	108.155,26
	Rua de S. Francisco nº 4/6	2.455,49	3.683,23	10.962,00
	Rua Egas Moniz nº 77	16.015,49	24.023,23	51.587,55
	Largo Navarros de Andrade nº 12	21.182,06	31.773,09	69.594,00
	Rua de Camões nº 112/114	15.631,10	23.446,64	131.187,00
	Rua Valdonas nº 10/12	4.018,39	6.027,59	17.939,25
	Rua Valdonas nº 8/9	3.295,15	4.942,73	14.710,50
TOTAL		304.071,84	454.511,79	1.565.934,63

Tabela 1.4 – Construções objecto de intervenção de 2000 – 2005. Dados cedidos pelo GTL de Guimarães.

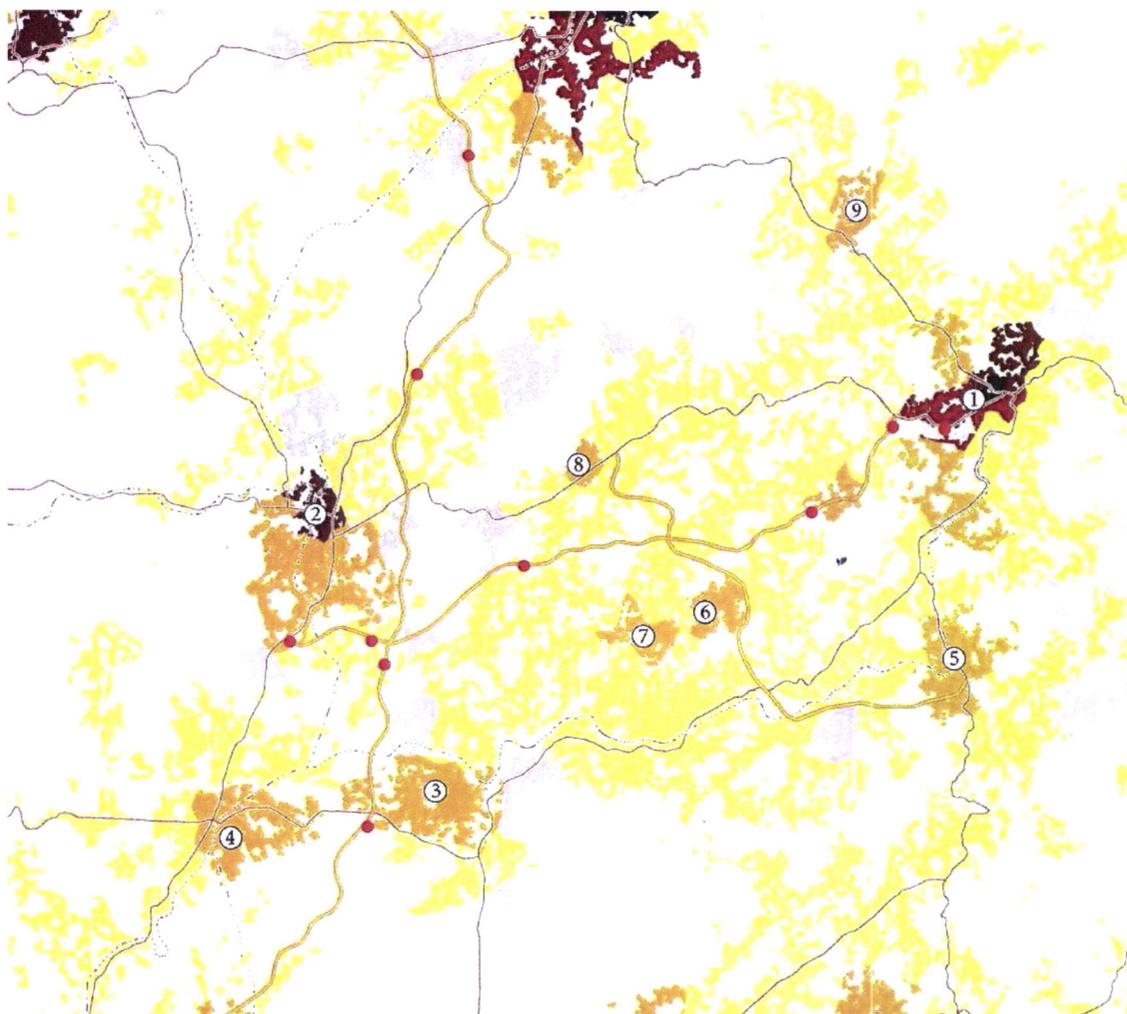
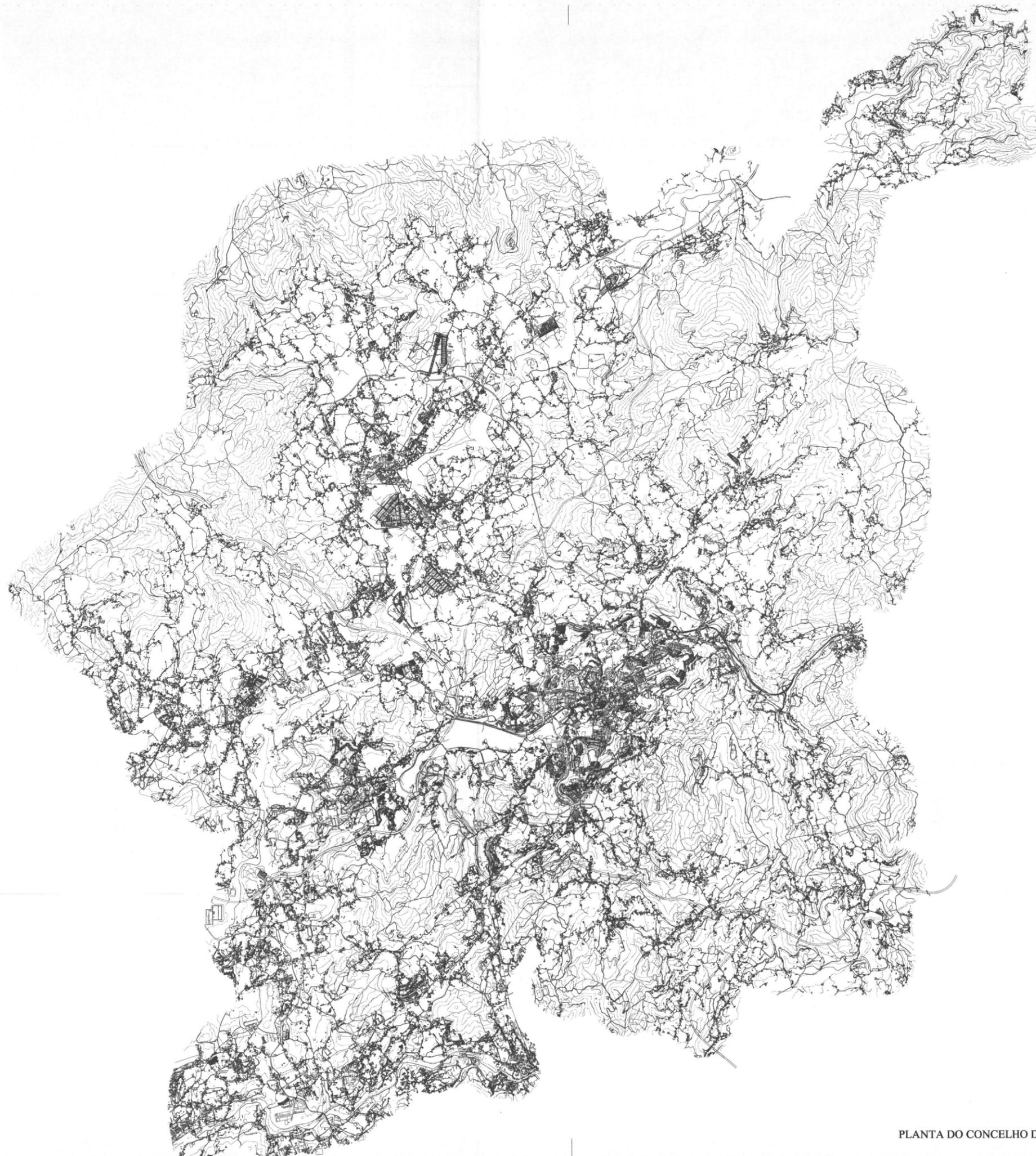


Figura 2.13 – Sistema urbano do Vale do Ave *in*, Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas urbanas – Tendência, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.134.



- LIMITE CONCELHIO
- CURVAS DE NÍVEL
- EDIFICADO E VIAS



Figura 2.14 – Ortofotomapa do centro-cidade em 2005. Ortofotomapas cedidos pela CMG.

Variação da População e População Residente			
Freguesias	Variação (%)	1991	2001
Oliveira	-6,5%	3687	3448
S. Paio	31,5%	2902	3920
S. Sebastião	-16,0%	2320	1949
Azurém	-13,4%	9406	8150
Costa	40,0%	2464	3450
Urgezes	8,6%	4718	5124
Creixomil	31,2%	7160	9393
Fermentões	25,9%	3285	4137

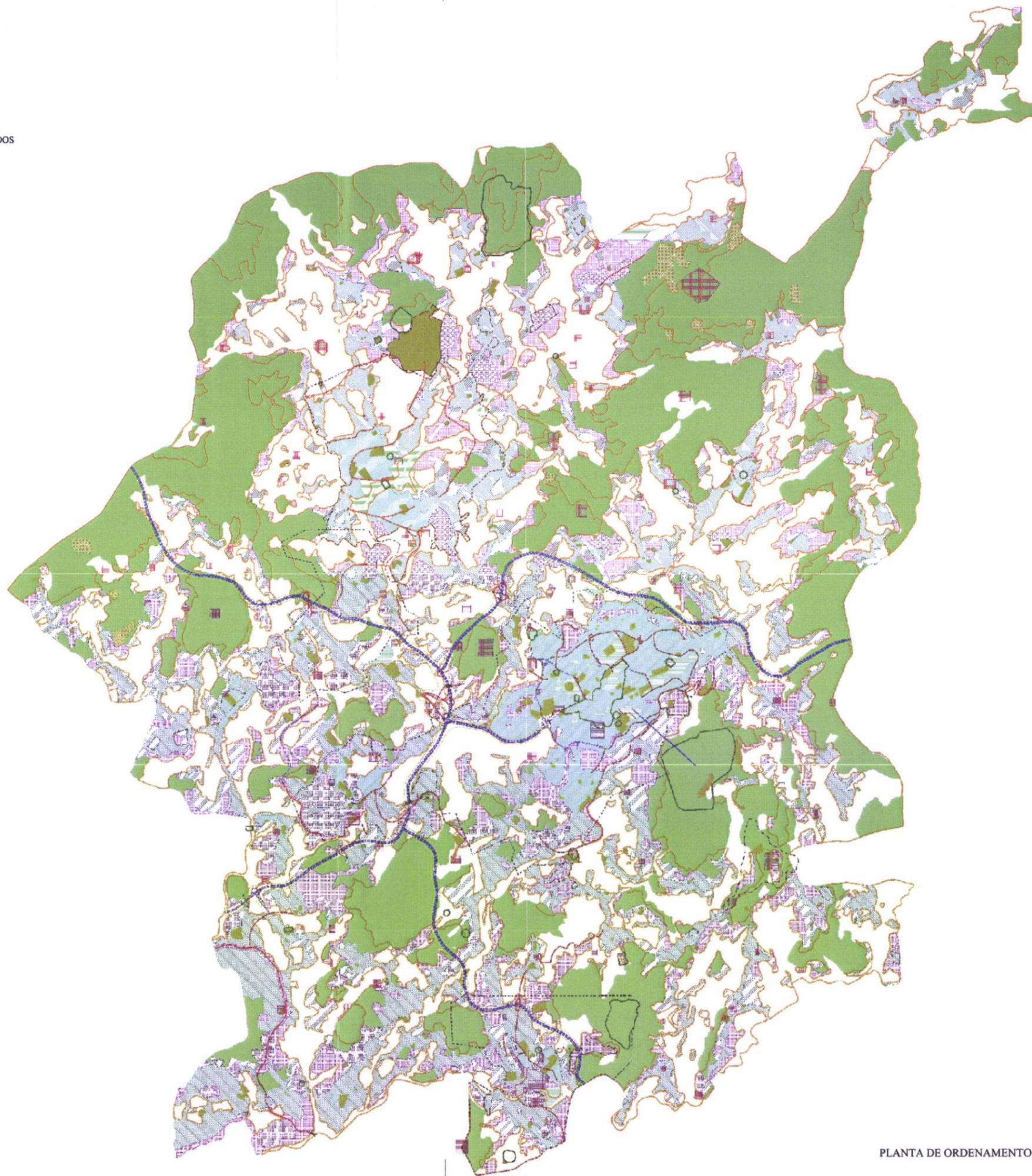
População Residente					
	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	8292975	8074960	9336760	9371319	9833408
Norte	3040516	3019970	3410099	3472715	3680379
Ave	357387	369800	431800	459673	508674
Guimarães	116272	121145	146959	143984(1)	159576(2)

Variação da População (%)				
	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01
Continente	-2.6	15.6	0.4	4.93
Norte	-0.7	12.9	1.8	5.98
Ave	3.5	16.8	6.5	10.66
Guimarães	4.2	21.3	6.5	10.8

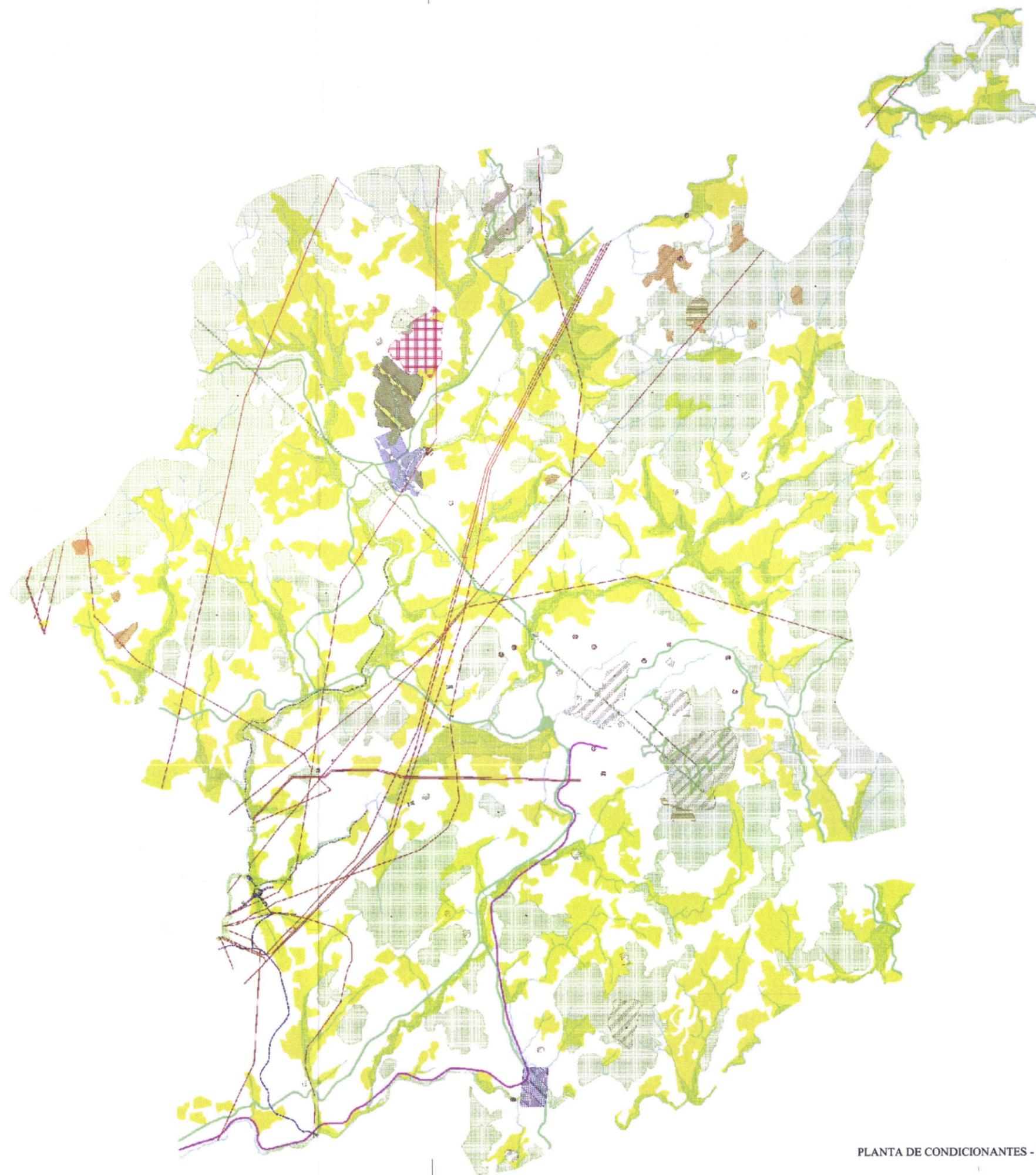
- (1) Para este fim foram usados os n° do total da população residente sem as freguesias que passaram a pertencer ao concelho de Vizela, note-se no entanto que à data desse momento censitário o total da população residente no concelho de Guimarães era de 157589 habitantes.
- (2) Nesta data o concelho tinha já menos freguesias, em detrimento do concelho de Vizela.

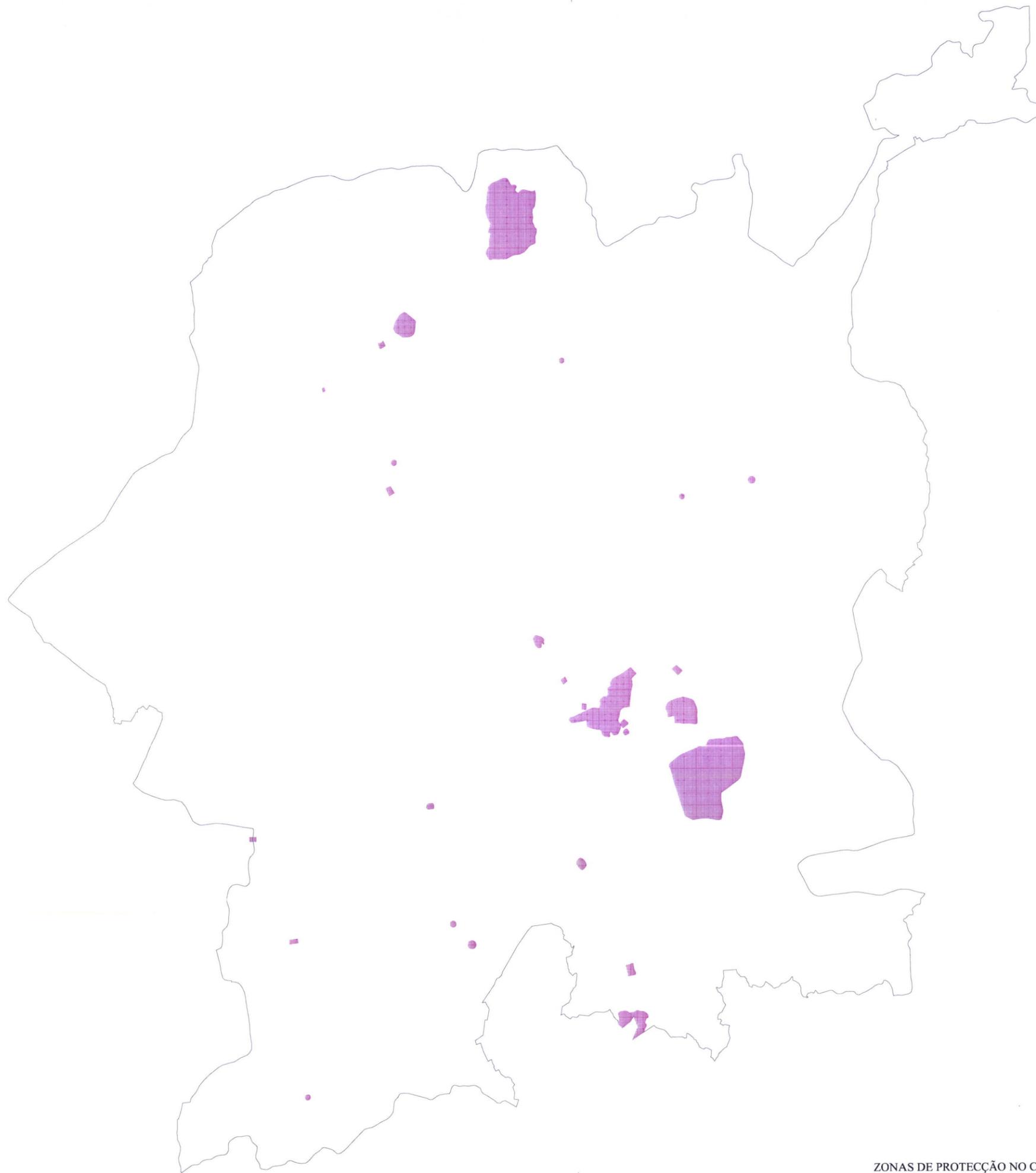
Tabela 1.5 – População residente e variações de população: nas freguesias do centro histórico e circundantes; e no concelho, comparativamente com as regiões Norte, Ave e Continente. Dados do INE relativos aos recenseamentos gerais da população de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001. Site: cm-guimaraes.pt em Março de 2005.

-  ZONA DE PROTECÇÃO DE IMÓVEIS OU CONJUNTOS CLASSIFICADOS
-  IMÓVEIS OU CONJUNTOS A PROTEGER
-  ÁREA SUJEITA A PU
-  ÁREA SUJEITA A PP
-  ÁREA SUJEITA A UO
-  OUTRAS VIAS EXISTENTES
-  AUTOESTRADA A7
-  VIAS PREVISTAS
-  IP9-ICS PREVISTO
-  PASSAGENS DESNIVELADAS
-  ZONA DE EQUIPAMENTO
-  ZONA DE PARQUE
-  ZONA NÃO URBANIZÁVEL
-  ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA
-  ÁREA FLORESTAL
-  PEDREIRAS
-  TELEFÉRICO
-  ZONA DE CONSTRUÇÃO CENTRAL - TIPO I
-  ZONA DE CONSTRUÇÃO DOMINANTE - TIPO II
-  ZONA DE CONSTRUÇÃO DE TRANSIÇÃO - TIPO III
-  ZONA DE CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL ARMAZENAGEM



-  REDE DE SANEAMENTO BÁSICO (EMISSÁRIOS)
-  ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁREAS RESIDUAIS
-  LIMPEZA (LIXEIRA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO)
-  PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
-  MARCO GEODÉSICO
-  CAPTAÇÃO DE ÁGUAS
-  ESPAÇO CANAL DA REDE VIÁRIA NACIONAL
-  ESPAÇO CANAL DA REDE FERROVIÁRIA
-  LINHAS DE ALTA TENSÃO
-  FEIXE HERTZIANO
-  TELEFÉRICO DA PENHA
-  LINHAS DE ÁGUA
-  AUTO ESTRADA A7
-  VIA INTERMUNICIPAL
-  PASSAGENS DESNIVELADAS
-  RESERVA AGRÍCOLA
-  RESERVA ECOLÓGICA
-  ZONA DE PROTECÇÃO DE IMÓVEIS OU CONJUNTOS CLASSIFICADOS
-  EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS E MINAS
-  ÁREA DE PROTECÇÃO DE ÁGUAS TERMAIS





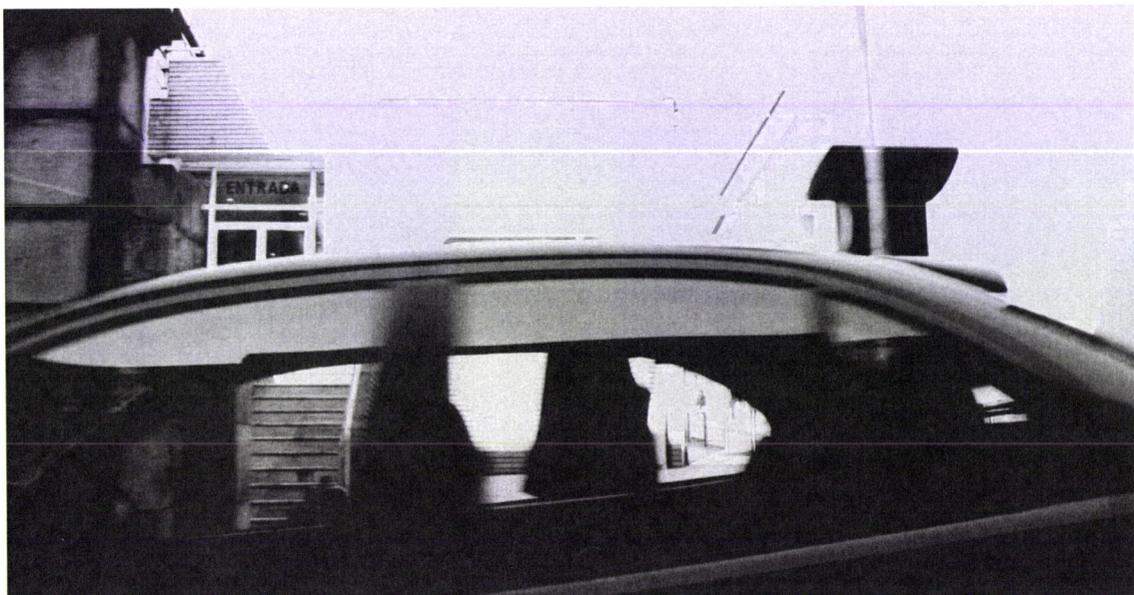
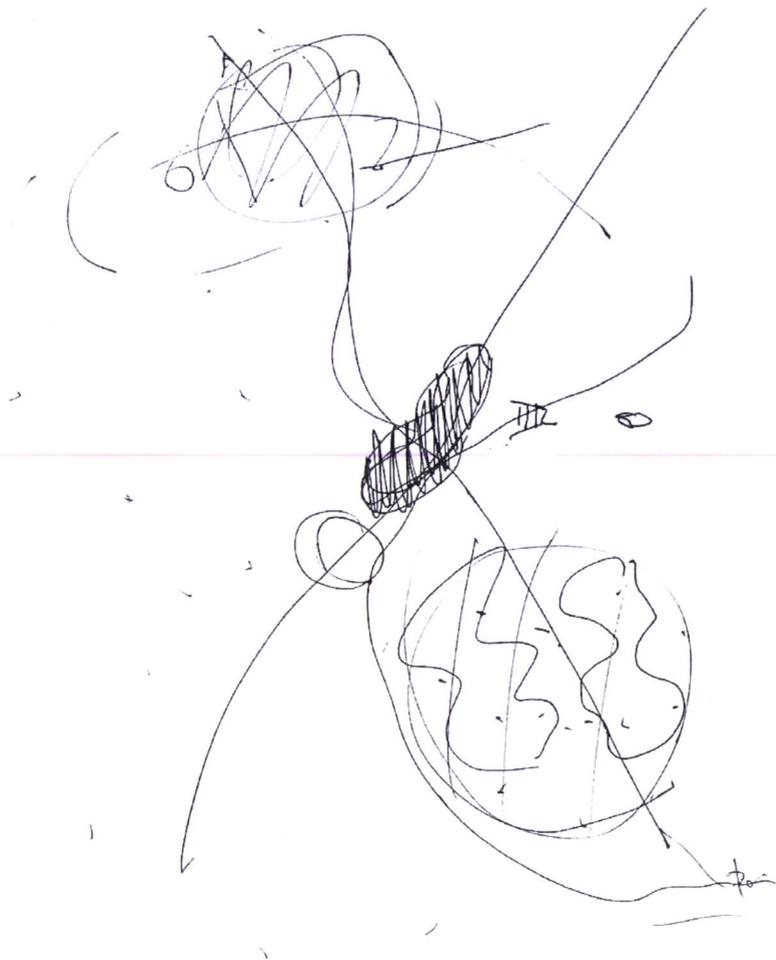
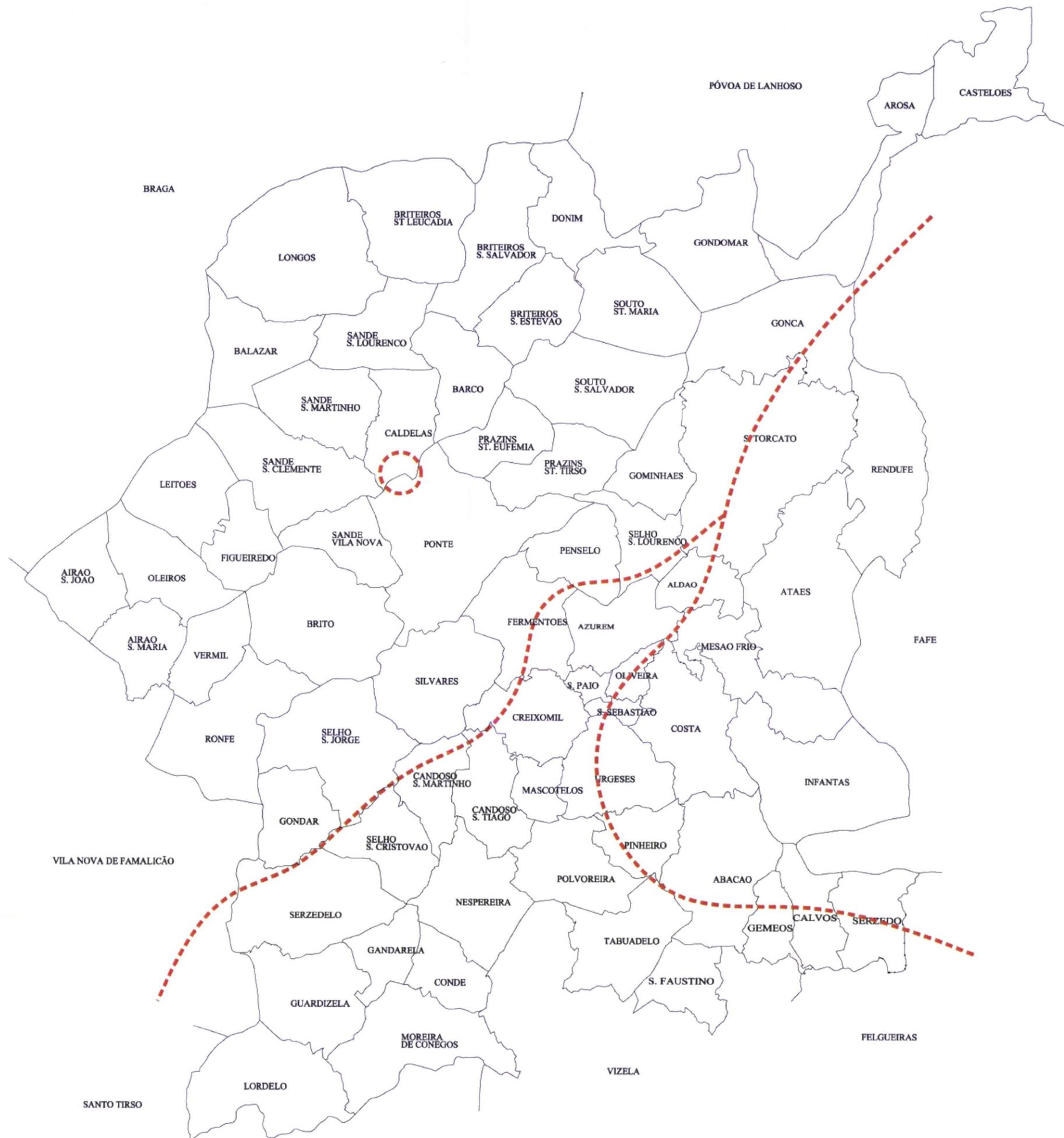


Figura 3.1 – Esquisso do território e fotografia do autor.



Figura 3.2 – Hipótese de localização das vias de fundação da cidade. Cedido pela CMG em 2007.



----- PERCURSO

Tabela 2.1 – Imóveis do concelho de Guimarães que constam do IPA*

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308__0140	Bairro de Casas para Famílias Pobres	Arcela
PT010308040028	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Azurém
PT010308040034	Igreja da Misericórdia de Guimarães	Azurém
PT010308040062	Casa dos Peixotos / Casa de Pousada	Azurém
PT010308040086	Convento de Santo António dos Capuchos / Igreja e Hospital	Azurém
PT010308040099	Cadeia Comarcã de Guimarães / Estabelecimento Prisional Regional	Azurém
PT010308040111	Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos	Azurém
PT010308080005	Lápide das Taipas / Ara de Trajano / Penedo da Moura / Ara	Taipas
PT010308080018	Ponte sobre o rio Ave / Ponte das Taipas	Taipas
PT010308120020	Mosteiro de Santa Marinha da Costa / Pousada de Santa Marinha	Costa
PT010308120026	Estação Arqueológica da Penha / Santuário da Penha	Costa
PT010308120081	Cruzeiro da Costa / Oratório do Senhor dos Serôdios	Costa
PT010308130035	Rua de D. João I	Creixomil
PT010308130051	Casa dos Pombais	Creixomil
PT010308130088	Capela de São Lázaro	Creixomil
PT010308140070	Ponte de Donim	Donim
PT010308150036	Casa de Caneiros	Fermentões
PT010308150066	Casa e Quinta de Minotes	Fermentões
PT010308150071	Ponte de Caneiros	Fermentões
PT010308160058	Casa do Assento	Figueiredo
PT010308190045	Capela do Bom Despacho	Gominhães

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308210021	Ponte de Serves	Gondar
PT010308240061	Casa e Quinta de Corujeiras	Infantas
PT010308280029	Igreja de São João dos Calvos	Lordelo
PT010308300064	Casa e Quinta de Margaride	Mesão Frio
PT010308320041	Casa do Alto / Casa de Raul Brandão	Nespereira
PT010308320059	Casa Grande / Paço de Sezim	Nespereira
PT010308320068	Paço de Nespereira	Nespereira
PT010308330095	Igreja Paroquial de Oleiros / Igreja de São Vicente	Nespereira
PT010308340006	Igreja de São Miguel do Castelo	Oliveira do Castelo
PT010308340007	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira / Igreja e Colegiada de	Oliveira do Castelo
PT010308340010	Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia	Oliveira do Castelo
PT010308340011	Castelo de Guimarães	Oliveira do Castelo
PT010308340013	Paço dos Duques de Bragança	Oliveira do Castelo
PT010308340014	Antigos Paços Municipais de Guimarães	Oliveira do Castelo
PT010308340016	Muralhas de Guimarães	Oliveira do Castelo
PT010308340022	Oratório de Nosso Senhor dos Desamparados	Oliveira do Castelo
PT010308340025	Padrão comemorativo da Batalha do Salado / Padrão de Nossa S	Oliveira do Castelo
PT010308340037	Casa dos Lobos Machados	Oliveira do Castelo
PT010308340046	Capela de Santa Cruz	Oliveira do Castelo
PT010308340047	Casa das Rótulas	Oliveira do Castelo

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308340052	Igreja e Antigo Convento do Carmo / Lar de Santa Estefânia	Oliveira do Castelo
PT010308340053	Chafariz do Largo Martins Sarmento	Oliveira do Castelo
PT010308340054	Fonte do Largo João Franco	Oliveira do Castelo
PT010308340060	Casa dos Laranjais	Oliveira do Castelo
PT010308340080	Igreja de São Dâmaso	Oliveira do Castelo
PT010308340089	Recolhimento das Trinas	Oliveira do Castelo
PT010308340093	Capela de Santo António da Arcela	Oliveira do Castelo
PT010308340094	Fonte do Largo Dr. João da Mota Prego / Tanque de Santo António	Oliveira do Castelo
PT010308340101	Centro Histórico de Guimarães	Oliveira do Castelo
PT010308340108	Convento de Santa Clara / Câmara Municipal de Guimarães	Oliveira do Castelo
PT010308340112	Liceu Nacional de Guimarães / Escola Secundária Martins Sarmento	Oliveira do Castelo
PT010308340116	Pousada de Nossa Senhora da Oliveira	Oliveira do Castelo
PT010308340122	Casa dos Carneiros / Biblioteca Raúl Brandão	Oliveira do Castelo
PT010308340123	Capela de Nossa Senhora da Guia	Oliveira do Castelo
PT010308340124	Casa do Leite	Oliveira do Castelo
PT010308340125	Albergaria de São Crispim	Oliveira do Castelo
PT010308340126	Casa dos Coutos / Tribunal da Relação de Guimarães	Oliveira do Castelo

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308340127	Capela do Anjo da Guarda e São Crispim	Oliveira do Castelo
PT010308340128	Casa do Morgado da Índia	Oliveira do Castelo
PT010308340129	Casa na Rua de Santa Maria n° 51	Oliveira do Castelo
PT010308340131	Casa do Barão de Pombeiro	Oliveira do Castelo
PT010308340142	Casa Martins Sarmiento	Oliveira do Castelo
PT010308370001	Anta da Polvoreira	Polvoreira
PT010308370063	Solar de Carvalho de Arca Braga	Polvoreira
PT010308370100	Cruzeiro Paroquial de Polvoreira	Polvoreira
PT010308380069	Igreja de Santa Maria de Corvite	Ponte
PT010308410002	Citânia de Briteiros	Briteiros
PT010308410098	Quinta da Ponte / Solar da Ponte	Briteiros
PT010308410132	Igreja de São Salvador de Briteiros	Briteiros
PT010308440038	Capela de Santa Luzia	Airão
PT010308500067	Casa do Ribeiro / Quinta do Ribeiro	Selho (São Cristóvão)
PT010308540076	Oratório de Santo António de Pevidém	Selho (São Jorge)
PT010308540139	Bairro de Casas Económicas de Pevidém	Selho (São Jorge)
PT010308550003	Citânia de Sabroso	Sande (São Lourenço)
PT010308550033	Capela do Espírito Santo e cruzeiro fronteiro	Sande (São Lourenço)
PT010308560030	Ponte de São Lourenço do Selho	Selho (São Lourenço)
PT010308570009	Igreja de São Martinho de Candoso / Igreja Matriz de São Mar	Candoso (São Martinho)
PT010308600004	2 Marcos Miliários (Série Capela)	São Paio
PT010308600008	Igreja de São Domingos e claustro	São Paio

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308600012	Padrão de D. João I / Padrão de São Lázaro / Padrão dos Pombais	São Paio
PT010308600040	Prédio na Rua Egas Moniz, nº 113	São Paio
PT010308600042	Capela de Santa Luzia	São Paio
PT010308600044	Casa do Proposto e jardins	São Paio
PT010308600057	Capela da Venerável Ordem Terceira de São Domingos	São Paio
PT010308600092	Capela do Senhor dos Aflitos	São Paio
PT010308600130	Sociedade Martins Sarmiento / Museu Martins Sarmiento	São Paio
PT010308620023	Cruzeiro de Careta	Souto (São Salvador)
PT010308620079	Igreja do antigo Mosteiro de São Salvador do Souto / Igreja	Souto (São Salvador)
PT010308630027	Igreja e Convento de São Francisco	São Sebastião
PT010308630032	Cruzeiro fronteiro ao adro da Igreja de São Francisco	São Sebastião
PT010308630043	Igreja do Convento das Capuchinhas / Igreja da Madre Deus / [...]	São Sebastião
PT010308630048	Igreja e oratórios dos Santos Passos de Nossa Senhora da Con[...]	São Sebastião
PT010308630050	Antigas Fábricas de Curtumes	São Sebastião
PT010308630090	Edifício do Café Milenário	São Sebastião
PT010308630091	Casa dos Lobatos	São Sebastião
PT010308630115	Fonte do Campo da Feira	São Sebastião
PT010308650017	Capela de São Torcato / Igreja do Mosteiro de São Torcato	São Torcato

Inventário de Património		
N.º IPA	Designação	Localização
PT010308650055	Santuário de São Torcato	São Torcato
PT010308660019	Igreja de Serzedelo / Igreja de Santa Cristina de Serzedelo	Serzedelo
PT010308670015	Ponte do Arco (v. PT011303320015)	Serzedo
PT010308670073	Igreja Paroquial de Serzedo	Serzedo
PT010308690049	Paço de São Cipriano	Tabuadelo
PT010308690147	Quinta do Paço de São Cipriano (v. PT010308690039)	Tabuadelo

* Listagem actualizada em Fevereiro de 2008 *in*, site: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx.





Figura 3.3 – Monumentos simbólicos. Fotografias do autor.

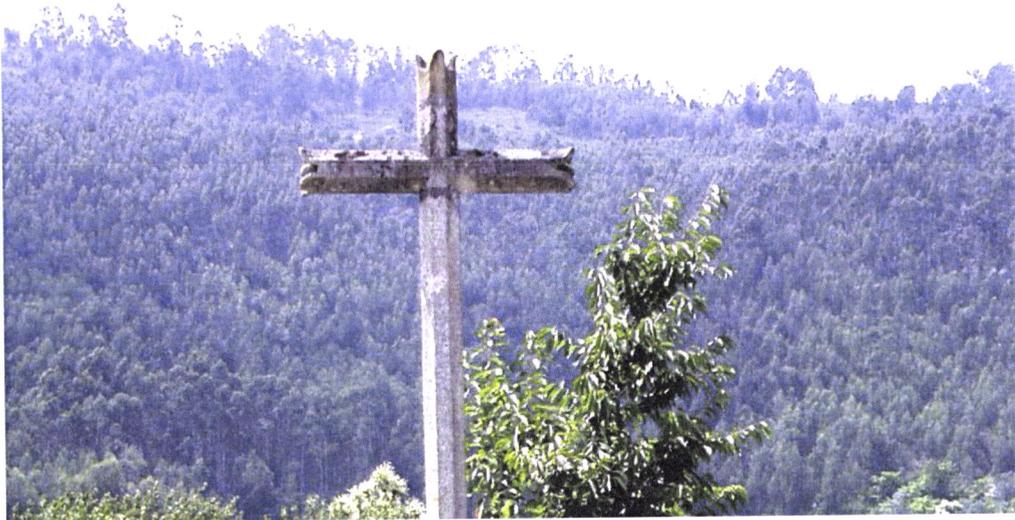


Figura 3.4 – Monumentos invisíveis. Em cima fotografia *in*, sessões de apresentação do novo PDM, em baixo, fotografia do autor.



— LIMITE DO CHG - PH
- - - LIMITE DA ZONA TAMPÃO



Figura 3.5 – Vista do convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca. Fotografias do autor.



Figura 3.6 – Vista do terreno existente entre os imóveis – convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca – e a Penha. Fotografias do autor.



Figura 3.7 – Vista do terreno existente entre os imóveis – convento das Capuchinhas/oficinas de S. José, igreja dos Santos Passos e palácio de Vila Pouca – e a Penha. Fotografias do autor.



- LIMITE - CLASSIFICADO
- LIMITE DO CHG - PH
- LIMITE DA ZONA TAMPÃO



Figura 3.8 – Vista da zona de couros. Espaços públicos, imóveis por recuperar e pousada da juventude. Fotografias do autor.

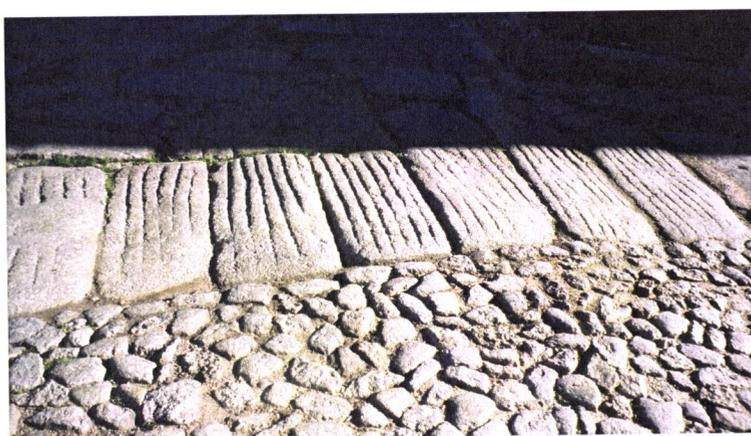


Figura 3.9 – Vista da zona de couros. Fotografias do autor.



Figura 3.10 – Equipamentos existentes zona de couros, auditório, centro de dia e cybercentro *in*, Júlio Mendes e António M. Cunha, apresentação do Projecto CampUrbis, Campus universitário na malha histórica. Guimarães: CMG.



Figura 3.11 – Ponte sobre o rio Ave nas Taipas, 2005, envolvente. Ortofotomapa cedido pela CMG.



Figura 3.12 – Ponte sobre o rio Ave nas Taipas, caminho de acesso, edifício em construção e paisagem próxima, 2005. Fotografias do autor.



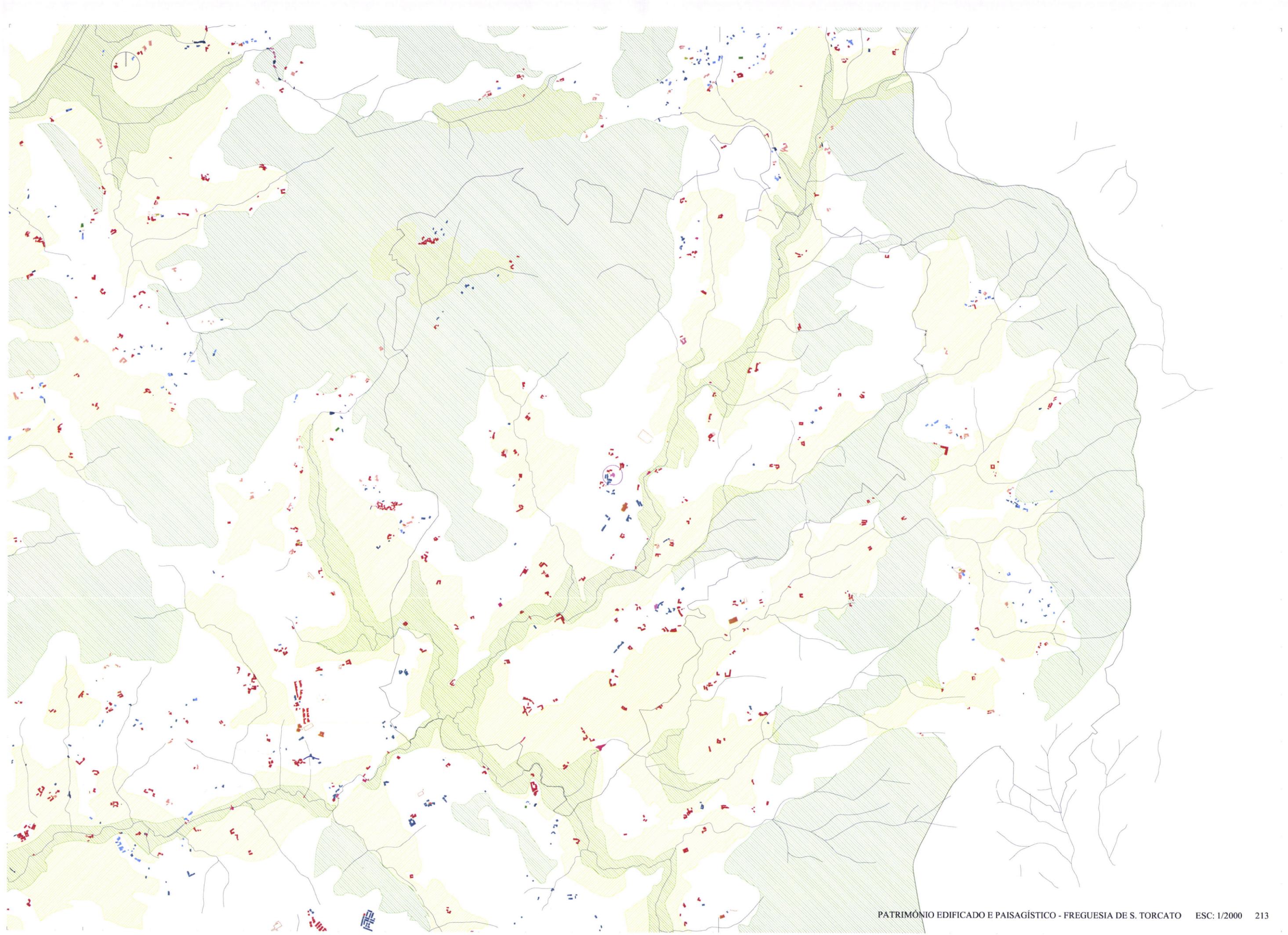
Figura 3.13 – Ponte do Arco, 2005, envolvente. Ortofotomapa cedido pela CMG.



Figura 3.14 – Ponte do Arco e envolvente, vista de Guimarães e Felgueiras. Fotografias do autor.



Figura 3.15 – Bairros económicos. Fotografias em cima, bairro da Federação, em baixo Urgeses. Fotografias do Autor.



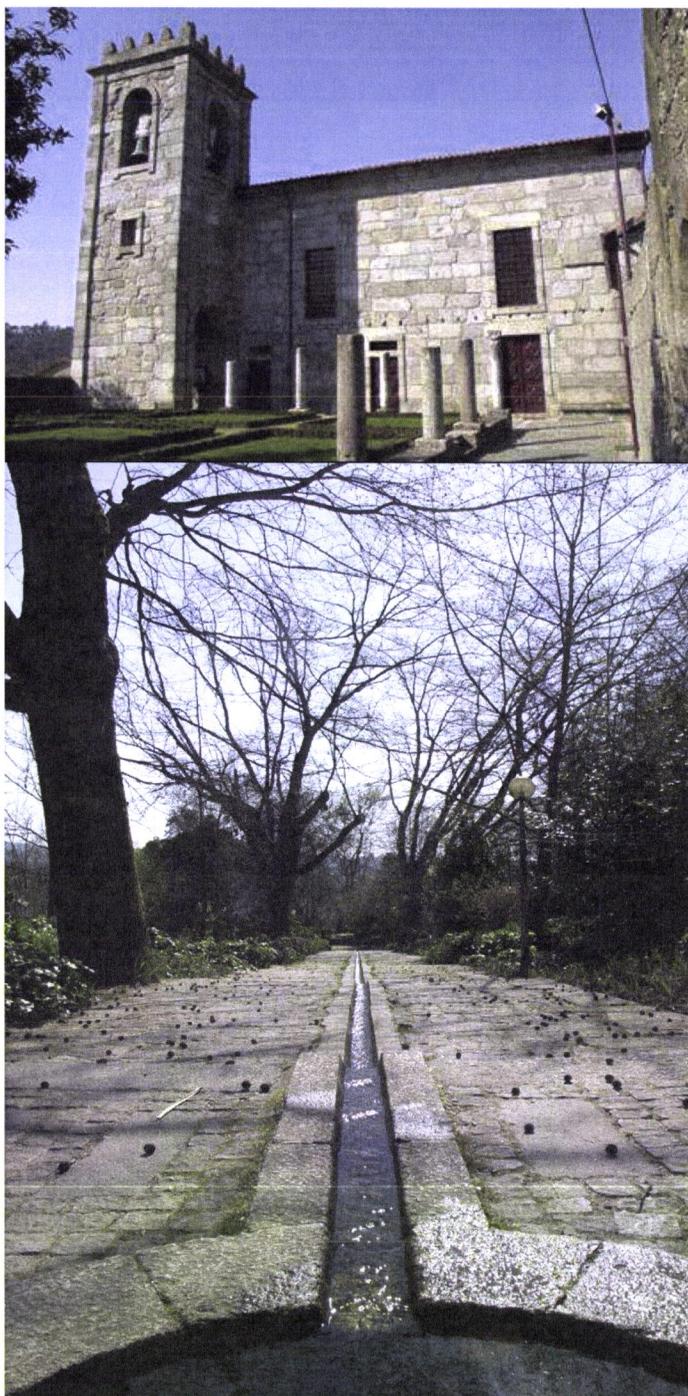


Figura 3.16 – Património da vila de S. Torcato *in*, sessões de apresentação do novo PDM, 2004, CMG.

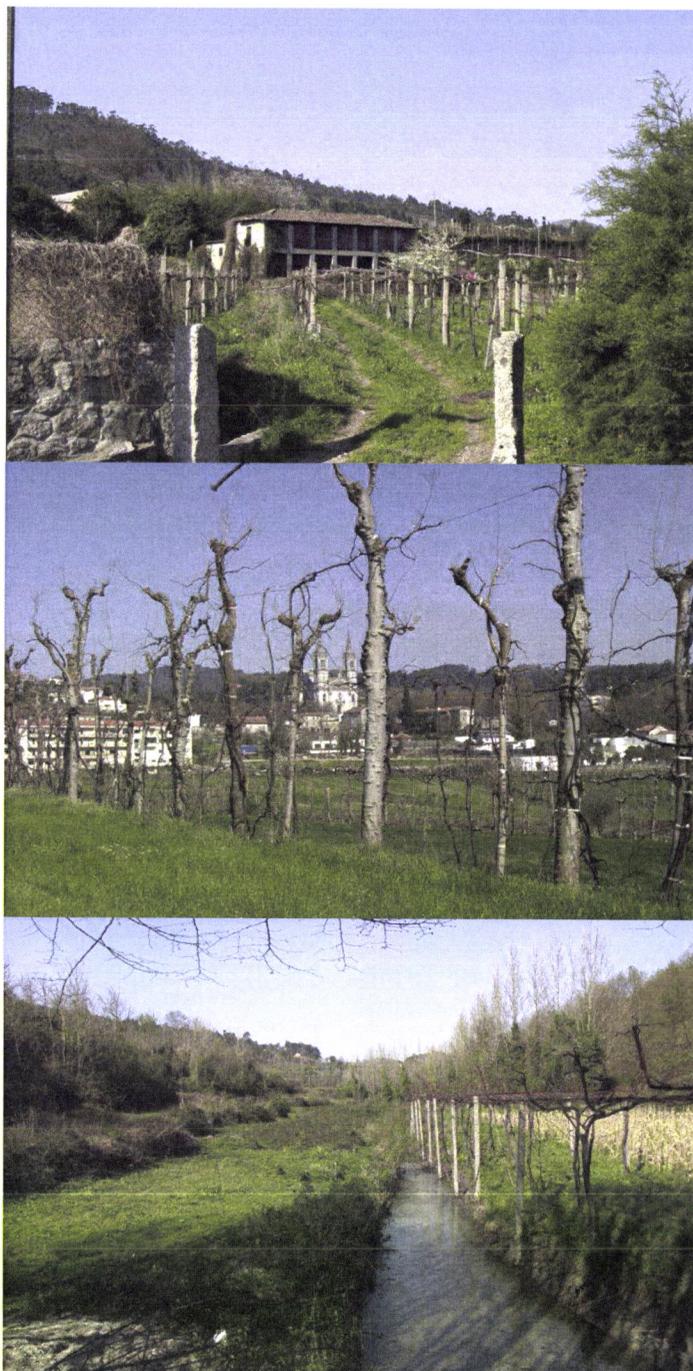


Figura 3.17 – Características da paisagem da vila de S. Torcato *in*, sessões de apresentação do novo PDM, 2004, CMG.



Figura 3.18 – Vestígios de caminhos antigos na encosta sudeste da Penha. Fotografias do autor.



Figura 3.19 – Vestígios de caminhos e paisagem agrícola na freguesia de Pinheiro. Fotografias do autor.



Figura 4.1 – Largo dos Laranjais e Praça de S. Tiago. Fotografias do autor.

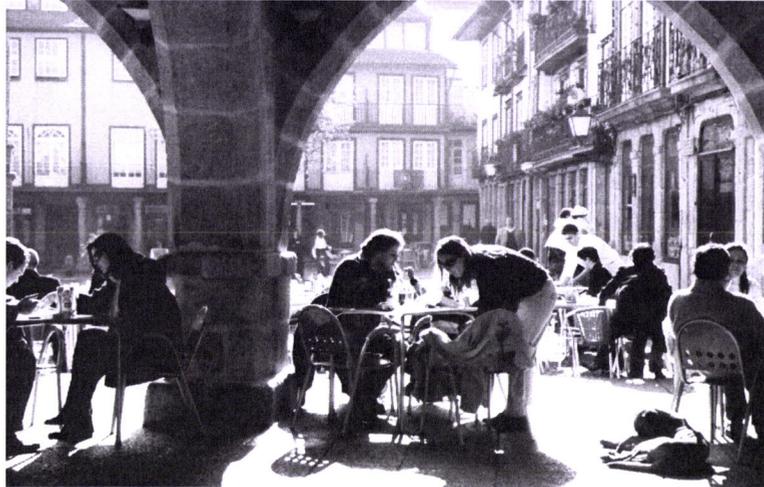


Figura 4.2 – Praça de S. Tiago. Fotografias do autor.

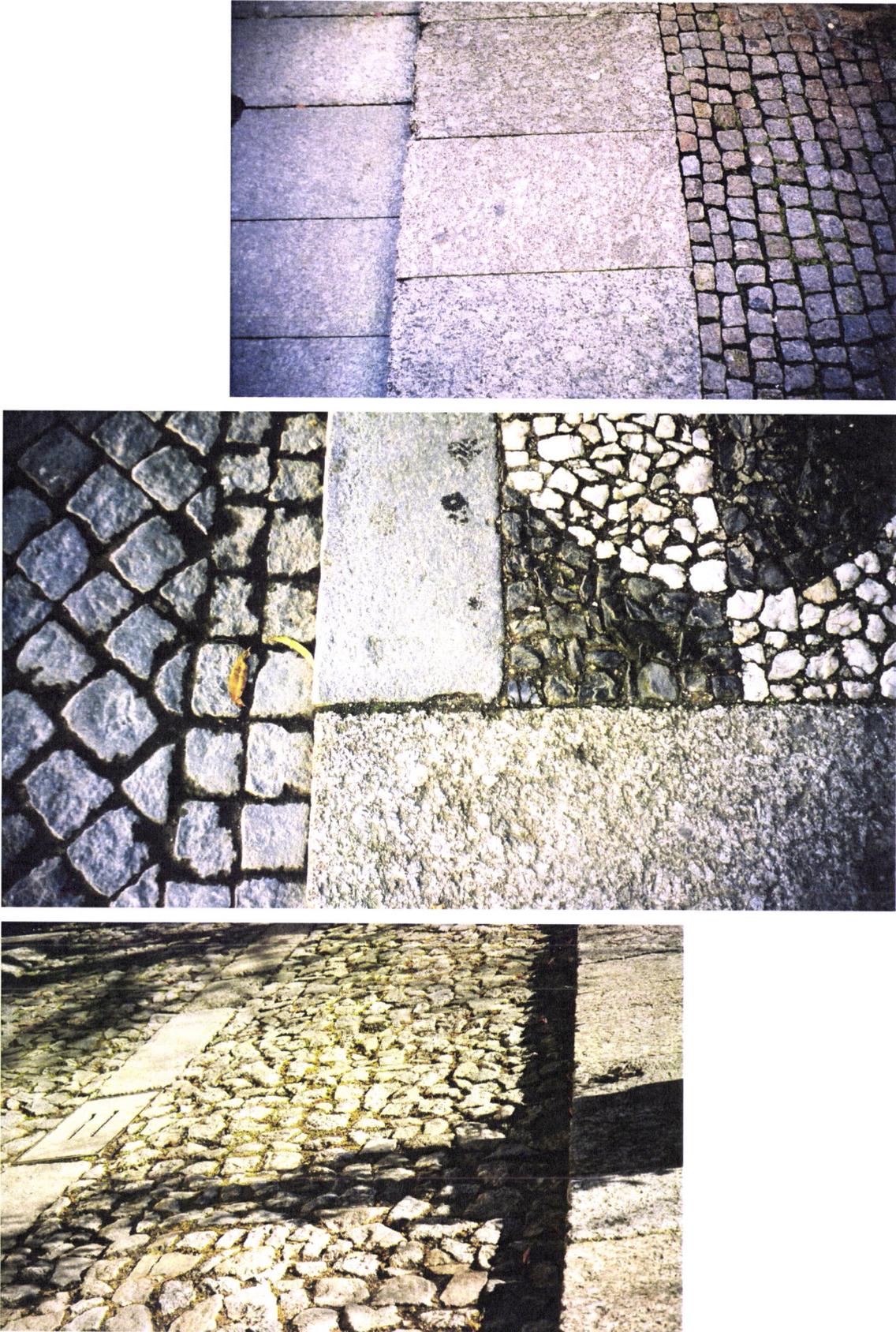


Figura 4.3 – Materiais de pavimentação dos espaços públicos. Fotografias do autor.



Figura 4.4 – Desenho e nome das antigas portas da muralha em pavimento. Fotografias do autor.

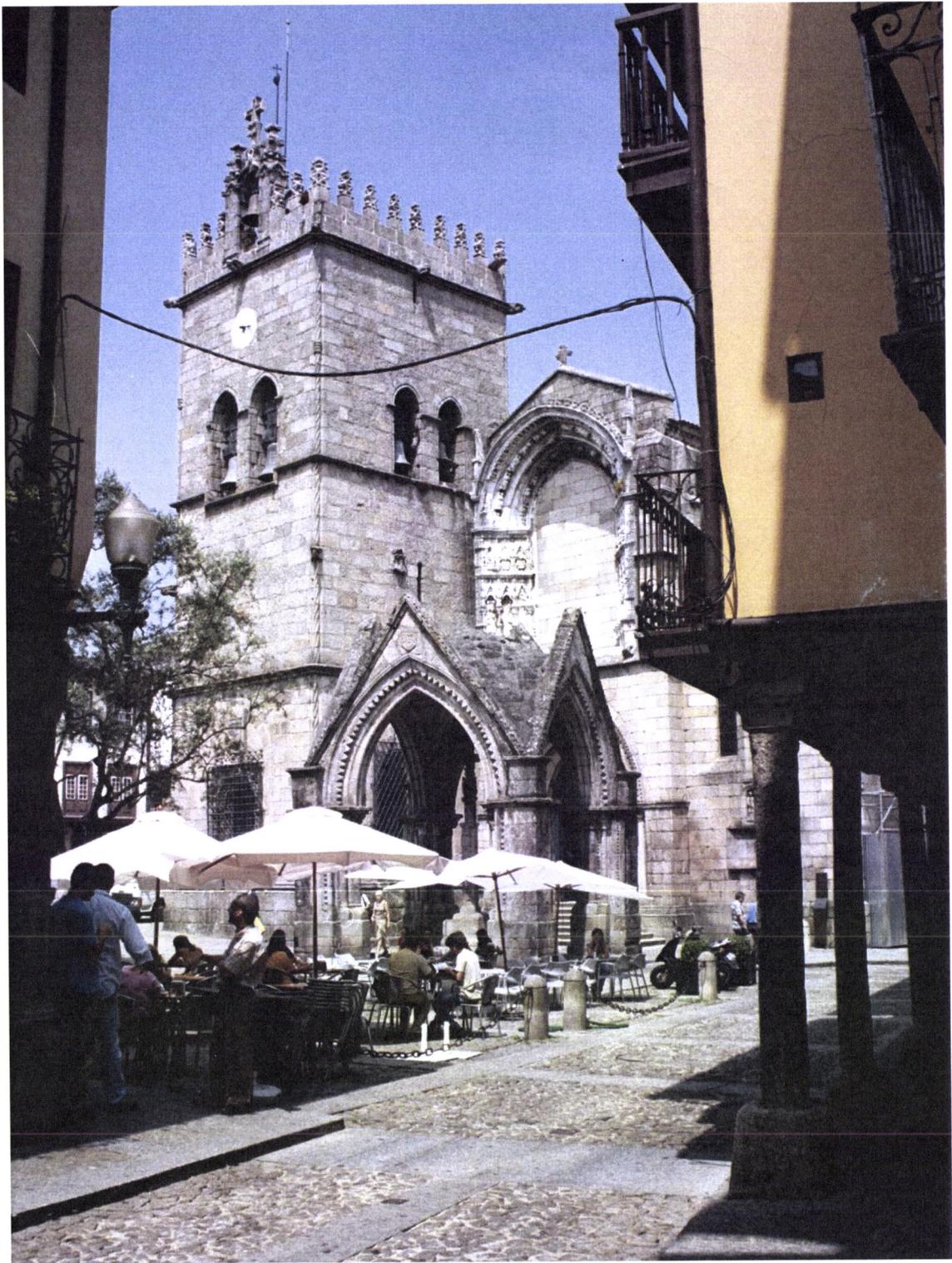
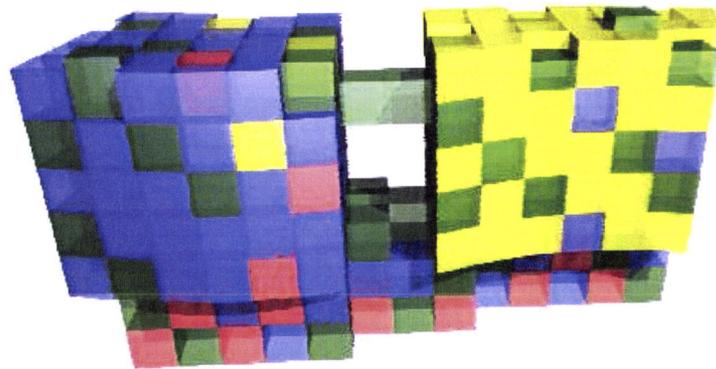


Figura 4.5 – Praça da Oliveira. Fotografias do autor.



Work Live Play Learn

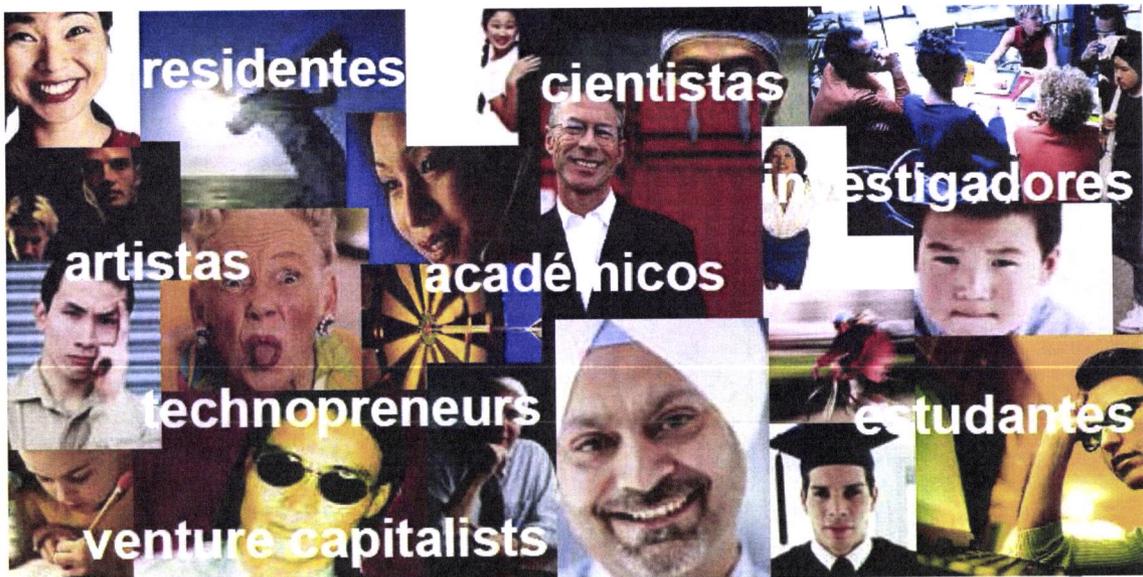


Figura 4.6 – O *mixed-use in*, Revitalização urbana para a criatividade. Projecto “One-North”. Inteli: Lisboa 30 de Janeiro 2007.

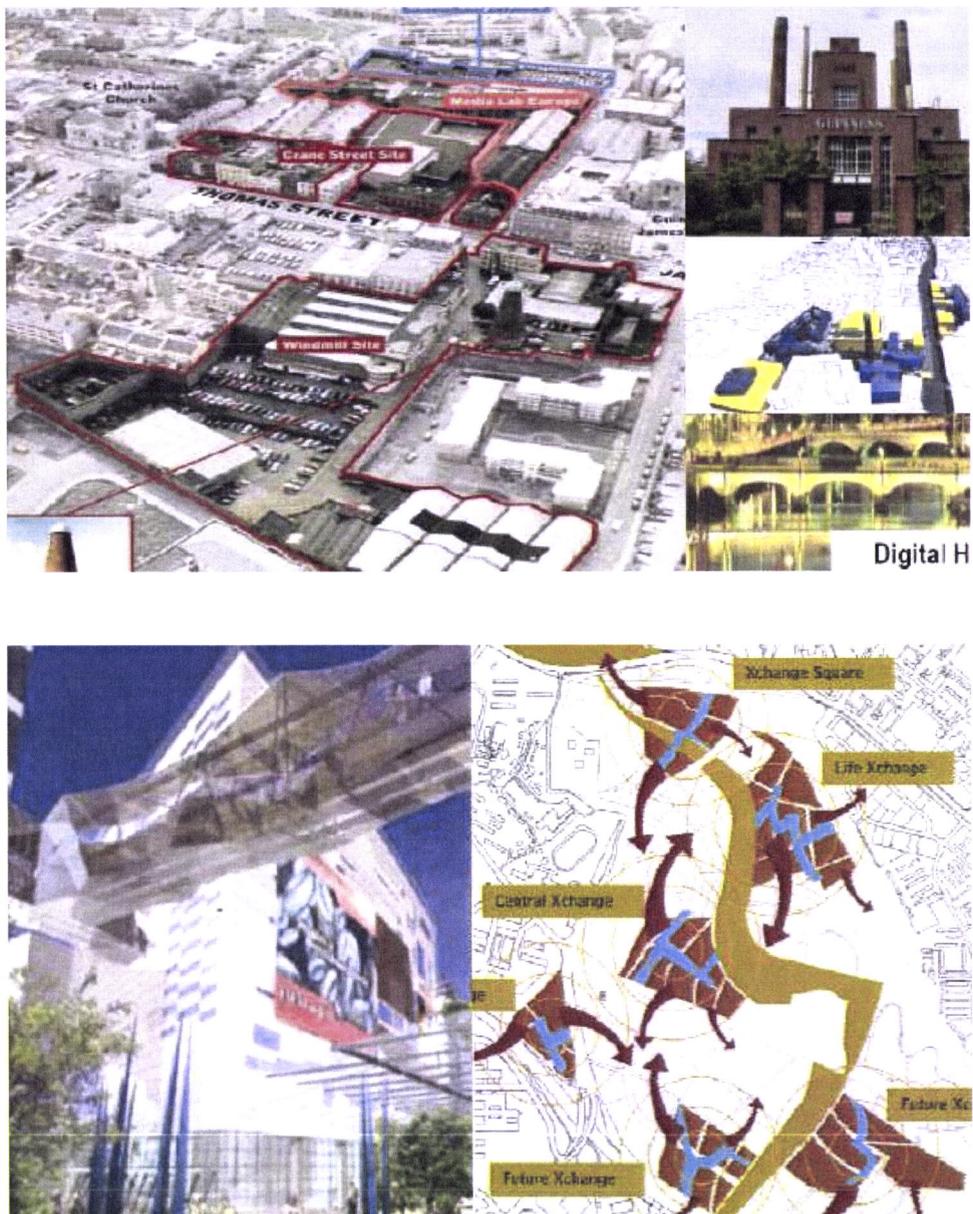


Figura 4.7 – Casos de Estudo Internacionais, Centro de Dublin e Singapura *in*, O Projecto INTELLIGENT CITIES. Cidades e Regiões de Inovação: O Papel dos Parques de C&T. FCT-UNL, 14 de Dezembro de 2005.

BIBLIOGRAFIA

AAVV

1974, *Indagaciones Sobre la Estructura Urbana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

2002, *Guimarães. Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL.

2004, *JA – Antologia 1981-2004*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

ADRAVE

2004, *Estudo de Marketing Turístico e Plano de Comunicação do Vale do Ave. Apostar na Comunicação do Turismo do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE. Site: <http://www.adrave.pt/ficheiros/docs/34-ESTudo%20de%20Marketing%20Turistico%20e%20Plano%20de%20Comunicacao%20do%20Ave%20%20security.pdf>, a 31 de Março de 2008.

AGUIAR, José

1999, *Reabilitação Urbana. A cidade do futuro já existe hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana*. Lisboa: Atic Magazine nº24.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

1968, *Vias medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Ed. do A. Faculdade de Letras do Porto.

AMORIM, Luís

2005, *Intervenções em linhas de água. Contribuição para uma solução mais sustentável*. Porto: CCDRN. Site: <http://www.ccr-norte.pt/ccrn/obras.php>, a 31 de Março de 2008.

APPLETON, João

2003, *Reabilitação de edifícios Antigos. Patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.

ARAÚJO, Denise Puertas de

2007, *O pensamento de Camillo Boito*. Resenha de livro. Site: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha125.asp>, a 31 de Março de 2008.

ASCHER, François

1998, *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.

BALL, Philip

2004, *Science can be used to design cities according to rational laws*. Site: <http://education.guardian.co.uk/higher/research/story/0,,1300562,00.html>, a 31 de Março de 2008.

BENEVOLO, Leonardo

1984, *A cidade e o arquitecto*. Lisboa: Edições 70.

1987, *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.

1991, *La Catura del Infinito*, Roma: Editori Laterza.

BENEVOLO, Leonardo; MELOGRANI, Carlo; LONGO, Tommaso Gúria

1980, *Projectar a cidade moderna*. Lisboa: Editorial Presença.

CALVINO, Italo

1996, *Le città invisibili*. Milão: Arnoldo Mondadori

CANCELA d'ABREU; CORREIA, T.P.; OLIVEIRA, R. (coord.)

2004, *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU/UE.

CARVALHO, Paulo

2003, *Património e Território: dos Lugares às redes*. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Site: http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo_Carvalho.pdf, a 31 de Março de 2008.

CERVELLATI, Pier Luigi

1984, *La citta post-industriale*. Bologna: Il Mulino.

1991, *La città bella. Il recupero dell'ambiente urbano*. Bologna: Il Mulino.

2006, *La fine della campagna*. Revista Casabella. Site: http://www.scienzegeografichebologna.it/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=122, a 31 de Março de 2008.

2006, *Città Periferia Sprawl*. Vídeio-conferência no site: http://www.campivisivi.net/campivisivi_old/contributi/video/cervellati.mov, a 31 de Março de 2008.

CEU

2003, *A Nova Carta de Atenas de 2003: A Visão do Concelho Europeu de Urbanistas Sobre as Cidades do séc. XXI*. Lisboa: AUP/DGOTDU e CEU.

CHOAY, Françoise

1992, *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Editora

Perspectiva.

2000, *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

2007, *A regra e o modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.

CIAM

1933, *Carta de Atenas 1933*. Site: <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf>, a 31 de Março de 2008.

CMG

2000, *Processo de Candidatura de Guimarães a Património da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – GTL.

2006, *Carta educativa do concelho de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães. Site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/CartaEducativadoConcelhodeGuimaraes.pdf>.

2006, *Grandes Opções. Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades 2007*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães. Site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/480988.pdf>, a 31 de Março de 2008.

COE

2005, *Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975*. Concelho da Europa. Tradução por António Borja Araújo. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Site: <http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/cartaeuropeiadopatrimonioarquitectonico.pdf>, a 31 de Março de 2008.

COLLINS, Christiane Crasemann

2005, *Christiane Crasemann Collins e trajetórias transatlânticas*. Entrevista por Adalberto da Silva Retto Júnior. Site: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/collins/collins.asp>, a 31 de Março de 2008, a 31 de Março de 2008.

CULTURE 21

2004, *Cidades e Governos Locais Unidos – Grupo de Trabalho Cultura. Agenda 21 da Cultura*. Site: http://www.agenda21culture.net/docs/ag21c_pt.pdf, a 31 de Março de 2008.

CUNHA, António M.; MENDES, Júlio

2007, *Recuperar uma cidade e o seu Património*. Lisboa: Jornal Público de 26 de

Fevereiro.

CUNHA, Cláudia dos Reis e

2007, *Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos*. Resenha do livro, Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução de Daniel Wieczorek. Paris, Seuil, 1984. Site: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>, a 31 de Março de 2008.

CUSTÓDIO, Jorge

1993, *Salv guarda do Património – Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*. Dar Futuro ao Passado. Lisboa: IPPAR

DGOTDU

2007, *Rede urbana para a competitividade e inovação. Política de cidades Polis XXI. Acções preparatórias da rede – Barcelos/Braga/Guimarães/Vila Nova de Famalicão. Um quadrilátero urbano para a competitividade, a inovação e a internacionalização*. Braga: DGOTDU. Site: <http://www.cm-braga.pt/docs/PatrimonioCultural/RedeCidades.pdf>, a 31 de Março de 2008.

DOMINGUES, Álvaro

2003, *Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica*. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia, I Série, Volume XIX. Site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/329.pdf>, a 31 de Março de 2008.

DOMINGUES, Álvaro (coord.)

2006, *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições.

DORFLES, Gillo

1986, *Elogia da Desarmonia*. Lisboa: Edições 70.

DURÃES, Margarida

2004, *Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX)*. Brasil: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Site: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/3218/1/Sucess%c3%a3o.pdf>, a 31 de Março de 2008.

DURAND, Jean-Yves

2005, *Patrimónios / patrimônios*. Montalegre: Jornadas sobre a Função Social do

Museu. Site:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5367/3/Patrim%c3%b3nios.pdf>, a 31 de Março de 2008.

DURBIANO, Giovanni; ROBIGLIO, Matteo

2003, *Paesaggio e architettura nell'Italia contemporanea*. Roma: Donzelli Editore.

EUROPA NOSTRA

2006, *Position Paper on The Encouragement of Cultural Tourism and The Mitigation of its Effects. November 2006*. Paris: Europa Nostra Council. Site: http://www.europanostra.org/downloads/documents/EN_position_paper_cultural_tourism.pdf, a 31 de Março de 2008.

FERNANDES, Mário Gonçalves

2005, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP.

FLAUBERT, Gustave

2003, *Bouvard e Pécuchet*. Porto: Colecção Mil Folhas – Público.

FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo

2002, *As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas*. IV Congresso Português de Sociologia. Site: http://www.mestrado-urbanismo.net/Textos_zoran_roca/Identicidades_urbanas_fortuna.pdf, a 31 de Março de 2008.

FOWLER, P. J.

2003, *World Heritage Papers 6. World Heritage Cultural Landscape.1992-2002*. Paris: UNESCO/World Heritage Center. Site: http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_06_en.pdf, a 31 de Março de 2008.

GIOVANNONI, Gustavo

1995, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim: CittàStudiEdizioni.

2006, *Questioni Urbanistiche*. L'Ingegnere, 1928. Site: <http://eddyburg.it/index.php/article/articleview/6603/1/191>, a 31 de Março de 2008.

2006, *La nuova Legge sulla difesa delle Bellezze naturali*. Reale Accademia

d'Italia, Roma 15 Dezembro 1939-XVIII. Site:
<http://eddyburg.it/index.php/article/articleview/6780/1/191>, a 31 de Março de 2008.

GIRARD, Luigi Fusco

2006, *Innovative Strategies for Urban Heritage Conservation, Sustainable Development, and Renewable Energy*. Celebrating our Urban Heritage. vol. 2, tema 1. Site:
<http://www.globalurban.org/GUDMag06Vol2Iss1/Fusco%20Girard%20PDF.pdf>, a 31 de Março de 2008.

GOITIA, Fernando Chueca

2003, *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.

GOMES, Pedro Teixeira (coord.)

2001, *Património Natural da Bacia do Ave. Projecto Alba-Ter / Ave. Relatório Final do Inventário do Património Natural da Bacia Hidrográfica do Rio Ave*. Guimarães: Departamento de Biologia da Universidade do Minho. Site:
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2211/1/Pat_Natural_Bacia_Ave.pdf, a 31 de Março de 2008.

GONSALES, Célia Helena Castro

2007, *Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão. – Parte 2*. Site: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp292.asp>, a 31 de Março de 2008.

GUERREIRO, Maria Rosália

2000, *A Lógica Territorial na Génese e Formação das Cidades Brasileiras: O Caso de Ouro Preto*. Colóquio “A Construção do Brasil Urbano.” Lisboa: ISCTE. Site: http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_11.htm, a 31 de Março de 2008.

GUILLAUME, Marc

2003, *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

HERCULANO, Alexandre

1992, *O Bobo*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

INE

2006, *Dados do Anuário Estatístico da Região Norte*, INE: Instituto Nacional de Estatística, IP. Site:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICA

COESpub_boui=11290756&PUBLICACOESmodo=2, a 31 de Março de 2008.

INFRANCA, Giuseppe Cláudio

1993, *La Conservazione Integrata. Le Città Storiche d'Europa. Dubrovnik – Spalato – Vienna – Budapest – Monaco di Baviera*. Roma: Gangemi Editore.

INSTITUTO SONDAJE; CIVITAS; DCEA/UNL

2005, *Agenda 21 do Eixo Atlântico. Concelho de Guimarães. Complexidade. Mais cidade, mais campo*. Site: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/478119.pdf>, a 31 de Março de 2008.

JACOBS, Jane

2001, *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

JANSON, H. W.

1989, *História da Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

JORGE, Victor Oliveira (coord.)

2003, *Arquitectando Espaços: Da natureza à metapolis*. Porto: FLUP.

2005, *Conservar para quê?* Porto-Coimbra: FLUP-DCTP e CEAUCP.

JÚNIOR, José Geraldo Simões

2007, *O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República*. Site: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq090/arq090_03.asp, a 31 de Março de 2008.

KOSTOF, Spiro

1991, *The city shaped. Urban Patterns and Meanings through History*. Londres: Thames and Hudson.

LACROIX, Michel

1999, *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget.

LYNCH, Kevin

1982, *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LUSA, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B; ALMEIDA, Manuela

2004, *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. Artigo no nº20 de Engenharia Civil/UM. Guimarães: Universidade do Minho. Site: <http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2031-44.pdf>, a 31 de Março de 2008.

MAGALHÃES, António

2006, *A parte e o todo com coerência*. Lisboa: Revista Arquitectura e Vida nº 70.

MARQUES, Teresa; DOMINGUES, Álvaro

1987, *Breve Caracterização do “Vale do Médio Ave.”* Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. I Série, Volume III. Site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1510.pdf>, a 31 de Março de 2008.

MOORE, Niamh; WHELAN, Yvonne

2007, *Heritage, Memory and the Politics of Identity: New Perspectives on the Cultural Landscape*. Hampshire: Ashgate Publishing.

MORENO, Humberto Baquero

1986, *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. II Série, vol. III. Porto: Revista da Faculdade de Letras. Site: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2042.pdf>, a 31 de Março de 2008.

NIETZSCHE, Friedrich W.

2003, *Segunda Consideração Intempestiva – Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PEIXOTO, Paulo

2000, *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Oficina do Centro de Estudos Sociais n.º 155. Site: <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/155/155.pdf>, a 31 de Março de 2008.

PEREC, George

1989, *Specie di Spazi*. Milão: Bollati Boringhieri.

PORTAS, Nuno

1985, *Notas sobre a intervenção na cidade existente*. Sociedade e Território n.º 2. Porto: Afrontamento.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João

2003, *Políticas urbanas – Tendência, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REDE PORTUGUESA LEADER+

2008, *Cadernos Temáticos Pessoas e Lugares. Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural*. Site: http://www.dgadr.pt/ar/leader/rev_pl_1.pdf, a 31 de Março de 2008.

RIEGL, Alois

1987, *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor.

RTP

2006, *Mixed-Used em debate na RTP2*. Vídeo no site: <http://www.intelligentcities.net/index.php?gc=10114>, a 31 de Março de 2008.

RYPKEMA, Donovan D.

2005, *Globalization, Urban Heritage, and the 21st Century Economy*. Celebrating our Urban Heritage. vol. I., tema I. Site: <http://www.globalurban.org/Issue1PIMag05/Rypkema%20PDF.pdf>, a 31 de Março de 2008.

RYKWERT, Joseph

2004, *A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

RUSKIN, John

1981, *Le sette Lampade dell' Architettura*. Milão: Editorial Jaca Book.

SÁ, Alberto

2001, *Alguns aspectos da Guimarães no tempo de D. Manuel (1498)*. Guimarães: III Congresso Histórico de Guimarães, "D. Manuel e a sua época. CECS da Universidade do Minho. Site: http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/853/1/albertosa_IIIConGMR.pdf, a 31 de Março de 2008.

SANTOS, Álvaro

1998, *Efeitos do Povoamento Disperso na Qualidade do Ambiente no Território da Feira*. Porto: Ed. do A. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

SANTOS, Luísa; NICOLAU, Margarida

2004, *Caracterização Socio-Económica dos Concelhos. Concelho de Guimarães*. Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico, Divisão de estudos e Planeamento: DGOTDU. Site: <http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/EstudosNaoPublicados/Guimaraes/GUIMARAES.pdf>, a 31 de Março de 2008.

SIC-NOTÍCIAS

2008, *Imagens de Marca Regiões - Guimarães*. Vídeo no site: <http://imagensdemarca.sapo.pt/marcasodia/detalhes.php?id=284>, a 31 de Março de 2008.

SITTE, Camillo

1965, *City Planning According to Artistic Principles*. Londres: Phaidon Press. Extracto do Livro no site: <http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/sitte.htm>, a

31 de Março de 2008.

SLOUKA, Mark

1995, *War of the Worlds: Cyberspace and the High-tech Assault on Reality*. Nova York: Basic Books.

TAI, Hue-Tam Ho

2001, *Remembered Realms: Pierre Nora and French National Memory*. Site: <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/106.3/ah000906.html>, a 31 de Março de 2008.

TRUSIANI, Elio

2004, *Dal Centro Storico alla Città Storica: la dimensione progettuale della conservazione - Il caso di Roma*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente n.º9. Tradução de Gisele Maucini Gomes. Brasil: Editora UFPR. Site: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3084/0>, a 31 de Março de 2008.

UNESCO

1976, *Nairobi Recommendation. Unesco recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas. Nairobi - 26 October - 30 November* 1976. Site: <http://www.international.icomos.org/publications/93towns7o.pdf>, a 31 de Março de 2008.

WEBBER, Melvin M.

1996, *Tenacious Cities*. Site: <http://www.ncgia.ucsb.edu/conf/BALTIMORE/authors/webber/paper.html>, a 31 de Março de 2008.

ZEVI, Bruno

1994, *Architettura concetti di una controistoria*. Roma: Tascabili Economici Newton.